

MARILÉIA MARIA DA SILVA

INSERÇÃO PROFISSIONAL E CONDIÇÃO SOCIAL:
TRAJETÓRIAS DE JOVENS GRADUADOS NO MERCADO DE
TRABALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eneida Oto Shiroma.

Florianópolis
2004

RESUMO

Nesta pesquisa pretendeu-se analisar os processos de inserção profissional de jovens que obtiveram seu diploma num contexto de precarização das relações de trabalho, desemprego e aumento das exigências qualificacionais. Este estudo envolveu egressos que concluíram seu curso de graduação no ano de 1997, com idade de até 32 anos, no momento em que participaram da pesquisa. A amostra foi constituída de egressos de cinco cursos - Administração de Empresas, Direito, História, Pedagogia e Odontologia - de três instituições de Santa Catarina, duas públicas e uma privada. Por meio das questões examinadas nesta tese, busca-se compreender os elementos que caracterizam os processos de inserção no mercado de trabalho por parte desses jovens, as mediações que se estabelecem entre as diferentes instituições de ensino, o segmento social ao qual pertence o jovem e as diferentes formas de ingresso nesse mercado. Discute-se também a percepção que o próprio jovem constrói em torno de sua inserção profissional e condições de trabalho. A análise dos dados obtidos, por meio de um questionário e entrevistas; demonstra que mais de 90% dos egressos estavam empregados no momento da pesquisa, no entanto, a situação profissional em que se encontram é bastante diversificada, especialmente em termos salariais. A “qualidade” do emprego conquistado, representada pela faixa salarial declarada pelo egresso, depende da carreira e das condições sócio-econômicas. A origem institucional tem um peso que deve ser relativizado, uma vez que a clássica divisão universidade pública para os ricos e universidade privada para os pobres não se aplica integralmente. Entretanto, constatou-se que, quanto maior é a renda e nível de escolaridade dos pais, maior é o salário dos filhos. As formas como os jovens acessam seus empregos são também indicadoras de seu pertencimento social. Duas vias destacam-se, a saber: intermédio da família e intermédio dos amigos. Os que recebem os piores salários tendem a conseguir seus empregos pela via familiar, enquanto que aqueles que apresentam os melhores salários se utilizam das relações de amizade, embora não descartem o meio familiar. Insegurança e falta de expectativas em relação ao trabalho são sentimentos compartilhados entre os egressos, independentemente de sua condição socioeconômica e a carreira seguida.

Palavras-chaves: inserção profissional; redes sociais; jovens; qualificação; trajetória

ABSTRACT

The aim of this research was to analyze the processes of professional integration of young people who graduated in a context of precarization of labour relations, unemployment and increasing demands for qualification. This study involved university leavers who graduated in 1997 – aged 32 or under at the time that they took part in the research. The sample consisted of leavers of five courses – Business, Law, History, Pedagogy and Dentistry – of three institutions of Santa Catarina State. Two of those institutions were public and one was private. The issues examined in this thesis shed some light on elements that characterize the processes of professional integration of these young people, the mediations established between the different teaching institutions, the social segment to which the graduate belongs and the different ways of becoming integrated into the labour market. The perception that these young people themselves build around their professional integration and around work conditions is also discussed. The analysis of the data, obtained through a questionnaire and interviews, demonstrates that over 90% of the university leavers were employed at the time of the research. Nevertheless their professional situations are rather varied, especially as far as salary is concerned. The “quality” of the job, represented by the salary scales declared by the graduates, depends on their career and socioeconomic conditions. The institutional origin has a relative weight, since the classic division between public university for the rich and private university for the poor does not apply thoroughly. However, it was verified that the higher the income and the educational standard of their parents, the higher the salaries of these young people are. The ways these young people find employment are also indicative of their social belonging. Two of them stand out: through family and through friends. Those who earn the lowest salaries tend to find employment through family, while those who earn the highest salaries make use of their friendly relations, although they do not dismiss the possibility of finding employment through family. Insecurity and lack of expectations in relation to work are feelings that the university leavers share, notwithstanding their socioeconomic condition and the career followed by them.

Keywords: professional integration; social networks; young people; qualification; trajectory

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número total de egressos por instituição de ensino com idade acima e abaixo de 32 anos.....	17
Tabela 02 – Número de egressos com até 32 anos de idade distribuídos por sexo e instituição de ensino.....	103
Tabela 03 – Variável sexo por curso e por instituição.....	104
Tabela 04 – Estado civil.....	105
Tabela 05 – Rede de ensino freqüentada no nível fundamental por curso e instituição de ensino superior.....	111
Tabela 06 – Rede de ensino freqüentada no nível médio por curso e instituição de ensino superior.....	112
Tabela 07 – Rede de ensino freqüentada no nível fundamental por instituição de ensino superior.....	113
Tabela 08 – Rede de ensino freqüentada no nível médio por instituição de ensino superior.....	113
Tabela 09 – Situação profissional antes da graduação.....	115
Tabela 10 – Situação profissional durante a graduação.....	117
Tabela 11 – Situação profissional imediatamente após a graduação.....	122
Tabela 12 – Situação profissional atual.....	123
Tabela 13 – Ano de início do trabalho atual.....	128
Tabela 14 – Posição do jovem frente a suas qualificações e pretensões salariais.....	129
Tabela 15 – Posição do jovem frente a suas qualificações e pretensões salariais por instituição de ensino e curso	130
Tabela 16 – Salário dos egressos em 2001.....	132
Tabela 17 – Turno freqüentado e renda.....	135
Tabela 18 – Ocupação e renda (até três SM) por instituição.....	137
Tabela 19 – Ocupação e renda (4 a 9 SM) por instituição.....	138
Tabela 20 – Ocupação e renda (10 a 20 SM) por instituição.....	139
Tabela 21 – Ocupação e renda (21 ou mais SM) por instituição.....	140
Tabela 22 – Ocupação e Renda (depende) por instituição.....	140
Tabela 23 – Ocupação e Renda (não informada) por instituição.....	141
Tabela 24 – Salário e Pós-graduação.....	142
Tabela 25 _ Salário e grau de satisfação no trabalho.....	144
Tabela 26 – Renda dos pais e egressos.....	145
Tabela 27 – Formas de acesso ao emprego e salário.....	163
Tabela 28 – Escolaridade dos pais e salário dos egressos.....	167
Tabela 29 – Salário do egresso funcionário público e origem institucional.....	172
Tabela 30 – Salário e ocupação do egresso pertencente ao funcionalismo público.....	173
Tabela 31 – Salário do egresso funcionário público e curso de graduação.....	174
Tabela 32 – Vínculo empregatício (egressos do curso de Direito por instituição).....	176

LISTA DE SIGLAS

BRASIL

ACT – Admitido em Caráter Temporário
 CAGED – Cadastro Geral de Empregados e desempregados
 COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular da UFSC
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICS – Instituto de Ciências Sociais
 INEP – Instituto de Estudo e Pesquisa Educacional
 MEC – Ministério da Educação e Cultura
 MTB – Ministério do Trabalho e do Emprego
 NUPES – Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior
 PEA – População Economicamente Ativa
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
 PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
 RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
 SM – Salário Mínimo
 UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
 UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

FRANÇA

ANPE – Agência Nacional para o Emprego
 BEP – Brevê de Estudo Profissional
 BTS – Brevê Tecnológico Superior
 CA – Contrato de Adaptação
 CAP – Certificado de aptidão Profissional
 CDD – Contrato de Duração Determinada
 CDI – Contrato de Duração Indeterminada
 CEREQ – Centro de Estudos e de Pesquisas sobre Qualificação
 CQ – Contratos de Qualificação
 DUT – Diploma Universitário de Tecnologia
 FASFID – Federação das Associações e Sociedades Francesas dos Engenheiros
 Diplomados
 FPE – Formas Particulares de Empregos
 INSEE – Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos
 IUT – Instituto Universitário de Tecnologia
 LEP – Colégio de Ensino Profissional
 RMI – Rendimento Mínimo de Inserção
 SIVP – Estágios de Iniciação à Vida Profissional
 STS – Seção de Técnico Superior
 TUCS – Trabalhos de Atividades Coletivas

OUTROS

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

USAID – Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Sujeitos da pesquisa.....	12
CAPÍTULO I – EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	23
1.1 Jovens universitários e o mercado de trabalho nas décadas de 1970 e de 1980.....	23
1.2 Jovens, escolarização e o mercado de trabalho nos anos de 1990.....	41
CAPÍTULO II – A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA FRANÇA E NO BRASIL.....	56
2.1 A Inserção profissional na França: noções preliminares.....	56
2.2 As políticas de ajuda ao emprego para os jovens na França.....	58
2.3 Inserção profissional de jovens em diferentes momentos históricos.....	62
2.4 Inserção profissional como objeto de investigação sociológica: um debate com a literatura francesa.....	73
2.5 Formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil.....	79
CAPÍTULO III – NA TRILHA DOS GRADUADOS.....	95
3.1 Considerações metodológicas.. ..	95
3.1.1 Perfil das instituições de ensino selecionadas e escolha dos cursos.....	97
3.1.2 A localização dos egressos.....	99
3.1.3 Definição da amostra: aplicação do questionário e entrevistas.....	99
3.2 Um perfil da amostra: sexo, estado civil e escolarização.....	103
3.2.1 Quanto ao sexo.....	103
3.2.2 Quanto ao estado civil.....	104
3.2.3 Quanto à rede de ensino	110
3.3 Trabalho e renda: indicadores de inserção profissional.....	114
3.3.1 Trabalho antes da graduação.....	115
3.3.2 Trabalho durante a graduação.....	116
3.3.3 Trabalho imediatamente após a graduação.....	121
3.3.4 Trabalho atual.....	122
3.3.5 “Os desempregados”.....	124

3.3.6 Início do trabalho atual.....	128
3.3.7 Emprego e expectativas.....	129
3.3.8 A renda dos egressos.....	131
3.3.9 Turno da faculdade e renda.....	135
3.3.10 Renda e ocupação profissional.....	136
3.3.11 A pós-graduação.....	142
3.3.12 Satisfação no trabalho.....	143
3.3.13 Renda dos pais e dos egressos.....	145

CAPÍTULO IV – FORMAS DE ACESSO AO EMPREGO147

4.1 Redes sociais e acesso aos empregos: a contribuição de alguns estudos franceses.....	147
4.2 As redes pessoais como forma de acesso ao emprego: nuances entre família e amigos.....	162
4.3 O concurso público: uma via de acesso ao emprego mais democrática?171	

CAPÍTULO V – FAMÍLIA, ENSINO SUPERIOR E INSERÇÃO PROFISSIONAL NAS CAMADAS MÉDIAS E POPULARES.....177

5.1 A longevidade escolar entre as camadas populares.....	178
5.1.1 As dificuldades objetivas e subjetivas para seguir adiante e a presença do outro na vida do jovem.....	190
5.1.2 Ingresso na universidade e escolha do curso: limites e possibilidades.....	194
5.2 As camadas médias e o ensino superior.....	198
5.3 Carreira e inserção profissional: “insegurança” para além das diferenças sociais	207

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....227

REFERÊNCIAS.....232

ANEXOS.....243

Anexo I: Carta de apresentação244

Anexo II: Questionário enviado aos egressos das universidades.....245

INTRODUÇÃO

Por meio da presente pesquisa objetivamos conhecer os diferentes processos de inserção profissional de jovens que obtiveram diploma de nível superior na segunda metade da década de 1990. Tal questão ganha relevância num momento em que se vivenciam profundas transformações no mundo do trabalho, desencadeadas a partir da década de 1970. É vasta a literatura que aborda a natureza dessas mudanças e suas conseqüências para a vida social.¹ Antunes (1995, p.15) ressalta que as transformações foram extremamente significativas e “se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser”.

Harvey (1994) chama de acumulação flexível esse novo modelo de produção capitalista em contraposição ao modelo fordista. Sua origem está associada a um contexto de crise econômica, política e social no que tange à organização do trabalho, mais precisamente um certo esgotamento do modelo fordista em atender às demandas do capital no contexto da reestruturação produtiva. Enquanto o taylorismo/fordismo era fundamentado na produção em massa de mercadorias e pressupunha a atuação de um trabalhador fragmentado e parcelizado, esse novo padrão de acumulação organiza-se em processos de trabalho integrados e flexíveis com grandes inovações tecnológicas, enxugamento dos postos de trabalho e a exigência de um novo trabalhador polivalente e multifuncional, capaz de adquirir uma visão de conjunto do processo de trabalho no qual está inserido.

Nesse sentido, temos presenciado exigências de novas qualificações por parte dos trabalhadores, necessidade de cursos, retorno aos estudos, atualização e treinamento em serviço. A literatura de administração de empresas fez a apologia do “ganha-ganha”, anunciando que se havia chegado a um patamar de benefícios e entendimento entre capital e trabalho em que ambos levavam vantagens. Porém, pesquisas empíricas evidenciaram

que as investidas constantes do capital em busca de racionalização e flexibilização dos processos de trabalho permitem manter altos níveis de produtividade dispensando-se parte da força-de-trabalho. Além dos altos índices de desemprego, também foi observada não uma tendência à qualificação geral de todos os trabalhadores, mas uma polarização das qualificações, ou seja, havia demanda de maior qualificação para alguns postos de trabalho em determinados setores e, ao mesmo tempo, a desqualificação de muitos outros, especialmente se considerarmos que na divisão internacional do trabalho as empresas matrizes decidiram “exportar” o trabalho insalubre e desqualificado para subsidiárias dos países periféricos (HIRATA, 1994; SHIROMA, 1993).

O aumento da segmentação do mercado de trabalho e a maior competição entre empresas levaram-nas a criar estratégias para elevar o grau de envolvimento dos funcionários aos objetivos e metas organizacionais. Em decorrência, evidenciou-se um aumento da competição entre os próprios trabalhadores, de empresas diferentes e de equipes dentro de uma mesma empresa, colaborando para o enfraquecimento do poder de organização laboral e sindical.

O discurso dominante oculta essa heterogeneidade e dissemina a idéia de que se qualificar para atender às novas necessidades do mercado de trabalho é uma tarefa individual e indiscutivelmente necessária, tendo em vista a retração na oferta de postos de trabalho, conjugada à exigência de um novo trabalhador mais escolarizado e portador de múltiplas "competências". Nessa perspectiva, o Estado sairia de cena como regulador das relações capital/trabalho e assumiria o seu posto o “todo poderoso mercado”². O argumento predominante é o de que as leis do mercado de trabalho seriam mais justas para definir as regras do jogo.

Diante do cenário nada animador para inserção ocupacional dos jovens nesta última década e dos discursos construídos em torno da capacidade individual do jovem em construir ou não as competências necessárias para a obtenção do sucesso profissional, é que nos propusemos o desafio de investigar como se dão os processos de inserção no mercado de trabalho dos jovens portadores de diplomas de graduação, analisando que elementos caracterizam o processo de inserção profissional dessa parcela da população que tem se formado num contexto de privatização do ensino superior e de estreitamento das

¹ Para uma análise sobre as transformações no mundo do trabalho, Cf. Antunes (1995, 2000); Ferretti et al. (1994); Frigotto (1996); Harvey (1994); Tumolo (1999, 2002), entre outros.

oportunidades ocupacionais. Pretendemos conhecer quais as mediações que se estabelecem entre o tipo de instituição de ensino, o curso realizado, o segmento social ao qual pertence o jovem³ e sua inserção no mercado de trabalho atual, que estratégias de inserção profissional são construídas considerando-se a diversidade desse perfil de jovens. O interesse central deste estudo é compreender como os jovens recém-formados estão inserindo-se ou não no mercado do trabalho e sob que condições.

Nossa preocupação inicial reside justamente em conhecer o processo de inserção no mercado de trabalho de um determinado perfil de jovens, qual seja, os que possuem um diploma de nível superior e que, no Brasil, ainda constituem uma parcela extremamente restrita e pouco investigada, principalmente quando se trata de sua condição de sujeitos culturais, segundo avaliam Corrochano e Nakano (2000). A perspectiva dominante está voltada para uma análise institucional do estudante universitário. Buscamos construir um caminho que possibilitasse apreender a relação desses jovens com um mercado de trabalho fortemente precarizado e poupador da força de trabalho no qual novas regras de racionalização são impostas.

Ao investigarmos os processos de inserção dos jovens diplomados no mercado de trabalho, não tivemos a pretensão de realizar um estudo exaustivo sobre todos os egressos das universidades catarinenses num determinado período e que abarcasse inúmeros cursos de graduação. Esse trabalho, em alguma medida, é realizado por certas universidades, preocupadas em verificar até que ponto o ensino oferecido estaria atendendo aos requerimentos do mercado. Seria uma forma de obter um retorno de suas próprias ações e avaliá-las em conformidade com o grau de adequação ao mercado de trabalho. Nesse caso, a quantidade de dados, sua abrangência em termos de áreas, cursos e outras informações são fundamentais para que se possa construir um banco de dados capaz de apontar tendências mais gerais. Entendemos que esse tipo de estudo é válido; no entanto, nosso interesse de pesquisa não residia na visualização ampliada da situação profissional dos egressos formados em um determinado período nas universidades em Santa Catarina. Procuramos elaborar questões que pudessem contemplar a trajetória acadêmica, profissional e social dos egressos em diferentes momentos, enfatizando elementos que nos

² A matéria intitulada “Quem é o mercado”, publicada pela Revista *Carta Capital* de 13 de agosto de 2003, aponta que R\$ 54 bilhões são movimentados por dia por bancos e outras instituições, o que significa que eles acabam por ditar os rumos da economia no Brasil.

³ Para fins deste trabalho utilizaremos as expressões segmentos ou camadas sociais para tão somente nos referirmos aos diferentes perfis sociais, culturais e econômicos dos jovens e suas famílias medidos pelo grau de escolarização e renda dos pais.

favorecessem a compreensão dos processos de inserção profissional dos jovens de distintas classes sociais.

O momento de aquisição de um diploma, portanto a finalização de um ciclo, somado às dificuldades advindas nos anos posteriores nos quais se vivencia um período de crescente precarização das relações de trabalho, enxugamento das oportunidades ocupacionais e requerimento de novas qualificações, suscita a necessidade de se apreender as novas relações que se estabelecem em torno da construção de estratégias de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens e seus familiares.

A questão que propomos é a de refletir sobre esses determinantes de inserção que estão além do diploma e histórico escolar. Procuramos investigar como ocorre a inserção profissional para os jovens dos segmentos sociais que tradicionalmente tiveram como perspectiva concreta o ingresso no ensino superior como mais um diferencial na obtenção de um espaço no mercado de trabalho, e também para aqueles que, pela primeira vez, vão fazer do ensino superior uma estratégia de ingresso nesse mercado e que, por essa razão, não dispõem de vantagens possibilitadas pela experiência escolar de seus pais.

Para tais questões, apresentamos as seguintes hipóteses:

1. Os jovens graduados tendem a orientar suas estratégias de inserção no mercado de trabalho a partir de relações que se estabelecem para além da correspondência linear entre formação acadêmica e demandas do mercado;
2. A continuidade dos estudos tende a expressar um mecanismo de adiamento do confronto com o mercado de trabalho;
3. As condições de inserção no mercado de trabalho parecem definir-se menos pelo tipo de instituição de ensino à qual pertence o egresso e mais pelas possibilidades criadas a partir das redes de relações determinadas pelo segmento social a que pertence o jovem.

Apoiamo-nos em estudos que pudessem, por um lado, oferecer subsídios para o entendimento da inserção profissional não vinculada à lógica economicista - que a vê como o resultado da capacidade individual de ingressar no mercado de trabalho - mas, ao contrário, para que se entendesse esse próprio mercado como um movimento que se estabelece na esfera das relações capital-trabalho. (ANTUNES, 1995, 2000; FRIGOTTO, 1996; GENTILI, 1998, 2002; LETELIER, 1999). Assim, “inserir-se” significa estar sujeito a um modelo político, econômico e social. Por outro lado, e tendo como fundamento a compreensão anterior, aproximamo-nos de estudos que nos permitissem adentrar nas relações que se estabelecem no nível micro-social, na compreensão do cotidiano desses

sujeitos pertencentes aos diferentes meios sociais. Aqui situamos os trabalhos de Lahire (1997) na França e as pesquisas realizadas por estudiosos brasileiros que se utilizaram de suas contribuições⁴, os conceitos desenvolvidos por Bourdieu (1998) e os estudos de Granovetter (2000) sobre as configurações de redes sociais e pesquisadores franceses que nele se apoiam.

Definimos como objeto de investigação os caminhos trilhados por um determinado segmento juvenil egresso de três universidades de Santa Catarina no ano de 1997 com vistas à sua inserção profissional. Estamos atentos para o fato de que esse segmento juvenil representa, por um lado, uma parcela restrita se comparada à média de escolarização alcançada pela maioria da população brasileira, o que expressa o caráter seletivo e excludente que caracteriza o sistema educacional do país; por outro lado, esse segmento constitui-se como tema relevante quando se percebe atualmente uma certa heterogeneidade da população universitária no país em decorrência da massificação do ensino superior, acompanhada pelo discurso da “lógica da competência” como condição para o ingresso no mercado de trabalho.

Essa discussão ganha complexidade na medida em que as políticas para o ensino superior têm provocado uma redefinição do próprio papel da universidade⁵ e incentivado o aumento da participação privada no setor, constituindo-se num potencial mercado extremamente lucrativo aos novos “empresários da educação”. Somando-se o aumento da demanda por cursos superiores e a escassez de recursos governamentais destinados às universidades públicas, é evidente a proliferação das instituições privadas cujo objetivo central parece orientar-se para o oferecimento exclusivo de cursos de graduação sem necessariamente preocupar-se em garantir uma estrutura mínima para a pesquisa.

Sujeitos da pesquisa

Para a execução desta pesquisa foram enviados 479 questionários, dos quais 255 retornaram preenchidos, o que equivale a uma taxa de 53, 2% de retorno. Dentre eles, foram os egressos da federal os que mais retornaram o questionário preenchido (47,0%), enquanto que entre os da estadual apenas 16,1% preencheram o questionário. Entre os

⁴ Cf. NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (2000).

⁵ A este respeito ver Evangelista, O. e Shiroma, E. *Ensino Superior na virada do século: as posições do Banco Mundial e da UNESCO* (2001). As autoras empreendem uma análise crítica sobre as orientações do

egressos da instituição privada, o retorno foi de 36,9%. Carta e correio eletrônico foram as formas utilizadas para o envio e retorno dos questionários⁶. Após o telefonema de contato inicial, perguntávamos ao informante qual a sua preferência para o recebimento do questionário. Aqui também cabe destacar a predominância de uma forma sobre a outra de acordo com o curso do egresso. Os ex-alunos dos cursos de Pedagogia, especialmente os das universidades estadual e privada, foram os que menos utilizaram a internet para participarem da pesquisa. Em algumas situações, quando tinham essa disponibilidade, o *e-mail* fornecido era o do cônjuge. Os egressos do curso de Administração da estadual, ao contrário, foram os que mais usaram esse recurso.

Para todos os que nos forneciam um correio eletrônico, enviávamos o questionário e aguardávamos em torno de quinze dias; caso a resposta não chegasse, fazíamos uma nova tentativa. No total, foram feitas três tentativas e, a cada uma delas, algumas respostas retornavam com sucesso. À medida que os questionários chegavam, iniciávamos o processo de tabulação que durou de setembro de 2001 a janeiro de 2002.⁷

Durante os três meses que se seguiram, realizamos um trabalho de análise do perfil dos egressos, identificando quantos eram de cada curso, de cada universidade, sexo, idade, estado civil, escolarização anterior, trabalho antes da graduação, tipo de vínculo empregatício, cursos extracurriculares e outras informações. A partir dessa etapa, procedemos a um recorte, passando a trabalhar com os dados relativos aos jovens com até 32 anos de idade.

A delimitação da idade foi um critério definido no momento da formulação dos objetivos da pesquisa. Conforme já anunciado anteriormente, propomo-nos a investigar os processos de inserção profissional dos jovens egressos do ensino superior, portanto tínhamos que eleger uma faixa etária, mas ao mesmo tempo teríamos que garantir que esse jovem já tivesse percorrido uma certa trajetória profissional como graduado que nos fornecesse elementos para análise. Nesse caso, 32 anos de idade nos pareceu um limite razoável entre “ser jovem” e ter uma experiência mínima de pertencer ou não à PEA na condição de portador de um diploma de nível superior. No entanto, temos em conta que a população universitária no Brasil não é homogênea e que as diferenças tendem a se acentuar quando se pesquisam os estudantes de cursos noturnos e diurnos, ou de período

Banco Mundial e da UNESCO na redefinição do ensino superior no que se refere ao financiamento, autonomia e pesquisa, dentre outros.

⁶ Apenas três questionários foram enviados “em mãos”.

integral, quando se analisam alunos de diferentes cursos ou mesmo de distintas universidades.

Ao partirmos do entendimento de que o ingresso no mercado de trabalho tem condicionantes muito mais complexas do que possa captar o corte geracional, o fator idade, nesse caso, não é apenas a demonstração de um pertencimento de geração, trata-se antes do indicativo de uma condição social, em que o ingresso e conclusão de um curso de graduação em idade considerada “adequada”, ou seja, uma trajetória escolar linear que define o término do curso de graduação antes dos 25 anos, não é a realidade da maioria.

Esses dois aspectos (idade e condição social) em nossa pesquisa são indissociáveis e constituem a razão pela qual entendemos ser necessário realizar uma divisão por idade em nossa amostra de concluintes de graduação. Assim buscamos garantir de um lado o critério da idade que guarda especificidades analíticas a serem resgatadas, especialmente quando está em questão a inserção profissional, entendida como uma das etapas constituintes do ingresso do jovem na vida adulta; por outro lado, resgatam-se as diferenças sociais presentes numa mesma faixa etária e que, certamente, têm impactos sobre a construção de suas trajetórias de inserção no mercado de trabalho.

No que se refere às especificidades sobre a questão de “ser jovem”, estamos cientes da complexidade que envolve o termo, sobretudo no que diz respeito a um dos elementos constituintes da passagem para a vida adulta, qual seja, a entrada no mercado de trabalho. Segundo Pais (1996), um dos maiores problemas que afetam a juventude hoje, fazendo com que se torne um problema social, diz respeito às dificuldades de ingresso dos jovens no mundo do trabalho, cujas conseqüências podem ser estendidas para outras esferas como a necessidade de co-habitação com os pais e o adiamento do casamento. Ambas as situações colocam o jovem numa condição de ter que prolongar os laços de dependência com a família de origem e, ao mesmo tempo, viver um universo cultural distinto.

Ao elegermos como sujeitos de nossa investigação somente os egressos com até 32 anos de idade no momento da coleta de dados, sentimos a necessidade de, ao menos, pôr em discussão alguns aspectos que abrangem a noção de juventude na atualidade.

Uma observação que, de antemão, se apresenta como essencial, diz respeito ao fato de abarcarmos na categoria “juventude” aqueles com até 32 anos de idade, mesmo sabendo que essa faixa etária está acima do que se define como jovem. Segundo orientação

⁷ À medida que os questionários retornavam, seus dados eram depositados num banco de dados especialmente desenvolvido por Marcílio Grisotto para esta pesquisa, a quem somos grata.

de Pochmann (1998), consideram-se pertencentes ao segmento juvenil as pessoas situadas na faixa etária dos 15 aos 24 anos, conforme definição adotada pela ONU. No entanto, é necessário que se analise a especificidade de cada país, que pode apresentar variações.

Essa dilatação que operamos na faixa etária, de tal maneira que nos permitisse incluir os graduados com até 32 anos de idade, mostrou-se pertinente, uma vez que a própria noção do que é “ser jovem” requer que se tenha em conta antes de mais nada que se trata de uma construção social (SOUSA, 1999; PAIS, 1996). Nossos sujeitos guardam especificidades que merecem ser discutidas no âmbito da literatura sobre juventude, mesmo que não exclusivamente.

Segundo Sousa (1999), a constituição da subjetividade do jovem contemporâneo deve ser compreendida a partir de sua dimensão histórica. Isso significa que “a consciência e as ações humanas são transitórias e se transformam não apenas por seus atributos interiores ou por alguma natureza ou *razão existencial* mas também pela dinâmica da própria história de sua sociedade” (p.16 - grifos no original).

Ao percorrer a literatura sobre o tema constata a autora que não é possível adotar-se um único conceito de juventude, porém entender-se que existe uma multiplicidade de condições juvenis, fruto das diversas formas sociais de conflito e solidariedade nas quais estão envolvidos os jovens. Esses por sua vez experimentam um momento biológico e social transitório que não requer o estabelecimento de relações estáveis. No entanto a autora adverte para o caráter funcional ao qual está sujeita a noção de transitoriedade se apreendida dentro de uma concepção “finalista de juventude”, que vê a juventude como um ciclo da vida pré-estabelecido, ignorando a interação entre sujeito e realidade.

Essa lógica defende a existência de uma *natureza jovem*, inata, cabendo à psicologia conformista atuar a partir de propostas terapêuticas individualizadas na solução dos conflitos e tensões, vistos como de responsabilidade do próprio sujeito.

Sousa (1999) defende que

A juventude [...] é uma relação social que o jovem vivencia. Queremos dizer com isso que a transitoriedade da vida jovem pode ser considerada como um dos elementos constitutivos de análises dos comportamentos juvenis, *sem que se lhes atribua a condição de conteúdos inatos*. Intenções, utopias, projetos, rebeldias, transgressões são elementos concretos nas relações vividas por essa faixa etária, mas isolados como comportamentos próprios dos jovens, não são explicativos das relações que envolvem a juventude. (p. 25 - grifos no original).

De acordo com Pais (1996), a sociologia da juventude tem se apresentado entre duas tendências: uma que percebe a juventude como uma fase da vida constituída por um conjunto de aspectos uniformes e homogêneos e a outra que entende a juventude como um conjunto social diversificado em função das diferenças de classe. Atualmente as questões relativas à juventude tendem, segundo o autor, a ganhar um destaque distinto daquele que era dominante nas décadas de 1960 e 1970. Na época, o jovem era visto a partir de seu engajamento político, da sua militância.

De toda maneira o autor entende que são esses “problemas” que conferem a especificidade da existência de uma fase da vida juvenil que deve ser percebida como uma construção social. A questão que ele apresenta é a de como se passar de uma construção social da juventude pautada por “temas” tidos como universais da cultura juvenil para uma problematização sociológica que possa desconstruir alguns aspectos dessa construção social e ideológica da juventude como uma entidade homogênea. “A juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (p.29).

Pais (1996) sugere que a juventude deva ser vista a partir de dois eixos: como uma aparente unidade quando se referir a uma fase da vida e como uma diversidade quando se levam em conta as diferenças sociais. No entanto, adverte que não existe uma forma única de transição da juventude para a vida adulta; é preciso que se reconheça a pluralidade de trajetórias individuais e sociais.

Segundo o autor, as diferentes maneiras de enxergar a juventude podem ser traduzidas em diversas teorias que, por sua vez, podem ser agrupadas em duas correntes: uma geracional e outra classista. A primeira está relacionada à juventude como uma fase da vida em que as discontinuidades intergeracionais comporiam a base da formação da juventude como uma geração social. Nessa perspectiva “os indivíduos experimentarão o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como membros de uma geração, e não, por exemplo, como membros de uma classe social” (PAIS, 1996, p.40). A segunda entende que a passagem da juventude para a vida adulta deve ser percebida a partir das desigualdades sociais, seja em termos de divisão sexual do trabalho, seja de condição social (classes sociais). Para essa, as culturas juvenis devem ser entendidas como culturas de classe. Em outros termos, como resultado do antagonismo de classes.

O problema, segundo Pais (1996), é que as teorias classistas não dão conta de explicar como jovens de diferentes condições sociais compartilham certos valores. Os processos sociais que dizem respeito aos jovens não podem ser compreendidos exclusivamente como resultantes das determinações sociais e posicionamentos de classe, mas também como o resultado de diferentes interações locais. Assim sua proposta é a de que se compreenda as culturas juvenis através do cotidiano dos jovens, de seus contextos vivenciais, de suas táticas e estratégias cotidianas apreendidas não de forma isolada, mas na interação com diferentes contextos de socialização.

Com base na argumentação dos autores citados, entendemos que, quando nos definimos por investigar jovens que têm em comum o pertencimento geracional e a posse de um diploma de graduação, pouco avançaríamos se nos omitíssemos nas diferenças que os compõem. São jovens que vivenciaram de forma distinta, por exemplo, a relação com a entrada no mercado de trabalho. Enquanto, para uns, ela não passou de uma “experiência”, precoce ou não, sem grandes compromissos em atender às necessidades materiais, para outros, o ingresso representou o compromisso de compartilhar com seus familiares o provimento da sobrevivência.

Na tabela 01 podemos verificar o total de egressos por instituição com até 32 anos de idade quando os questionários foram aplicados. O total de egressos que possuíam até 32 anos de idade corresponde a 176, número com o qual efetivamos as análises dos questionários a partir dos quais algumas entrevistas foram realizadas.

Tabela 01 - Número total de egressos por instituição de ensino com idade acima e abaixo de 32 anos de idade em 2001⁸

Universidade	Egressos c/ mais de 32 anos em %	Egressos com até 32 anos em %
Privada	36,9 (94)*	27,3 (48)
Estadual	16,1 (41)	11,4 (20)
Federal	47,0 (120)	61,3 (108)
Total	100 (255)	100 (176)

* Os números entre parênteses equivalem ao número absoluto da amostra.

⁸ O número de contatos que estabelecemos com os egressos de todos os cursos envolvidos nesta pesquisa variou em função de diversos aspectos, a começar pelo número de formandos em cada instituição de ensino no ano de 1997 e pela possibilidade de localizá-los após quatro anos de conclusão do curso. Dentre os que pudemos contatar, variou também o número de retornos dos questionários. Porém, um elemento que certamente contribuiu para a diversificação da quantidade da amostra de informantes de cada curso foi o recorte realizado em torno da idade. Havia cursos cujo número de egressos com até 32 anos era bem superior ao de outros cursos. Disparidades perceptíveis, sobretudo quando se leva em conta o turno freqüentado (cursos noturnos são mais propensos a receber alunos mais velhos).

Ao considerarmos em nossa pesquisa somente os egressos com até 32 anos de idade - um critério metodológico fundamental para se discutir a inserção profissional dos jovens tendo em vista garantir uma certa homogeneidade no perfil - pareceu-nos que a proximidade entre esses egressos deixa de ser unicamente o fator idade, já que ele pode encerrar em si a configuração de um determinado perfil de uma parcela de jovens universitários, qual seja, aqueles que conseguem concluir seus estudos perseguindo um caminho traçado pela linearidade, sem os percalços de uma trajetória escolar marcada pelas reprovações, desistências e trancamentos impostos pelas contingências de uma sociedade marcada pela exclusão social. Nossos informantes têm em comum o pertencimento a essa parcela de graduados que, não obstante as adversidades encontradas pelo caminho, obtiveram seu diploma dentro deste limite de idade. São esses os sujeitos de nossa investigação.

A aquisição de um diploma de graduação dentro de uma determinada faixa etária poderia significar, então, *a priori*, a aproximação entre “iguais”. Essa foi a nossa porta de entrada. O desafio está, justamente, na apreensão daquilo que a idade tende a esconder, já que, se todos são iguais, parece que “uns são mais iguais do que outros”⁹ quando adentramos nas especificidades que compõem os egressos de cada curso e instituição de ensino.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)¹⁰, 62% dos alunos matriculados no ensino superior pertencem às instituições privadas e apenas 37,9% estão no sistema público. Segundo a mesma fonte, o ensino superior vem crescendo, ainda que o percentual de graduandos entre 20 e 24 anos seja muito pequeno quando comparado à população nessa idade. O índice aumentou de 5,5%, em 1994, para 6,7% em 1998. A meta a ser alcançada é de 30% de escolarização bruta nos próximos 10 anos para essa faixa etária. A explicação para esse baixo desempenho, sustenta o INEP, deve-se ao alto índice de evasão e repetência que reteria os alunos nos níveis anteriores e, conseqüentemente, retardaria o ingresso na universidade.

No entanto, em pesquisa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (GOIS, 2001) sobre a expansão da demanda nas universidades, o sociólogo Paulo Corbucci demonstra que houve expansão da oferta de vagas em ambos os setores. Porém, no ensino privado, a

⁹ Alusão à expressão utilizada por George Orwell em seu livro intitulado *A revolução dos bichos*.

¹⁰ Dados de 2002 revelam que 67,5% dos alunos concluintes do ensino superior são provenientes das redes privadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas e apenas 32, 4% são oriundos da rede pública. Fonte MEC/ INEP.

oferta foi maior do que a procura, diferentemente do ensino público, no qual seu crescimento tem se dado aquém da demanda. Esse fato é revelador não de uma retenção nos níveis inferiores de ensino, conforme apontam os documentos oficiais, mas pelo escasso investimento no setor público, combinado às dificuldades de pagamento das mensalidades cobradas pelas universidades privadas, cujo índice de inadimplência alcançou 18% dos estudantes no Estado de São Paulo em 2000. Entre os anos de 2001 e 2003 o número de instituições privadas aumentou 45%. Em 2003 89,4% das instituições de ensino superior pertenciam à rede privada, conforme reportagem da Folha de S. Paulo de agosto de 2003¹¹. Também é contestada na pesquisa a tese de que o estudante de instituições públicas teria um poder aquisitivo maior do que o das particulares. A partir de dados do IBGE sobre padrões de vida, o autor demonstra que os 20% mais ricos da população detêm 78% das matrículas em escolas pagas, enquanto que esse percentual baixa para 72% nas públicas.

Recentemente, pelo mesmo jornal¹², foi publicada uma matéria sobre a concentração de estudantes mais ricos nas universidades particulares com base nos estudos do sociólogo Simon Schwartzman, cujos dados foram extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2001 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ao ser comparado o perfil dos estudantes do ensino superior da rede pública com o dos estudantes da rede privada, o autor observa que a renda média mensal familiar desses últimos é de R\$ 2.433,00 enquanto que a dos primeiros é de R\$ 2.236,00. Os resultados não confirmam a tese da inversão, entretanto alertam para o perfil elitista dos estudantes de ambas as redes de ensino; em outros termos, 50% dos estudantes da rede privada constituem os 10% mais ricos da população brasileira. Entre os estudantes da rede pública a porcentagem é de 34,4%, um pouco inferior, mas ainda assim significativa.

De um lado percebe-se que o acesso ao ensino superior ainda é uma realidade destinada aos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, mas por outro lado não se deve desconsiderar uma parcela crescente da sociedade que, a despeito do ínfimo investimento público para esse nível de ensino, em contraste com os incentivos de expansão à rede privada, tem conseguido ingressar na universidade e concluir seu curso, ainda que isso represente cotas expressivas de sacrifício para os jovens e seus familiares.

¹¹ GRATUIDADE nas federais ainda provoca debate. *Folha online*. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/educaçao/ult305u13326.shtml>. Acesso em 03/08/2003.

¹² UNIVERSIDADE particular concentra estudantes mais ricos. *Folha online*. São Paulo, 08 set. 2003. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br>>. Acesso em: 08 set.2003.

A política no Ensino Superior tem promovido a diversificação no perfil de jovens graduados que irão disputar o ingresso num mercado de trabalho fortemente restritivo e excludente. As facilidades encontradas por aqueles oriundos de segmentos sociais com melhor poder aquisitivo e as barreiras a serem superadas pelos jovens de camadas populares nos fazem indagar sobre as mudanças sofridas na noção de inserção profissional e as estratégias por eles desenvolvidas para sua inserção no mercado de trabalho.

A relevância de um estudo desta natureza amplia-se quando nos deparamos com a escassez de pesquisas que considerem a articulação entre jovens e mercado de trabalho, especialmente os egressos do ensino superior.

Spósito (2000), ao realizar um amplo levantamento sobre o tema da juventude, aponta lacunas importantes; entre elas, a relação entre jovem e trabalho. A autora elaborou um primeiro balanço dos estudos sobre a juventude no interior da área da educação compreendendo os anos de 1980 a 1998. Como fonte principal foram analisadas 332 dissertações e 55 teses de um total de 8.667 trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação em educação nesse período.

Em seu estudo, Spósito (2000) revela como o tema “jovem” ainda é abordado a partir de uma estreita vinculação à escola. O referencial está focado no aluno, as noções de juventude são definidas pela categoria aluno, o que implica constatar uma tendência ao "escolacentrismo". Pouco se discute sobre esse jovem como sujeito social - quer situado na escola ou fora dela - e, por extensão, reduzidos são os estudos que investigam a categoria juventude e sua relação com o mundo do trabalho.

Os raros estudos que se propõem a analisar o mercado de trabalho para os egressos do ensino superior a que tivemos acesso tendem a reiterar informações sobre as mudanças observadas nos ambientes produtivos, a preferência por determinados cursos e a percepção de que existe uma relação entre escolha profissional e origem social do jovem¹³. Ainda assim, a nosso ver, tais estudos apresentam uma perspectiva de análise limitada em termos de apreensão de uma nova realidade imposta pela lógica do capital no presente momento, o que não invalida sua importância como fonte de dados atualizados a partir dos quais podemos avançar em nossos estudos.

¹³ Estamos nos referindo basicamente a dois trabalhos publicados pelo Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES). Um deles trata do mercado de trabalho para os egressos do ensino superior de Fortaleza no final dos anos 80. O outro diz respeito às atividades profissionais de ex-alunos de quatro cursos da USP nos anos 90. Cf. CASTRO, M. H. M., PAUL, J. J. (1992); FREIRE, Z. D. R., PAUL, J. J. (1997).

Entendemos que as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho, particularmente dos jovens diplomados no ensino superior, podem ser mais bem compreendidas se considerarmos tanto a emergência de um mercado de trabalho profundamente segmentado, marcado por precarização e demanda de novos perfis profissionais, quanto as implicações dessa realidade na construção das estratégias individuais empregadas por esses jovens para serem inseridos.

A importância de uma pesquisa desta natureza reside na possibilidade de se compreender a relação entre jovem e mercado de trabalho num contexto de destruição daquilo que serviu como referencial de um bom emprego para os concluintes do ensino superior no país, qual seja, a estabilidade, a segurança, a possibilidade de ascensão na carreira, entre outros.

O presente texto está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, realizamos uma apresentação das discussões acerca do mercado de trabalho no Brasil para os jovens, tomando como referência pesquisas empreendidas no decorrer do período que marcou a transição de um modelo político-econômico agrário-exportador para um modelo calcado na industrialização. O objetivo não é realizar um estudo sobre tais modelos, mas sim apresentar alguns elementos que exerceram impacto nas formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho com o desenvolvimento do processo de industrialização, especialmente de uma força de trabalho qualificada. Esse capítulo está organizado em duas partes: na primeira, estão incluídos resultados de pesquisas que objetivaram apreender as novas configurações do mercado de trabalho para os jovens, sobretudo daquelas que tratam sobre os profissionais com diploma de ensino superior, no cenário de uma industrialização intensa. Na segunda parte, procuramos refletir sobre a atualidade desse mercado de trabalho para os jovens, tendo em conta as transformações no padrão de acumulação produtiva para o qual novas exigências em termos de qualificação estão sendo postas, e também em razão dos altos níveis de desemprego e precarização das relações de trabalho. Nesse sentido outras formas de inserção profissional parecem delinear-se.

No segundo capítulo procuramos apresentar as principais tendências da discussão francesa em torno da inserção profissional de jovens na atualidade. Em razão do volume e do nível de aprofundamento que a problemática do ingresso dos jovens no mercado de trabalho tem ganhado ao longo dos últimos 40 anos na França, entendemos ser pertinente introduzir aqui essas reflexões, buscando destacar sua contribuição para a análise da realidade brasileira.

A necessidade de nos apropriarmos da literatura francesa deu-se no decorrer do curso de doutorado quando, ao tomarmos contato com autores brasileiros que abordavam a questão da inserção profissional, percebemos que estes faziam referências constantes aos pesquisadores daquele país. Dessa forma, avaliamos ser fundamental acompanhar a discussão mais recente sobre o tema, fato esse que nos levou à realização de um “Doutorado Sanduíche” durante dez meses na *Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines*¹⁴, onde pudemos, além de acessar os resultados de pesquisas mais recentes, participar de grupos de estudos, o que possibilitou o avanço de nossa pesquisa.

O terceiro capítulo contempla uma análise mais abrangente sobre os dados quantitativos coletados a partir da aplicação de um questionário aos egressos. Está organizado em duas partes: a primeira traz explicações sobre a construção metodológica que orientou esta pesquisa, destacando os caminhos perseguidos até chegarmos à definição dos sujeitos implicados neste estudo. Na segunda parte procuramos apresentar e discutir os dados obtidos pelo questionário. O enfoque é direcionado às questões relativas ao trabalho buscando-se uma articulação entre os cursos e as instituições de ensino envolvidas na pesquisa.

O quarto capítulo surgiu da necessidade de melhor apreender as formas que os jovens utilizam para ascender aos seus empregos. A apreensão das diferentes vias de acesso ao emprego e o porquê delas nos pareceu pertinente para o entendimento dos processos de inserção profissional dos jovens, considerados os distintos perfis aí representados.

O quinto capítulo destinou-se a entender a inserção profissional dos jovens a partir de seus próprios discursos, considerando-se as dificuldades e facilidades dos que, a despeito de pertencerem a carreiras profissionais e segmentos sociais distintos, trazem no bojo de suas preocupações a questão da insegurança em relação ao seu futuro profissional.

A tese se encerra com algumas considerações sobre o quanto a inserção profissional dos jovens portadores de diploma de graduação não pode ser tomada numa perspectiva individual, de maior ou menor habilidade em “lançar-se” no mercado de trabalho, mas, justamente, de resgatar as condições socioeconômicas das quais são originários esses jovens.

¹⁴ Este Doutorado “Sanduíche” no exterior foi realizado sob a co-orientação do Prof. Dr. Didier Demazière e foi financiado pela CAPES.

CAPÍTULO I

EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

1.1 Jovens universitários e o mercado de trabalho nas décadas de 1970 e 1980

Os estudos que têm como objeto o exame das oportunidades ocupacionais e a sua relação com o nível de escolaridade não são recentes. Pastore (1979); Gouveia (1981); Prandi (1982) e Spósito (1989) já apresentavam preocupação com essa temática. Mesmo sob diferentes matizes, esses autores buscam, a partir de investigações empíricas ou apoiando-se em dados secundários, estudar os efeitos da escolaridade, sobretudo o ensino superior, nas formas de ingresso no mercado de trabalho.

Contudo, necessário se faz situar tais trabalhos dentro das preocupações de sua época. Pastore (1979) teve como objetivo principal em sua obra discutir a mobilidade social por meio da educação. De acordo com o autor, nos países avançados os estudos sobre mobilidade social tendem a considerar o status de ingresso no mercado de trabalho como um dos principais determinantes da carreira do indivíduo. Para as sociedades menos desenvolvidas, o início da carreira ocorre de maneira mais precoce e é concomitante à permanência do indivíduo na estrutura familiar. Aqui não existiria uma passagem marcante de uma fase para outra.

O autor, ao trabalhar com dados referentes às gerações nascidas entre as décadas de 1910 e 1950, e que entraram no mercado de trabalho no período compreendido entre os anos de 1920 e os anos de 1970, salienta que o ingresso no mercado de trabalho está associado ao momento econômico de cada época. Todo esse período abrange as características de uma economia agrária que transita para um modelo industrial. Assim, cada grupo etário, no que tange a sua incorporação ao mercado de trabalho, deve ser percebido a partir das condições sociais a que está submetido.

Pastore (1979) parte da hipótese de que os indivíduos nascidos entre os anos de 1943 e 1953 e que se inseriram no mercado de trabalho entre os anos de 1960 e 1970 gozariam de melhores oportunidade de emprego, status mais alto, e teriam ascendido

socialmente quando comparados aos indivíduos mais velhos. Segundo o autor, a mobilidade depende das oportunidades de mercado, mas também das condições do ponto de partida, constatando que a proporção de indivíduos que entram no mercado de trabalho em idade precoce é alta, embora tivesse sofrido uma ligeira queda a partir dos anos de 1970.

Analisando os diferentes grupos etários, o autor demonstra que quanto mais cedo o indivíduo ingressa no mercado de trabalho mais baixo é o seu status ocupacional e, inversamente, quanto mais tarde ocorre o ingresso, melhores são as condições e maiores são as possibilidades de uma trajetória ascensional. No entanto, pondera o autor, é importante destacar que a idade de entrada no mercado de trabalho está relacionada com a origem social e o nível educacional dos indivíduos. Seus dados demonstram que quanto mais baixa é a origem social, mais precocemente ele começa a trabalhar. Porém, um fato relevante é que a precocidade é uma característica que não é exclusiva dos estratos sociais mais baixos.

Sustenta Pastore (1979) que existe uma tendência de mudança no que se refere à forma de ingresso no mercado de trabalho considerando-se o status ocupacional. Em períodos anteriores o ingresso com baixo status era maior do que o que se verificou na década de 1970, ou seja, indivíduos mais jovens passaram a inserir-se no mercado de trabalho em níveis mais altos. Tal fato estaria relacionado à diminuição das ocupações rurais, que, por suas próprias características, não ofereceriam aos jovens possibilidades de ocuparem postos mais elevados.

Concordamos com o autor quanto ao fato de que aquele momento – a passagem de uma economia de base agrícola para um modelo calcado na industrialização – permitiu que os jovens pudessem ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis ou, utilizando a expressão do autor, “em níveis mais altos”. Porém, não nos parece que essa situação fosse estendida a todos em iguais condições. Ainda que o desenvolvimento do setor industrial no Brasil pudesse criar oportunidades de emprego mais favoráveis, o que de certa maneira possibilitaria uma inserção profissional dos jovens em níveis mais altos, especialmente para aqueles com maior grau de escolaridade, pesquisas vão demonstrar que o desenvolvimento da indústria no Brasil, atrelado ao capital externo e, portanto, dependente do seu potencial tecnológico, não necessariamente incorporou de forma “decente” o contingente da força-de-trabalho disponível e em condições de assumir postos condizentes com sua formação (PRANDI, 1982; SPÓSITO, 1989).

Pastore (1979) também avalia a relação entre educação e entrada precoce no mercado de trabalho. Embora ingressando precocemente no mercado de trabalho, os jovens dividem seu tempo entre estudo e trabalho. Analisando-se os grupos com menor faixa etária que compõem sua amostra, ou seja, os que tinham entre 20 e 30 anos nas décadas de 1960 e 1970, verifica-se que a proporção dos que trabalham e estudam é de 50%, número bem superior às gerações mais antigas, o que confirma a tese de que a existência de trabalhador-estudante e estudante-trabalhador¹⁵ tornou-se cada vez mais comum nas décadas citadas acima.

Finalmente, o autor revela que os filhos de classe alta e média estudam mais e têm melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, quanto mais alto é o nível educacional do indivíduo, melhor é o seu começo de carreira. A origem social, “embora não seja um determinante direto do *status* do filho, tem um grande papel indireto na medida em que discrimina em termos educacionais e, assim, discrimina em termos de ocupação e ascensão social” (PASTORE, 1979, p.101). E nesse sentido, aqueles que concluíram um curso de graduação - pertencentes às camadas sociais com melhor poder aquisitivo - estão em melhor situação pois, na lógica do autor, ao possuírem melhor nível educacional, conquistam posições vantajosas na hierarquia ocupacional.

O autor conclui afirmando que, apesar das deficiências em termos educacionais e da “baixa herança social”, o Brasil teria avançado consideravelmente nas últimas três ou quatro décadas, fruto do dinamismo das forças produtivas, da transformação de uma sociedade rural em urbana e do aumento das oportunidades de emprego no meio urbano.

Seguindo a perspectiva de análise desse autor, o início de carreira no Brasil para os egressos de nível superior dos anos de 1960 e 1970 reflete as possibilidades provocadas pela credencial educacional, que, aliada à origem social, condiciona o tipo de inserção profissional dos jovens. Fica evidente, na perspectiva do autor, a crença no processo de industrialização e urbanização como propiciadores da mobilidade social, que, combinada com a ampliação das oportunidades educacionais, tem seus efeitos positivos nas formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O autor refere-se a uma mobilidade predominantemente estrutural que vai se sobrepor às deficiências individuais, entre elas a inserção precoce no mercado de trabalho e a precariedade educacional.

¹⁵ Estudante-trabalhador e trabalhador-estudante são expressões empregadas por Foracchi (1965) e Spósito (1989) para definir, a primeira, uma situação em que o jovem se define como um estudante em primeiro plano, tendo o trabalho um caráter ainda não central na sua vida. A segunda indica o indivíduo que, antes de tudo, trabalha. O estudo representa uma atividade que, quando necessário, é preterida em relação ao trabalho.

Uma questão central merece ser destacada quanto à abordagem desenvolvida por Pastore: sua adesão aos preceitos da Teoria do Capital Humano. Embora não a faça de maneira explícita, deixa entrever que as possibilidades de ascensão na carreira estão relacionadas ao desempenho educacional do jovem. Mesmo não negando a origem social como um aspecto importante na definição da qualidade da inserção profissional, ou seja, que os filhos dos ricos tendem a conquistar melhores oportunidades, sua perspectiva é a de que não é a condição social em si que permite uma melhor ou pior inserção, mas sim a possibilidade que tem um filho desse segmento de estudar. Assim, é a crença na educação como credencial para a elevação da qualidade do emprego e, conseqüentemente, a mobilidade social que parece orientar sua análise.

A Teoria do Capital Humano, idealizada por Theodoro Schultz nos Estados Unidos na década de 1950, tinha como preocupação central explicar as razões pelas quais uns países desenvolvem-se e outros não alcançam o mesmo nível de desenvolvimento. O autor entende a educação como uma dessas razões. Refere-se à educação como um capital humano porque se torna parte da pessoa que a possui. Esse tipo de capital, além de propiciar satisfação a quem o tem, permite o incremento de ganhos futuros. Trata-se de forma de investimento individual, porém com resultados coletivos.

A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que em [sic!] alguns aumentos importantes na renda nacional são uma conseqüência de adições a esta forma de capital. Embora esteja longe de ser algo fácil de colocar esta hipótese em comprovação, há vários indícios de que alguns, e talvez uma parte substancial, dos aumentos inexplicados na renda nacional nos Estados Unidos são atribuíveis à formação desta espécie de capital. (SCHULTZ, 1973, p. 79).

Para este autor não há dúvidas de que o crescimento econômico de um país advém do investimento em capital humano. É essa capacidade de obter conhecimento pelo investimento nas potencialidades humanas que faz com que alguns países se diferenciem dos outros no que diz respeito, por exemplo, ao nível de desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, tais idéias foram rapidamente incorporadas no contexto do *milagre brasileiro* (1968-1972) e amplamente disseminadas pelos organismos internacionais como solução para as desigualdades sociais, seja entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, seja entre os próprios indivíduos (FRIGOTTO, 1996).

Segundo o autor:

A idéia-chave é a de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral de desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual. (p.41).

Gouveia (1981), em seu trabalho, já aponta as discrepâncias que existem em torno do acesso ao nível superior para diferentes grupos sociais e confirma sua hipótese a partir de um estudo com universitários, em 1967, pertencentes a três universidades sediadas na cidade de São Paulo – Universidade Mackenzie, Pontifícia Universidade Católica e Universidade de São Paulo. Sua preocupação inicial reside na compreensão das condições e mecanismos que promovem a seletividade social. Embora seus resultados não destoem de estudos anteriores¹⁶ quanto ao perfil sócio-econômico do universitário no Brasil, a autora acredita que parte da desproporcionalidade no ensino superior possa ser solucionada pela superação das desigualdades existentes nos níveis médio e primário.

A reflexão que priorizamos em suas análises diz respeito à escolaridade e emprego, tema que se aproxima de nossas preocupações e é tratado pela autora a partir de dados secundários obtidos pelo recenseamento demográfico de 1950 e 1970, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Gouveia pretendeu discutir as possibilidades e limites postos pelos fatores estruturais aos projetos familiares formulados pelo indivíduo e sua família.

A autora cita o trabalho de Hutchinson (1960 apud GOUVEIA, 1981) como pioneiro no estudo sobre mobilidade intergeracional no Brasil, demonstrando a rigidez na troca de posições entre indivíduos de diferentes camadas sociais. Pode-se dizer que os

¹⁶ Autores citados por Gouveia: HUTCHINSON, Bertran, *Origem Sócio-Econômica do Estudante Universitário*, In: *Mobilidade e trabalho*, Rio de Janeiro, MEC- Instituto Nacional de Estudos pedagógicos, 1960. CASTRO, C. L. Monteiro de, *Caracterização Sócio-econômica do Estudante Universitário*. Rio de Janeiro, MEC – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968. ESPINHEIRA, Regina, *Acesso das Diversas Classes Sociais aos Cursos de Nível Superior em Salvador, no anos de 1965*. MEC – Centro regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, 1966 (mimeo). FORACCHI, Marialice M., *O estudante universitário e a transformação da sociedade brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. CUNHA, Nadia Franca da, *Vestibular na Guanabara*, Rio de Janeiro: MEC – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

canais de ascensão estejam se modificando e que a escolaridade ganha peso nessa questão muito mais do que no passado. O que não quer dizer que a mobilidade seja mais fácil. É preciso considerar a influência da origem social sobre a própria obtenção de educação formal, o que significa afirmar que o “efeito intergeracional” está longe de ser relevante. “O acesso diferencial a certos níveis e tipos de escolaridade seria assim, nas condições atuais, o principal mecanismo através do qual a estrutura de classes da sociedade brasileira se reproduz” (GOUVEIA, 1981, p.73).

Embora reconheça a existência de uma certa mobilidade ascendente, em função da multiplicação de empregos ocupados por pessoas com níveis educacionais mais elevados em contraposição àqueles que são ocupados por pessoas com escolaridade menor, a autora é cuidadosa em concluir sob uma ótica otimista. Segundo ela, é preciso ponderar que a taxa de fecundidade das camadas sociais mais baixas é maior do que a das camadas mais altas. Em segundo lugar, mesmo que se perceba um certo declínio no nível de escolaridade à medida que a escala social decresce, é possível verificar que em cada camada social há indivíduos que de alguma maneira conseguem ultrapassar o nível “esperado” para o seu grupo social. Esse fato, aliado a não reprodução, por parte das camadas superiores, em extensão suficiente para o preenchimento das oportunidades ocupacionais que se oferecem, acabam sendo favoráveis aos poucos indivíduos cuja escolaridade é superior à média de sua classe de origem. Além disso, cabe enfatizar o aumento do número de mulheres que disputam um espaço no mercado de trabalho, dentre as quais, aquelas pertencentes às camadas sociais mais elevadas e que possivelmente ocupariam as vagas “sobrantes” na estrutura ocupacional.

Na visão de Gouveia (1981), o interesse pela relação entre origem social, escolaridade e emprego extrapola a esfera acadêmica. Existe a crença de que a educação constitui fator importante na determinação do status ocupacional e da situação econômica do indivíduo e que, por essa via, se poderiam reduzir as desigualdades sociais. Tais noções são alimentadas pela Teoria do Capital Humano. Apesar das controvérsias em termos da “aplicabilidade” dessa teoria, o fato é que a demanda efetiva por educação vem crescendo sem que se analisem as conseqüências sociais da expansão dos sistemas escolares. Conhecer a questão é uma forma de se desmascarar a idéia de que a mobilidade individual por esta via (educação) possa tornar menos drásticas as desigualdades sociais.

Partindo dessa idéia, a autora, trabalhando com dados secundários fornecidos pela PNAD-1973, examina em que medida o grau de escolaridade de homens e mulheres está

relacionado, de um lado, com a sua origem social e, de outro lado, com o nível ocupacional em que se encontram. Sua pesquisa empreende uma comparação entre o Estado de São Paulo e o Nordeste por serem regiões diametralmente opostas no que diz respeito à geração de empregos e capacidade de absorção da força de trabalho

De acordo com Gouveia (1981), remonta aos anos de 1950 o interesse por esta temática que envolve o papel da educação na mobilidade social e que posteriormente também incorporará a influência da origem social na definição dos níveis de escolaridade. A autora situa os estudos como resultantes de um período em que vigorou a política desenvolvimentista de Kubitschek. Dois trabalhos particularmente são destacados por Gouveia (HUTCHINSON, 1960; ROCHA e WILKENING, 1969 apud GOUVEIA, 1981). Ambos procuraram demonstrar a relação entre origem social, escolaridade e status ocupacional, concluindo pelo aumento da importância da educação na obtenção de status ocupacionais mais elevados.

Segundo Gouveia (1981), vários estudos dedicaram-se à questão da desigualdade educacional associada à origem social (HUSEN, 1972; BOUDON, 1974 apud GOUVEIA, 1981). Um dos mais difundidos é o de Bourdieu e Passeron (1970) que apresenta o sistema escolar como instrumento de reprodução da estrutura de classes. No entanto, argumenta a autora, nem mesmo países que vivenciaram profundas transformações políticas e econômicas logram solucionar por completo o problema da desigualdade educacional, o que nos faz pensar sobre as reais possibilidades de alteração desse quadro a partir do aumento do número de vagas e do incremento das condições materiais das famílias nessas condições.

Nesse sentido, argumenta Gouveia, em famílias cuja condição de vida é extremamente precária e o acesso à escola, quando existe, se dá com bastante dificuldade, a elevação de renda pode representar um fator positivo¹⁷, porém quando se trata de grupos em situações econômicas um pouco mais favoráveis, o fenômeno da desigualdade escolar deve ser visto tendo-se em conta outros elementos que não simplesmente a renda familiar. Nessas situações a análise das trajetórias individuais poderia ser reveladora de certos fatores que contribuem ou não para uma escolaridade mais prolongada.

Aqui é perceptível a tentativa da autora de apontar para a necessidade de se apreender as questões de escolaridade, emprego e mercado de trabalho tendo-se como

¹⁷ A autora cita resultados de pesquisas que comprovam esta tese: SCHMIDT e MIRANDA, 1977 apud GOUVEIA, 1981.

horizonte de análise outros aspectos que ajudariam a compor o perfil dos egressos do ensino superior, o que em certa medida foge à regra dos estudos até então desenvolvidos. Os dados utilizados pela autora não a autorizam a determinar quais características da família de origem teriam contribuído para a elevação do nível de escolaridade do indivíduo. A única informação disponível refere-se à ocupação do pai no período em que o sujeito ingressou no mercado de trabalho.

Um dado a destacar em relação à escolaridade e ocupação dos pais é o pertencimento à zona rural ou urbana. Pais que residem na zona rural, mesmo com ocupações melhores, têm filhos cuja escolaridade é semelhante ao grau de ensino atingido por filhos de pais com pouca ou nenhuma qualificação, mas que residem nos meios urbanos, afirma Gouveia. Talvez isto possa ser explicado pela acessibilidade à escolarização para os que estão na zona urbana. Quando compara São Paulo e a região Nordeste na década de 1970, a diferença é grande em termos de alfabetização. Enquanto naquela o grupo de analfabetos é de 12% para o sexo masculino e 20% para o sexo feminino, na região Nordeste a taxa de analfabetos é de quase 50%.

O que nos interessa mais precisamente das análises de Gouveia é o exame realizado entre o nível de escolaridade superior e a origem social. Segundo a autora, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, a proporção dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, que possuem cargos mais elevados do que a ocupação paterna ocorre significativamente em maior número entre os “mais instruídos” do que entre os “menos instruídos” e a posse do diploma de graduação, em que pesem outros fatores, ainda constitui uma vantagem em termos de ascensão ocupacional para todos os grupos etários. Quanto aos jovens, tendem a ter maior dificuldade de ascensão ocupacional com nível de escolaridade primária, quando comparado o grau de dificuldade dos mais velhos num período anterior. Ou seja, o nível de escolarização passa a ter um peso importante na obtenção de um emprego com nível hierárquico mais elevado quando se examina a situação das gerações precedentes, nas quais a média de escolaridade era mais baixa.

Uma outra questão levantada por Gouveia (1981) é a da participação das mulheres mais jovens na População Economicamente Ativa (PEA). Embora essa participação tenha sido superior, elas não têm encontrado os mesmos tipos de oportunidades de trabalho que são oferecidos aos homens.

De todo modo, a autora adverte para o fato de que

o problema do emprego e desemprego não pode ser pensado simplesmente em função de características pessoais dos trabalhadores. A probabilidade de um indivíduo vir a exercer determinada ocupação depende, obviamente, não apenas dos atributos pessoais, mas, também, das disponibilidades de vagas ou possibilidades de trabalho, e isso varia em função do número de candidatos a emprego, bem como de características mais gerais da economia. (p.134).

Gouveia (1981) conclui que, se de um lado os dados indicam que a origem familiar condiciona a extensão da escolaridade do indivíduo, por outro, ela pode alterar o seu destino ocupacional. Porém, as vantagens da escolaridade dependem de certas circunstâncias pessoais e das transformações históricas. Por exemplo, o nível e o tipo de escolaridade, ainda que os mesmos, podem ter efeitos diferentes, dependendo da origem da família.

Entendemos que tanto o trabalho de Pastore (1979) quanto o de Gouveia (1981) buscam responder a uma inquietação que se fazia presente naquele momento, qual seja, a educação como mecanismo de elevação social associada às condições econômicas experimentadas pelo país na consolidação do processo de industrialização e aos efeitos daí advindos. Os estudos dão conta do espaço que os profissionais de nível superior adquirem em termos de possibilidades de atuação num mercado de trabalho que aponta certas vantagens para esse segmento. Isso não significa que eles “reinem absolutos”, como se estivessem no “paraíso” apenas usufruindo de suas “delícias”.

Embora os autores não tivessem como objeto central de suas análises a questão específica das estratégias de ingresso no mercado de trabalho por parte dos egressos da universidade, a contribuição de suas pesquisas reside justamente em demonstrar que o prolongamento da escolaridade estaria fortemente associado à origem social, mesmo considerando-se uma melhora quantitativa em termos de nível de escolarização quando se compara com as gerações mais velhas, e que o mercado de trabalho para esses profissionais parecia corresponder às suas expectativas, se não em condições salariais e de trabalho, pelo menos na promessa de que “dias melhores estariam por vir”.

Com uma preocupação que, em certo sentido, destoa dos trabalhos anteriores, Prandi (1982) discute em seu estudo a situação dos profissionais com titulação de nível superior no mercado de trabalho como uma tentativa de desmascarar o “efeito mágico” e o *glamour* em torno dos universitários e as possíveis benesses decorrentes dessa condição, sobretudo profissional. Em seu estudo o autor já constata as dificuldades que muitos

profissionais iriam enfrentar para ingressar no mercado de trabalho dentro das condições aspiradas.

Questionando a mídia por divulgar um discurso de que o equilíbrio entre oferta e demanda de força de trabalho seria uma questão de tempo, Prandi (1982) sustenta que uma das funções da universidade hoje seria, justamente, garantir a formação de um exército industrial de reserva para esse segmento qualificado da força de trabalho. Alerta ainda que, se a tendência do mercado de trabalho é de pagar pela força de trabalho com nível superior o preço equivalente ao de um trabalhador de nível médio, é de se esperar que o sistema educacional rebaixe os custos com a educação. Segundo ele,

É no momento em que a universidade deixa de ser elite para se transformar em universidade de massas que duas coisas acontecem conjuntamente: rebaixa-se o custo social do ensino e a sua qualidade. Esta deve descer aos níveis socialmente necessários, estimulando sempre de forma crescente a competição entre os trabalhadores e alimentando em termos relativos - sempre em termos relativos - o fetiche da mobilidade social como elemento de negação do antagonismo das classes sociais fundamentais. (PRANDI, 1982, p.20).

Apresentando dados sobre a expansão do número de vagas no ensino superior a partir dos anos de 1970, o autor aponta o setor privado como o grande responsável por uma oferta que se caracteriza pela baixa qualidade quando comparada com o setor público. Este concentra o maior número de professores com titulação mínima e possibilita certo incentivo à pesquisa, enquanto na rede privada o professor é submetido a uma relação de trabalho que o coloca na situação de mero ministrador de aulas.

O autor faz uma série de críticas sobre as condições em que são oferecidos os cursos em universidades privadas e o tratamento que é dispensado à pesquisa científica. Não há uma política que busque a capacitação dos professores por essa via. O ensino público, a despeito de sua dotação orçamentária inferior à demanda, ainda consegue situar-se dentro de um patamar de qualidade que prima pela valorização da pesquisa, mesmo que tendencialmente cada vez mais se distancie dessa realidade.

Acrescenta ainda as razões pelas quais o ramo privado de ensino tem se estabelecido: um filão extremamente lucrativo para os “empresários da educação”, cujo investimento é compensado pela possibilidade de baixar custos, oferecendo um ensino de qualidade duvidosa.

Prandi (1982) empreende uma discussão acerca do trabalho socialmente necessário requerido aos profissionais de ensino superior como forma de contribuir na nova divisão social do trabalho, própria da fase imperialista do capital na qual os processos de produção já desenvolvidos nos países dominantes são transferidos aos países economicamente dominados. Nesse sentido, os estágios de desenvolvimento das forças produtivas locais passam a submeter-se à hegemonia tecnocientífica dos países que controlam o capital sob a forma de tecnologia. Nesse estágio caberia à política nacional, no que tange ao investimento em ciência e tecnologia, contribuir para que ocorra a adaptação à implantação da tecnologia a ser consumida.

O papel da universidade como centro criador voltado para a pesquisa é prescindido em favor de uma atuação mais adaptada aos imperativos do capital monopolista. A questão que se coloca é, então, a de se compreender como o profissional de nível superior é incorporado pelo mercado de trabalho, o tipo de qualificação que lhe é exigida e as condições de trabalho a que está submetido. Partindo de exemplos de alguns profissionais de nível superior, o autor demonstra como eles estariam submetendo-se ao processo de adaptação à lógica do capital em sua fase monopolista¹⁸.

Iniciando pela medicina, uma profissão que durante muito tempo ocupou os mais altos níveis de prestígio social, o autor aponta que a forma de atuação do médico, pequeno-burguesa, lhe rendia a possibilidade de exercer um domínio político sobre sua clientela. O médico era também um homem público que se utilizava do seu exercício profissional, especialmente entre a população empobrecida, para exercer seu poder político-ideológico em favor dos interesses da elite local da qual também fazia parte.

Esse tipo de relação vai desaparecendo com o crescimento do proletariado urbano que pressiona o Estado para garantir a extensão do serviço médico como uma necessidade de sobrevivência. Esses serviços aos poucos vão sendo privatizados sob diversas modalidades com a interferência do Estado e o profissional da medicina torna-se um assalariado que se vê na condição de vendedor de sua força de trabalho em troca de salários aviltados, situação que se agrava com um mercado de trabalho saturado na área.

Segundo Prandi (1982), pesquisa realizada na Região da Grande São Paulo, ainda na década de 1970, demonstra que mais de 50% dos médicos trabalham em mais de um

¹⁸ Conforme podemos verificar, o autor analisa as relações capitalistas como próprias de cada época e, neste caso, num momento em que as “benesses” do Estado de Bem-Estar Social já demonstram sua fragilidade em atender às demandas do capital.

emprego, combinando as diferentes posições na ocupação – assalariados e por conta própria. Os dados ainda revelam que, entre os que combinam as duas posições, com o tempo, muitos tendem a reduzir o seu tempo de trabalho como autônomo e a taxa de assalariamento entre os profissionais mais antigos aumenta.

Entre os dentistas a situação não era diferente. Apenas 5% da população brasileira tinha acesso aos consultórios particulares. Aqui também a prática de se combinar trabalho assalariado e atendimento em consultórios coletivos ou próprios é uma marca desses profissionais, que vêm nessa última opção uma estratégia individualista de escapar da condição de assalariado.

Os engenheiros, especialmente os engenheiros civis, diferentemente dos dentistas, surgem no Brasil como profissionais que atuam no interior das empresas, privadas ou estatais. A profissão de engenheiro, em seu início, esteve associada ao aparelho do Estado como “arte militar” para garantir a segurança e a consolidação da identidade nacional. Posteriormente, com o aumento da demanda desses profissionais na instalação de hidroelétricas, serviços de transporte urbano, saneamento, gás e outros, o engenheiro torna-se figura-chave no controle e organização da força de trabalho braçal, bem como vai participar ativamente do planejamento das obras, cargo ocupado preferencialmente por profissionais estrangeiros ligados às próprias companhias que atuavam nesses setores. Segundo Prandi (1982), “na comparação inversa com o médico da época, o assalariamento era condição de ascensão social e de poder, uma vez que sua atividade – técnica, administrativa e política - só podia ser desenvolvida no interior da empresa capitalista ou do serviço público” (p.72).

A instalação da grande indústria internacional no país modifica profundamente o papel do engenheiro. Dotadas de organização e tecnologias avançadas, as grandes indústrias vão dispensar o desenvolvimento da engenharia local e atribuir aos engenheiros, de um lado, funções técnicas operacionais associadas à adaptação dos “pacotes tecnológicos” importados e, de outro, função de administradores. Esse engenheiro irá concorrer com o técnico sem formação universitária e outros profissionais de nível universitário formados para atender a parcelização crescente do trabalho intelectual. Assim, o engenheiro, como os demais profissionais de nível superior, perde sua condição de trabalhador polivalente, já que não há mais a necessidade desse tipo de profissional, passando a fazer parte do exército de reserva dos trabalhadores com diploma de nível superior (KAWAMURA, 1977 apud PRANDI, 1982).

Assim, salienta

A nova universidade para o novo capital começa a produzir gerações e gerações de novos profissionais; uma mercadoria desvalorizada por ser produzida a custos mais baixos, custos esses rebaixados pela apropriação do ensino superior pela empresa capitalista que retira da universidade a dispendiosa prática da pesquisa básica e aplicada; uma mercadoria tão abundante que a oferta suplanta a procura. (PRANDI, 1982, p. 74).

A perspectiva de análise de Prandi (1982) dá conta da formação de um exército de reserva de profissionais com diploma de graduação que, diante das condições precárias a que estão submetidos, vendem sua força de trabalho como mercadoria que, por sua vez, contém cada vez menos valor de troca, já que uma parcela crescente desses profissionais é formada em instituições educacionais cuja qualidade de ensino é rebaixada. O autor salienta também o processo de alienação do próprio trabalhador de nível universitário que ocorre pela parcelização do trabalho por meio das inúmeras especializações, ou seja, a divisão interna do trabalho que, conjugada com o assalariamento desses profissionais, contribui para retirar deles a capacidade de controlar o processo de trabalho. A relevância de seu estudo sobre a situação profissional dos universitários reside justamente na desconstrução do discurso tão propalado na época de que o crescimento do país estava fortemente associado ao desenvolvimento do seu capital humano.

Com o fito de conhecer as expectativas dos futuros profissionais de nível superior em relação ao mercado de trabalho, Prandi (1982) realiza entrevistas com estudantes de graduação em fase inicial e final do curso, abrangendo quatro carreiras: Medicina, Engenharia, Letras e Economia. O autor parte da hipótese de que os alunos tendem a perceber as questões relativas à universidade¹⁹ a partir da imediaticidade de sua condição de aluno.

As entrevistas deixam transparecer a crença liberal do sucesso individual. Os estudantes tendem a apresentar soluções individualistas para os problemas, seus discursos são permeados de pessimismo e decepção. Acreditam que o papel da universidade é “ser mais integrada” com a sociedade. É o estudante que deverá intervir para transformá-la,

¹⁹ Entre outros aspectos, são abordadas nas entrevistas questões relacionadas às possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e as exigências deste confrontadas com os conteúdos ministrados durante o curso de graduação.

imperando aí, para o autor, os princípios elitistas e autoritários que regeram no passado a iniciativa de dotar o país de uma fonte de produção das futuras elites dirigentes.

As preocupações de Prandi (1982) incidem sobre uma análise da própria universidade como objeto de aspiração de uma classe média receosa com a possibilidade da perda de um espaço de “reprodução” e ascensão social.²⁰ Ao mesmo tempo alertam para o seu papel de produtora de um saber que, tendencialmente, tem se limitado a contribuir para a lógica da subserviência ao capital internacional, manifestada entre outras formas pela formação de um profissional parcelizado. Assim, a questão da relação entre esses profissionais e o mercado de trabalho adquire um significado que extrapola a noção de um desequilíbrio entre oferta e demanda, e a magnitude de sua análise está na apreensão dessa relação como uma condição inerente à própria dinâmica do capital.

O estudo de Prandi (1982) é relevante porque põe em xeque a visão predominante à época de que a universidade estaria constituindo-se como o espaço, por excelência, para o desenvolvimento de um saber tanto humano quanto tecnológico, capaz de elevar o país de sua condição de “subdesenvolvido” para a de “desenvolvido”, contribuindo dessa maneira para a desconstrução de um dos pilares da Teoria do Capital Humano. O autor tem o mérito de realizar tal crítica a partir da investigação das condições concretas em que se encontravam os principais “portadores e consumidores” deste capital, quais sejam, os estudantes e profissionais diplomados em nível universitário.

É pelo mergulho na realidade profissional desses sujeitos, entendendo tal realidade tanto em termos de suas experiências quanto de suas expectativas, que Prandi (1982) percebe que as supostas benesses sociais propiciadas por um processo de desenvolvimento tecnológico não se efetivam. As condições de inserção profissional para os egressos da universidade vão se dar dentro dos ditames estabelecidos por uma política econômica subjugada aos interesses do capitalismo em espectro mundial.

O trabalho de Spósito (1989) segue na mesma direção. A autora vai buscar na política educacional do Brasil pós-64, fundamentada na Teoria do Capital Humano, as razões para uma tentativa de se estabelecer uma relação linear entre educação e mobilidade social. Seus defensores postulavam que a aquisição de capital humano por meio da escolarização traria como consequência a ascensão a um trabalho mais qualificado e níveis

²⁰ O autor defende que a universidade tem sido utilizada por uma parcela da classe média que, diante das dificuldades econômicas de ascensão social, tem enxergado na universidade uma via, se não de ascensão, ao menos de manutenção de seu status econômico e social.

de renda mais elevados. No entanto, o que de fato ocorreu foi uma maior concentração de renda e a constituição de um “exército de ilustrados” com titulação de nível superior tendo que amargar situações de subemprego ou desemprego.

De acordo com Spósito (1989), a Teoria do Capital Humano, entendida a partir das teses do desenvolvimento, produz um duplo efeito no âmbito das relações imperialistas internacionais. De um lado, sustenta a concepção linear de que o processo de desenvolvimento ocorre dentro de uma ordem que tem sua fase inicial no “subdesenvolvimento”, seguindo para o “em desenvolvimento” para chegar ao “desenvolvido”. Assim, atribui-se à própria natureza do curso do desenvolvimento da sociedade a causa das diferenças sociais. Aqui se destaca o investimento em recursos humanos qualificados – capital humano – como elemento fundamental para se alcançar o “desenvolvimento” e, nessa perspectiva, a educação é vista como instrumento de modernização, inclusive como “solução” para se superar, em âmbito nacional, os desequilíbrios regionais. Por outro lado, a Teoria do Capital Humano servirá como justificativa para a concentração do capital ao reforçar a crença de que o trabalhador poderá ser também proprietário, não dos meios de produção, mas de seu próprio capital, o capital humano. Dessa maneira, verifica-se um nivelamento da capacidade de trabalho dos indivíduos, que se potencializa pelos processos educativos, ao capital físico.

A “democratização” das oportunidades educacionais é apresentada como o mecanismo mais eficiente para a promoção da distribuição de renda, em substituição ao processo de negociação entre patrões e empregados. Essa concepção de educação como promotora de direitos iguais para todos e de equalizadora de oportunidades, amplamente defendida pelo Estado, vê a desigualdade social como fruto das diferenças individuais. Parte do pressuposto de que, uma vez assegurada uma “educação democrática”, caberia a cada um, a partir de seus talentos e aptidões, assegurar seu lugar na sociedade. Nesse contexto é que se situam as reformas para o ensino fundamental, médio e superior, sendo os acordos MEC-USAID²¹ a expressão mais evidente dessa ideologia desenvolvimentista.

Segundo Spósito (1989), para se compreender o projeto de educação superior no Brasil pós-64, é necessário que se perceba o vínculo entre educação e produção e o lugar ocupado pelo Brasil na esfera do capital. A autora resgata, em primeiro lugar, a separação entre educação e saber como um mecanismo de atendimento das necessidades impostas

²¹ Ministério da Educação e Cultura (MEC); Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

pelo capital. A expansão do ensino superior ocorre sem um crescimento proporcional da infra-estrutura e da ampliação do corpo docente, evidenciando a visão de que o mais importante é a quantidade.

A expansão do ensino superior gerou mecanismos de seletividade social que estão localizados menos no ingresso à universidade e mais nos tipos de instituição, cursos, carreiras e na qualidade de ensino. Além disso, assistiu-se no interior das próprias relações de trabalho formas de controle sobre os profissionais de ensino superior. O prolongamento da escolaridade desqualificada - expressa pelas políticas de expansão do ensino superior calcada na precarização das relações de trabalho, privatização do ensino, formação de centros de excelência para o preparo de quadros para o capital - torna a escola produtiva para o capital (FRIGOTTO, 1984).

Nessa perspectiva, afirma Spósito que

na dinâmica do capitalismo monopolista, o Estado, assumindo de forma crescente sua função de gestor dos interesses do capital, age no sentido de manter a organização da escola e, especialmente, a do nível superior de ensino, como funcionais à divisão social do trabalho, reproduzindo a divisão entre a organização e execução da produção. (1989, p.18).

É na escola superior privada noturna que Spósito (1989) vai buscar elementos para demonstrar a constituição de um perfil de trabalhador adequado às novas necessidades do capital: pertence ao setor terciário²² em empresas multinacionais ou estatais e, em menor número, no serviço público.

A autora resgata o fenômeno da terciarização da sociedade como um aspecto importante para a análise da relação entre escola e esfera produtiva. Em outros termos, na divisão social do trabalho no capitalismo monopolista, a dinâmica do setor terciário representa “[...] novas formas de sociabilidade do capital, que destrói, cria e subdivide ocupações não apenas no processo de produção imediata, mas inter-relação daquele processo com o processo de circulação e consumo dentro das novas formas que vêm assumindo a produção capitalista” (SPÓSITO, 1988, p.21).

²² Nesse estudo, embora a autora faça referência à intensificação da degradação do trabalho propiciada pelo processo crescente de terciarização, ou seja, a ampliação do setor terciário em condições favoráveis aos interesses do capital, não podemos deixar de validar tais críticas àquilo que hoje conhecemos como terceirização da economia, que segundo o Dicionário Aurélio significa “atribuição a empresas independentes, i.e., terceiros, de processos auxiliares à atividade principal de uma empresa”. São expressões com sentidos etimológicos distintos, mas que devem ser vistas como integrantes de um mesmo processo de reestruturação do capital.

Spósito (1989) salienta que o ensino superior noturno, pela sua “improdutividade” em termos de qualidade de ensino, acaba por contribuir para o processo de fortalecimento do capital na medida em que nega o acesso ao saber historicamente acumulado e desqualifica o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora.

A partir de uma pesquisa com alunos do ensino superior, a autora levanta uma série de questionamentos sobre a realidade desses jovens e sua relação com o trabalho. O primeiro emprego exercido por esses alunos situa-se no setor terciário. Ao comparar-se o primeiro emprego com a atividade atual, percebe-se uma certa “melhora” na escala ocupacional para aqueles que estavam em posições menos valorizadas. A maioria dos alunos começou a trabalhar com menos de 18 anos por razões econômicas. O trabalho, por isso, torna-se fundamental a esses estudantes. A autora conclui afirmando que alguns gozam de ligeira ascensão ocupacional com o prolongamento da escolaridade, o que não significa a ausência de condições precárias de trabalho nem a percepção realista por parte dos jovens sobre as possibilidades efetivas de realização profissional.

Quando buscamos apresentar estudos que se destacaram sobre a questão do ensino superior e o mercado de trabalho, percebemos que, gradativamente, a discussão sobre o ensino superior e as perspectivas de mobilidade social vai ganhando outros contornos, mais complexos, sobretudo quando a promessa das benesses advindas do processo de industrialização do país vão dando sinais de que a relação causa e efeito - na qual se poderia ler: “ Mais educação é igual a garantia de emprego em condições mais favoráveis” - não se efetiva.

De acordo com Baltar et al. (1996), o rápido desenvolvimento da economia brasileira até a década de 1970 em nada contribuiu para a eliminação da pobreza; ao contrário, o cenário se complexifica e ganha proporções alarmantes, especialmente com a conformação de uma massa de miseráveis que irão compor as periferias dos grandes centros urbanos. Como um dos principais determinantes da reprodução da pobreza, pode-se considerar o padrão de geração de emprego e renda do país e seu estilo de desenvolvimento, isto é, mesmo considerando-se a geração de amplas e novas oportunidades ocupacionais, sobretudo em atividades urbanas que desencadearam uma certa mobilidade social ascendente, há que se ter em conta duas questões fundamentais que condicionaram aquela reprodução. Uma refere-se ao êxodo rural e seus desdobramentos sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano. A outra questão associa-se ao tipo de geração de emprego e renda urbana.

Sobre essa última, ressalta Baltar et al. (1996), a forma de inserção no modo de vida urbano traz a necessidade de consumo, que por sua vez exige a ampliação do poder de compra da população que deveria ser possibilitada pelo exercício de um trabalho assalariado. No entanto, a despeito de um aumento do assalariamento e da formalização dos contratos de trabalho, formas de inserção precarizada no mercado de trabalho coexistindo com esses núcleos mais estáveis de assalariamento e certas garantias trabalhistas tornar-se-ão uma regra. Assim, as condições mínimas necessárias para a elevação do poder de compra dos salários não foram estabelecidas.

O início da década de 1980 no Brasil se caracterizou pela deterioração das condições gerais do mercado de trabalho urbano, definida pelo lento crescimento do emprego, elevação do número de trabalhadores assalariados por conta própria e de assalariados sem contratos de trabalho formal, além de uma expressiva redução do nível salarial. É desse período também, o que até então era inédito na história econômica do país, o desemprego aberto (BALTAR et al., 1996).

Segundo os autores, estagnação econômica e aceleração inflacionária constituem a marca dos anos de 1980 no Brasil, conseqüência de uma crise que é de caráter estrutural e que vai trazer implicações severas na inserção socioeconômica da população urbana. No entanto, a experiência do processo de redemocratização propicia, em certa medida, condições para uma crescente organização social e uma maior pressão sobre o Estado nas questões sociais. Ainda assim, a situação permanece problemática.

O fato é que o nível de ocupação nos anos de 1980 esteve atrelado à capacidade de absorção das atividades terciárias - conseqüência da desaceleração do crescimento industrial brasileiro na segunda metade da década de 1970 -, sobretudo um aumento da participação do comércio e dos serviços com queda expressiva nos níveis salariais.

Madeira (1986), no que se refere à participação do segmento juvenil no mercado de trabalho ao longo da década de 1970, confirma que, se por um lado houve uma certa incorporação de trabalhadores jovens ao mercado de trabalho impulsionada pelo processo de industrialização nesse período, por outro lado, esse movimento ascendente deve ser visto com cautela, uma vez que tal incorporação não foi suficiente para contemplar o excedente da força de trabalho expulsa do campo. O desencadeamento do período recessivo, a partir de 1978, contribuiu para uma retração na oferta de emprego na indústria, entrando em cena com mais intensidade o setor informal, que abrigou um crescente número de desempregados, sobretudo jovens.

Para Rama (1986) a participação da juventude no mercado de trabalho deve ser compreendida a partir de dois processos históricos: "o ciclo de transformação estrutural", que se expressa, por um lado, pela reprodução da desigualdade e, por outro, por uma certa democratização social; e a "crise dos anos 80" que desencadeia o esgotamento da incorporação "fácil" no mercado de trabalho.

Entendemos que é a partir desse cenário que devemos compreender a inserção dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho da época. O rebaixamento do padrão salarial, conjugado com crescimento das oportunidades ocupacionais vinculadas ao comércio e prestação de serviços e a interrupção do dinamismo industrial das décadas precedentes, teve seu impacto nas condições de ingresso dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho. Uma situação que destoava das análises mais otimistas apresentadas por Pastore (1979).

1. 2 Jovens, escolarização e o mercado de trabalho nos anos de 1990

Ainda que os dados estatísticos acusem um aumento significativo na percentagem da população escolarizada no país nos últimos anos, particularmente da população universitária, não temos assistido a um retorno positivo, mesmo que aquém da demanda, em termos de maiores possibilidades de acesso ao emprego em função do aumento da qualificação da força de trabalho, uma realidade que parece contrariar um dos pilares fundamentais da Teoria do Capital Humano, segundo a qual o investimento individual e social em conhecimento resultaria em aumento de riquezas. Inversamente, vivemos o paradoxo de que o aumento da concentração de renda nos países cresce na mesma proporção em que ocorre um crescimento da população mundial abaixo da linha da pobreza, a despeito de grandes avanços científicos em diversas áreas do conhecimento. No Brasil, somente de 31 de outubro de 2001 até 30 de julho de 2003, as instituições de ensino superior privadas cresceram 45%, o que significa a criação de uma instituição de ensino a cada 1,2 dias. O setor público, no mesmo período, cresceu de 183 instituições para 208, o que equivale a uma a cada 25 dias²³.

²³ GRATUIDADE nas federais ainda provoca debate. *Folha online*. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u13326.shtml>. Acesso em: 03/08/2003.

No campo econômico, a atual via de desenvolvimento - marcada pela abertura de nossa economia ao capital externo como justificativa de inserção do país na "nova ordem mundial" e conjugada com as medidas racionalizadoras adotadas com vistas a garantir um padrão de produtividade e competitividade - tem trazido uma série de implicações sociais, políticas e econômicas. Dentre elas, o desemprego que atinge um grande número de trabalhadores, sobretudo jovens.

O ciclo de industrialização no Brasil garantiu, até os anos de 1980, um rápido crescimento econômico e proporcionou uma ampla oferta de emprego em condições mais favoráveis do que as verificadas hoje, embora esse movimento, na época, não tenha sido suficiente para responder às necessidades de emprego em sua totalidade, sobretudo para a população mais jovem. Essa, segundo Pochmann (1998), tem sua inserção ocupacional completamente alterada e nos anos de 1990 os sintomas tornam-se mais evidentes. "O desassalariamento (perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e a geração de postos de trabalho precário" (ibid, 15), constituem fatores fundamentais no processo de desestruturação do mercado de trabalho.

Os jovens têm sido, em especial, penalizados por este contexto:

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), havia, em 1997, um terço da População Economicamente Ativa (PEA) vivendo na situação de subutilização da capacidade de trabalho. Considerando os 2,6 bilhões de pessoas que constituem a PEA mundial, quase um bilhão de trabalhadores tinha a sua capacidade de trabalho subutilizada. (OIT, 1998 apud Pochmann, 1998, p. 21). Deste total, foram registradas 150 milhões de pessoas na situação de desemprego aberto. Somente na faixa etária de 10 a 24 anos, 60 milhões de trabalhadores estavam na condição de desemprego, o que significa 40% do total dos desempregados formado por jovens. (ibid, p. 21).

Os empregos têm sido destruídos em quantidade superior aos criados. Entre 1989 e 1996, o emprego do jovem no Brasil foi reduzido em torno de 23%, representando a diminuição de 3,363 milhões de postos de trabalho, dos quais 1,309 milhão constituía empregos formais e 2,54 milhões, empregos não registrados. Contudo, as ocupações não assalariadas para os jovens, nesse período, sofreram um acréscimo de 1 milhão e 657,1 mil vagas para uma redução de 1,716 milhão de postos de trabalho no segmento assalariado. Em outros termos, as poucas oportunidades que se abrem são cada vez mais precárias. Essa situação, historicamente, vem se reproduzindo. No Brasil, as maiores perdas de emprego jovem com registro em carteira se concentram na região Sul (-23,8%) seguida da região

Nordeste (-23%), da região Sudeste (-20,7%), da região Norte (-20,3%) e da região Centro-Oeste (-6,5%) (POCHMANN, 1998).

De acordo com o autor, as poucas oportunidades de emprego no segmento formal do mercado de trabalho tendem a se localizar nas pequenas e microempresas que procuram incorporar os jovens pertencentes à faixa etária de 18 a 24 anos. Porém, é preciso ter claro que normalmente essas empresas oferecem condições de trabalho bastante precárias, os salários são baixos e o tipo de vínculo se define pela instabilidade. Isso significa que mais jovens estão desempregados, já que a demanda é inferior à oferta de força de trabalho. Além disso, os que se encontram inseridos no mercado de trabalho, tendencialmente, estão sob condições mais precárias.

Quadros (1996) apresenta uma discussão sobre os reflexos que a retração das oportunidades ocupacionais tem ocasionado para os segmentos médios da população brasileira, especificamente para os jovens. Sustenta o autor que, embora tal situação atinja a todos, os efeitos têm sido desastrosos para os assalariados pertencentes à estrutura organizacional das empresas com ocupações relacionadas a chefias, administrações, áreas técnicas e vendas. A partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 1989, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - lei nº 4.923/65 para o período de 1990, o autor constata que houve em São Paulo uma diminuição de 456 mil postos de trabalho entre 1990 e 1994 para os níveis intermediários de gestão que compreendem gerentes, chefes/técnicos administrativos, chefes/supervisores de fabricação etc. As fontes ainda demonstram que os mais atingidos pelo enxugamento são aqueles que pertencem à classe média.

Não obstante os dados nada animadores em relação a situação profissional em que estão sujeitos os trabalhadores na atualidade, convivemos com um crescente discurso que teima em afirmar que uma mudança estrondosa e, possivelmente vantajosa, acontece no mundo atual: trata-se da passagem de um modelo de sociedade capitalista fundada no conflito de classes para uma nova sociedade, “a sociedade do conhecimento”. Nessa, é inevitável a perda da centralidade do trabalho como categoria sociológica para explicar a realidade social. Em seu lugar diferentes categorias de análises são propostas de acordo com a filiação ideológica de seus proponentes. Destacamos dentre estes, as teses de Claus Offe, Adam Schaff e Robert Kurz (apud FRIGOTTO, 1996).

Para Offe, de acordo com Frigotto (1996), o modelo explicativo que sustentava a sociedade do trabalho não mais serve, justamente porque esta sociedade está em crise. Para

Offe a categoria trabalho deve ser substituída pela categoria do “espaço vital”. Schaff entende que estamos vivenciado o fim do trabalho abstrato a partir do surgimento da “sociedade informática” na qual o trabalho realizado a partir da força física do homem é substituído pela ampliação de suas capacidades intelectuais. Kurz observa que o fim do trabalho abstrato, e em decorrência disso o fim das classes sociais, deve ser analisado em função da crise provocada pelo avanço das forças produtivas.

Bianchetti (2001) ao discutir sobre as novas tecnologias de informação e comunicação – TICS, põe em destaque esta visão fetichizada em relação aos avanços tecnológicos como se houvesse uma realidade social homogênea capaz de garantir uma distribuição igualitária dos frutos de tal progresso técnico. É preciso que se questione que são os seus criadores e quais os interesses aí presentes. Para Frigotto (1996) não há como negar as profundas mudanças no modo de produção capitalista, porém tal entendimento não pode nos conduzir a uma perspectiva de “fim da centralidade do trabalho” e a diluição das classes sociais pois, conforme o autor

As classes sociais fundamentais não são um dado que possa se dissolver por si mesmo. A gênese das classes fundamentais hoje existentes se materializa mediante relações sociais e de força que, de um lado, encontram os donos dos meios e instrumentos de produção cujo interesse primordial é a busca incessante da acumulação e do lucro e, de outro, aqueles que em relação ao capital se organizam na defesa de seus interesses enquanto vendedores de sua força de trabalho. (FRIGOTTO, 1996, p. 130).

Para a compreensão das questões que se colocam hoje entre inserção profissional, escolaridade e mercado de trabalho, é preciso situá-las a partir da própria necessidade do capital em buscar novas formas de organização, movimento conhecido como “reestruturação produtiva” (HARVEY, 1994).

Tumolo (1999), no capítulo primeiro de sua tese de doutoramento, apresenta as principais discussões em torno da organização da produção, da qual o modelo japonês tem se tornado a principal referência. O autor considera que o “epicentro” das transformações no modelo de acumulação capitalista situa-se nos processos de trabalho manifestados pela introdução de novas tecnologias físicas e organizacionais. Em sua avaliação, as análises realizadas sobre essa temática refletem uma série de divergências entre os estudiosos, no entanto o autor postula a existência de dois pontos que convergem, ou seja, a crise de 1973,

que, independentemente das posições dos autores, é tomada como marco principal das transformações e o esgotamento do modelo de organização da produção taylorista/fordista, com a concomitante emergência de novos modelos.

Harvey (1994), em sua obra *Condição pós-moderna*, formula a tese de que estamos vivenciando uma mudança profunda nas práticas culturais, políticas e econômicas desde a primeira década de 1970. Mas adverte que tais mudanças não constituem o indicativo do aparecimento de uma sociedade pós-capitalista; trata-se de transformações superficiais, o que não implica serem insignificantes.

O autor parte do princípio de que o compromisso fordista e keynesiano não foi capaz de conter as contradições próprias do capitalismo. *Rigidez* é a expressão utilizada pelo autor para explicar tais incapacidades, que se referem à impossibilidade de suportar os investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo e a impossibilidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis. Nesse sentido, chama de *acumulação flexível* - como o contraponto à rigidez do fordismo - um novo padrão de acumulação capitalista que

se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços' bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Ibid, p.140).

Para o autor, a flexibilidade e a possibilidade de mobilidade contribuem para que o empregador possa exercer com maior eficácia pressões de controle de trabalho sobre os trabalhadores. Este novo padrão de acumulação capitalista pressupõe níveis altos de desemprego e o enfraquecimento do poder sindical. Quanto ao mercado de trabalho, Harvey (1994) argumenta que, considerando a maior competitividade, conjugada com o estreitamento das margens de lucros e a volatilidade do mercado, os padrões passam a obter proveito do debilitamento da organização sindical, bem como do excedente da força de trabalho para fixar regimes e contratos de trabalho pautados pela flexibilidade.

Como consequência, o mercado de trabalho parece estruturar-se a partir de uma segmentação entre as condições de trabalho. O autor representa tal segmentação utilizando-se de uma figura²⁴, onde o centro seria ocupado por empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização” (ibid., p.145). Esse grupo também gozaria de maior segurança no emprego. Na periferia estariam localizados dois subgrupos: um formado por empregados “em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (ibid., p.145). Esse subgrupo teria menos oportunidade de carreira e seria mais propenso à alta rotatividade. O segundo subgrupo seria composto por “empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídios públicos, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico” (ibid., p.145). Alerta o autor que esse segundo subgrupo tem crescido nos últimos tempos e que a tendência é a de que haja cada vez menos contratações na categoria de trabalhadores “centrais”.

Segundo o autor, a recessão de 1973, intensificada pelo choque do petróleo, desencadeou um conjunto de processos que afetaram o compromisso fordista, propiciando as bases para um tipo de acumulação mais flexível e integrada. Tais acontecimentos propiciaram um contexto de novas experiências na esfera da organização industrial, social e política. Para o autor, esse modelo se diferencia pelo surgimento de setores da produção completamente novos, "novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (HARVEY, 1994, p. 140).

A reorganização do sistema capitalista para Harvey (1994) é possibilitada por dois movimentos paralelos: o acesso à informação e a reestruturação do sistema financeiro global. O primeiro torna viável a obtenção de respostas precisas e instantâneas em fração de segundos, se necessário, de qualquer atividade nos mais diversos cantos do mundo. O segundo está relacionado com a reestruturação do sistema financeiro global, que envolve uma série de atividades entrelaçadas, muitas vezes fora do alcance de compreensão da maioria das pessoas. É o que ele chama de "empreendedorismo com papéis", ou seja, a

²⁴ *Institute of Personnel Management* apud Harvey, 1996, p.143.

sofisticação do uso da contabilidade em proveito de maiores lucros.

Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o funcionamento corporativo, estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador muito mais do que o fordismo o fazia. (HARVEY, 1994, p.155).

As considerações de Harvey (1994) sobre o padrão de "acumulação integrada e flexível" remetem ao entendimento de que a crise do regime fordista não significa, necessariamente, uma ruptura deste, antes é preciso situar as aparentes transformações no mundo do trabalho como uma forma de continuidade do sistema capitalista. Nesse sentido, a idéia do surgimento de um capitalismo mais "desorganizado" deve ser combatida.

Antunes (1995, 2000), na mesma linha, afirma que, a partir dos anos 80, os países de capitalismo avançado teriam sofrido profundas transformações no mundo do trabalho. De acordo com o autor, as mudanças ocorridas nos anos de 1980 podem ser percebidas pelo fato de que o

grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo²⁵ e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neorfordismo, neotaylorismo, pós-fordismo). (1995, p. 16).

Tais processos de trabalho expressam a substituição da produção em série e de massas por um novo processo de produção flexível e também por novos padrões de gestão da força de trabalho. Uma das conseqüências de tais mudanças se reflete na organização sindical, cuja capacidade de articulação é enfraquecida pela desregulação e flexibilização de conquistas históricas por parte da classe trabalhadora. No entanto, assevera o autor, a substituição do fordismo pelo toyotismo não deve ser compreendida como “um novo modo

²⁵ Antunes, ao definir o fordismo, entende que ele representou “a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [século XX]” (1995, p.17). Caracteriza-se pela produção em massa, linha de montagem com produtos homogêneos, controle do tempo e movimento, separação entre *elaboração* e *execução*, além de outras formas. (ibidem).

de produção societária” (1995, p.33) ou como um certo progresso em relação ao capitalismo taylorista-fordista. Sustenta sua argumentação questionando em que medida a produção toyotista, na essência, difere ou não do fordismo e suas formas diversas.

Antunes responde à questão a partir da seguinte formulação:

Queremos aqui tão-somente enfatizar que a referida diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital. (Ibid, p.33).

Segue afirmando que adotar essa compreensão não significa negar as singularidades que configuram o modelo toyotista, sobretudo na diminuição das hierarquias e pelo maior envolvimento dos trabalhadores na concepção do processo de trabalho, porém, apreender que tais singularidades “não suprimem o estranhamento da era taylorista” (ANTUNES, 1995, p.33).

É preciso, na perspectiva de Antunes (2000), compreender que a reestruturação produtiva refere-se a um conjunto de respostas do capital à sua crise, que é estrutural. Assim, o entendimento dessa crise se afigura de extrema complexidade, uma vez que estão em jogo mutações “*econômicas, sociais, políticas, ideológicas*, com fortes repercussões no ideário, na *subjetividade* e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*, mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto, tiveram forte impacto” (ibid., p. 35).

No Brasil, as pesquisas realizadas sobre os processos de reestruturação produtiva somente serão significativas a partir da década de 1980. Fleury e Fischer (1985), como pioneiros nesta reflexão, buscam caracterizar as mudanças nas formas de organização do trabalho nas indústrias brasileiras apresentando uma síntese das condicionantes que implicaram a necessidade dessas transformações. São elas:

- Condicionantes econômicas: a economia sofre um desaquecimento e o Brasil intensifica sua atuação no mercado internacional em virtude do quadro recessivo que se instala a partir dos anos 1970. Isso significa que as empresas deveriam, em função da retração do mercado, tornar-se mais eficientes e competitivas, de tal maneira que pudessem manter as margens de lucros que garantissem sua sobrevivência. Quanto às indústrias, a questão refere-se primordialmente à “necessidade de mudanças

profundas nos sistemas de produção para que se possa atender aos padrões de qualidade impostos pelos países desenvolvidos” (ibid, p.60);

- Condicionantes políticas: dizem respeito ao período de “abertura política” e às pressões sociais, sobretudo por parte dos movimentos sindicais, cuja pauta de negociação inclui, além dos salários, a organização e condições de trabalho;
- Condicionantes sócio-culturais: o “milagre econômico” despertou nos diferentes segmentos sociais expectativas em relação a um modelo desenvolvimentista que possibilitasse a ascensão social (Ibid, p.60).

Baltar et al. (1996) e Dedecca (1996) procuram analisar esse novo movimento do capital buscando desmontar a idéia de que estaríamos experimentando um período de flexibilização das relações de trabalho, fruto da desarticulação do sistema de normas e leis estabelecidas. No entanto pelo contrário, o que se tem verificado é uma nova maneira de regulação coerente com os objetivos reclamados pelo momento atual do sistema de produção capitalista. Para esses autores, estamos vivenciando uma nova forma de pobreza como consequência da exclusão de uma boa parcela de trabalhadores de setores tradicionalmente mais bem estruturados, ao mesmo tempo em que ocorre a proliferação dos empregos informais. Esse fato, aliado às precárias condições que sempre configuraram as relações de trabalho no Brasil, tende a agravar ainda mais a exclusão e desigualdade social no país.

Para Gentili (1998a, 2002), a crise do capitalismo contemporâneo desencadeou uma nova função econômica atribuída à escolaridade, que sumariamente pode ser caracterizada como o deslocamento de sua formação para o emprego, perspectiva que constituiu o ideário educacional durante o século XX, para uma formação voltada para o desemprego. Em outras palavras, temos assistido no campo da educação à *desintegração da promessa integradora*.

A expansão dos sistemas escolares nacionais, a partir da segunda metade do século XIX, segundo Gentili (1998a, 2002), deve ser vista como a expressão de uma necessidade, sentida tanto pelos grupos dominantes quanto pelas massas que lutavam pela democratização do ensino, de que a escola deveria ter como papel fundamental a integração social. Ou seja, “a promessa da escola como entidade integradora” (GENTILI,1998a, 2002). Essa promessa, ao menos no plano do discurso, estava identificada com a expansão e universalização dos direitos econômicos e sociais, condição fundamental para a construção do *Welfare State* que, nos países periféricos, não passou da

constituição de um Estado em certa medida comprometido com a questão social mas sem, necessariamente, implicar compromisso com a cidadania (FLEURY, 1994 apud GENTILI, 1998a). Nessa perspectiva de integração, a escola deveria propiciar as condições educacionais para que a força de trabalho pudesse ser incorporada Ao mercado de trabalho.

Frigotto (1996), ao se referir ao esgotamento do Estado de Bem-Estar e do modelo fordista de acumulação e regulação social, entende que o que entrou em crise nos anos 1970 constituiu-se em mecanismo de solução da crise dos anos 1930: as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos 50 anos. Segundo o autor

A crise não é, portanto, como a explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de ganhos de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico de acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço. (p. 62).

Desse modo, é sob a ótica do “Estado Mínimo” que as reformas no campo educativo têm sido gestadas. De acordo com Gentili (1998), difunde-se a idéia de que a educação está em crise porque enfrenta problemas de “qualidade”: qualidade de financiamento e qualidade de gestão. No primeiro caso, a escola deve ser capaz de buscar seus próprios recursos, guiar-se pelos exemplos das empresas bem sucedidas. No segundo caso, a ausência de uma boa administração de tais recursos tem levado ao fracasso da educação, portanto, mais uma vez, os “homens de negócios” são chamados a contribuir para que se instaure no sistema educacional a mesma eficiência e produtividade estabelecidas pela concorrência capitalista.

Conforme Machado (1998, p. 28), o que se defende é

a implementação da pedagogia da adaptação e do ajustamento à lógica mercantil, que vê o sujeito do trabalho como um simples valor de troca. Qualificar para o trabalho nestes termos é reduzir os espíritos à sociabilidade do capital, é reificar os seres humanos, tomá-los como simples instrumentos, com o objetivo supremo de naturalizar e perenizar o sistema social dominante.

De acordo com Gentili (1998), o discurso educacional do neoliberalismo²⁶ se caracteriza a partir de uma reformulação dos enfoques economicistas do "Capital Humano". Essa concepção defende originalmente que a educação serve para potencializar o crescimento econômico e garantir o bom desempenho no mercado. A base que sustentava essa teoria nos anos 1950 e 1960 se assentava em uma realidade que hoje já não se verifica. Segundo o autor,

Entender que a educação garante o crescimento implicava reconhecer que ela precisa ser considerada um investimento (individual e social) e, conseqüentemente, que deveria estar submetida a um rígido planejamento centralizado. A *promessa* que formulava esta perspectiva era que o mercado conseguiria responder às demandas individuais e que, ao mesmo tempo, o próprio crescimento econômico iria gerar uma multiplicação de empregos e um aumento geral da riqueza, que resultaria num incremento dos ingressos individuais. O mercado expandia-se e nele existia lugar para todos [...] ou para quase todos. (p. 105 - grifos no original).

A hegemonia do projeto neoliberal, para fazer frente ao esgotamento dos limites estruturais do fordismo, desencadeia uma outra realidade na qual a Teoria do Capital Humano é resgatada para justificar e legitimar a exclusão do trabalhador do mercado de trabalho atual. Hoje se transferem da esfera do Estado para a esfera do mercado as responsabilidades dos investimentos nas políticas sociais. Se antes o *Welfare State* gozava de uma certa centralidade e respondia por algum tipo de planejamento, atualmente as decisões de investir-se ou não em educação ficam exclusivamente a critério individual. Na perspectiva neoliberal, formar para a competência representa a alternativa diante de um mercado de trabalho em constante retração. Assim, o que está posto é educar “para a competência num mercado competitivo [...], eis em que consiste o *ethos* economicista neoliberal” (CANCIO, 1992 apud GENTILI, 1998, p.109).

A escolarização era pensada como um aspecto imprescindível na formação do capital humano como elemento desencadeador da capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, do aumento da renda individual e da riqueza social (SCHULTZ, 1973). Isso significava, por parte do Estado, planejamento de políticas públicas para o setor,

²⁶ O autor define neoliberalismo "como um projeto hegemônico. [...] uma alternativa dominante à crise do capitalismo contemporâneo através do qual pretende-se levar a cabo um profundo processo de reestruturação material e simbólica das nossas sociedades. [...] deve ser compreendido como um projeto de classe que orienta, ao mesmo tempo e de forma articulada, um conjunto de reformas radicais no plano político, econômico, jurídico e cultural" (p.102).

objetivando garantir o incremento da renda individual (capital humano) e da renda social destinada ao desenvolvimento econômico da nação. O que atualmente se pode afirmar é que essa promessa se desintegra, já que as condições acima citadas deixam de existir; em seu lugar, vê-se a privatização da função econômica da escola, antes delegada ao Estado (GENTILI, 1998a, 2002).

Para esse autor vale destacar que não se trata de negar o componente econômico atribuído à educação, mas afirmar uma mudança de sentido. Agora o que prevalece é uma lógica privada em que cada um é responsável pela aquisição de competências no “mercado educacional”. Resta ao indivíduo fazer suas próprias escolhas, que o levarão ou não a conquistar uma posição no mercado de trabalho. Nas palavras de Gentili (1998a, p. 81), “a desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade”.

Atualmente as instituições educacionais advogam a necessidade de os jovens investirem no seu futuro, obtendo uma formação de nível superior mais adaptada aos requerimentos do mercado de trabalho. Assim, estariam adquirindo um “valor agregado” que lhes possibilitaria uma melhor chance de conquistar o seu “sucesso” profissional. Embora a titulação de nível superior apareça como um fator fundamental nesse tipo de discurso, a aquisição de um diploma deve ser combinada com a capacidade do jovem de saber aproveitar as oportunidades que lhe surgirão. Portanto, a trajetória de sucesso ou fracasso profissional dependerá dele próprio²⁷. Nessa perspectiva, “A educação, pensada como ‘capital humano’ individual, deve ser um assunto que compete pura e exclusivamente à esfera [sic!] das decisões e escolhas privadas que cada um precisa assumir, com o objetivo de melhorar sua posição relativa nos mercados” (GENTILI, 1998, p. 22)

Incorporada a idéia de que o diploma universitário possa ser o passaporte para o ingresso no mundo laboral, os jovens assumem como sua a responsabilidade de inserção nesse mercado que somente reconhece os indivíduos portadores de “competências”. De acordo com Machado (1998, p. 22 – grifos no original), “o conceito de competência tem sido utilizado para referir-se às condições subjetivas do *desempenho dos sujeitos na realidade atual dos processos de trabalho* e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho [...]”.

²⁷ Esses discursos são facilmente encontrados nos materiais de propaganda das instituições privadas e públicas, bem como na mídia em geral.

Da escola e dos professores, espera-se uma maior integração aos requerimentos mercadológicos, que se expressam pela ênfase em saberes comportamentais e atitudinais. É preciso, no linguajar empresarial, que o trabalhador saiba "ser", seja "dinâmico", "criativo", saiba "contribuir", "trabalhar em grupo", "tenha iniciativa"²⁸ etc. À educação, nesse particular, é reservado um papel fundamental: a construção do sujeito "polivalente", capaz de assumir diferentes "faces" de acordo com as necessidades apresentadas pela lógica competitiva. Quanto mais o sujeito for capaz de demonstrar habilidades diante de situações adversas e convertê-las em vantagens lucrativas para a empresa, mais "competente" ele se torna na ótica empresarial.

No afã de conseguir o seu emprego, os jovens em geral, e particularmente os que pertencem aos segmentos sociais com maior poder aquisitivo, parecem não medir esforços para ver concretizado o sonho de um "emprego seguro". Nesse sentido, a educação lhes é apresentada como uma saída plausível diante da crise do emprego. A idéia amplamente disseminada é a de que se qualificar competentemente para atender às novas necessidades do mercado de trabalho é uma tarefa indiscutível, tendo em vista a retração na oferta ocupacional, conjugada com a exigência de um novo perfil de trabalhador para o qual a escola deve preparar.

Assim, a passagem pelo sistema de ensino parece ganhar um *status* especial - antes concebido apenas pelas camadas sociais com melhor poder aquisitivo - como canal de acesso à mobilidade social. Hoje, ingressar na universidade e adquirir um diploma de curso superior não implicarão, necessariamente, benefícios de outrora, mas poderão servir como um diferenciador diante da crise do emprego entre os jovens, porém um diferenciador que somente tem seu potencial aumentado se combinado com outros mecanismos de diferenciação. O sistema de ensino tem se tornado "uma espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção" (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 1998, p. 221).

Bourdieu e Champagne (1998), em *Os excluídos do interior*, ao empreenderem uma análise do sistema de ensino francês, colocam em questão o próprio processo de democratização do sistema. Até os anos de 1950, as crianças de famílias culturalmente desfavorecidas eram eliminadas da escola de tal forma que se sentissem excluídas por falta

²⁸ Cf. SILVA, M. M. (1998). A pesquisa realizada com jovens candidatos a trainee revela essas características como importantes para a conformação de um novo perfil de trabalhador mais ajustado à lógica do mercado de trabalho.

de capacidades naturais. A partir desse período, o prolongamento da obrigação escolar até os 16 anos contribuiu para o ingresso de categorias sociais até então excluídas da escola. O resultado disso foi uma intensificação da concorrência e um crescimento dos investimentos educativos por parte dos segmentos que já utilizavam o sistema escolar. Aqui o discurso sobre o fracasso escolar ganha, na visão dos autores, outro sentido, deixa de ser de responsabilidade do próprio “fracassado” e passa a ser visto como resultado da incompetência da escola e dos próprios professores.

Segundo os autores, a estrutura da distribuição diferencial dos benefícios escolares e dos benefícios sociais não apenas se manteve como tornou-se mais intensificada com a presença de novas clientelas no sistema de ensino, o que provoca um processo de eliminação cada vez mais estendido e diferido no tempo, dando origem a um segmento de excluídos do sistema de ensino em potencial. Esses, por sua vez, introduzem aí as contradições e conflitos associados a uma escolaridade cujo único objetivo é ela mesma. Em tal lógica, os filhos de famílias desprovidas de capital econômico e cultural somente têm acesso aos diferentes níveis de ensino, especialmente os mais elevados, quando o valor econômico e simbólico dos diplomas é rebaixado.

Para Bourdieu e Champagne (1998), existem várias práticas de exclusão do sistema de ensino que não são explícitas, são graduais e imperceptíveis, como por exemplo a diversificação dos ramos de ensino e procedimentos de orientação e seleção cada vez mais precoces. Ainda se verificam os fracassos relativos, em que o pertencimento a um determinado estabelecimento de ensino acaba por contribuir para criar um princípio dissimulado de diferenciação, ou seja, os filhos de ricos pertencem às instituições escolares que provavelmente os conduzirão ao poder político e econômico, enquanto os filhos de pobres mantêm uma relação de desencanto com a escola. Sustentam os autores que a problemática da escola está relacionada

com uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou mesmo políticos, mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro, da imitação, como se fosse o único meio de reservar para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos. (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 1998, p. 225).

As questões trazidas por Bourdieu e Champagne (1998) são, sem dúvida, pertinentes, uma vez que colocam em xeque a perspectiva ingênua da existência de um

processo de democratização do ensino linear, sem as diferenciações acima referidas, especialmente no ensino superior, cuja simples passagem por ele resultaria na incorporação de determinados saberes garantidores do sucesso escolar e profissional. Da mesma maneira que se assiste à construção de uma visão idílica sobre o acesso ao ensino superior como sinônimo de democracia, reduzida a uma questão matemática de quantos cursos se abrem e quantos jovens ingressam, essa perspectiva também se estende para o processo de inserção profissional, visto como o *saldo* (positivo ou negativo) da maior ou menor habilidade do estudante em saber aproveitar as oportunidades (tidas como uniformes e universais) advindas da realização de um curso de nível superior.

Essa visão, ainda dominante, pelo menos nos discursos amplamente disseminados pela mídia, embora não encontre correspondência na realidade concreta de quem a vivencia - o que só faz agravar a situação, pois o jovem e suas famílias acabam assumindo como de sua exclusiva competência uma condição que deve ser apreendida a partir de relações sociais, isto é, políticas e econômicas -, parece muito bem articulada com o que Gentili (1998, 1998a, 2002) chama de uma reedição da Teoria do Capital Humano.

CAPÍTULO II

A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA FRANÇA E NO BRASIL

2.1 A inserção profissional na França: noções preliminares

O debate sobre a inserção profissional no Brasil é escasso, o que de certa forma contribui para que não constitua um campo de pesquisa plenamente consolidado. Essa escassez também pode estar relacionada ao lugar que o tema ocupa em termos de prioridade nas políticas sociais. Diferente parece ser a experiência europeia, sobretudo a francesa, cuja problemática ganha destaque em diversas áreas de pesquisa (CHARLOT e GLASMAN, 1999). Pretendemos apresentar brevemente alguns elementos a partir da literatura francesa²⁹ que nos ajudarão a pensar a inserção profissional de jovens no Brasil num momento de intensas transformações no mundo do trabalho.

Existe na França, desde a década de 1970, o Centro de Estudos e de Pesquisas sobre Qualificação (CEREQ), cuja finalidade é analisar o impacto das questões relativas à formação no mercado de trabalho, sobretudo a relação entre o sistema de ensino e o setor produtivo. Esse centro tem uma tradição de pesquisa voltada para o acompanhamento longitudinal das condições de ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens egressos do sistema de ensino. Embora muitas vezes criticado por seu passado histórico de reiteração das políticas adaptativas aos requerimentos do setor produtivo, sua atuação tem contribuído para a elaboração de um conjunto de dados ao longo das últimas décadas.

Recentemente foi publicado um estudo, intitulado “*Dossier Génération 92*”³⁰, que discute as condições de emprego dos egressos do sistema de ensino de 1992 em todos os níveis e sua situação cinco anos após, ou seja, em 1997. Uma das principais conclusões desse trabalho refere-se à crescente precarização das condições de trabalho para os jovens, porém destacando uma significativa diferença quando eles apresentam uma maior

²⁹ Todas as traduções desta tese são livres e de minha inteira responsabilidade.

³⁰ Cf. ARLIAUD, Michel e ECKERT, Henri, (2002); MARTINELLI, Daniel; ZARGA, Georgie Simon et WERQUIN, Patrick, (1997).

qualificação. Dito de outra forma, quanto maior é a qualificação, menores são as chances de precarização.

Podemos dizer que as discussões sobre a problemática da inserção profissional dos jovens na França, se comparadas com as que ocorrem no Brasil, apresentam-se tanto em qualidade quanto em quantidade mais adiantadas. Sem desprezar o mérito dos pesquisadores no Brasil, o fato é que naquele país o acesso a pesquisas de diversas naturezas e o acúmulo de experiências na área têm permitido a consolidação de um campo de investigação que, no momento atual, em decorrência do aumento do desemprego e da precarização nas relações de trabalho, tem merecido amplo destaque.

As abordagens situam-se tanto numa perspectiva mais quantitativa, como o acompanhamento longitudinal de uma amostra de jovens em diferentes momentos de sua trajetória após a saída do sistema de ensino (CHARLOT e POTTIER, 1989; MARTINELLI et al., 1997a; MONCEL e ROSE, 1995), como de natureza qualitativa, por meio de entrevistas com jovens que buscam uma inserção no mercado de trabalho (TROTIER et al., 1997). Por uma ou por outra via de análise, o fato é que ambas as abordagens combinadas resultam no mapeamento de diversos aspectos que envolvem a entrada do jovem na vida ativa.

Muitos trabalhos abordam a questão da inserção profissional de maneira mais ampla, realizando comparações entre os diferentes tipos de diplomas, de emprego e origem social. Verificam-se, além dos clássicos estudos sobre origem social e escolaridade³¹, trabalhos que procuram evidenciar a complexidade das relações estabelecidas entre as estratégias de inserção profissional e a utilização das redes sociais como mecanismo credenciador na procura por um emprego (MARTINELLI et al., 1997; MARRY, 1983; DUPREZ et al., 1991; DEGENNE et al., 1991). Além desses trabalhos, outros elementos têm sido recuperados, especialmente num momento em que cada vez mais cresce o número de diplomados sem que as condições de ingresso no mercado de trabalho cresçam na mesma proporção. Podem-se citar ainda os autores que se dispõem a conhecer as representações que os jovens têm da sua própria inserção (TROTIER et al., 1997).

Atualmente parece haver um certo predomínio de pesquisas que buscam refletir sobre a situação dos jovens considerados mais “vulneráveis” aos efeitos reestruturadores do mercado de trabalho, sobretudo os filhos de imigrantes e pertencentes aos meios sociais menos favorecidos economicamente. Nessa linha, podem-se destacar os estudos sobre

³¹ Cf. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude, (1985).

violência, racismo, drogas e outros e as respectivas políticas governamentais destinadas a esse segmento (MAUGER, 2001; WERQUIN, 1997).

2.2 As políticas de ajuda ao emprego para os jovens na França

Para Werquin (1997) há muitos estudos que questionam a efetividade das medidas adotadas em relação ao emprego dos jovens, já que muitas vezes acabam por ajudar aqueles mais “equipados”. Partindo de resultados de três pesquisas realizadas pelo CEREQ em torno dos jovens menos diplomados, a autora verifica o papel dos dispositivos³² de inserção em relação ao desemprego e considera que tais medidas de inserção têm se tornado um instrumento de regulação da inserção profissional nos últimos dez anos, tanto em termos individuais (trajetórias) quanto na evolução do tempo de preparação dos jovens desempregados.

Ela entende que esses dispositivos podem se inspirar em dois grandes grupos de idéias. O primeiro seria aquele preocupado em corrigir as deficiências dos jovens quando ainda estão fora da empresa, tendo em vista a impossibilidade dos empregadores de arcar com os custos da qualificação. Os jovens teriam, então, uma certa vantagem em relação ao adulto experimentado. O segundo grupo seria aquele a favor de medidas que poderiam favorecer uma certa economia na busca por um emprego. Assim, a remuneração durante o período em que estivesse usufruindo da medida funcionaria como uma espécie de subvenção na procura por uma ocupação. No entanto, observa a autora, em momentos de maior dificuldade de emprego, essas políticas não são mais do que substitutos temporários de empregos.

Existe uma visão de que esses dispositivos de emprego para os jovens teriam um papel formador, tendo em vista que certas medidas de inserção acabariam por promover um contato por parte dos jovens com o mercado de trabalho num tipo de atividade à margem da esfera dos empregos regulares, contribuindo para despertar o interesse por essas atividades. Num outro sentido, os empregos de inserção funcionariam como uma espécie de redistribuidor das desigualdades iniciais do diploma, de sucesso escolar e social

³² Existe uma variedade de dispositivos de inserção dos jovens no emprego e cada qual tem uma finalidade visando a atender a um público-alvo: CQ (Contratos de Qualificação), CA (Contrato de Adaptação), SIVP (Estágios de Iniciação à Vida Profissional) e os TUCS (Trabalhos de Atividades Coletivas).

e de competências. Em outros termos, trata-se de administrar a fila de espera aos empregos regulares de tal modo a evitar a criação de grupos de excluídos por estarem muito tempo fora do mercado de trabalho, garantindo para cada grupo um nível de empregabilidade compatível com as exigências do recrutamento.

Numa abordagem mais crítica, Mauger (2001), ao fazer uma análise sobre as políticas de inserção na França, questiona a idéia de inserção quando colocada em termos de empregabilidade. O autor inicia sua discussão resgatando a própria origem da noção de inserção que aparece no início dos anos de 1970 e está associada à pauperidade e a jovens deficientes, inadaptados e delinquentes. As políticas de inserção visavam, então, à promoção social: uma visão extremamente ligada ao catolicismo de um lado, e à educação popular de outro.

Na segunda metade dos anos de 1970, o debate sobre os jovens se desloca para a relação entre jovens, escola e trabalho. Verificam-se as primeiras medidas promovidas pelo Ministério do Trabalho e da Educação quando são criados os “Estágios de Inserção Social” (MAUGER, 2001, p.6). No que concerne aos pobres, a educação permanente é apresentada como uma solução. Nesse momento a inserção dos jovens passa a ser uma prioridade nacional e o debate desloca-se para a questão da inadaptação dos jovens em atender às exigências da empresa.

Para Mauger (2001), a Lei do RMI³³, de dezembro de 1988, marcaria a institucionalização da 2^a idade da inserção. O seu objetivo seria atender o excluído. De alguma maneira, essa nova fase representa a renúncia ao diagnóstico anterior, qual seja, desajustamento das competências profissionais, cujo remédio seria a formação, e se insere num contexto de liberalismo econômico no qual o desemprego é imputado à não-empregabilidade do próprio sujeito. Ou seja, agora é menos a defasagem entre o título e o posto e mais as disposições individuais dos sujeitos em estarem preparados para inserirem-se. O que se pode afirmar é que a lógica econômica prevalece em detrimento da lógica educativa do momento anterior.

Assim, sustenta Mauger (2001), a classificação em categorias de não empregáveis resulta na multiplicação de “empresas alternativas” e na predominância de contratos de ajuda ao emprego. “O espírito da empresa torna-se o princípio estruturante de todas as estratégias de intervenção social, a individualização torna-se o fio condutor das modalidades de inserção” (ibid., p.7).

³³ Rendimento Mínimo de Inserção.

No decorrer desse período haverá todo um apelo por parte da mídia, que, alicerçada em dados estatísticos, irá evidenciar o aumento massivo do número de desempregados desde os anos 1970. Os contratos de trabalho de duração determinada (CDD), empregos em tempo parcial e outras situações de precariedade passam a compor o novo cenário para os jovens. A questão social, anteriormente focada neles, desloca-se para os “pobres”.

Segundo Manger (2001), desde a segunda metade dos anos de 1970 foi criada uma série de dispositivos de ajuda ao emprego que podem ser classificados como fruto de uma política reparadora “à esquerda” de um governo “de direita”. E acrescenta que tais políticas no fundo acabam por permitir “a inserção dos inseridores”³⁴ e mais ainda, “a atenção para os excluídos do sistema escolar pelos relegados do sistema universitário” (Ibid., p. 9). No fundo, reforça o autor, o que está em jogo é a redefinição da visão legítima do desempregado e do desemprego pela noção de “não empregável”, criando dessa forma um novo tipo de anormalidade: “o anormal da empresa” (Ibid., p. 11), ou seja, o sem-emprego, caracterizado por ser um inadaptado, um deficiente social que precisa de uma readaptação para retornar ou ter acesso a um emprego. Essa redefinição de desempregado faz coro com uma visão do mundo social dividida em “inclusos” e “exclusos” (Ibid., p.12), o que favorece a destruição da concepção do mundo dividida em classes sociais antagônicas. Nesse sentido, os dispositivos de inserção serviriam como instrumento de divisão e de desmoralização do mundo operário.

Na perspectiva do autor, tais dispositivos acabam por contribuir para a construção e estigmatização da “população problema”, assim como para o enquadramento de categorias de “não empregáveis” em diversas classificações, convertendo as diferenças sociais em diferenças naturais. E para o jovem que se “beneficia” desses dispositivos de inserção resta se enquadrar no estatuto do “estagiário permanente” ou o “quase-empregado”, de tal forma que a consciência da ausência de futuro seja substituída pela idéia de um “futuro diferente” (Ibid., p. 12).

Numa outra linha de investigação, Moncel e Rose (1995), apoiando-se em dados do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) e do CEREQ, buscam comparar duas faixas etárias de jovens, aqueles com 18 a 25 anos e aqueles com 26 a 29 anos. Eles sustentam que a idade e a antigüidade no mercado de trabalho constituem

³⁴ O autor utiliza a expressão para referir-se ao grupo de jovens, sobretudo universitários, que são beneficiados pelos dispositivos de emprego. Dentre os trabalhos realizados, incluem-se aqueles de animadores de estágios, formadores de formadores e outros.

elementos importantes para se apreender as condições de acesso ao emprego entre os jovens.

Segundo os autores, os jovens de 18 a 29 anos estão freqüentemente sujeitos ao desemprego e ao emprego temporário. No entanto, o acesso é menos adverso para os mais velhos entre eles e para os que apresentam uma certa antigüidade no mercado de trabalho. Contrariamente, o grupo dos mais jovens (de 18 a 25 anos) está mais exposto a empregos temporários e com exigência de pouca qualificação, freqüentemente abaixo de sua formação. Isso significa que a idade e a antigüidade sobre o mercado de trabalho são fatores de inserção tão influentes quanto o diploma.

Um outro aspecto a ser considerado são as condições de contratação e os tipos de emprego que variam fortemente de um setor ao outro. O setor terciário recorre a formas de emprego particulares, como os contratos de duração determinada, estágios e outros, muito mais do que o setor industrial. Além disso, observando-se o percurso individual, os jovens que tiveram um passado marcado por empregos temporários terão menores chances de adquirir uma posição mais estabilizada; desse modo, a instabilidade no emprego é também um fator que contribui para a segmentação do mercado de trabalho.

Para Moncel e Rose (1995), a situação dos diplomados revela que eles apresentam maiores problemas com relação à estabilização e reconhecimento de suas qualificações do que propriamente à inserção; e no que diz respeito aos salários, os seus são em média superiores aos salários percebidos pelos grupos mais jovens.

Esses autores, ao tomarem contato com um conjunto de publicações específicas sobre os diplomados do ensino superior em diferentes períodos que englobam a década de 1990, constatam que seus autores são unânimes em confirmar, de maneira geral, uma piora das condições de ingresso desse segmento no mercado de trabalho francês.

Segundo Pottier (1992), a situação para os jovens portadores de diploma de nível superior no início dos anos de 1990 é boa, quando comparada com os dados referentes ao ano de 1988. Mas o autor assevera que as ocupações precárias já começam a fazer parte das características do primeiro emprego. Num momento posterior, Martinelli e Vergnies (1995), analisando uma pesquisa retrospectiva do CEREQ, realizada em dezembro de 1994 e janeiro de 1995, sobre os primeiros anos da vida profissional dos egressos da universidade em 1992, argumentam que o aumento do número de egressos do ensino superior se acentua desde 1988, porém os empregos sofrem uma estagnação, o que os vai colocar numa situação de maior vulnerabilidade em relação ao desemprego, ainda que sua

inserção seja mais favorável do que a dos concluintes do ensino secundário. No que diz respeito às condições de trabalho e de salário, os autores revelam que a precariedade dos primeiros empregos é mais intensa, o acesso aos postos de *cadres*³⁵ tem se tornado menos freqüente no início da carreira e os salários diminuíram, alcançando níveis de meados dos anos de 1980.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 uma certa recuperação econômica provocou uma corrida por parte das empresas para recrutar os jovens mais bem diplomados, favorecendo particularmente os egressos do ensino superior. Porém a situação não demorou muito a se deteriorar: o número de diplomados continuou crescendo, sobretudo daqueles oriundos das faculdades de comércio e engenharia, incentivadas a ampliar seus efetivos como forma de atender às previsões de contratações, de tal forma que nos anos seguintes houve dificuldades para acomodar esse contingente crescente.

2.3. Inserção profissional de jovens franceses em diferentes momentos históricos³⁶

Drancourt e Berger (2001) discutem a situação dos jovens no mercado de trabalho dos anos 1950 aos dias atuais. O tema é abordado a partir de duas entradas: a primeira, sobre a análise da evolução do trabalho para as novas gerações e a Segunda, sobre a análise do trabalho dos jovens diante das transformações do trabalho. O objetivo é formular a questão social dos jovens em termos sociológicos a partir de um ponto de vista dinâmico, combatendo a idéia de “crise” pela qual a situação sempre tende ao agravamento, origem de uma forma de pensamento de um “antes” melhor (antes da crise) e um “depois” menos satisfatório.

As autoras entendem que os anos 1950 se revelam como a ante-sala dos processos de transformação concernentes ao trabalho dos jovens e que muitos trabalhos tendem a considerar somente os anos 1970 como ponto de ancoragem de todas as mudanças. Da mesma forma, o recuo aos anos 1950 permite uma certa diluição da idéia de “crise”, apontando para uma perspectiva de mudança social perpétua, na qual a “crise” seria apenas

³⁵ *Cadres* é a expressão utilizada pelos autores para referir-se àqueles que têm funções de direção numa empresa. Entendemos que, neste caso, “executivo” possa ser a tradução para o português.

³⁶ Esse item está baseado nas contribuições de Drancourt e Berger (2001), tendo em vista a amplitude com que foi tratada nessa obra a temática sobre jovens e mercado de trabalho.

um sintoma. Esse deslocamento é necessário porque possibilita ultrapassar a focalização permanente da questão social juvenil para a denúncia do desemprego, da precarização e outros.

Drancourt e Berger (2001) consideram a existência de três grandes fases sócio-econômicas associadas aos últimos períodos do desenvolvimento da sociedade salarial: a sociedade “pré-salarial”, os “trinta gloriosos³⁷” e a sociedade “pós-salarial” contemporânea. As autoras entendem que os jovens ativos passam dos espaços de “atividade tradicional” nos anos de 1950 aos “espaços de trabalho reservados” nos anos de 1960, e desses aos “espaços de emprego específicos” de hoje. Em cada um desses momentos os espaços de atividade juvenil jamais pertenceram ao “núcleo duro do assalariado moderno”. Entretanto, pela primeira vez, o modelo de desenvolvimento francês se apóia sobre a mobilização do conjunto da população juvenil numa lógica de engajamento profissional, pela escolarização dos jovens e sua visibilidade no mercado de trabalho, o que sugere, em teoria, o desaparecimento da inatividade tradicional dos jovens e perspectiva de integração para todos.

Nos anos de 1950 e 1960 o foco girará em torno do jovem operário urbano e suas dificuldades de adaptação aos postos de trabalho modernos. No entanto, esses jovens seriam quantitativamente menores do que os jovens trabalhadores da produção tradicional, o que colocaria o trabalhador urbano na condição de figura emblemática da sociedade salarial. A mesma lógica pode ser percebida nos anos de 1970, em que as atenções estiveram voltadas para a juventude escolarizada, ou seja, a maioria dos trabalhos científicos vai focalizar os valores dos jovens estudantes em vez do trabalho e da sociedade em geral. Da mesma forma, essa juventude escolar apresenta-se em quantidade menor se comparada com o conjunto de jovens da época. Assim, o jovem estudante passa a ser a figura emblemática que prefigura a sociedade contemporânea, entendida pelas autoras como “pós-salarial”.

Já nos anos de 1980 e 1990, num momento de desemprego e de diversificação das formas de emprego, vão se difundir os estudos sobre o jovem dito “precário”. De um lado os jovens estudantes vão sendo objeto de investigação da ciência em educação, crescendo, de outro lado, o campo de estudo sobre “jovem e trabalho”, especialmente o jovem não escolarizado e submetido ao trabalho precário e que vai estar em situação de emprego

³⁷ Período compreendido entre os anos de 1945 e 1973, pós-guerra, que se caracteriza por uma fase de crescimento produtivo intenso.

atípico. Esse jovem é segmento quantitativamente minoritário dentro de uma juventude em que mais de 60% são mobilizados nas estruturas de formação inicial. Assim, o jovem “em dificuldade” seria a figura emblemática de um “jovem trabalhador” numa sociedade em mutação, na qual o emprego clássico é substituído por um sistema de emprego plural.

As autoras abordam a evolução da relação do trabalho dos jovens a partir de uma perspectiva do sujeito. A análise do tema “trabalho dos jovens” é feita a partir da reflexão das transformações do lugar que o trabalho ocupa na sociedade atual. Para se compreender essas modificações, as autoras propõem uma classificação que decompõe o trabalho em dimensões: 1) “dimensão instrumental e material”: o trabalho como fonte de sustento e de riquezas exteriores e quantificáveis; 2) “dimensão social”; 3) “dimensão simbólica”: significados atribuídos ao trabalho, sejam eles positivos ou negativos. Para as autoras, é a dinâmica das relações entre essas três dimensões que transforma profundamente a relação entre jovens e trabalho durante os últimos 50 anos. Hoje o trabalho como valor de utilidade social em nível material vai regredir em função do trabalho social em nível simbólico.

Ao refletir sobre a evolução do trabalho dos jovens nos últimos 50 anos na França, considerando as lógicas de construção do problema em termos mais globais, as autoras ponderam que o limite de análise não deve ser o funcionamento do mercado de trabalho e o problema de emprego e desemprego dos jovens, mas abranger as articulações que envolvem a sociedade como um todo. Para compreender a evolução do lugar dos jovens no trabalho é preciso apreender os mecanismos sociais, políticos e institucionais que compõem a especificidade francesa nesta evolução. Nesse sentido, é necessário que se reflita a partir de uma dinâmica de constante articulação entre os indivíduos e a sociedade, de tal forma que se trabalhe não só com a evolução das estruturas (evolução das políticas educativas, relação formação-emprego, mercado de trabalho) mas também com as evoluções das práticas individuais e coletivas (estratégias dos jovens e empregadores e outras).

Para tal análise, Drancourt e Berger (2001) dividem o período estudado em seqüências mais ou menos longas, definidas principalmente a partir das “configurações sociais”, pelas quais existiria uma forte interdependência entre os atores e os acontecimentos na dinâmica dos processos sociais. Desse modo, os períodos considerados não devem remeter nem às características concretas, nem a uma definição fixa da sociedade num momento dado. Esse tipo de perspectiva deve nos permitir dar conta de

situações que se sucedem de tal maneira que as condições de suas transformações possam ressurgir.

Tradicionalmente a maior parte das análises sobre o tema associa as interpretações das transformações do trabalho para os jovens a partir de dois paradigmas. O primeiro refere-se ao esquema de causalidade entre escola e mercado de trabalho: as dificuldades de emprego dos jovens expressam as tensões ligadas à reprodução social que ‘migram’ da escola para o mercado de trabalho. O segundo vê o funcionamento do mercado de trabalho em função da desregulamentação do sistema de emprego. Assim, a transição profissional juvenil é analisada como sendo o reflexo de um mercado de trabalho em crise, “que reorganiza o conjunto das modalidades de acesso ao emprego sobre o mercado de trabalho em detrimento dos jovens ativos” (DRANCOURT E BERGER, 2001, p.18).

As autoras propõem uma análise em que as questões de emprego e condições de trabalho dos jovens tornam-se menos evidentes em proveito de questões nas quais as dimensões de integração e socialização tornam-se onipresentes. Afirmam que não há na França uma tradição de emprego jovem e que os jovens jamais ocuparam o núcleo duro nos espaços do mercado e outros espaços. O que os ligaria seria o fato de pertencer muito mais aos registros de “socialização pelo trabalho” e menos ao registro do trabalho propriamente dito. Isso significa que uma análise sobre o lugar dos jovens no mercado de trabalho deverá estar mais voltada para a compreensão da evolução dos processos de trabalho do que para a distribuição dos jovens no mercado de trabalho. As autoras alertam que durante muito tempo essa idéia de “preparação” e “socialização” esteve ausente nas análises sobre o emprego juvenil.

Drancourt e Berger (2001) argumentam que a sociedade salarial postula em seu acabamento uma generalização do assalariado, um desaparecimento das mobilidades fora do sistema assalariado e o desaparecimento concomitante da pluriatividade. Nos anos de 1950, a França era uma sociedade assalariada em construção que apresentava fortemente o estigma de uma sociedade pré-salarial. Foi um período no qual conviviam duas França, a França dos agricultores, dos artesãos e a França do “baby-boom” e do assalariado, que tende a desestabilizar a indústria tradicional em proveito de uma industrialização moderna com tendência à terciarização. Essa não consolidação da sociedade salarial se mostra pela variedade de relações de produção da época. Essa variedade vai caracterizar diferentes modos de integração dos indivíduos e a separação dos diversos grupos sociais dos núcleos duros da integração. Nessa perspectiva, serão os jovens ativos a estarem numa situação de

maior vulnerabilidade já que vão ocupar os espaços de produção em que outras relações de trabalho coexistem. Há poucos dados disponíveis para se avaliar em que medida os jovens se beneficiam das vantagens da relação salarial moderna à época.

Segundo as autoras, os dados apontam que os jovens em sua maioria ocupam profissões situadas em posições pouco valorizadas socialmente. Essas profissões ainda escondem *métiers* polarizados por sexo. Pode-se afirmar que a situação dos jovens ativos nos anos 1950 não era nada favorável a eles. Os homens estariam em sua maioria inseridos nas estruturas artesanais e entrariam na vida ativa sem qualificação em sua maior parte. As mulheres também se apresentavam em situação de fragilidade e sem perspectiva de futuro. Embora os jovens ativos pudessem ocupar, em algumas situações, postos de trabalhos “bem integrados”, tal integração freqüentemente ocorria em segmentos de produção que não estariam na lógica econômica do futuro. Em síntese, é possível concluir que os jovens trabalhadores naquele momento encontravam-se, via de regra, à margem da relação salarial moderna.

No que se refere à escolaridade, Drancourt e Berger (2001) argumentam que, embora os jovens nos anos 1950 saíssem da escola com um mínimo de instrução e de formação profissional, a “demanda social” pelo prolongamento da escolarização é antiga, sobretudo por parte dos poderes públicos que viam na ausência de um sistema de qualificação uma ameaça às necessidades de uma nova economia. O fato é que, dentro do conflito de interesses em relação à modernização do sistema de ensino francês, duas ordens de ensinamento social bastante distintas vão se manter sob a III República³⁸: o primário (escolas comunais para o povo) e o secundário (os pequenos liceus, os liceus, as universidades e as *Grandes Escolas*³⁹ para os notáveis).

De acordo com as autoras, o ensino técnico e profissional vai buscar o seu desenvolvimento à margem do sistema escolar. O objetivo deste último não era a profissionalização, mas sim a preparação para o ingresso às universidades, *Grandes Escolas* e escolas de engenheiros. Somente quando a economia vai demandar uma elite intermediária e operária é que o secundário se abre para outras especialidades, mesmo assim ainda visando ao atendimento das classes médias. Mas essa tentativa vai fracassar. Vão ser criados, então, no início do século XIX, cursos complementares e escolas

³⁸ Período que vai de 1870, com a criação do governo de defesa nacional na guerra franco-prussiana, até 1940, com a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial.

³⁹ *Grands Écoles*.

primárias superiores que, de alguma maneira, também fracassam. No final, nem ensino especial do secundário, nem ensino primário superior. O ensino técnico aparece com o objetivo de formação dos futuros trabalhadores e operários qualificados. Seu desenvolvimento é lento e bastante controverso, fruto da velha competição entre ciências e humanidades. Em síntese, a França dos anos de 1950 não terá nenhum sistema coerente de ensino para a formação de seus trabalhadores.

No século XIX a formação da grande massa de trabalhadores era bastante frágil. Nas primeiras décadas do século XX, a legislação teve como preocupação redinamizar a aprendizagem, tornando-a mais moderna. Se antes, no modelo “tradicional”, a unidade de produção detinha o conjunto de saberes a transmitir, no modelo “moderno” a aprendizagem se dá pela divisão de papéis entre quem elabora e quem executa. Essa legislação também vai obrigar a realização de cursos profissionalizantes dentro da jornada de trabalho dos jovens com menos de 18 anos e sem formação. Essa nova forma de aprendizagem fez com que parte do controle e transmissão do saber fosse realizada pelo sistema educativo. A partir desse momento inicia-se um processo de disputa entre escola e empresa (DRANCOURT e BERGER, 2001).

As autoras avaliam, por meio de dados estatísticos dos anos de 1920/50, o quanto a realidade de trabalho entre os jovens era distorcida. Do conjunto da juventude entre 15 e 25 anos, 26% eram considerados inativos. Porém, não se dispunha de dados suficientes para se diferenciar o jovem inativo que não procurava emprego do jovem que estava desempregado. Somente com a criação da Agência Nacional para o Emprego (ANPE), no final dos anos 1960, que representa a organização dos dispositivos de proteção social e também a redefinição da própria categoria de desempregado, é que essa diferenciação passa a ser feita. Havia um certo entendimento de que os jovens que não estavam trabalhando certamente estariam estudando.

As autoras consideram que os jovens da sociedade rural e artesanal francesa do pós-guerra, em relação ao trabalho, estavam à margem do núcleo duro do sistema de integração, tendo em vista que essa marginalização expressa a sociedade da época: a não consolidação da sociedade salarial e a incapacidade dos organismos educativos em se responsabilizar pela formação dos trabalhadores manuais, o que acaba por contribuir para que a maior parte dos jovens deixe a escola sem formação profissional e passe a frequentar tardiamente os espaços de atividade marginal.

Num segundo momento, Drancourt e Berger (2001) apresentam o período entre 1960 e meados dos anos de 1970 como uma fase que se caracteriza por transformações sem precedentes. Dois acontecimentos podem ser compreendidos como pano de fundo para essas transformações: a revolução técnica na agricultura e a revolução das estruturas de consumo, expressão da liberação do indivíduo das contingências materiais e construção de novas necessidades em termos de lazer, educação, saúde etc. Essas novas capacidades de produção e novas necessidades vão transformar as velhas sociedades rurais e industriais em sociedades terciárias modernas⁴⁰.

A França, nesse período, é carente de uma população ativa, devastada pelas guerras sucessivas⁴¹, mas ao mesmo tempo se vê em pleno desenvolvimento de acordos e direitos sociais, dentre os quais a escola obrigatória. Uma economia de pós-guerra começa a se esboçar: enfraquece-se o setor agrícola em favor do setor industrial moderno, com incentivo ao êxodo rural e, conseqüentemente, ao não ingresso na agricultura por parte dos jovens de origem familiar agrícola, além do aproveitamento de uma força de trabalho imigrante e das mulheres no novo mercado de trabalho.

Os anos de 1955 a 1975 representam o período da edificação da Educação Nacional. Após longa gestão, as reformas iniciam-se sob uma dupla pressão: econômica (falta força de trabalho qualificada de técnicos de ponta e elites operárias) e social (aspiração por parte das famílias a prolongar a escolaridade através de cursos complementares).

O sistema educativo francês é questionado pelo mundo da produção em torno do conteúdo da educação. Dos anos de 1950 aos anos de 1970, as reformas educativas oscilam entre uma educação igualitária de escola única e o projeto de uma repartição racional dos indivíduos nos diferentes níveis da divisão do trabalho (LA CHAISE, 1996 apud DRANCOURT e BERGER, 2001). De um lado, tem-se uma educação voltada para a valorização do conhecimento universal e, do outro, as necessidades econômicas é que são colocadas como um imperativo. Essa flutuação é a expressão de conflitos de interesses complexos. Ambos os lados são defendidos por representantes politicamente antagônicos no seio do movimento social. O Estado terá um papel central como diretor das políticas

⁴⁰ Essa é uma expressão utilizada pelas autoras à qual fazemos ressalva. Em que medida é possível fazermos referências a empresas terciárias modernas, já que muitas dessas empresas combinam diferentes padrões de acumulação capitalistas?

⁴¹ Segunda Guerra Mundial e Guerra da Argélia.

educacionais, um quase-monopólio. Assim, uma política de “formação-emprego” é criada como forma de adequar interesses entre escola e empresa.

De acordo com Drancourt e Berger (2001), a educação nacional francesa vai conhecer desde o início dos anos 1960 o valor social que lhe é imputado pela sociedade civil e políticas públicas. Em relação à primeira, destaca-se a “crença coletiva” do papel da educação como fator de ascensão e mobilidade social. Para a segunda, a lógica adequacionista, ou seja, a inadequação entre educação e necessidades econômicas deve ser resolvida pelo prolongamento da escolaridade. As dificuldades de acesso ao emprego seriam vistas como uma consequência dessa inadequação. A valorização da escola transformaria, em menos de dez anos, uma norma ancestral, a de conclusão do ensino obrigatório para começar a trabalhar, em uma nova norma, a de continuação dos estudos até o fim, ou seja, até o último nível, considerando-se que este “fim” cada vez mais é postergado. O trabalho somente se impõe antes quando o fracasso aparece (DRANCOURT e BERGER, 2001).

Em meados dos anos de 1960 era perceptível a presença dos jovens no setor assalariado, o que não implicava que estivessem se beneficiando das vantagens da relação salarial moderna. Poucos eram os que ingressavam nas grandes concentrações industriais e administrativas modernas e, contrariamente, tendiam a ser numerosos nas pequenas e médias empresas, de tal maneira que quanto mais se desce na escala das qualificações, mais cresce a representação de jovens.

Para melhor compreender a posição dos jovens no mercado de trabalho, as autoras se utilizam de uma série de trabalhos comparativos realizados por economistas que definem dois pólos no mercado de trabalho: de um lado, as empresas e administrações ditas dominantes que se caracterizam por uma forte estabilidade de força de trabalho qualificada e alta taxa de mobilidade interna; do outro lado, as empresas ditas dominadas, com uma força de trabalho pouco qualificada, bastante instável. Ao se articular essas categorias ao contexto institucional nacional e às práticas em matéria de emprego e educação, os economistas distinguem três grandes tipos de organização do mercado de trabalho e, conseqüentemente, três formas de regulação de entrada dos jovens nesse mercado. O primeiro, chamado de mercado profissional, diz respeito a uma regulação complexa entre educação e trabalho, uma certa adequação entre formação e emprego e a standardização dos postos e diplomas a partir de normas amplamente reconhecidas. Aqui a carreira é construída pela mobilidade externa dos trabalhadores. O segundo, identificado

como mercado interno, aponta para uma relação mais autônoma entre educação e a esfera do trabalho, uma adaptação por parte do trabalhador às necessidades da empresa, em que a relação formação/emprego ocorre sob critérios menos definidos, dificultando que as qualificações possam ser transferidas de uma empresa a outra. No que se refere à carreira individual, ela se dá pela presença dos assalariados no mercado de trabalho a partir de critérios como antigüidade e promoção interna. O terceiro, definido como mercado concorrencial, caracteriza-se pela desorganização. Tanto por parte da empresa, quanto por parte do assalariado, não há a preocupação com algum tipo de investimento. A carreira individual é guiada pela inexistência de uma estrutura reguladora, cabendo ao trabalhador lançar-se à “sua própria sorte”.

A partir da caracterização desses pólos, três grandes formas de regulação de entrada dos jovens no mercado de trabalho são constituídas (GARONNA e RYAN, 1989 apud DRANCOURT e BERGER, 2001). São elas:

1) A integração regulamentada: forma de regulação associada aos mercados profissionais. O mercado profissional se apóia sobre o acesso permanente à formação e à progressão do salário em função da formação. Os adultos são protegidos da presença dos jovens por uma regulação articulada sob três condições: a) sistema permanente de ensino profissional na empresa com fortes acordos entre os setores sociais para se regulamentar os diplomas; b) dispersão dos jovens em todos os setores de atividade, mas com estatutos que permitem a redução de custos, e c) uma regulamentação que desencoraja os empregadores a se aproveitarem do custo pouco elevado do trabalho juvenil.

2) A exclusão seletiva dos jovens que está associada aos mercados internos. Para proteger os adultos da concorrência dos jovens, é organizada uma estrutura de regulação que se orienta a partir de três eixos: a) formação do jovem fora da empresa, num sistema público de formação profissional com formação informal e específica ao posto de trabalho; b) não acesso dos jovens aos setores de emprego protegidos; c) acesso facilitado aos empregos secundários, pouco remunerados para os jovens que buscam experiência profissional.

3) A regulamentação concorrencial, associada aos mercados externos e secundários, que se desenvolve quando os empregadores estão livres para utilizar o trabalho dos jovens a baixo custo.

Para Drancourt e Berger (2001), atualmente na França o modelo de “mercado interno” é o predominante. Tal modelo resulta da existência de uma formação fora da

empresa num sistema público de formação profissional e é acompanhada por mecanismos de exclusão seletiva que determinam o lugar dos jovens sobre o mercado de trabalho, quais sejam, o não acesso dos jovens às estruturas de emprego protegidas e acesso aos empregos secundários pouco remunerados. No mercado de trabalho, isso se traduz por comportamentos discriminatórios por parte dos empregadores das grandes empresas em relação aos jovens. A justificativa seria de que os jovens têm formação escolar afastada da realidade da empresa, o que por sua vez ocasiona custos mais elevados em razão da sua fraca produtividade. Isso gera o fechamento da maior parte dos empregos de “iniciantes”⁴² e uma seleção bastante rígida para os jovens com alguma experiência profissional. Nessa lógica, a renovação do quadro de pessoal não se dá pelo recrutamento dos jovens, mas pela promoção interna ou contratação de mulheres e imigrantes. Mesmo com o crescimento do número de “iniciantes” com diploma adquirido no meio escolar, os empregadores ainda seriam cépticos. Esse mecanismo de exclusão seletiva “à francesa” permaneceu até o fim dos anos de 1970.

No início dos anos de 1970, numerosos trabalhos vão denunciar a desqualificação dos empregos juvenis e sua instabilidade. No entanto, ponderam as autoras, é preciso ter em conta que talvez a situação dos jovens ativos nesse momento em que ocupam segmentos do mercado bastante frágeis seja ainda melhor do que os espaços de atividades tradicionais de antes, o que não invalida a idéia de uma tendência crescente de degradação dos espaços de atividade juvenil. Nesse sentido, a presença de jovens sem qualificação ou com fracasso escolar passa a ser um fenômeno novo. Não que eles não existissem antes, mas agora se tornam uma categoria visível e não legítima. Se antes caberia entrar na vida ativa após o ensino obrigatório, agora, entrar na vida ativa requer estar munido de uma boa certificação escolar.

Em meados dos anos de 1970 a economia francesa entra em crise, resultado de, entre outros aspectos, um clima permanente de incerteza em relação ao nível de investimento e emprego. As transformações devem ser entendidas a partir de um certo esgotamento de um dos fundamentos da era industrial: a organização taylorista do trabalho. De acordo com as autoras, considerando-se esse contexto, as “escolhas francesas” expressam as tensões entre a necessidade de flexibilização em todos os níveis de produção e a resistência operária fortalecida nos anos de crescimento.

⁴² *Débutants*, palavra utilizada para referir-se aos jovens que estão iniciando sua carreira profissional.

O mercado de trabalho metamorfoseia-se. O desemprego não é a característica de um estado de crise permanente, avaliam Drancourt e Berger (2001), mas um dos sintomas de uma recomposição profunda da produção em escala mundial. É nesse contexto que se deve entender o desemprego de massa, as novas relações de emprego, a precarização do mercado de emprego ou a exacerbação das concorrências sobre o mercado de emprego. Concomitantemente a esse cenário, a transformação da organização produtiva é acompanhada de um grande paradoxo na França. Ou seja, a destruição progressiva do sistema de emprego típico é que vai permitir a preservação desse mesmo sistema de emprego. O custo disso é que somente uma geração trabalha: aquela dos 25-50 anos em detrimento dos que têm menos de 25 e mais de 50 anos. Os mais jovens e os mais velhos é que darão o suporte para a preservação do núcleo duro do emprego⁴³, segundo as autoras. Esse grupo, mais fragilizado, irá ocupar as novas zonas de emprego que não têm nem o mesmo conteúdo, nem a mesma qualidade. Na França, traduzem-se em “Formas Particulares de Emprego” (FPE), compostas pelo *interim*⁴⁴, contrato de duração determinada (CDD), trabalho em tempo parcial, emprego de ajuda e outras. Essas formas de emprego particulares permitem aos empregadores flexibilizar os custos.

A integração dos jovens na França não é pensada em termos de acesso ao assalariado moderno, mas como um processo de “socialização profissional” que na prática não se efetiva⁴⁵. Atualmente seriam três os espaços de atividades: o emprego clássico, o precário e a escola. Mas nenhum deles permite a socialização: a escola porque oscila entre educação e formação e se afasta do mundo produtivo, o emprego clássico e, com mais intensidade ainda, o precário porque estão sujeitos às pressões econômicas. Para as autoras, o novo modelo econômico produtivo afeta o processo de trabalho para os jovens menos em termos de emprego e mais em termos de socialização ao trabalho. Os jovens não têm mais espaço para experimentar.

⁴³ O núcleo duro do emprego pode ser compreendido pelas situações de trabalho em que as condições apresentadas são mais favoráveis; por exemplo, os contratos com duração indeterminada.

⁴⁴ É uma modalidade de contrato de trabalho que possibilita ao jovem conciliar o trabalho e o estudo.

⁴⁵ Embora as autoras não explicitem de maneira clara seu entendimento sobre a “socialização profissional”, a partir de algumas leituras sobre as políticas de emprego para os jovens na França, é possível supor que o termo esteja sendo empregado para referir-se aos objetivos de se possibilitar aos jovens um contato prévio com as situações de trabalho que enfrentará, seja no plano das relações interpessoais, subjetivo, seja no campo do desempenho das tarefas.

2.4 Inserção profissional como objeto de investigação sociológica: um breve debate com a literatura francesa

De acordo com Trottier (1998), o ingresso do jovem na vida ativa constitui um campo de pesquisa extremamente controverso. É possível distinguir dois tipos de pesquisa sobre a inserção profissional. Uma que parte de uma análise interna do sistema educativo em que é investigada a trajetória escolar dos alunos. Nessa ótica, o sistema educacional é percebido como uma “agência” na qual são realizadas “seleções” e “triagens” dos indivíduos na estrutura das ocupações. Os autores buscam identificar a gênese das desigualdades escolares e apreender as relações entre desigualdade escolar e social, mobilidade e estratificação social. O segundo tipo de abordagem centra seu interesse nas saídas do sistema educativo e o ingresso no mercado de trabalho. Inicialmente tais pesquisas foram elaboradas com o fito de responder às necessidades de gestão e planejamento das instâncias governamentais e das instituições de ensino. Sua origem data dos anos de 1970. A crise dos anos 1980 põe em xeque essa visão de adequação formação/emprego, ganhando destaque os estudos das trajetórias profissionais, cuja perspectiva visa a resgatar a diversidade nos modos de inserção profissional, buscando a interação entre trajetórias biográficas e contextos estruturais (DEMAZIÈRE, D. e DUBAR, C., 1997).

Para Dossou (1980 apud Trottier, 1998), o exame de diferentes profissões evidencia a variedade de caminhos e trajetórias profissionais de jovens partindo de uma mesma formação; por isso, não pode haver uma relação linear entre formação e carreira. Essa visão, de acordo com Trottier, está muito próxima do que pensam os planejadores cuja preocupação atual é com os diversos modos de inserção profissional.

O fato é que atualmente na França existem muitos estudos sobre as saídas do sistema escolar e o ingresso no sistema produtivo, o que de certa maneira serve para monitorar o setor produtivo e estabelecimentos de ensino sobre as futuras demandas e "entregas" de formandos. Porém Trottier (1998), concordando com Tanguy (1997), acrescenta que os estudos existentes são muito mais descritivos do que explicativos, são mais repetitivos do que cumulativos. Sua vinculação às práticas estatais acaba por confirmar, muito mais do que interrogar. Entretanto, avalia Trottier, outras abordagens têm surgido mais recentemente e de certa maneira vão se contrapor a essa visão.

Para Charlot e Glasman (1999), há um consenso entre os pesquisadores de que a inserção é cada vez mais um processo que se alonga, e não mais um momento da história do indivíduo. Para que se compreendam os atuais processos de inserção profissional, é então necessário que se percebam e analisem certos modelos tipos-ideais que configuraram a entrada no trabalho, que podem ser classificados em a) *Trabalhar*, b) *Ir trabalhar*; c) *Inserir-se*; d) *Engajar-se*.

a) *Trabalhar*. Aqui o autor retoma a noção de educação e formação profissional como inseparáveis. A criança neste período, século XIX, vive um universo unificado que se caracteriza pela não separação estrita entre o meio de vida e o meio de trabalho. A formação não é pensada como construção de competências, mas como domínio de atividades. A educação por sua vez não se apresenta como apropriação de conteúdos intelectuais, exceto talvez no campo da religião e da alfabetização, mas como domínio de sua vida e de suas relações com os outros. Neste momento a idéia de inserção não é pensada e não faz nenhum sentido. No máximo alguns ritos de passagens que dizem respeito à tomada de responsabilidades sobre terras familiares ou o acesso ao status de mestre depois da realização de atividades relevantes. De todo modo, esses momentos não se colocam como a passagem de um mundo “fora do trabalho” para o mundo do trabalho. As diferentes fases da vida correspondem a formas de trabalho.

Atualmente o que se verifica são traços nítidos que separam fases da vida e do trabalho. Ou seja, primeiro a criança é guardada, por vezes fora do ambiente familiar, enquanto seus pais trabalham. Posteriormente vai para a escola que a prepara para o trabalho por meio das atividades escolares. Em seguida ela entra para a vida ativa e, por último, sai da vida ativa e se aposenta.

b) *Ir trabalhar*. Nesse momento a figura tipo-ideal descrita anteriormente vai cedendo lugar a uma outra forma de relacionamento entre os saberes, a atividade profissional e a inserção no mercado. Esse processo ocorre primeiro nos meios urbanos, depois atinge, aos poucos, o meio rural. O que era antes unificado, dissocia-se: o espaço da vida e o espaço do trabalho. Surge um espaço-tempo profissional, não familiar, uma identidade profissional que se diferencia da identidade familiar. Ao mesmo tempo em que o espaço da vida privada se desprofissionaliza, as relações afetivas no seio da família tornam-se mais evidenciadas.

A escola apresenta-se como um espaço específico para a juventude, um lugar distinto da família e do trabalho e que vai construir aprendizagens e disseminar valores.

Assim, quando se fala de espaços dissociados, fica evidente a noção de passagem de um espaço para o outro. Ainda não se pode remeter, neste momento, claramente à idéia de inserção, porém ela já começa a ser esboçada.

De acordo com Charlot e Glasman (1999), tais dissociações não ocorrem num mesmo ritmo nos diversos setores de atividade, nem sem conflitos, e integram um movimento que tem seu início no fim da Idade Média e só termina com o fim da sociedade rural, que na França ocorre entre as décadas de 1950 e de 1960. As manifestações de resistência a essas separações não tardam a aparecer, especialmente nas camadas urbanas proletarizadas do século XIX, nas quais era comum a recusa do operário em sair da concubinação para se estabilizar numa “família”. Embora já se estivesse operando uma separação entre a vida e o trabalho, as ligações ainda permaneciam fortes entre o espaço familiar, a escola e o mundo do trabalho.

c) *Inserir-se*. Somente a partir dos anos 1960 a questão da inserção vai se colocar verdadeiramente. Agora não mais se trata de entrar no trabalho porque se está em idade de passar de uma fase a outra, mas pela necessidade de se encontrar um lugar no mercado concorrencial a partir do momento em que se sai do sistema escolar.

A democratização do ensino secundário e suas distintas ramificações, que vão desembocar em níveis diferentes na divisão social do trabalho, além da massificação da universidade na segunda metade dos anos 1980 e 1990, vão constituir um marco importante para a construção de um universo da escola e da juventude muito diferentes do mundo do trabalho. Desse modo, não mais se passa do espaço familiar para o espaço do trabalho; agora a correspondência está entre o sistema escolar e o mercado de trabalho. Significa não apenas uma passagem contínua, mas a ruptura de fronteiras.

Segundo Charlot e Glasman (1999), durante aquele período, o desenvolvimento econômico na França possibilita a criação de novos empregos e uma transformação na estrutura familiar, esta última definida como “mobilidade estrutural” (THÉOLOTT, 1982 apud CHARLOT e GLASMAN, 1999, p.18). Dessa maneira, a posição que o jovem pode ocupar na divisão social e profissional está estritamente relacionada àquela que ele logrou ocupar no sistema escolar. A escola passa a ser vista não apenas como local de saberes e saber-fazer, mas também como um pré-posicionamento na hierarquia social.

d) *Engajar-se*. Durante os anos de 1960 e 1970, a questão da inserção esteve associada à idéia de mobilidade social, resultante da melhor posição encontrada no mercado de trabalho; nessa perspectiva, havia lugar para todos, mesmo para os menos

exitosos no sistema escolar. No entanto, a partir do final dos anos 1970, a realidade vai desmentir a idéia de “lugar para todos”. O que se percebe é a impossibilidade de se encontrar um lugar para todos, mesmo para aqueles com diploma, o que coloca a noção de inserção num outro patamar: não se trata mais de se conseguir o melhor lugar, mas antes, de obter um lugar, qualquer que ele seja. Inserir-se não mais aparece como um momento em que se atravessa um umbral, mas como um período de passarelas que se deve ultrapassar até chegar à terra prometida. Em outros termos, a inserção não mais diz respeito “a uma lógica de articulação de espaços onde as fronteiras estão misturadas, mas de uma lógica temporal de percursos” (CHARLOT E GLASMAN, 1999, p. 21).

Para Charlot e Glasman (1999), o deslocamento dos jovens do universo profissional durante o período que se segue à sua saída do sistema escolar não é algo novo. Se antes caracterizava um período de procura de um emprego que melhor correspondesse às suas aspirações, sendo, portanto, deslocamento voluntário, atualmente o que se percebe é que esses constantes deslocamentos lhes são impostos e se travestem de diferentes formas⁴⁶, sempre marcados pela precariedade, insegurança e instabilidade.

Os autores referem-se à inserção dos jovens no mercado de trabalho na atualidade como um “verdadeiro percurso de combatentes” (CHARLOT E GLASMAN, 1999, p. 21), que se apresenta sob três características: primeiro, o diploma garante cada vez menos o posicionamento na divisão social do trabalho: não é mais uma garantia, mas um recurso. Segundo, os custos de adaptação ao mundo do trabalho e em particular ao emprego não são mais considerados pela empresa, mas repassados à esfera pública, por meio de estágios de diversas naturezas, ou para o próprio jovem. Terceiro, o jovem não pode esperar encontrar um trabalho estável se ele não tem experiência profissional. Tal experiência se expressa na “empregabilidade”, ou seja, na capacidade do jovem de demonstrar seu engajamento pessoal na empresa e a interiorização de uma identidade profissional calcada não no trabalho em si, mas nas referências apresentadas pela própria empresa. Assim, hoje se deve

⁴⁶ Na França existe uma política de emprego destinada especialmente aos jovens: são os contratos de duração determinada (CDD), uma maneira de aliviar e retardar os efeitos de uma pressão para os contratos de duração indeterminados (CDI). No Brasil podemos situar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para jovens (PNPE) como uma política equivalente à do governo francês. No entanto, sua abrangência refere-se apenas aos jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos que estejam freqüentando regularmente o ensino fundamental e médio, que não tenham experiência anterior no mercado de trabalho, e que sejam oriundos de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. O objetivo desse programa, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é contribuir para a geração de empregos que possam resultar em renda para esses jovens. O PNPE foi criado pelo governo Federal por meio da Lei no. 10.784, de 22 de outubro de 2003, complementado a Lei no. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Cf. Programa Primeiro Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/PrimeiroEmprego>>. Acesso em: 04 fev..2004.

falar de uma “identidade de atribuição”, em contraposição a uma identidade “por si” (DUBAR, 2001).

Charlot e Glasman (1999) sustentam que hoje as fronteiras entre os espaços ou status não são nítidas. Os limites entre o privado e o profissional também se tornam mais flexíveis desde que as qualidades “pessoais” e a qualificação “social” possam ser incorporadas ao perfil profissional. Nessa lógica, inserir-se não se refere mais à passagem de um mundo ao outro, pois não se sabe mais o que ultrapassar. Conforme o autor, a própria idéia de inserção como passagem de um mundo a outro perde sua evidência: “nós não sabemos bem onde é o umbral a atravessar, a linha a passar” (Ibid., p. 23).

Continuam os autores que

A lógica social não é mais aquela dos espaços e das fronteiras, mais aquela dos projetos dos percursos. O sujeito deve então se construir num mundo que se quer ‘fluido’, ‘flexível’, ‘intersticial’, pensável em termos de fluxos e de redes. Dito de outra forma, não pode mais se apoiar em referências fortes e seguras. A identidade social e profissional não é mais proposta através de figuras identificatórias que ilustram as diferentes fases de uma vida no trabalho, ela deve ser elaborada ao longo das ‘oportunidades’ que o jovem reencontra no percurso que é cada vez mais uma aventura. Atenção no entanto, para não se enganar na interpretação: esta aventura é uma viagem sem bússola no meio de obstáculos mais do que a descoberta de grandes espaços. (CHARLOT E GLASMAN, 1999, p. 23 - grifos no original).

Os autores advertem, entretanto, que isso não significa afirmar que cada um ganharia seu espaço graças a sua criatividade. Na verdade o jovem é impelido a forjar uma identidade profissional em um universo que não se apresenta com itinerários definidos; ao contrário, gera fortes constrangimentos. Ao jovem cabe construir uma subjetividade que o torne “empregável”. A questão é agravada, prosseguem os autores, porque o jovem não buscaria apenas uma ocupação, ele estaria interessado no *verdadeiro trabalho*⁴⁷, não apenas em prover necessidades materiais, mas numa forma de construir uma relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Para Dubar (1999) o debate sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, assim como na sociedade, constitui, na França, objeto de pesquisas desde os anos de 1970.

⁴⁷ Referimo-nos à necessidade de se distinguir o trabalho como uma atividade histórica que possibilita a produção de bens materiais enquanto valor de uso, garantindo, conseqüentemente, a autocriação humana e o trabalho na sua forma abstrata como mercadoria força de trabalho que dá sustentação às relações capitalistas. Cf. Marx (1978).

Anteriormente, a inserção era definida como um problema psicológico relacionado a um estado do desenvolvimento do adolescente ou a patologias diversas da adolescência (PIAGET, 1964; DEBESSE, 1962 apud DUBAR, 1999). Porém, é com o aumento do desemprego na França que as discussões sobre inserção profissional e as políticas de ajuda ao emprego ganham mais destaque e passam a contemplar a idéia de exclusão social. Pondera o autor que, apesar de os estudos sociológicos sobre o ingresso dos jovens na vida ativa e de os estudos sobre transição da escola ao mercado de trabalho terem permitido o acúmulo de conhecimentos empíricos numerosos e relativamente cumulativos, ainda não há um conceito preciso sobre inserção. Além da polissemia do termo, há que se ter em conta os pontos de vista sobre a crise do trabalho e as mutações do emprego, que se apresentam bastante divergentes, de tal modo que se possa falar de uma teoria sociológica da inserção na França no atual momento.

Dubar (1999) identifica três sentidos para o termo inserção como um problema social que aparece no início dos anos 1970 nos escritos oficiais: *inserção profissional*, *inserção social e integração*. O primeiro refere-se à idéia de transição, como a passagem dos estudos ao emprego, não como um processo automático, mas como um processo longo e complexo. Já em 1981, com a publicação do relatório Bertrand Schwartz, a noção de inserção adquire uma conotação política, ao se fazer dela uma prioridade nacional e, da formação alternada⁴⁸, o meio principal que permitisse a qualificação para todos. Aqui, pela primeira vez, a questão da transição escola/emprego é relacionada com a idéia da *inserção social da juventude*, o que significa pensar nas condições sociais de entrada na vida adulta levando-se em conta questões ligadas à saúde, moradia e relações entre as gerações.

Durante o mesmo período, uma série de dados estatísticos começam a mostrar as mudanças significativas nos mecanismos de entrada dos jovens na vida adulta: diferença no acesso a empregos estáveis, aumento da precariedade do emprego para os jovens, alongamento da escolaridade, mudanças nas formas de casamento e de passagem da casa dos pais para sua própria casa (GALLAND, 1991; DUBAR, 1999). A inserção, entendida como transição, torna-se um processo cada vez mais difícil e doloroso, especialmente para os jovens menos diplomados.

⁴⁸ Trata-se de um dispositivo de formação profissional que atinge jovens de 16 a 25 anos, especialmente aqueles que se encontram em dificuldades de inserção profissional. A “alternância” é composta por três contratos de trabalho: de Qualificação, de Adaptação e de Orientação. O objetivo é qualificar e adaptar o jovem ao emprego por meio de ações de formação alternadas que se compõem de três tipos de ensino: geral, tecnológico e profissional. (Cf. FIDALGO, 1999).

Segundo Dubar (1999), somente no decorrer dos anos 1980 é que vem à tona a idéia de que as dificuldades de inserção não são apenas sentidas pelo jovens, mas também por outras categorias, como os desempregados de longa duração e trabalhadores imigrantes. Na segunda metade dos anos de 1980, entra em cena o tema da “nova pobreza”, que acaba por provocar um deslocamento do sentido da noção de inserção social para a de integração social. Ou seja, aqueles que não estão inseridos no emprego, mas que desejariam trabalhar, são também os que não estão integrados na sociedade e correm o risco de tornarem-se excluídos. Nessa perspectiva, a idéia de dominantes/dominados tende a ser substituída pela idéia de inserção/exclusão.

Charlot e Glasman (1999) e Dubar (1999), ao proporem uma retrospectiva da idéia de inserção profissional, relacionando-a aos distintos tempos históricos, particularmente na França, põem em questão a rigidez com que muitas vezes a noção é utilizada. A partir do momento em que não há uma contextualização histórica, corremos o risco de imprimir à inserção profissional características que não mais lhe servem, uma perenização que retira o caráter dinâmico que a constitui. Entendemos que a inserção profissional não pode ser uma definição *a priori*, antes se trata de uma construção social, portanto deve ser apreendida a partir das relações que os homens estabelecem entre si nos diferentes momentos históricos.

As categorizações apresentadas por Charlot e Glasman (1999), quanto aos diferentes sentidos atribuídos à idéia de inserção profissional na França quando se percorrem os diferentes contextos sociais, portanto políticos e econômicos, podem ser recuperadas para se compreender como tal noção tem sido localizada no Brasil. Embora não tenhamos, conforme já dito, um conjunto de estudos que nos autorizem a definir com precisão, ou pelo menos com mais profundidade, as especificidades que a discussão sobre inserção profissional entre os jovens requer, as contribuições dos autores nos autorizam a captar ao menos como na atualidade esse processo tem se colocado no Brasil.

2.5 Formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil

Todo o discurso que enfatiza a lógica individual como fonte produtora de riquezas, característica marcante da retórica neoliberal, torna-se mais perverso quando se examinam as condições concretas em que se encontram os jovens. Partindo de dados mais recentes, Pochmann (1998) revela que a taxa de desemprego jovem nos anos de 1990 se tornou

cerca de dez vezes superior à do final da década de 1960. Nos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de um total de 35 milhões de desempregados, 16 milhões são jovens, o que representa 46% do total de desempregados.

Para esse autor, vivencia-se uma profunda transformação no padrão de inserção ocupacional do jovem. Nas economias avançadas, até a década de 1970, havia uma condição de quase pleno emprego jovem, expressa pela rapidez na transição do sistema escolar para o sistema produtivo. Atualmente, as taxas de desemprego jovem nessas sociedades atingem patamares assustadores. A participação da força de trabalho jovem na ocupação total, que era de 20,6% em 1973, foi reduzida para 17,2% em 1997. Tais alterações são influenciadas pela adoção de novas tecnologias tanto de base física quanto organizacional.

No Brasil verifica-se, segundo o autor, nos últimos dezoito anos, uma queda do padrão de inserção ocupacional do jovem, com diminuição de postos de trabalho nos segmentos assalariados. Esse novo padrão assim se caracteriza:

1- Desemprego: convive-se com altas taxas de desemprego, sobretudo entre os jovens. A região onde mais cresceu o desemprego juvenil entre 1986 e 1996 foi a “Centro-Oeste (292,3%), seguida da região Sul (248,4%), da região Sudeste (198,1%), da região Norte (192,3%) e da região Nordeste (171,1%)” (POCHMANN, 1998, p. 48).

2- Força de trabalho: embora decrescente ao longo das duas últimas décadas, a oferta de força de trabalho juvenil, formada por pessoas na faixa etária entre 10 e 24 anos, representa uma parcela expressiva do total da PEA. Ou seja, em 1996 representava 29,6% da PEA total, ao passo que em 1989 constituía 33,2% do total. Essa redução pode ser atribuída à elevação relativa do peso da PEA feminina e a uma diminuição das faixas etárias masculinas mais jovens. Segundo o autor,

A variação da PEA juvenil nos anos 90 mostra que, dos 732,2 mil novos trabalhadores com idade entre 10 a 24 anos no período de 1989 a 1996, cerca de 390 mil tinham entre 15 e 19 anos de idade, e 509 mil estavam na faixa de 20 a 24 anos. Na faixa etária entre 10 a 14 anos de idade, houve uma redução de 160,3 mil pessoas. (POCHMANN, 1998, p. 56).

3- Demanda de trabalho: em função do enxugamento recente nos postos de trabalho mais qualificados, os jovens, mesmo com uma escolarização mais elevada, acabam por

assumir ocupações associadas aos serviços básicos que não requerem uma maior qualificação. “Em conseqüência, as ocupações que eram portas de entrada dos jovens no primeiro emprego apresentam-se, atualmente, como objeto de disputa entre os jovens e aqueles adultos que possuem maior escolaridade e qualificação” (SALM et al., 1997 apud POCHMANN, 1998, p. 57).

O estreitamento das oportunidades ocupacionais para os jovens também tem acarretado modificações nas possibilidades de emancipação juvenil (MADEIRA, 1997; POCHMANN, 1998). Diante da postergação do ingresso no mercado de trabalho, os jovens tendem a permanecer mais tempo na casa dos pais, devido à dificuldade em conquistar uma certa autonomia financeira, têm resistido à idéia de constituição de uma nova família e retardam a saída da escola, tida como uma alternativa frente ao desemprego.

Permanecer na escola parece significar para os jovens uma estratégia para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho, seja por acreditarem estar se capacitando para o atendimento às demandas do setor produtivo ou por estarem interessados na aquisição de um diploma que os coloque num patamar diferenciado em relação a uma boa parcela que não consegue, sequer, obter a escolaridade mínima. Segundo Pochmann, “a escola parece se transformar, algumas vezes, em uma espécie de refúgio temporário do jovem diante do quadro de generalizada escassez de emprego, [...] uma estratégia oculta de disputa por uma vaga, uma das marcas do novo padrão instável e competitivo de inserção ocupacional” (POCHMANN, 1998, p. 42).

Embora essa permanência também tenha sido uma das hipóteses que orientaram nossa pesquisa, qual seja, *a continuidade dos estudos tende a expressar um mecanismo de adiamento do confronto com o mercado de trabalho*, ressaltamos que, entre os jovens portadores de diploma de graduação, a continuidade dos estudos tendencialmente é acompanhada pela presença no mercado de trabalho. Não são situações excludentes. O que representa um paradoxo: quanto menores são as possibilidades dessa parcela escolarizada de ingressar no setor produtivo em conformidade com os “benefícios” prometidos pela titulação, ou seja, emprego garantido, maiores salários, melhores condições de trabalho, maior é o empenho dela em antecipar as etapas (trabalhar antes da conclusão do curso), ingressando no mercado de trabalho mesmo que em condições julgadas aquém das suas aspirações e, concordando com Pochmann, ocupando os empregos destinados aos jovens com menor escolarização. Sumariamente poderíamos supor que o efeito “antecipador” da ida para o mercado de trabalho, juntamente com o efeito “retardador” da saída do sistema

de ensino, faz parte de um mesmo processo que tende a caracterizar a inserção profissional dos jovens na atualidade.

Segundo Pochmann (1998), existem duas vertentes interpretativas para o desemprego dos jovens. A primeira sustenta a idéia de que estamos vivenciando um período de alargamento demográfico das faixas etárias jovens que gerariam pressões para o ingresso no mercado de trabalho.

Para Madeira (1997, p. 2), em função de

uma combinação conjuntural de três fatores que intervêm nas variáveis da dinâmica demográfica - fecundidade, mortalidade e migrações -, as pirâmides etárias podem sofrer alargamento ou estreitamento de suas bases, ou seja, no número de nascimentos em sucessivas gerações. Onda jovem é exatamente o momento de alargamento da faixa etária que se estende dos 15 aos 24 anos.

Como conseqüência desse fato, o sistema de ensino teria dificuldades em acomodar a crescente demanda, o que, combinada com o pouco investimento destinado à área, tornaria a situação ainda mais grave. Porém, a dificuldade que neste momento se afigura com maior gravidade é o ingresso desse contingente no mercado laboral, tendo em vista os efeitos racionalizadores da reestruturação produtiva, que, além de promover a retração das oportunidades ocupacionais, exige dos jovens novas qualificações.

A segunda vertente ressalta os efeitos das transformações atuais no mercado de trabalho para o entendimento da situação ocupacional dos jovens. Identifica uma crescente geração de oportunidades de trabalho extremamente desfavorável aos jovens que tendem a ficar excluídos dos melhores empregos gerados pela economia brasileira.

Tradicionalmente, os jovens entram no mercado de trabalho de forma diferenciada, de acordo com o segmento social ao qual pertencem. Os jovens pobres geralmente entram no mercado de trabalho antes dos 16 anos, sem completar o período escolar obrigatório, e são admitidos nos segmentos pouco qualificados. Os jovens de classe média normalmente cumprem o período escolar obrigatório ou o ensino profissionalizante. Ingressam antes dos 20 anos de idade nos postos intermediários da grande indústria e dos serviços, bem como no setor público. Já os jovens de família rica procuram permanecer mais tempo na inatividade, geralmente cumprem o ensino superior e entram no mercado de trabalho após

os 20 anos de idade, ocupando postos hierárquicos mais elevados nas principais atividades dos setores público e privado (POCHMANN, 1998).

Para Pochmann (1998), o padrão de inserção ocupacional do jovem⁴⁹ se define pela passagem de situação de inatividade (família e escola) para a situação de atividade (emprego e desemprego) e compreende três componentes básicos: a saída da escola (sistema de ensino), o encontro de um emprego regular (mercado de trabalho) e a constituição de uma família (sociedade). Em determinados momentos históricos em que as formas de transição da inatividade (família e escola) para a atividade (emprego e desemprego) são menos instáveis e problemáticas, a possibilidade de exclusão social da juventude é menor.

As categorizações apresentadas por Pochmann (1998) são elucidativas, mas, como ele mesmo adverte, não podem ser tomadas como verdades absolutas. É certo que a origem social exerce um papel importante na definição das estratégias de ingresso no mercado de trabalho. Mesmo porque, em se tratando de egressos do ensino superior, a própria escolha do curso já é um elemento que denuncia o pertencimento de classe (NOGUEIRA, 2000; ZAGO, 2002). Quanto às condições de trabalho, entendemos que a própria precarização das relações de trabalho a que está submetida a população ativa, particularmente os jovens, sejam eles pouco ou muito qualificados, atinge a todos. Evidentemente, seus efeitos não são sentidos na mesma intensidade quando se observa o critério de classe social.

Sobre a questão da idade de ingresso no mercado de trabalho, há que se fazer uma série de ponderações. A primeira delas refere-se à impossibilidade de demarcar e associar com precisão uma idade de entrada com o tipo de ocupação e, conseqüentemente, a origem social. A idade de entrada no mercado de trabalho parece sofrer um certo deslocamento para baixo, sem que isso esteja associado diretamente à condição social. Estamos nos fundamentando especialmente nos resultados de nossa pesquisa, cuja porcentagem de egressos do sistema de ensino superior que haviam declarado ter trabalhado durante seus estudos universitários é relativamente expressiva. Mais importante do que precisar a idade de entrada, talvez seja discutir o significado que o trabalho representa para os jovens quando se considera a origem social. Podemos nos questionar também sobre o tipo de posto assumido pelos jovens. Em função dos processos de reestruturação, flexibilização

⁴⁹ O autor está considerando segmento juvenil as pessoas situadas na faixa etária dos 15 aos 24 anos, conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mas adverte que é necessário considerar a especificidade de cada país, que pode apresentar variações.

das relações de trabalho, enxugamento dos postos de trabalho e desemprego, há uma tendência de que as oportunidades ocupacionais sejam absorvidas por aqueles que apresentam maior qualificação, que passa a ser um critério diferenciador quando a oferta é menor do que a demanda. E, nesse caso, sujeitar-se a um emprego aquém de suas aspirações e competência tem sido uma situação freqüente para os jovens com níveis educacionais mais elevados.

Spósito (2000) avalia que é preciso considerar os modos de reprodução das diversas classes sociais e as relações aí presentes e apreender a multiplicidade e as rupturas das diferentes etapas que envolvem a passagem para a vida adulta. Além disso, perceber que o alongamento da transição, expressão da modernidade, exige que se entenda a juventude mais como conectada com sua peculiar forma de ser, e menos como uma etapa preparatória para a vida adulta.

Pochmann (2000) apresenta quatro segmentos de mercado que ajudariam a analisar o movimento tanto dos diferentes padrões de inserção profissional dos jovens quanto da própria heterogeneidade do mercado de trabalho. São eles: segmento profissional, segmento interno, segmento externo e segmento não-organizado.

No segmento não-organizado predomina a ocupação por jovens que não concluíram necessariamente o ensino obrigatório. As condições de trabalho são bastante precárias: inexistência de direitos trabalhistas, muitas vezes em condições ilegais, pouca interferência do setor público etc. Esse tipo de ocupação é bastante característico das economias capitalistas periféricas.

O segmento de mercado de trabalho externo se caracteriza pela concorrência entre trabalhadores de diferentes faixas etárias e sofre pouca regulação. A exigência de qualificação geralmente é baixa, a demanda de força de trabalho é formada por empresas de menor porte e elevada instabilidade contratual. Os sindicatos têm dificuldade de penetração, tendo em vista a dispersão geográfica das unidades produtivas. Existem várias formas de uso e remuneração dos trabalhadores, tipos diversos de contratação, sem estímulo à capacitação profissional e sem perspectiva de progressão funcional. O jovem tende a ingressar nesse segmento imediatamente após a finalização do ensino obrigatório, ou até mesmo antes disso.

O segmento de mercado de trabalho interno diz respeito às grandes empresas, nas quais o ingresso tende a ocorrer por intermédio de critérios definidos pelo próprio empregador ou pelos sindicatos, quando a atuação é mais forte. Há possibilidades

concretas de ascensão funcional por meio de programas de carreira profissional, que estimulam a aquisição de formação especializada e o tempo de serviço na empresa. A elevação salarial se dá pela passagem por várias posições ocupacionais durante a vida ativa do jovem. Normalmente ele apresenta escolaridade básica e intermediária, o que pode significar o ingresso no mercado de trabalho, geralmente, depois dos 15 anos. O contrato do jovem geralmente se justifica pela necessidade de renovação de qualificação dos empregados e para a adequação da estrutura etária dos trabalhadores de uma grande empresa.

No segmento de mercado profissional, a inserção tende a ocorrer mais tarde, após a conclusão do curso superior. O jovem possui maior mobilidade interempresa e intra-setor da atividade econômica. O diploma de conclusão do curso superior é visto como um fator indispensável a ser utilizado na trajetória ocupacional de longo prazo. A fase de inatividade do jovem é relativamente longa, já que seu ingresso no mercado de trabalho se dá após os 20 anos de idade e em postos de trabalho qualificados.

As mesmas observações que fizemos em relação à idade de ingresso e ao tipo de posto assumido, parecem-nos pertinentes para se avaliar os segmentos do mercado de trabalho nos quais os jovens se inseririam. Ao se tentar fazer uma relação entre esta categorização apresentada pelo autor e os jovens egressos de cursos de graduação, percebemos que estes poderiam *a priori* ser compreendidos dentro do segmento profissional, tendo-se em vista a proximidade de suas características. São jovens que tenderiam a ingressar no mercado de trabalho em melhores condições pelo fato de possuírem um diploma de nível superior. Porém, essa idéia deve ser vista com cautela, pelo fato de que as condições colocadas hoje para os jovens em termos de mercado de trabalho têm demonstrado que a inserção depende de outros determinantes que devem ser considerados, além, evidentemente, da deterioração das relações de trabalho presente em todos os setores, mesmo no segmento profissional.

Assim que, diante da retração das oportunidades ocupacionais, sobretudo para os jovens, tem-se percebido um "clima" extremamente competitivo entre eles. Nesse ambiente de "salve-se quem puder", o investimento na aquisição de um diploma de curso superior parece se constituir num artifício crescentemente utilizado pelos jovens oriundos de segmentos sociais que, evidentemente, conseguiram "furar o cerco" e concluíram o ensino obrigatório, mas que deverão competir, nesse mesmo mercado, com jovens de segmentos sociais que, tradicionalmente, tiveram acesso a um curso universitário. Em outros termos,

investigar a disputa por um lugar no mercado de trabalho, seja no setor público ou privado, entre os jovens com titulação de nível superior, pertencentes aos mais variados segmentos sociais, pode evidenciar a complexidade dos mecanismos de inserção do segmento jovem no mundo produtivo.

De toda maneira, não negamos que as adversidades tenham contribuído para que a longevidade escolar seja defendida como mecanismo capaz de promover uma inserção mais favorável no mercado de trabalho. Atualmente temos presenciado um aumento expressivo nas matrículas para o ensino superior, que de 1994 a 2000 cresceram em um milhão, contribuindo para perfazer uma taxa média de expansão de 11% ao ano quando consideramos somente os anos de 1997 a 2000 (Revista do Provão, 2002). No entanto, os resultados concretos em termos de aproveitamento por parte do mercado de trabalho desse contingente escolarizado são extremamente discutíveis. A relação linear entre diploma de graduação e condições favoráveis de incorporação pelo mercado de trabalho parece não se sustentar inteiramente quando se observam as possibilidades de ingresso e permanência dos jovens profissionais de nível superior nesse mercado, o que não nos autoriza a desprezar o efeito “credenciador” dos diplomas na disputa por uma oportunidade de trabalho (MADEIRA, 1986).

No Brasil não temos uma tradição de estudos que tenham como objetivo monitorar a saída dos jovens do sistema de ensino e o seu ingresso no mercado de trabalho a partir de grupos de pesquisas amplamente consolidados e de abrangência nacional, especialmente quando se trata de iniciativas governamentais que poderiam fornecer ao menos a infraestrutura básica em que os pesquisadores pudessem se apoiar. Essa ausência traz prejuízos de ordem quantitativa – estatísticas sobre a especificidade juvenil em termos de escolarização, trabalho e outros aspectos – e, em decorrência dela, a dificuldade de análises mais aprofundadas que pudessem contribuir para o fortalecimento de estudos sociológicos sobre a juventude.

Os estudos existentes no país podem ser entendidos como empreendimentos individuais de pesquisadores, geralmente vinculados a instituições de ensino, ou ainda por parte destas quando interessadas em mapear o perfil de sua clientela, casos mais comuns no nível superior⁵⁰. Dentre os estudiosos que se propõem a analisar a temática da juventude numa perspectiva mais abrangente, geralmente relacionada às novas formas de

⁵⁰ Um exemplo bastante comum são os questionários socioeconômicos aplicados aos candidatos ao vestibular de certas universidades no Brasil.

socialização e à relação com a escolaridade e o trabalho, muitos tomam como base a literatura francesa (NOGUEIRA et al., 2000).

O material que nos é disponibilizado, seja por iniciativa dos próprios pesquisadores que vão em busca das fontes originais, seja por aqueles que se utilizam de fontes indiretas, o fato é que a discussão proposta pelos pesquisadores franceses, ainda que se leve em conta a grande diversidade existente entre os países, diferenças que não são apenas culturais, mas sócio-econômicas, o que implica a necessidade de compreender que as relações que atualmente se estabelecem entre um país pertencente à periferia da esfera do capital e outro que se constitui como bloco dominante nessa mesma esfera, podem ser de grande valia para que possamos avançar em nossas pesquisas. Com essa compreensão, fomos buscar na literatura francesa as principais contribuições para a sustentação desta pesquisa.

De todo modo, uma visão bastante comum é a que entende a inserção profissional como um termo reservado aos indivíduos que jamais pertenceram à população ativa num momento anterior ao seu ingresso (VERNIÈRES, 1997). Trata-se da passagem da inatividade para a atividade. Esse momento está relacionado a três componentes: término dos estudos, ingresso no mercado de trabalho e formação de uma nova família (TROTIER, 1998). As dificuldades de ingresso no mercado de trabalho têm favorecido um certo alongamento dos estudos e também a protelação da constituição de um novo núcleo familiar (GALLAND, 1991).

A partir do contato com pesquisas nacionais sobre essa temática e mesmo com o material empírico resultante deste estudo, perguntamo-nos em que medida, nós, aqui no Brasil, podemos fazer referência à constituição de uma passagem da inatividade para a atividade, considerando-se a sincronia existente entre os três componentes citados acima (término dos estudos, ingresso no mercado de trabalho e constituição de uma nova família)?

Ao limitarmos nossas análises exclusivamente aos jovens que concluem o ensino de graduação - um segmento que no país representa apenas 7% da população escolarizada⁵¹, contingente que, a despeito das fortes diferenças sociais constituintes, especialmente quando classificado pelos ramos de ensino freqüentados (ZAGO et al., 2002), ainda faz parte das camadas sociais com melhor poder aquisitivo, portanto em condições de seguir *a priori* sem grandes dificuldades tais etapas - percebemos que mesmo entre esses não há um movimento sincrônico, ou seja, não se poder entender a inserção profissional como um

⁵¹ Dados do IBGE (1998).

momento em que o término dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de uma nova família ocorra de maneira absolutamente concatenada.

Acrescentamos também que talvez pudéssemos falar não de uma inserção profissional, mas de *reinserções* quando tomamos a realidade dos egressos do ensino superior. O contato com o mercado de trabalho faz parte da constituição do perfil do aluno universitário, e é, em certas circunstâncias, a condição essencial para que outras etapas se cumpram, porém não num movimento linear, automático⁵².

De acordo com Tanguy (1997), o adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho é um fenômeno geral, que atinge de modo especial a França, cujo índice de atividade entre os jovens diminuiu sensivelmente. As políticas educativas e de inserção têm sido orientadas para o prolongamento dos estudos como forma de conter as demandas para o setor produtivo. A autora defende que se percebam as diferentes situações que envolvem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, pois o desemprego é desigual e segregativo, faz parte do processo de constituição da estratificação do próprio assalariado.

O adiamento da constituição de um novo núcleo familiar parece ser uma característica que vem marcando também os jovens brasileiros, um fenômeno que está diretamente vinculado às dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. O jovem, tendo em vista os obstáculos que encontra para conseguir um emprego que lhe permita um mínimo de segurança para sustentar uma nova família ou a si, tende a protelar o casamento. No entanto, essa convergência com o que aponta a literatura francesa merece, quando nos referimos ao Brasil, um certo cuidado, em virtude das diferenças sociais e culturais que envolvem a juventude no Brasil. Tal tema é bastante complexo e tem atualmente se destacado na literatura nacional (SOUSA, 1999).

Queremos ressaltar que o adiamento de projetos matrimoniais (estamos nos referindo a qualquer forma de união) talvez não possa ser generalizado quando estão em jogo outros condicionantes. Vamos tomar como exemplo unicamente a escolaridade. Em que medida o jovem pouco escolarizado se utiliza ou não da estratégia de postergação da constituição de uma nova unidade familiar em função das adversidades sentidas em relação ao seu ingresso no mercado de trabalho? Caso se utilize, sob que condições quando se compara com os jovens que alcançam maiores níveis de escolarização, especialmente os

⁵² De acordo com nossos dados, mais da metade dos egressos que participaram da pesquisa havia trabalhado antes da graduação. Evidentemente que é preciso ressaltar as diferenças existentes quando se analisa por curso seguido. De todo modo, essa é uma característica bastante expressiva.

que concluem um curso de graduação? E mesmo entre esses, há que se levar em conta as diferentes carreiras.

Com relação ao alongamento dos estudos como mecanismo de enfrentamento das dificuldades de inserção profissional, mais um vez é prudente avaliar de que jovens estamos falando. Dois aspectos devem ser considerados no que se refere ao fenômeno “alongamento”. Em primeiro lugar, é certo que a população escolarizada no Brasil na atualidade, em termos proporcionais a décadas anteriores, é superior, o que não significa que tenhamos alcançado níveis razoáveis de incorporação demandados pela população em idade escolar. Assim, quando se aponta para um “alongamento da escolaridade” no Brasil, é preciso ter em conta que estamos falando em termos estatísticos de um contingente significativamente inferior comparados com os dados que compõem a realidade francesa.

Em segundo lugar, tal alongamento, visto como um substituto da inserção no mercado de trabalho - ou seja, os jovens por falta de oportunidades ocupacionais acabam investindo nos estudos e esticando seu tempo de permanência na escola - exige um cuidado redobrado, uma vez que, mesmo entre os que conseguem alcançar níveis mais altos de escolaridade, é expressiva a quantidade dos que mantêm concomitantemente aos estudos algum tipo de inserção no mercado de trabalho, ainda que em situação provisória. Para muitos, é a própria permanência em alguma atividade que lhes propicia um rendimento financeiro, a garantia de poder dar continuidade aos estudos. Para outros, o trabalho pode estar relacionado menos a um imperativo financeiro e mais a aspectos ligados a experiências, sociabilidade e outros (MADEIRA, 1986; CARDOSO e SAMPAIO, 1994). Tanto num quanto no outro sentido, o desempenho de alguma atividade remunerada se coloca como uma estratégia que cada vez mais é combinada com os estudos.

Entendemos que a exclusividade aos estudos como forma de adiamento do confronto com o mercado de trabalho possa ser utilizada por uma parcela reduzida da população universitária, evidentemente entre aqueles jovens pertencentes a famílias com maiores recursos financeiros. Mesmo entre esses é freqüente a presença no mercado de trabalho⁵³. Nesse sentido estamos propensos a ver o alongamento da escolaridade como uma realidade que se coloca de maneira diferenciada entre os jovens no Brasil.

O diagnóstico empresarial tende a associar o desemprego dos jovens à inadequação escolar aos requerimentos produtivos. Como solução, uma série de políticas visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho é, então, posta em prática, por exemplo, na

⁵³ No capítulo III desta pesquisa, apresentamos dados que corroboram essas conclusões.

França. A "alternância" é o termo utilizado para designar tais políticas que se inscrevem fundamentalmente na lógica empresarial (FIDALGO, 1999; TANGUY, 1997).

Letelier (1999) investiga a relação entre escolaridade e emprego num momento de grande impacto ocasionado pelas transformações produtivas. A partir de dados da PEA referentes à Grande Santiago no Chile e à Grande São Paulo, a autora questiona a vinculação automática entre nível de escolaridade, renda e inserção no mercado de trabalho. O que se percebe é uma crescente debilidade entre a renda e o nível de escolarização. Embora haja uma discussão sobre as demandas do mercado de trabalho estarem centradas na formação de um novo trabalhador mais escolarizado, o aumento da renda não é proporcional ao acréscimo de anos de estudos, nem a oferta de trabalho para os mais titulados os coloca em situação absolutamente vantajosa.

Ao estabelecer algumas correspondências entre a PEA das principais cidades desses países no que se refere ao volume produtivo, a autora constata que enquanto Santiago tem 70% de PEA com nove anos ou mais de estudos, a população da Grande São Paulo apresenta apenas 40% de sua PEA com essa escolaridade. Tal estatística, todavia, não impediu São Paulo de situar-se no cenário nacional e internacional como uma grande potência em termos de produtividade. Assim, é possível afirmar que “ a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho está determinada pelo perfil educacional geral alcançado pela sociedade, mais do que pela demanda de qualificação oriunda do mercado de trabalho” (LETELIER, 1999, p. 137).

Assim, as exigências de uma força-de-trabalho cada vez mais escolarizada não estão diretamente relacionadas às demandas do posto de trabalho, mas como mecanismo de competição por um emprego. Desloca-se o foco da análise que tem sua origem em condições estruturais e históricas e atribui-se à educação a responsabilidade pela inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Segundo Letelier (1999), nas últimas décadas verificou-se uma expansão educacional na América latina sem a correspondente mudança na estrutura do mercado de trabalho. Diminuíram os postos de trabalho ligados ao setores industriais e aumentaram as oportunidades ocupacionais para áreas de serviços, cuja característica é absorver uma população com menor nível de escolaridade. Contrariamente, os setores que empregam menores porcentagens da PEA são justamente os que abrigam a população com maior escolaridade. Em São Paulo, por exemplo, os escolarizados concentram-se nos setores de serviços sociais com 9% e, do governo, com 3% da PEA.

Além da dificuldade de encontrar um espaço no mercado de trabalho, os que conseguem o ingresso estão sujeitos a uma intensificação e extensão da jornada de trabalho. Seus dados apontam que, num período de sete anos, que corresponde aos anos de 1988 a 1995, houve um aumento de 6% da PEA que trabalha 35 horas ou menos por semana, o que pressupõe o subemprego. Concomitantemente a quarta parte dos ocupados na Grande São Paulo trabalha 48 horas e mais, evidenciando que segmentos importantes estão expostos a condições de trabalho precarizadas. Para Letelier (1999), o saldo disso é perceptível na vida cotidiana dos trabalhadores que são empurrados a suprimir o tempo de dedicação às atividades domésticas e de lazer em favor da dedicação ao trabalho.

A Grande São Paulo apresenta um alto índice de desemprego. Em 1995 a taxa de desocupados era de 12,5%. Os que mais sofrem são os jovens com até 29 anos de idade. Na América Latina, o índice de desemprego juvenil é mais do que o dobro do índice de desemprego juvenil no Brasil. A explicação para esse fato é freqüentemente atribuída ao despreparo profissional dos jovens, justificativa que não condiz com os dados da realidade, pois, de acordo com a autora, ao se verificar a média de escolaridade entre os jovens empregados e desempregados nas duas cidades em questão, observa-se que as diferenças são mínimas, o que pressupõe que a variável escolar não pode ser um fator de explicação.

Para Letelier (1999), as explicações encontram-se num outro patamar. Devem ser buscadas nas condições de precariedade que o mercado de trabalho apresenta para essa faixa etária. Geralmente seus salários são mais baixos e os vínculos empregatícios se caracterizam por contratos temporários. A ausência de motivação por parte dos jovens para aceitar trabalhos em condições tão precarizadas acaba por desestimulá-los para o ingresso no mercado de trabalho.

Isso parece constituir um elemento importante na caracterização do trabalho para os jovens na atualidade, mas pouco investigado entre as pesquisas que se propõem a discutir o jovem no meio produtivo. De acordo com Corrochano e Nakano (2000), os estudos ainda se orientam a partir do aluno trabalhador, da inadequação escola e mundo do trabalho, mas pouco se investiga sobre os jovens desempregados e a conformação de um novo modelo de trabalho e de trabalhador marcado pela informalidade.

De acordo com Letelier (1999), para os mais escolarizados, especialmente aqueles com mais de 25 anos, a situação tende a ser menos grave. Os dados da autora revelam que, em 1988, a média de escolaridade dos empregados era de 9,7 anos de estudos, para os desocupados era de 9,6 anos. Em 1995, os ocupados tinham uma média de escolaridade de

10,6 anos de estudos e os desempregados estavam com uma média de 10,4 anos. O mercado de trabalho tende a priorizar os mais escolarizados, porém, isto é válido para a população adulta.

No que se refere à distribuição de renda, Letelier (1999), comparando a Grande São Paulo e Grande Santiago do Chile, observa que, em momentos diferentes do processo de reestruturação, a desigualdade na distribuição de renda aumentou, sobretudo em Santiago. Em São Paulo os salários sofrem uma significativa redução quando se comparam os anos de 1988 e 1995. Nesse último ano, os ocupados recebiam 73% do que ganhavam em 1988.

A situação é dramática, avalia a autora, quando se percebe que não existe uma correlação positiva entre nível de escolaridade e aumento na renda, ou seja, os trabalhadores estudam mais, porém seus salários não sofrem aumento. De acordo com dados levantados pela autora, a precarização atinge também os trabalhadores com nível superior. Conforme aponta,

No ano de 1988 em São Paulo, 52,4% da PEA com estudos superiores pertencia ao decil mais rico da população, em 1995, a percentagem diminuiu para 45,7%. No mesmo ano, em Santiago 58,5% da PEA com estudos superiores pertencia ao decil mais rico, em 1995 esta percentagem diminuiu para 43,7%. (LETELIER, 1999, p. 145).

Os indivíduos com altos perfis educacionais estão cada vez mais sujeitos a ocuparem postos de trabalhos mais baixos na escala ocupacional, evidenciando que a demanda por melhores qualificações e níveis educacionais tem propiciado um aumento da produtividade ou de crescimento econômico, sem a correspondente melhoria nas condições salariais. Se, por um lado, o novo paradigma produtivo reitera a necessidade de novos atributos comportamentais, entre os quais colaboração, responsabilidade, trabalho em equipe, por outro, a precariedade concreta do mercado de trabalho pode gerar processos de insatisfação que minariam os próprios princípios do novo paradigma (LETELIER, 1999).

Letelier (1999), analisando a renda com o nível de escolaridade e tipo de ocupação entre as duas regiões, afirma que, em Santiago, a concentração de renda está relacionada a algumas atividades criadas no comércio, como os postos de diretores e administradores. O inverso ocorre para as categorias que têm grande impacto na PEA, dentre as quais os trabalhadores de escritório e professores, cujo aumento do nível de escolaridade vem acompanhado de uma diminuição na capacidade de participação na distribuição da renda.

Em São Paulo, foram os professores que mais aumentaram os anos de estudos sem ter seus salários acrescidos. Mesmo que no discurso a reforma educacional seja tratada como condição para que ocorra crescimento com justiça social, o que se percebe na realidade concreta é uma desvalorização da ação educacional.

As análises de Letelier (1999) são contundentes para a apreensão das reais condições enfrentadas pelos jovens no que se refere à sua vida profissional e, particularmente, para aqueles que fazem do investimento escolar uma estratégia para a obtenção ou manutenção de um status ocupacional mais elevado. Os dados que obtivemos em nossa pesquisa corroboram a reflexão da autora⁵⁴. Dois aspectos podem ser destacados: o número significativo de egressos que se dedicaram à realização de uma pós-graduação, independentemente da carreira, e as disparidades salariais quando se comparam egressos de diferentes cursos.

Sanchis (1997), ao estudar a PEA na Espanha, defende a idéia de que não é o sistema educativo o responsável pelas dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas o próprio funcionamento do sistema produtivo. O argumento utilizado pelos meios de comunicação em geral é o de que a escola não estaria qualificando devidamente para o mercado e que, portanto, esses jovens teriam dificuldades em lidar com tecnologias avançadas, fundamentais para o novo trabalho. Na verdade pesquisas demonstram que existe pouca relação entre a taxa geral de desemprego e o nível médio de educação da população, “o tipo e o lugar de trabalho dos jovens vem determinado em boa medida pela posição social e ocupacional dos pais” (ERRANDO apud SANCHIS, 1997, p.120).

Para Sanchis (1997), o que tem predominado hoje em relação às vias universais de acesso ao emprego na Espanha são as formas particularistas definidas pela posição social e a relação familiar e pessoal do candidato ao emprego. Essa tendência vem sendo fortemente reforçada pela crise econômica. Nesse sentido, quanto melhor é o trabalho em termos de salários, garantias contratuais, estabilidade, maior é a interferência da família. O mercado de trabalho juvenil somente é homogêneo em sua aparência. Mesmo que em certa medida o acesso ao sistema de ensino tenha favorecido uma relativa "igualdade de condições" entre os jovens de diferentes camadas sociais, permitindo que se encontrem nos mesmos segmentos do mercado de trabalho, existem grandes possibilidades de que a sociedade por sua própria estrutura de classe os separe.

⁵⁴ A demonstração e análise desses dados está no III e IV capítulo desta pesquisa.

Sanchis (1997), assim como Letelier (1999), nos fornece elementos para que, no mínimo, o discurso da empregabilidade seja posto sob suspeita. A inserção profissional dos egressos do ensino superior deve ser apreendida a partir das condições concretas definidas pelas atuais necessidades do capital.

CAPÍTULO III

NA TRILHA DOS GRADUADOS

3.1 Considerações metodológicas

Os informantes desta pesquisa foram jovens que tinham até 32 anos de idade no momento da coleta de dados, que ocorreu em 2001, concluíram seu curso de graduação no ano de 1997 e são provenientes de três universidades de Santa Catarina.

O ano de 1997 foi escolhido por permitir visualizar, após quatro anos de conclusão do curso de graduação, a trajetória desses jovens em relação às suas estratégias e expectativas de ingresso no mercado de trabalho. Nesse período expressaram-se, também, as intensas modificações no mundo do trabalho das décadas anteriores e se pôde sentir os efeitos de uma política de abertura da economia engendrada no início dos anos de 1990, sendo um dos mais evidentes a implementação de novas diretrizes para a atuação estatal, dentre as quais, a política de privatização do setor público.

Ao pensarmos sobre a amostra que comporia nossa pesquisa, percebemos a necessidade de garantir, ao máximo possível, sua heterogeneidade em termos socioeconômicos. A questão que se colocava no momento de definição da amostra era tentar captar a saída dos jovens de diferentes cursos para o mercado de trabalho, sem correr o risco de privilegiar apenas um segmento social, pois justamente nos interessava perceber quais os processos de inserção no mercado de trabalho de jovens provenientes de diferentes meios sociais, considerando-se as atuais implicações desencadeadas pelo novo padrão de acumulação capitalista, que pressupõe novas formas na organização do trabalho e demanda novos perfis de trabalhadores.

Assim, partimos do suposto de que a representatividade da pesquisa em termos qualitativos poderia ser mais bem apreendida se contemplássemos egressos de diferentes instituições de ensino. Como se verifica, estudos sobre as escolhas de estabelecimentos de ensino no Brasil (ROMANELLI, 1986; NOGUEIRA, 2000) tendem a apontar uma certa associação entre projetos familiares e características de instituições escolares. Com esse

intuito procuramos identificar, dentre as instituições de ensino superior existentes na região de Florianópolis, aquelas que pudessem contemplar diferentes perfis de alunos e, possivelmente, formas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho.

Um critério primordial na composição da população a ser investigada foi o de garantir a presença de representantes do ensino público e do ensino privado. A razão para tal prudência reporta-se àquela máxima amplamente disseminada de que “filhos de ricos” estudam em universidades públicas e “filhos de pobres” estudam em universidades privadas, cuja qualidade pode em algumas situações ser questionada e onde o aluno tem de arcar com os altos custos das mensalidades. Esse argumento é freqüentemente utilizado, sobretudo por parte dos governantes para justificar as políticas de cunho privatizante para o setor. Como veremos, dados da pesquisa põem em xeque essa visão, mostrando que existem certas características que sinalizam para a constituição de uma cultura universitária diferenciada quando se comparam alunos provenientes do setor público e do setor privado. Tais diferenças não se explicam pela natureza do sistema de ensino, mas pelo capital cultural e escolar⁵⁵ de quem o frequenta (NOGUEIRA, 2000).

Nossa preocupação não foi examinar as diferenças e semelhanças entre as universidades. Partimos da hipótese de que o discurso da qualificação para a permanência e a aquisição de um emprego, paralelamente a uma política gestada nos últimos anos de abertura para o credenciamento de diferentes formas⁵⁶ de ensino superior e incentivo ao ensino pago, em contraposição ao investimento no setor público, têm contribuído para a alteração do perfil da população universitária e de que, ainda que se pese o “valor” dessas políticas em termos de democratização desse nível de ensino, um contingente nada desprezível de jovens diplomados sai dos bancos escolares em busca de um emprego condizente com sua formação. São esses egressos, provenientes de diversos meios sociais, que procuramos abranger em nossa pesquisa. Jovens que fazem parte da primeira geração de suas famílias que ingressa e conclui um curso superior ao lado de outros que, tradicionalmente, vêem o diploma como uma conseqüência natural de sua própria condição

⁵⁵ Adotamos neste estudo o conceito de capital cultural definido por Pierre Bourdieu, que o entende como um conjunto de qualificações intelectuais que são transmitidas pela família ou produzidas pelo sistema escolar. O capital cultural pode existir sob três formas: como estado incorporado, que somente ocorre a partir de um trabalho intenso de inculcação e assimilação que custa tempo e deve ser assumido exclusivamente pelo sujeito. O autor o compara a um “brozamento” que não tem como se delegar a outros. Como estado objetivado, representado pela posse de bens culturais, como por exemplo as obras de artes. Como estado institucionalizado, representado pela posse de títulos escolares. Cf. BONNEWITZ, P., 2002; BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.), 1998.

⁵⁶ Estamos nos referindo às modalidades de cursos seqüenciais e a distância.

social. Esses últimos, ao contrário, por não serem “pioneiros” da família a cursar uma universidade, podem partilhar da experiência e orientações de pais que também passaram por ela.

O segundo passo foi então definir que universidades fariam parte da amostra. Por força da própria condição inicial de se incluir no universo da pesquisa representantes do ensino público e privado, e considerando-se a desproporcionalidade numérica entre esses setores, somente nos restaram duas possibilidades de escolha referentes ao sistema público de ensino, uma universidade estadual e uma universidade federal. Tendo em vista o status desses estabelecimentos no cenário catarinense quando está em discussão a qualidade de alguns cursos, há no senso comum uma idéia de que, dependendo de sua escolha profissional, deve-se optar entre uma ou outra instituição. Mas existe ainda uma outra compreensão de que a universidade federal, por não estar limitada a verbas estaduais, oferece um maior número de cursos, uma melhor infra-estrutura e, por uma série de outras razões de ordem objetiva ou não, estaria mais bem cotada do que a universidade estadual.

Sem entrar no mérito de tais impressões, partimos do suposto de que critérios são levados em conta quando candidatos optam por uma ou outra universidade. Nosso objetivo não foi examiná-los, mas captar o perfil e as trajetórias dos graduados, analisando suas semelhanças e diferenças e as implicações para o ingresso no mercado de trabalho. Desse modo, entendemos que a presença das duas universidades que atendem a jovens portadores de diferentes projetos seria de grande pertinência em nossa pesquisa.

Para a seleção da instituição de ensino privada, dois critérios iniciais foram considerados, a saber: tempo de existência suficiente para que se pudesse inferir sobre sua consolidação no cenário educacional local e grau de abrangência em termos geográficos e de oferta de cursos de graduação. Atualmente temos visto um surgimento acelerado de universidades privadas na região, no entanto poucas apresentam as características acima, o que restringiu consideravelmente nosso campo de escolha. Dentre as que restaram, optamos por aquela que atendiam as condições já expostas e com a qual tínhamos um contato anterior, facilitando, assim, a negociação do acesso para a realização da pesquisa.

3.1.1 Perfil das instituições de ensino selecionadas e escolha dos cursos

As três universidades existem desde a década de 1960. A universidade federal possuía no momento da coleta de dados (2001) 28 cursos de graduação, 31 cursos de mestrado e 11 cursos de doutorado. A estadual é constituída por um sistema *multicampi* espalhados pelo Estado de Santa Catarina. Oferece 20 cursos de graduação e nove cursos de mestrado. A universidade privada atende alguns municípios catarinenses, ofertando mais de 30 cursos de graduação, nove cursos de mestrado e dois cursos de doutorado.

Realizada a seleção das universidades, partimos para a definição de quais cursos integrariam nossa amostra. Constatou-se a primeira dificuldade: nem todos os cursos eram oferecidos pelas três instituições, o que nos obrigou a pensar apenas em egressos de cursos que fossem oferecidos pelas três universidades. Um outro problema foi o de que alguns cursos eram recentes e não haviam formado turmas em 1997. Houve ainda casos em que não nos foi permitido o acesso à listagem dos formandos daquele ano.

Chegamos então a um leque de possibilidades mais representativo de uma área do que de outra. Os cursos da área de humanas eram em maior número do que os cursos de exatas e biológicas. Diante disso, optamos por garantir um equilíbrio no número de egressos de diferentes áreas ao mesmo tempo em que escolhemos, sempre que possível, cursos que fossem oferecidos pelas três universidades. Os egressos dos cursos de Direito e Odontologia constituem a exceção, pois ambos são ofertados somente pela instituição federal e pela privada.

A manutenção dos egressos desses cursos em nossa amostra, mesmo que estes não tenham preenchido o requisito de serem cursos presentes nas três instituições, deve-se a fatos específicos: a odontologia representa a área da saúde e apresenta um alto índice de candidatos/vagas para o acesso à universidade. O curso de Direito, além de ser expressivamente procurado, o que eleva seu grau de concorrência tanto no vestibular quanto após a sua conclusão, apresenta uma outra característica que entendemos relevante para a composição de nosso universo de investigação: trata-se das inúmeras possibilidades de se exercer a profissão em condições extremamente precárias ou favoráveis, dependendo da situação social do egresso. Aliado a isso, a categoria “profissional liberal” tende a aderir com certa facilidade ao discurso da competência individual para justificar seus fracassos e sucessos. O mesmo raciocínio foi aplicado para a escolha dos egressos dos cursos de Administração, oferecidos pelas três instituições de ensino.

Os demais cursos, Pedagogia e História, representam a categoria dos “profissionais da educação e do ensino”, cuja via de ingresso no mercado de trabalho mais provável é a do ensino público, com salários aviltados e condições de trabalho precárias.

Chegamos, então, à definição dos informantes que comporiam nossa amostra: os graduados do ano de 1997 dos cursos de Pedagogia, História, Direito, Administração e Odontologia.

3.1.2 A localização dos egressos

A questão que se colocou imediatamente foi como e onde encontrar os egressos. As instituições de ensino nos pareceram a porta de entrada mais provável para estabelecermos os primeiros contatos. Solicitamos às universidades escolhidas que nos fornecessem a listagem dos formandos desses cursos do ano de 1997. De posse da lista, passamos a realizar a árdua tarefa de localizá-los, primeiro por telefone. Foram poucos os que permaneceram com o mesmo número de telefone que tinham durante a graduação; a partir deles conseguíamos atualizar nossa lista solicitando que nos fornecessem um número de telefone de contato de colegas. Em muitos casos todavia, passados quatro anos, os egressos haviam perdido contato com seus pares que haviam mudado de endereço, o que nos obrigou a buscar uma outra solução. Pelo sobrenome, quando somente dispúnhamos do endereço, realizamos uma pesquisa nas páginas dos assinantes telefônicos via internet e esses novos contatados foram nos fornecendo outros telefones, até que finalmente tivéssemos esgotado todas as possibilidades viáveis de comunicação com os egressos.

Nem todos foram localizados; alguns nomes simplesmente constavam da lista mas não eram conhecidos do grupo, enquanto que houve egressos que se recusaram a participar da pesquisa. Essa fase da pesquisa começou em julho de 2001 e estendeu-se até setembro de 2001.

3.1.3 Definição da amostra: aplicação do questionário e entrevistas

O contato telefônico com os egressos dos cinco cursos das três instituições de ensino começou a ser feito a partir de setembro de 2001 e estendeu-se até o mês de janeiro de 2002. Nos telefonemas nos apresentávamos como pesquisadora, expúnhamos nossos

objetivos com a pesquisa e pedíamos a participação do informante por meio do preenchimento de um questionário⁵⁷, que poderia ser enviado e devolvido pelo correio (postagem paga) ou pela internet, via correio eletrônico. Em muitas situações a conversa não se dava no primeiro telefonema, ou porque o informante não se encontrava no momento, ou porque estava ocupado, ou ainda porque solicitavam que telefonássemos para um outro número, sua residência ou local de trabalho. Quando possível, fazíamos a entrega do questionário pessoalmente.

Utilizamos para esta pesquisa como instrumento de coleta de dados, além do questionário enviado a todos os egressos com os quais mantivemos um contato prévio por telefone e que se dispuseram a participar da pesquisa, uma entrevista com alguns dos informantes que responderam ao questionário.

Quando da aplicação do questionário, os informantes foram solicitados a responder se estariam dispostos a participar de uma segunda etapa da pesquisa, que seria a realização de uma entrevista. Nem todos os selecionados, embora tivessem num momento anterior aceitado participar da entrevista, realmente confirmaram sua resposta, de tal maneira que nossas opções de egressos a serem entrevistados tornaram-se significativamente restritas. Tínhamos, por exemplo, disponibilidade de entrevistar vários egressos do curso de Pedagogia enquanto que, inversamente, apenas um egresso do curso de Odontologia se dispunha a participar. Diante desse fato, resolvemos definir o número de entrevistados levando em conta em primeiro lugar a representatividade entre os egressos dos cinco cursos que compõem a pesquisa. Além disso, e na medida do possível, outros critérios foram atendidos, a saber: origem institucional, faixa salarial, sexo e estado civil.

Somente entre os egressos do curso de Administração de Empresas, pudemos manter um representante para cada universidade⁵⁸. Entre os demais cursos não foi possível tal escolha. Os entrevistados ficaram então em número de seis, dos quais quatro são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Uma egressa do curso de Pedagogia da estadual, duas egressas do curso de Administração de Empresas, uma da federal e outra da estadual, uma egressa do curso de Odontologia da universidade federal, e um egresso do curso de História e outro de Direito, ambos também da federal.

As entrevistas ocorreram em locais definidos pelos próprios entrevistados. Três informantes preferiram concedê-la no ambiente de trabalho, dois ofereceram suas casas e

⁵⁷ Vide anexo II

⁵⁸ Estamos nos referindo somente às duas universidades públicas: uma federal e outra estadual.

uma não fez questão do local. O objetivo era permitir aos entrevistados uma situação de maior naturalidade possível para que eles pudessem fazer seus depoimentos sem grandes constrangimentos. Nesse sentido, além de procurar respeitar o lugar definido pelo informante, optamos por realizar entrevistas em profundidade, não-diretivas, por entendermos que, naquele momento, mais importante do que a precisão das perguntas e das respostas – questão em parte solucionada pelo questionário - era instigar o entrevistado a oferecer informações em níveis mais aprofundados. Conforme Michelat (1985), “*A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista*” (p.193 - grifos no original).

Ainda de acordo com o autor, aquilo que pertence à ordem afetiva tende a ser mais profundo, mais expressivo do comportamento do que aquilo que está apenas no nível da intelectualidade, o que não significa dizer que o discurso afetivo não tenha também um componente intelectualizada. Entretanto argumenta o autor que o que é unicamente intelectualizado e que não é interiorizado pelo afetivo tende a ter uma fraca significação. As entrevistas não-diretivas facilitam a emergência do conteúdo sócio-afetivo mais profundo, diferentemente do que ocorre em outros métodos.

“Deixar falar ”, essa foi a conduta que adotamos em nossas entrevistas. Inspiramo-nos no modelo proposto por Demazière e Dubar (1997) na obra *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple des récits d'insertion*, cuja tônica é contribuir para que as entrevistas biográficas não se tornem um questionário disfarçado; ao contrário, que sejam utilizadas de maneira que se possa estabelecer um verdadeiro diálogo entre entrevistador e entrevistado. Para esses autores é preciso que o pesquisador proceda a uma reconstrução do significado e sentido da entrevista, um *detour sémantico*, compreenda as “definições de situações” vividas pelo entrevistado, como ele enxerga o mundo e o define e busca convencer o interlocutor de suas posições.

Não nos dispusemos seguir à risca o modelo adotado por Demazière e Dubar⁵⁹ (1997) no que se refere à maneira de analisar as entrevistas. Mas certamente a maior contribuição dos autores para esta pesquisa diz respeito à adoção de uma determinada conduta do entrevistador que respeite o entrevistado, levando em conta sua posição no diálogo estabelecido, favorecendo um clima de confiança entre ambos. Nesse sentido optamos, conforme sugestão dos autores, por começar a entrevista pedindo ao entrevistado que nos contasse tudo o que lhe havia acontecido de mais importante após sua saída da universidade, alertando para o fato de que seria ele o principal condutor do diálogo e sempre que julgássemos necessário faríamos intervenções buscando esclarecimentos.

Nesse aspecto, concordando com Michelat (1985) em que a não-diretividade é sempre relativa, ao estabelecermos um ponto de partida já está pressuposto um direcionamento; além disso, mesmo não tendo delimitado explicitamente ao entrevistado que nosso interesse residia na questão da inserção profissional, o fato de terem respondido ao questionário na primeira etapa da pesquisa, em que questões dessa natureza eram evidentes, fez com que seus relatos tendessem a se caracterizar a partir do recorte profissional. Uma vez lançada a questão, os entrevistados seguiram caminhos distintos, pois, como não havia um roteiro previamente definido, cada relato seguiu uma estrutura própria em que os temas, apesar de se cruzarem, eram distintamente enfatizados.

As questões que compõem o questionário objetivaram conhecer a trajetória acadêmica e profissional dos egressos mesmo antes do ingresso na universidade, até o momento da pesquisa. O questionário foi estruturado de tal forma que o informante pudesse escolher, dentre o leque de opções apresentadas, uma ou mais respostas que julgasse adequada, e ainda havia a possibilidade de oferecer outra resposta que não estivesse contemplada nas proposições feitas pelo pesquisador. Determinadas perguntas

⁵⁹ Para uma compreensão detalhada da metodologia proposta pelos autores ver Demazière, Didier e Dubar, Claude. (1997). Os autores ressaltam a importância de uma análise estrutural do “relato” de tal modo que se possa descobrir o código do discurso que dá sentido ao encadeamento do relato. Essa obra foi produzida a partir de uma pesquisa realizada com jovens egressos precocemente do sistema de ensino com um perfil bastante específico: jovens que se encontravam em situação profissional bastante precária. Numa primeira etapa, que ocorreu em 1993, abrangendo diversas regiões da França, os informantes em número de 1600, foram submetidos a um questionário por telefone, objetivando se extrair informações precisas sobre seu itinerário a partir de 1986, ano em que deixaram o sistema de ensino formal. Em 1994 em torno de 25 a 30 jovens por região foram escolhidos para conceder uma entrevista aprofundada. Segundo os autores, foi necessária a realização de um número bem superior de entrevistas para que somente algumas pudessem ser selecionadas para análise. Isto se justifica pelos critérios exigidos neste tipo de análise, ou seja, a entrevista, para que pudesse ser submetida a uma análise, teve antes que ser avaliada pelo pesquisador de tal modo que fosse considerada como sendo a mais completa possível, em que uma empatia entre entrevistador e entrevistado tivesse garantido um nível verdadeiramente aprofundado.

solicitavam que o informante ordenasse suas respostas de acordo com o grau de importância que atribuía a elas. Nossa preocupação foi fazer com que ele não se sentisse desmotivado a responder questões muito abrangentes, sem que fosse induzido em suas respostas.

3.2 Um perfil da amostra: sexo, estado civil e escolarização

Nesse item apresentaremos um perfil de nossa amostra atentando para as questões de sexo, estado civil e rede de ensino freqüentada no nível fundamental e médio. Consideramos que os elementos analisados previamente poderiam contribuir para o avanço na reflexão sobre a inserção profissional dos egressos que fazem parte desta pesquisa.

3.2.1 Quanto ao sexo

A ligeira predominância de informantes do sexo feminino, conforme indica a tabela 02, parece confirmar a tendência, já observada em levantamento do governo federal, de a população universitária no Brasil ser, atualmente, majoritariamente feminina, situação contrária ao que se observou nas décadas anteriores. Segundo dados do INEP, o número de concluintes do ensino superior no ano de 2002 foi de 466.260, dos quais 172.95 eram do sexo masculino e 293.309 eram do sexo feminino⁶⁰. Nessa perspectiva, as mulheres com diploma de graduação, potencialmente, parecem ser hoje maioria no mercado de trabalho.

Tabela 02 - Número de egressos com até 32 anos de idade distribuídos por sexo e instituição de ensino

Sexo	Privada %	Estadual %	Federal %	Total %
Masculino	50 (24)	20 (4)	48,1 (52)	45,5 (80)
Feminino	50 (24)	80 (16)	51,9 (56)	54,5 (96)
Total	100 (48)	100 (20)	100 (108)	100 (176)

⁶⁰ MEC/INEP. Disponível em [http:// <www.edudatabrasil.inep.gov.br>](http://www.edudatabrasil.inep.gov.br) Acesso em: 08 de fev. de 2004.

Ao analisarmos separadamente os egressos de nossa amostra por curso, conforme aponta a tabela 03, podemos verificar que a distribuição não é homogênea. Os egressos dos cursos de Direito das duas universidades são, em sua maioria, pertencentes ao sexo masculino. Já entre os egressos do curso de Pedagogia, a totalidade de informantes é do sexo feminino. Dentre os demais cursos as proporções se alteram quando se leva em conta uma ou outra instituição de ensino. Ainda que os limites de nossos dados não nos permitam uma análise mais detalhada do significado que possa ter a maior ou menor representação de egressos do sexo masculino ou feminino em cada curso e instituição, não podemos deixar de ressaltar a tendência, amplamente reconhecida, por exemplo, de que o curso de Pedagogia é atualmente um curso freqüentado majoritariamente por mulheres.

Tabela 03 - Variável sexo por curso e instituição

Curso	Sexo	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Masculino	0	0	0
	Feminino	100 (13)	100 (5)	100 (7)
História	Masculino	66,6 (2)	14,3 (1)	100 (1)
	Feminino	33,4(1)	85,7 (6)	
Administração	Masculino	57,7(15)	37,5 (3)	57,1 (4)
	Feminino	42,3 (11)	62,5 (5)	42,9 (3)
Direito*	Masculino	60,5 (26)	---	62,5 (10)
	Feminino	39,5(17)	---	37,5 (6)
Odontologia*	Masculino	39,1(9)	---	52,9 (9)
	Feminino	60,9(14)	---	47,1 (8)

*A universidade estadual não oferece curso de Direito e Odontologia.

3.2.2 Quanto ao estado civil

A observância do estado civil entre os egressos que compuseram nossa amostra se mostrou relevante por entendermos que essa questão tem sido objeto de discussão como um dos limites que marcam a transição da juventude para a fase adulta, juntamente com o fim da escolaridade obrigatória (variável de acordo com a realidade de cada país) e o ingresso no mercado de trabalho.

Ao observarmos a tabela 04, podemos verificar a distribuição percentual do estado civil dos informantes que compõem nossa amostra: 41,5% (73) de casados e 52,8% (93) de solteiros, 5,7% (10) eram divorciados ou não informaram o estado civil. Esses números, em parte, parecem confirmar uma tendência já apontada por Galland (1990, 1991, 1996) de que estaríamos vivenciando um alongamento da juventude representada pela postergação de algumas etapas que configuram a entrada do jovem na vida adulta.

Tabela 04 - Estado civil

Curso	Estado civil	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Solteiro	38,4 (5)	60,0 (3)	28,6 (2)
	Casado	61,5 (8)	40,0 (2)	71,4 (5)
História	Solteiro	66,6 (2)	14,3 (1)	
	Casado	33,4 (1)	71,4 (5)	100 (1)
	Não inf/ out	0	14,3 (1)	0
Administração	Solteiro	53,9 (14)	25,0 (2)	57,1 (4)
	Casado	34,6(9)	75,0 (6)	42,9 (3)
	Não inf/ out	11,5 (3)	0	0
Direito	Solteiro	58,1 (25)	---	37,5 (6)
	Casado	30,3 (13)	---	56,2 (9)
	Não inf/ out	11,6(5)	---	6,3 (1)
Odontologia	Solteiro	73,9 (17)	---	70,6 (12)
	Casado	26,1 (6)	---	29,4 (5)

Segundo Galland, tradicionalmente, quatro limites devem ser considerados na transição da juventude à idade adulta: “O fim dos estudos, o início da vida profissional, a saída da casa dos pais e, enfim, a formação de uma nova família” (1996, p. 39). Tais limites estão situados sobre dois eixos distintos em relação ao ciclo da vida, qual seja, o eixo público, que diz respeito à escola e ao trabalho, e o eixo privado, que se refere à família e ao matrimônio. No entanto, o autor sustenta que, desde a década de 1970, na França, esse modelo tradicional de entrada na vida adulta encontra-se modificado em razão de dois aspectos: de um lado, devido ao adiamento da idade média de passagem dos principais limites, de outro lado, de uma tendência crescente de desconexão entre esses limites, ou seja, cada vez mais se percebe que o fim dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família são etapas que

tendem a ocorrer em diferentes momentos, sem a concomitância observada em décadas anteriores.

De acordo com o autor, a forma de entrada na vida adulta para os jovens com titulação de nível superior tende a se caracterizar por um modelo unissex, no qual diferenças entre os sexos não são significativas. Tal modelo é definido pela extensão do período entre a saída da casa dos pais e a constituição de uma família. Entretanto, avalia o autor, as diferenças são visíveis quando se comparam mulheres de diferentes níveis escolares. Assim, o tempo entre a saída da casa dos pais e o nascimento do primeiro filho é menor para mulheres de baixa escolaridade do que entre as jovens com maior escolaridade. Estas parecem ter adotado o modelo masculino de alongamento da partida da casa dos pais.

Para Galland (1996), a socialização profissional, entendida como um processo de construção de uma identidade e de um estatuto profissional, tende, na França, a tornar-se cada vez mais complexa. Dentre as causas, o autor destaca a rápida evolução dos papéis profissionais, a relação entre títulos escolares e empregos, que se tornam menos evidentes, e a falta de referência das gerações anteriores, que dificulta que mulheres e crianças dos meios populares, beneficiadas pelo prolongamento da escolaridade, construam sua identidade profissional. Nesse sentido, é compreensível que os jovens não pensem em construir uma família, ou que resolvam adiar a construção de uma vida conjugal.

O autor sugere que a sociedade francesa vem passando de um modelo de socialização calcado na identificação para um modelo centrado na experimentação. O primeiro, ainda vigente, é característico da França do século XIX, quando a figura paterna era peça fundamental, especialmente nas sociedades rurais, nas quais o universo doméstico e econômico coincidiam. Porém esse modelo pode estar presente no meio operário assim como no meio burguês. No primeiro, o pai é o principal interlocutor do mundo do trabalho, bem como dos valores e segredos do *métier*. No segundo, pelos mecanismos de transmissão do patrimônio e de papéis que asseguram a permanência e reprodução de valores e status.

Tal modelo sofre um processo de esgotamento devido à pressão pelo prolongamento escolar, que, por sua vez, promove a aspiração à mobilidade social e a desconexão entre o “meio de onde vem” e “o meio a que deseja pertencer”. Dessa forma é que se deve apreender o novo modelo centrado na experimentação, em que “a definição de si, assim como o estatuto ao qual esta definição deve corresponder, se constrói ao sabor de

diversas experiências sociais ao longo de um processo interativo, feito de ensaios e de erros, até se chegar a um compromisso satisfatório” (GALLAND, 1996, p. 43).

Galland, ao defender a posição de que os jovens procuram continuar durante o maior tempo possível “na condição de jovem”, sustenta que passamos de “uma norma de precocidade a uma norma de retardamento” (1996, p.44). Isso quer dizer que durante os anos de 1960, na França, os jovens optavam por deixar a casa dos pais como um sinônimo de independência diante das práticas autoritárias a que estavam submetidos. Atualmente o que se observa é a tendência à não intervenção, de tal maneira que os jovens não precisam, necessariamente, constituir uma nova unidade familiar para se desligar do domínio familiar de origem; pelo contrário, a possibilidade de “continuar jovem” o maior tempo possível é uma maneira de aproveitar ao máximo os prazeres que essa fase proporciona.

Os dados que apresentamos sobre o estado civil de nossos informantes parecem, em certa medida, corroborar as considerações de Galland (1991, 1996) em torno da necessidade por parte dos jovens de protelar um dos elementos constituintes daquilo que o próprio autor define como sendo característico da passagem da condição de jovem para a de adulto, ou seja, a constituição de uma nova família. Ainda que se pese a situação dos egressos de determinados cursos que optaram em sua maioria por constituir uma nova unidade familiar, convém sublinhar que no cômputo geral nossa amostra é constituída majoritariamente por solteiros, ou seja, 52,8%, e que essas informações foram coletadas após quatro anos de conclusão do curso de graduação. Portanto, são jovens entre 25 e 32 anos que no momento da aplicação do questionário, ou seja, após quatro anos de obtenção de diploma de graduação, estavam solteiros.

Não tivemos o propósito, ao perguntar sobre o estado civil de nossos informantes, de conhecer sua opinião sobre o casamento, entendido como qualquer forma de união entre duas pessoas, portanto nossa reflexão certamente não incidiu sobre os aspectos subjetivos que acompanhariam tal questão. Também não foi nosso objetivo discutir a saída ou permanência na casa dos pais como um indicativo de menor ou maior liberdade conferida aos jovens por parte de suas famílias. Partimos da hipótese de que possa haver uma relação entre a inserção ou não no mercado de trabalho e o adiamento da constituição de uma nova família e, nesse sentido, buscamos verificar alguma correlação dessa variável com a inserção no mercado de trabalho. Assim, a “moratória” a que se refere Galland (1991,1996) parece ser também uma característica dos jovens que constituem nossa amostra.

Alertamos para o fato de que estamos apresentando aqui um dos aspectos que nos parece ser também constituidor dessa moratória, ou seja, a conjugação de ingresso no mercado de trabalho com segurança e a formação de uma nova unidade familiar, situação que, atualmente, parece não ocorrer ao mesmo tempo, ficando o segundo sujeito às necessidades da primeira. Poderíamos então supor que o atual modelo de socialização fundamentado na *experimentação*, em contraposição ao *modelo de identificação*, ao qual se refere o autor, se expressa, em nossa investigação, pela necessidade que os jovens sentem em construir as condições mínimas de sobrevivência no mercado de trabalho antes de consolidar uma nova unidade familiar. Não basta estar inserido, é preciso estar seguro dessa inserção, pois ela é cada vez mais um processo que se alonga (CHARLOT e GLASMAN, 1999). Em outras palavras, o jovem espera que o seu ingresso no mercado de trabalho seja estável o suficiente para que se sinta confiante para pôr em prática seus projetos pessoais que pode ou não incluir a opção pela formação de uma nova família.

Permanecer solteiro pode significar para 52,8 % de nossa amostra uma opção para melhor se preparar para o enfrentamento das adversidades do mercado de trabalho na medida em que esses jovens poderiam se “dar ao luxo” de experimentar as oportunidades de trabalho que acreditassem mais atrativas – e, em certas situações, a recompensa financeira talvez não esteja em primeiro plano - sem a preocupação imediata com o sustento de um lar, ou poderia significar a necessidade de investimento na continuidade dos estudos, que requer, além de maiores despesas financeiras, empenho pessoal. Poderia ainda ser atribuída qualquer outra razão julgada como inconciliável com a construção de uma nova família. Seja qual for o motivo, manter-se na casa dos pais e esticar sua condição de jovem parece servir como um aliado na construção de uma carreira profissional mais condizente com suas expectativas.

Para melhor exemplificar nossas suposições, vamos analisar a situação dos informantes egressos do curso de Odontologia das duas universidades (privada e federal). Tanto num quanto noutro caso, mais de 70% deles se declararam solteiros em 2001, época da coleta de dados (ver tabela 04).

As oportunidades de trabalho para os egressos desse curso, segundo informações dos próprios egressos que fizeram parte da pesquisa, são predominantemente de profissionais liberais, em clínicas próprias ou em sociedade, ou na condição de funcionários públicos. Essa última opção é freqüentemente conciliada com o desempenho de uma atividade como profissional liberal, já que as condições salariais no setor público

não atendem às suas expectativas. Se, de um lado, o investimento no funcionalismo público não significa uma alternativa viável em termos de auferir maiores rendimentos⁶¹, por outro lado, lançar-se como profissional liberal requer alta soma de investimentos, seja diretamente - com a aquisição de equipamentos e materiais de trabalho, imóvel, despesas com telefone, água, energia elétrica, encargos trabalhistas e outros gastos - seja indiretamente - com a realização de cursos de atualização na área ou em áreas específicas, ou ainda na articulação de uma rede de relações que permita a construção de uma clientela suficiente para garantir o pagamento de todas as despesas, além da sua própria remuneração.

A opção pela formação de uma nova unidade familiar, nas circunstâncias descritas acima, parece não ser uma opção viável a curto e médio prazos para os jovens em início de carreira que não têm muitas alternativas a não ser investir nas condições mínimas para o desempenho de sua profissão, sobretudo num país cuja saúde, desde longa data, vem sendo relegada à iniciativa privada (PRANDI, 1982).

No curso de Administração de Empresas e no curso de Direito, somados os índices de todas as universidades, a maioria de nossos informantes, 52,5% e 48,8% respectivamente, se declarou solteira (ver tabela 04). Podemos supor que dificuldades semelhantes às encontradas pelos egressos de Odontologia que vão atuar como profissionais liberais se aplicariam aos informantes do curso de Administração de Empresas e de Direito.

Ao observarmos o vínculo empregatício entre os informantes do curso de Direito da universidade federal, temos no setor privado, 30,8% “autônomos”, 2,6% empregadores e 7,7% assalariados com carteira assinada. Ao somarmos o número de solteiros desses três grupos, temos um percentual de 61%. Dentre os que estão vinculados ao funcionalismo público (43,6%), 57,9% se declararam solteiros. Como é visível, há um certo equilíbrio entre o percentual de solteiros nos diferentes setores de atividades em que estão inseridos os egressos desse curso.

Quando adentramos nas particularidades dos egressos que pertencem ao funcionalismo público, percebemos que a carreira no setor, pelo menos para nossos informantes egressos do curso de Direito, é muito diferenciada em termos de salário e

⁶¹ Procurar ou manter-se no serviço público, atuando freqüentemente em postos de saúde, mesmo sob as mais diversas precariedades, serviria como uma garantia mínima diante das incertezas do setor privado. O rendimento é baixo, mas é fixo. Essa idéia é percebida nos questionários quando os egressos são perguntados sobre seus salários, condições de trabalho e outras informações.

status. A possibilidade de ascensão na carreira depende da aprovação em outros concursos públicos, conforme relataram alguns informantes. Assim, parece-nos que mesmo a estabilidade no emprego poderia não se traduzir num critério definitivo de segurança para uma parcela de nossos informantes, que ainda “aguarda” uma “melhor” posição dentro da carreira no funcionalismo público. Talvez esse seja outro fator que estimule a protelação da constituição de uma nova unidade familiar.

Num outro extremo temos os informantes do curso de Pedagogia e História, que nas três instituições totalizam mais de 60% de “casados” (tabela 04). Entendemos que realizar uma relação linear entre constituir uma nova família e piores condições de trabalho é uma atitude apressada que parece não contribuir para de fato se apreender as reais condições de inserção profissional a que estão submetidos os jovens profissionais de nível superior. Nesse caso, talvez a melhor maneira de se analisar qual o lugar que ocupa a opção por uma nova unidade familiar na vida do jovem é apreender em que medida um projeto de vida a dois dificulta o início da carreira ou contribui para ela. Uma pista a ser seguida talvez seja a própria área de formação e as expectativas em torno das possibilidades de desempenho na profissão. A maioria dos informantes egressos desses cursos que declararam estar trabalhando no momento da pesquisa atuava no magistério e o tipo de vínculo predominante era no setor público.

As opções de trabalho fora do magistério não são muitas e, quando se abrem, tendem a se afastar da formação acadêmica de origem. Para os que optam pela carreira do magistério, público ou privado, as condições salariais são predeterminadas e parecem pouco se alterar em função do grau de investimento realizado por parte dos jovens em seu aprimoramento profissional. Entendemos que formar uma nova família, nesses casos, não seja um empecilho para “alavancar” a carreira, tendo-se em vista que as condições de progresso no magistério, sobretudo no setor público no Brasil, estão limitadas.

3.2.3 Quanto à rede de ensino

Conforme os dados apresentados na tabela 05, podemos perceber que a maioria dos graduados pelas universidades públicas cursou o ensino fundamental numa escola privada

e que os formados pela universidade privada vieram do ensino fundamental público. Em relação aos informantes do curso de Direito, oriundos tanto da universidade pública quanto da privada, verifica-se que a maioria dos graduados é proveniente da rede privada de ensino fundamental.

Tabela 05 - Rede de ensino freqüentada no nível fundamental por curso e instituição de ensino superior

Curso	Ensino fund.	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Público	38,4 (5)	40,0 (2)	71,4 (5)
	Privado	53,8(7)	60,0 (3)	28,6 (2)
	Outros	7,7(1)	0	0
História	Público	100 (3)	100 (7)	100 (1)
Administração	Público	19,3 (5)	25,0% (2)	71,4 (5)
	Privado	76,9 (20)	62,5 (5)	28,6 (2)
	Outros	3,8 (1)	12,5 (1)	0
Direito	Público	21,0 (9)	---	31,2 (5)
	Privado	67,4 (29)	---	68,8 (11)
	Outros	11,6 (5)	---	0
Odontologia	Público	47,8 (11)	---	17,6 (3)
	Privado	43,5 (10)	---	70,6 (12)
	Outros	8,7 (2)	---	11,8 (2)

Os egressos do curso de Odontologia apresentam uma particularidade que merece ser destacada. Dentre os graduados pela universidade federal, percebe-se um equilíbrio entre os que freqüentaram a rede pública e a privada do ensino fundamental. O mesmo não ocorre com os egressos da universidade privada, em que a maioria estudou desde o ensino fundamental na rede privada. Quanto aos egressos de Administração de Empresas, os egressos da universidade privada situam-se majoritariamente no ensino fundamental público, contrariamente aos egressos das universidades estadual e federal. A mesma observação pode ser feita para as egressas do curso de Pedagogia, ainda que as diferenças percentuais não sejam tão acentuadas entre as que estudaram na rede de ensino fundamental pública e na privada.

Em relação ao ensino médio (tabela 06), pouco se alteram as características das egressas do curso de Pedagogia na universidade federal, ou seja, a maioria é egressa do ensino médio privado. Já entre as graduadas pela universidade estadual, a maioria cursou o ensino médio na rede pública. No que diz respeito às graduadas na instituição de ensino

privado, a maioria vem do ensino médio público. Para os diplomados em História, cujo total da amostra é proveniente do ensino fundamental da rede pública, esse predomínio no setor público continua também no ensino médio, ainda que numa proporção menor. Dentre os graduados no curso de Administração de Empresas, a maioria cursou o ensino médio em escola privada.

Tabela 06 - Rede de ensino freqüentada no nível médio por curso e instituição de ensino superior.

Curso	Ensino med.	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Público	40,6 (6)	60,0 (3)	57,1 (4)
	Privado	54,0 (7)	40,0 (2)	28,6 (2)
	Outros	0	0	14,2 (1)
História	Público	66,6 (2)	57,1 (4)	100 (1)
	Privado	33,4 (1)	28,6 (2)	
	Outros	0	14,3 (1)	0
Administração	Público	15,4 (4)	25,0% (2)	28,6 (2)
	Privado	73,0 (19)	75,0% (6)	71,4 (5)
	Outros	11,5 (3)	0	0
Direito	Público	20,9 (9)	---	25,0 (4)
	Privado	74,4 (32)	---	68,8 (11)
	Outros	4,7 (2)	---	6,2 (1)
Odontologia*	Público	21,7 (5)	---	11,8 (2)
	Privado	69,6(16)	---	88,2 (15)
	Outros	8,7 (2)	---	0

*A Estadual não oferece curso de Direito e de Odontologia.

Os informantes do curso de Direito mantêm em ambas as universidades o mesmo perfil, caracterizado pela predominância de egressos do sistema privado de ensino. No ensino médio a proporção ainda é maior. Para os egressos do curso de Odontologia, observa-se também o predomínio de egressos que realizaram seus estudos de nível médio na rede privada.

De acordo com Nogueira (2000), a opção das famílias pela escola privada no nível médio pode refletir o interesse em garantir uma boa preparação para o vestibular. Vejamos nas tabelas 07 e 08 os totais (todos os cursos somados) por instituição.

Tabela 07 - Rede de ensino freqüentada no nível fundamental por instituição de ensino superior

Ensino fund.	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Público	30,6 (33)	55,0 (11)	39,5 (19)	35,8 (63)
Privado	61,0 (66)	40,0 (8)	56,3 (27)	57,4 (101)
Outros	8,4 (9)	5,0 (1)	4,2 (2)	6,8 (12)
Total	100 (108)	100 (20)	100 (48)	100 (176)

Tabela 08 - Rede de ensino freqüentada no nível médio por instituição de ensino superior

Ensino médio	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Público	24,1 (26)	45,0% (9)	25,0 (12)	26,7 (47)
Privado	69,4 (75)	50,0% (10)	68,8 (33)	67,0 (118)
Outros	6,5 (7)	5% (1)	6,2 (3)	6,3 (11)
Total	100 (108)	100(20)	100 (48)	100 (176)

Conforme os dados totais, 57,4% dos informantes realizaram o ensino fundamental na rede privada de ensino (tabela 07) e esse percentual sobe para quase 70% quando se refere ao ensino médio (tabela 08). Poderíamos supor que a migração de uma parcela de nossos informantes para a rede particular de ensino, a partir do ensino médio, representaria uma estratégia adotada pelo jovem e sua família com o intuito de melhor se preparar para o vestibular. Visto a partir da rede de ensino freqüentada, podemos identificar aí um caráter relativamente elitista no ingresso ao ensino superior entre nossos informantes, já que a maioria é oriunda da rede privada de ensino fundamental e médio.

Entretanto, ao observarmos os percentuais por instituição, por exemplo, da universidade estadual, verificamos que 55% realizaram o ensino fundamental na rede pública, contrariando os índices gerais. No ensino médio, o índice é um pouco menor, 45%. Ainda que a metade (50%) seja oriunda da rede privada, o índice de 45% de oriundos da rede pública é bastante expressivo. Esse percentual é maior do que o percentual de

egressos provenientes da universidade privada que estudou em escolas públicas no ensino médio (25,0%).

Dos egressos da universidade federal e da privada, 61,0% e 56,3%, respectivamente, são oriundos do ensino fundamental particular. 69,4% e 68,8%, respectivamente, realizaram o ensino médio também na rede particular. Esses índices, bastante equilibrados, indicam que a maioria é oriunda de escolas privadas, não havendo uma “clivagem” do tipo “estudantes da rede privada ingressam na universidade pública e estudantes da rede pública ingressam na universidade privada”. Portanto, é prudente destacar que existem variações importantes que não nos permitem fazer um julgamento definitivo, único, cartesiano, sobre o perfil desses egressos.

Os mecanismos de ingresso dos jovens no ensino superior parecem ser mais complexos, devendo se considerar outras variáveis, como, por exemplo, o turno e a carreira seguida. Há cursos, independentemente da origem institucional, que tendem a concentrar alunos pertencentes aos segmentos sociais com maior poder aquisitivo, enquanto em outros a presença de alunos oriundos das camadas sociais com menores recursos financeiros é mais visível, se usarmos o critério do pagamento de mensalidade como um indicativo da renda familiar.

3.3 Trabalho e renda: indicadores de inserção profissional

Neste item buscamos refletir sobre o significado que o trabalho adquire para os egressos que compuseram nossa amostra partindo de suas experiências profissionais antes, durante e após a obtenção do diploma de graduação e, tendo como pano de fundo o recorte salarial, analisamos a sua situação profissional considerando a origem institucional e a formação. Essas questões se mostram relevantes na medida em que contribuem para o entendimento dos processos de inserção profissional.

3.3.1 Trabalho antes da graduação

O percentual de informantes que tiveram experiências de trabalho antes do ingresso na universidade e durante a graduação é bastante expressivo, conforme podemos verificar nas tabelas 09 e 10. Podemos observar que, proporcionalmente, os informantes da instituição estadual são os que mais haviam trabalhado anteriormente à entrada na universidade, perfazendo um total de 65,0%. Esse percentual só não é maior devido à pouca participação dos egressos do curso de Administração de Empresas no mercado de trabalho nesse período, que é de 37,5%. Em segundo lugar, com uma pequena margem de diferença, situam-se os egressos da universidade privada já que, com exceção dos egressos do curso de Odontologia, a proporção dos que disseram ter trabalhado nesse período é de mais de 60% quando consideramos cada curso individualmente e, se somados, a média é de 54,2%. Os que menos trabalharam antes da graduação, na média geral, foram os informantes da universidade federal, com uma percentagem de 34,2%, e, levando-se em conta todos os cursos dessa instituição, em nenhum deles a proporção dos que declararam ter trabalhado foi superior a 50%.

Tabela 09 - Situação profissional antes da graduação

Curso	Trabalho	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Sim	38,4 (5)	80,0 (4)	100,0 (7)
	Não	61,6 (8)	20,0 (1)	0
História	Sim	33,4 (1)	85,7 (6)	100,0 (1)
	Não	66,6 (2)	14,3 (1)	0
Administração	Sim	46,2 (12)	37,5 (3)	71,4 (5)
	Não	53,8 (14)	62,5 (5)	28,6 (2)
Direito	Sim	37,2 (16)	--	62,5 (10)
	Não	55,8 (24)	--	37,5 (6)
	Não inf.	6,9 (3)	--	0
Odontologia	Sim	13,0 (3)	--	17,6 (3)
	Não	87,0 (20)	--	82,4 (14)

Chamam-nos a atenção os informantes do curso de Administração de Empresas da universidade estadual e da privada. Os dados revelam uma proporção invertida. Ou seja,

37,5% dos informantes da estadual trabalharam, enquanto uma proporção aproximada (28,6%) representa, na instituição privada, os que declararam não ter tido experiência profissional antes da graduação. Também merece destaque o elevado índice de graduados de Pedagogia e História que haviam trabalhado antes da graduação, que totalizam 64% e 72,7% respectivamente. Em outro extremo estão os informantes do curso de Odontologia da universidade federal e da universidade privada em que apenas 15% declararam ter trabalhado. Essas duas situações opostas são indicativas de que o perfil dos egressos das universidades deve ser analisado tendo como parâmetro também o curso realizado. Parece-nos que a clivagem público e privado não oferece todos os elementos para que se proceda a uma reflexão mais criteriosa. No que tange especificamente ao processo de inserção profissional, objeto de discussão desta pesquisa, esse entendimento se revela fundamental como veremos do decorrer do capítulos seguintes.

Os dados apresentados tendem a situar os egressos da universidade federal numa posição de maior vantagem, quando comparados com os informantes das demais instituições, se o critério utilizado para avaliar por que os jovens trabalham antes de ingressar na universidade for o da “necessidade econômica”. Entretanto, essa é uma afirmação que, a nosso ver, deve ser utilizada com cautela, haja vista que o desempenho de alguma atividade profissional, remunerada, pode ter outros sentidos já discutidos por alguns pesquisadores (BAJOIT e FRANSSEN, 1997; CARDOSO e SAMPAIO, 1994), como por exemplo, a possibilidade de se vivenciar com mais “liberdade” a condição de jovem, na medida em que não haveria dependência exclusivamente do apoio financeiro da família. Essa idéia tende a se fortalecer quando se verifica a proporção dos egressos que disseram ter trabalhado durante o curso de graduação.

3.3.2 Trabalho durante a graduação

Os dados apresentados na tabela 10 revelam o quanto a experiência profissional durante o período de graduação é comum entre os estudantes.

Tabela 10 - Situação profissional durante a graduação

Curso	Trabalho	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Sim	84,6 (11)	100,0 (5)	100,0 (7)
	Não	15,4 (2)	0	0
História	Sim	100,0 (3)	85,7 (6)	100,0 (1)
	Não	0	14,3 (1)	0
Administração	Sim	84,6 (22)	100% (8)	100,0 (7)
	Não	15,4 (4)	0	0
Direito	Sim	93,3 (40)	--	81,3 (13)
	Não	4,5 (2)	--	12,5 (2)
	não inf.	2,2 (1)	--	6,2 (1)
Odontologia	Sim	61,0 (14)	--	29,4 (5)
	Não	39,0 (9)	--	70,6 (12)

Independentemente do curso e da instituição de origem - com exceção dos egressos do curso de Odontologia da universidade privada dos quais somente 29,4% desempenharam alguma atividade profissional - a média dos que declararam ter trabalhado durante seus estudos na universidade é de 80,7%. Ao realizarmos a média por instituição dos que disseram ter desempenhado algum trabalho concomitantemente aos estudos superiores, teremos um número que mais uma vez pode colocar em xeque o discurso linear de que os estudantes das universidades pagas seriam os mais pobres e, conseqüentemente, os que mais trabalham para sustentar a si e, inversamente, os alunos das instituições públicas seriam os que menos trabalham por serem provenientes de famílias de maior poder aquisitivo.

À primeira vista, os números apresentam um resultado exatamente oposto à idéia acima. Ou seja, nossos dados revelam que, proporcionalmente, os informantes que mais trabalharam durante a graduação foram os egressos da universidade estadual, com uma média de 95,0%, seguidos pelos egressos da universidade federal, com 83,4%. Já a proporção dos que disseram ter trabalhado, nesse período, entre os informantes da instituição privada é de 68,7%, porém é preciso atentar para o fato de que se eliminado o percentual referido ao curso de odontologia desta instituição, por destoar do conjunto dos dados dos demais cursos, a proporção dos que trabalharam durante a realização da graduação se aproxima do percentual da estadual.

Em primeiro lugar, ressaltamos que a proporção dos egressos pesquisados que afirmaram ter desempenhado alguma atividade durante seus estudos universitários é bastante expressiva. Em segundo lugar, gostaríamos de ponderar que o trabalho para os estudantes, independentemente da origem social e do nível de ensino, possui outros significados além do econômico, conforme já alertado no item anterior. Em terceiro lugar, é necessário avaliar o que os estudantes consideram como “trabalho”⁶². Nas respostas que obtivemos por meio dos questionários, são citadas atividades das mais diversas, desde trabalhos eventuais como digitação de textos, portanto sem qualquer vínculo empregatício, passando por estágios e bolsas de estudo, até ocupações desempenhadas no serviço público e na iniciativa privada e, nessa última, com ou sem carteira de trabalho.

Romanelli (2000), ao investigar os estudantes universitários e sua relação com o trabalho, faz referência aos estudos de Foracchi (1965) e Spósito (1989) sobre a divisão que existe entre os estudantes, quer sejam universitários quer não. Eles podem ser classificados em três categorias, de acordo com sua inserção no sistema escolar. Existe o estudante que não participa do mercado de trabalho, vive exclusivamente para os estudos e é totalmente mantido pela família; seria *o estudante em tempo integral*; o *estudante-trabalhador* seria aquele que trabalha, mas continua a depender dos pais e, por fim, o *trabalhador-estudante* seria aquele que precisa do trabalho para se manter e não pode contar com o auxílio da família.

De acordo com Romanelli (2000), para as duas últimas categorias o ingresso na universidade representa um grande investimento, considerando-se que deverão sacrificar seus horários de lazer e estudos em troca de um trabalho que lhes possa assegurar condições mínimas para continuar estudando e pleitear possibilidades melhores na disputa por um lugar no mercado de trabalho. Nesse sentido, o ensino privado, especialmente os cursos noturnos, acabam criando oportunidades para que as famílias provenientes das camadas sociais com baixos recursos financeiros e menor capital cultural e escolar consigam ingressar na universidade.⁶³

Não temos dados suficientes para ratificar ou refutar as categorizações apresentadas

⁶² As questões relativas a esse item foram organizadas de tal maneira que o informante pudesse considerar qualquer atividade profissional exercida durante a graduação, sendo ela remunerada ou não. Ver questionário (anexo II).

⁶³ Parece que esse mercado educacional tem um preço alto para o seus clientes, que, além de pagarem mensalidades com valores freqüentemente desproporcionais a sua renda, vão arcar, muitas vezes, após a conclusão do curso, com o ônus de um diploma que já carrega consigo o estigma da discriminação em função da baixa qualidade do ensino de boa parte dessas faculdades privadas.

pelos autores, considerando-se que estamos trabalhando com um pequeno percentual de egressos e abarcando apenas cinco cursos. De todo modo, tendemos a considerar que essa clássica divisão (estudante, estudante-trabalhador e trabalhador-estudante), apoiada nas suas condições financeiras mereça ser avaliada também a partir de outros critérios. O que faz com que um estudante proveniente de família abastada queira trabalhar? O que dizer de pais que se sacrificam ao máximo para manter seus filhos na escola, sem que tenham que dividir seu tempo com o desempenho de alguma atividade remunerada?

Talvez parte das respostas para essas questões possa ser encontrada no significado que o trabalho representa para o estudante e sua família. Podemos hipoteticamente dizer que um trabalho rotineiro, que não acrescente nada à formação do jovem, possa ser descartado por ele e sua família, mesmo que estejam em difíceis condições econômicas. Inversamente, um trabalho assumido por um jovem com plenas condições financeiras, mas que futuramente possa resultar em algum ganho profissional, ou pelo simples fato de lhe proporcionar algum prazer, é bem tolerado e provavelmente incentivado pela família.

Em pesquisa realizada com jovens entre 14 e 20 anos, residentes de duas regiões periféricas de São Paulo e que combinavam trabalho e estudo, Madeira (1986, 1992) propõe que os pressupostos que orientam a relação dos jovens com o trabalho sejam revistos, uma vez que o desempenho de uma atividade remunerada também tem como papel viabilizar aos jovens a possibilidade de consumir certos bens materiais importantes como símbolos de juventude. “Neste perfil são indispensáveis as *grifes*, os tênis, os *jeans*, a ‘curtição’ do som” (MADEIRA, 1992, p. 19). Além disso, o trabalho pode representar a aquisição de maiores poderes de negociação com sua família, especialmente quando está em jogo o seu próprio consumo. Argumenta a autora que,

tendo em conta que existem jovens e adolescentes em faixa de renda que, em tese, propiciam um consumo que lhes garante a sobrevivência física, o mínimo a fazer seria mudar a expressão *estratégia de sobrevivência* para *estratégias familiares de estilo de vida*. E neste sentido, esse não seria um fenômeno ligado somente aos mais pobres, porém, referente a todos os segmentos e grupos sociais. (MADEIRA, 1992, p. 21 - grifos no original).

Cardoso e Sampaio (1994), em pesquisa realizada com estudantes universitários provenientes de diversas carreiras de instituições públicas e privadas, consideram que a relação entre os estudantes e o trabalho ganha outros contornos que precisam ser

contemplados. Mais de 50% dos estudantes pesquisados pelas autoras no início dos anos de 1990 trabalhavam. Dados que, em certa medida, tendem a confirmar estudos anteriores (RABELO, 1973 apud CARDOSO e SAMPAIO, 1994) Entretanto, a novidade é justamente a de apreender essa realidade de uma nova maneira em contraste com visões anteriores em que o trabalho do estudante era visto exclusivamente como uma imposição de ordem sócio-econômica, inclusive porque a própria universidade se situava como local privilegiado de formação profissional das elites. As autoras argumentam que nos períodos anteriores a concepção dominante era a de que o fato de o jovem trabalhar poderia comprometer sua condição de estudante.

Para as autoras, os estudantes trabalham e essa realidade, embora não seja nova, apresenta certos condicionantes que podem ser vinculados à ampliação das camadas médias urbanas, resultante do processo de industrialização e urbanização, as quais, por sua vez, concorreram para a transformação da própria universidade, que, além de contemplar os jovens de camadas sociais mais altas, tem recebido um contingente expressivo de estudantes de outros segmentos sociais.

O trabalho para os estudantes, segundo Cardoso e Sampaio, não está necessariamente vinculado à noção de carteira assinada e salário fixo. Trata-se muitas vezes de serviços prestados que lhes rendem alguma remuneração, mas que assumem uma dimensão fundamental na vida dos jovens, tanto no sentido de permitir uma certa autonomia financeira em relação à sua família quanto pela possibilidade de fazer parte de um estilo de vida jovem representado pelo acesso a bens de consumo próprios de sua faixa etária. Entretanto, é preciso levar em conta, sem desconsiderar os determinantes sócio-econômicos, que o desempenho de alguma atividade remunerada concomitantemente aos estudos depende da natureza de cada carreira e dos períodos - noturno ou diurno, em tempo parcial ou integral - em que os cursos são oferecidos, muito mais do que o setor - público ou privado - ao qual pertence a universidade.

A renda familiar e o nível de instrução dos pais também constituem variáveis importantes para se compreender as condições de trabalho dos jovens. No primeiro caso, o percentual de estudantes que trabalha tende a diminuir quando a renda da família aumenta. Ainda assim, é significativo o número de estudantes que trabalham e cuja renda familiar é alta. No segundo caso, quanto maior é o nível de instrução dos pais, menor é a proporção de estudantes que trabalham. Essa questão, particularmente, pode ser atribuída à supervalorização da vida acadêmica dos filhos (CARDOSO e SAMPAIO, 1994).

Há um outro aspecto que gostaríamos de ressaltar sobre o expressivo percentual de informantes que disseram ter exercido alguma atividade profissional na graduação, remunerada ou não: trata-se do significado que o desempenho dessas atividades possa ter em relação ao futuro profissional desses jovens. Diante das altas taxas de desemprego atualmente, em especial entre os mais jovens, e do apelo existente nos meios de comunicação e na mídia em geral de que os jovens apresentam dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho devido à ausência ou insuficiente experiência profissional, é possível supor que essa busca pelo trabalho ainda no período de graduação possa em alguma medida significar uma estratégia de enfrentamento das possíveis adversidades no futuro profissional, uma forma de se precaver. Ao lançarmos essa idéia não estamos diminuindo ou desconsiderando o peso da necessidade econômica como um fator mobilizador para que o jovem trabalhe ainda enquanto estudante.

3.3.3 Trabalho imediatamente após a graduação

De acordo com a tabela 11, podemos perceber que os egressos da universidade privada, considerando-se todos os cursos da amostra, são os que realizaram mais rapidamente a passagem da graduação para o mercado de trabalho. Ou seja, questionados se haviam trabalhado imediatamente após o término do curso de graduação, 81,2% responderam afirmativamente, média superior às dos egressos da universidade federal e da estadual que, são de 72,2% e 65,0% respectivamente. Esses dados, tomados apressadamente, poderiam nos conduzir à idéia de que os informantes egressos da universidade privada estariam mais preparados do que os demais, tendo em vista o menor intervalo de tempo transcorrido entre a conclusão do curso de graduação e a conquista do emprego. Entretanto, é necessário cautela na análise para evitar conclusões equivocadas.

Tabela 11 – Situação profissional imediatamente após a graduação

Curso	Trabalhava	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Sim	69,2 (9)	60,0 (3)	85,7 (6)
	Não	30,8 (4)	40,0 (2)	14,3 (1)
História	Sim	66,6 (2)	71,4 (5)	100,0 (1)
	Não	33,4 (1)	28,6 (2)	0
Adm.	Sim	77,0 (20)	62,5 (5)	85,7 (6)
	Não	19,2 (5)	25,0 (2)	14,3 (1)
	Não inf.	3,8 (1)	12,5(1)	0
Direito	Sim	69,8 (30)	--	81,3 (13)
	Não	30,2 (13)	--	12,5 (2)
	Não inf.	0	--	6,2 (1)
Odontologia	Sim	74,0 (17)	--	76,5 (13)
	Não	26,0 (6)	--	23,5 (4)

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a conquista do emprego pode ter sido fruto de um processo que ocorreu ao longo da graduação e, em segundo lugar, caso consideremos essa hipótese, é possível supor que as experiências profissionais entre os egressos da universidade privada antes e durante a graduação tenham outro caráter, qual seja, a busca do emprego “mais duradouro”, do “menos provisório”, do “mais seguro”, ao passo que os egressos das instituições públicas poderiam dar-se “ao luxo” de “fazer experimentações”, sem a preocupação com o “depois”, porque “podem escolher”, porque preferem “seguir suas expectativas” mesmo que tenham de arcar com o ônus da inatividade, que é provisória.

3.3.4 Trabalho atual

Conforme podemos verificar na tabela 12 que segue, a grande maioria de nossos informantes declarou estar trabalhando no momento da pesquisa⁶⁴.

⁶⁴ Conforme já antecipamos, o questionário foi aplicado entre setembro de 2001 e janeiro de 2002.

Tabela 12 - Situação profissional atual⁶⁵

Curso	Trabalha	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Sim	92,3 (12)	100,0 (5)	100,0 (7)
	Não	7,7 (1)	0	0
História	Sim	66,6 (2)	57,1 (4)	100,0 (1)
	Não	33,4 (1)	42,9 (3)	0
Administração	Sim	100,0 (26)	100,0 (8)	85,7 (6)
	Não	0	0	14,3 (1)
Direito	Sim	90,7 (39)	--	93,8 (15)
	Não	9,3 (4)	--	6,2 (1)
Odontologia	Sim	87,0 (20)	--	94,1 (16)
	Não	13,0 (3)	--	5,9 (1)

Se fizermos a média por instituição, veremos que a menor proporção de empregados encontra-se entre os informantes egressos da universidade estadual, com uma média de 85%, seguidos pelos egressos da Federal com 91,7% e da universidade privada com 93,8%. Em outros termos, o maior índice dos que trabalham atualmente encontra-se na universidade privada. O que não significa dizer que quem declarou não estar trabalhando no momento da pesquisa se considerasse desempregado.⁶⁶

Nossos dados informam uma realidade relativamente favorável aos egressos em termos de “estar inserido no mercado de trabalho”. O que em certa medida confirma a posição de estudiosos que apontam que, entre os jovens, aqueles que possuem maior qualificação, especialmente os portadores de diploma universitário, estariam em condições mais favoráveis (POCHMANN, 1998; LETELIER, 1999), ainda que não em termos de suas aspirações, ao menos em posição mais vantajosa para pleitear uma “vaga”. Esses dados por si só parecem não poder nos dizer nada mais do que isso. No entanto, quando avaliamos a situação salarial desses egressos, forçosamente os números adquirem um outro sentido⁶⁷.

⁶⁵ Estamos considerando a situação profissional declarada no questionário enviado durante o período de setembro de 2001 a janeiro de 2002.

⁶⁶ Boa parte dos informantes que se encontram nessa situação disse que não estava trabalhando porque cursava uma pós-graduação.

⁶⁷ Essa discussão está contida no item 3.3.8 deste capítulo.

3.3.5 “Os desempregados”

Dos 176 egressos com até 32 anos de idade, 15 disseram não estar trabalhando no momento da pesquisa (ver tabela 12), dentre os quais seis alegaram estar realizando mestrado ou doutorado, dois não informaram o motivo de não estar trabalhando, um pretendia ingressar no doutorado e dois estudavam para concursos públicos. Apenas quatro afirmaram estar desempregados e procuravam um emprego, o que corresponde a 2,2% de nossa amostra. Dois são egressos da universidade federal, dos cursos de Direito e Pedagogia, um é egresso do curso de História da universidade estadual e um é egresso do curso de Administração de Empresas da universidade privada.

Quando nos detemos mais detalhadamente no perfil desses poucos desempregados, podemos observar que dois eram do sexo masculino e duas do sexo feminino. Estas eram casadas, tiveram experiências de trabalho antes e durante a graduação e realizaram uma pós-graduação em nível de especialização. Uma era egressa do curso de História e a outra do curso de Pedagogia, esta última havia pedido demissão do emprego um dia antes de responder ao questionário desta pesquisa, declarou que iria procurar trabalho (ainda não estava procurando) e avaliou que sua situação de desemprego se devia à conjuntura econômica desfavorável e à falta de estímulos por parte do município. A outra afirmou que sua situação de desemprego devia-se à formação acadêmica inadequada, às exigências do mercado de trabalho e à conjuntura econômica desfavorável e que procurava emprego semanalmente.

Quanto aos homens que se declararam desempregados, um deles estava cursando doutorado e realizava trabalhos de digitação como autônomo, era solteiro e residia com os pais, havia tido experiência profissional antes e durante a graduação e ficou desempregado 36 meses após a graduação. Procurava emprego semanalmente e creditava sua situação de desemprego à conjuntura econômica desfavorável e às “relações de clientelismo que se instalaram na sociedade catarinense [que] dificulta os apertados de família não-tradicional a ocuparem um nicho mercadológico”. O outro informante era casado, tinha 30 anos no momento da pesquisa, era o mais velho dos quatro que se declararam desempregados. Havia trabalhado antes e durante o período da graduação e ficou desempregado assim que concluiu o curso de Administração de Empresas na universidade privada, portanto não trabalhou imediatamente após a conclusão de seu curso de

graduação. Procurava emprego diariamente e atribuiu sua situação de desemprego à formação acadêmica inadequada, às exigências do mercado de trabalho e à conjuntura econômica desfavorável. Ao final do questionário fez questão de demonstrar seu desapontamento da seguinte forma:

Gostaria de descrever a situação [...] que uma pessoa com curso superior e desempregada enfrenta. Toda vez que vou procurar emprego, deparo com as seguintes vagas: se a vaga for em uma multinacional, existe uma multidão de pessoas para uma vaga, e ainda assim há casos de apadrinhamentos [...], em outros casos, se a vaga é para um serviço braçal, não preencho a vaga por ter “curso superior”. Se a vaga for para um serviço administrativo, não pego porque não tenho experiência, ou por ser uma empresa familiar [...]. Enfim, de um lado vou além das exigências e de outro, deixo a desejar. Gostaria que depois de cinco anos estudando, em muitos casos, como o meu, que vinha de outra cidade todos os dias, gostaria que a universidade, no mínimo, desse garantia de trabalho para os formandos e não deixasse apenas um canudo.

Entre os desempregados, esse foi o único cujos pais tinham apenas o ensino fundamental incompleto e viviam com uma renda de quatro a seis salários mínimos. Os demais tinham pais com nível fundamental completo, médio completo e superior completo ou incompleto e viviam com renda acima de 10 salários mínimos.

Analisando-se os dados referentes ao início do último emprego e considerando-se que esses jovens obtiveram seu diploma de graduação no ano de 1997, podemos perceber que não existe uma passagem automática da saída da universidade para o mercado de trabalho. No entanto, o expressivo índice de 91,5% dos egressos inseridos no mercado no momento da pesquisa leva-nos a considerar que o diploma de graduação ainda se coloca como um instrumento de “proteção” contra o desemprego.

Para esses que se encontram “fora” do mercado de trabalho, é necessário frisar que enquanto para uns essa situação se trata de uma “retirada” estratégica, implicando a possibilidade de investimento para uma inserção ou reinserção de acordo com suas aspirações (realizar uma pós-graduação, por exemplo), para outros pode significar a dificuldade de conseguir um espaço nesse mercado.

Pais (1996) alerta para o fato de que a condição de desemprego é uma realidade que atinge, mesmo que não na mesma intensidade, os jovens de diferentes segmentos sociais. Baseado numa pesquisa sobre as perspectivas de futuro profissional⁶⁸, o autor argumenta

⁶⁸ “Inquérito à Juventude”, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), em 1987.

que os jovens estariam mais preocupados com a possibilidade de ter ou não dinheiro para usufruir melhor a vida do que com um futuro profissional e, nessa lógica, o desempenho de “qualquer trabalho” é admitido sem grandes ressalvas. Assim admite que “dada a atual conjuntura de desemprego e de precariedade de emprego entre os jovens e dadas também as transformações socioeconômicas que se têm vindo a registrar, a reprodução social não parece efetuar-se de uma forma rigidamente linear” (p. 48). Isso significa que também os processos de transição dos jovens para a idade adulta devem ser apreendidos dentro de tais transformações.

Bajoit e Franssen (1997) entendem que a degradação do “modelo cultural do trabalho”⁶⁹ provoca a emergência de novas orientações, sobretudo as atitudes dos jovens em relação ao desemprego. O primeiro aspecto que destacam é o da precariedade como um fator desencadeador de rupturas, fragmentação, desarticulação que impedem a formação de um vínculo estável com o trabalho⁷⁰. A ausência de expectativas profissionais tende a destruir as referências dos jovens em relação ao modelo tradicional de trabalho. Os autores assim se referem aos jovens que experimentam a precariedade e o desemprego:

Para esses jovens cuja experiência da precariedade origina-se frequentemente numa socialização familiar que oferece recursos frágeis ou inadequados e é confirmada pelo veredicto do sistema escolar, as dificuldades prolongadas de inserção no mercado de trabalho impedem a estabilização no mercado de trabalho ao qual aspiram e se traduzem por uma desestruturação de suas referências identitárias. (BAJOIT E FRANSSEN, 1997, p. 81).

Argumentam Bajoit e Franssen (1997) que a experiência de um grande número de jovens se expressa por uma distância razoável entre suas aspirações e a realidade. A

⁶⁹ A expressão refere-se a um modelo de trabalho calcado em certas garantias como contratos por tempo indeterminado, férias e outros benefícios gradativamente substituídos por relações contratuais mais flexíveis e, portanto, incertas.

⁷⁰ Cf. VENCO (1999). A autora aponta a preferência por parte de determinados setores econômicos em contratar jovens universitários que não tenham concluído seu curso. A pesquisa revela um ambiente extremamente precário que dificulta ao jovem buscar qualquer tipo de identificação com seu trabalho. Entendemos que a contratação de jovens com esse perfil é estratégica do ponto de vista da empresa: o fato de estarem cursando o nível superior garante, por um lado, uma certa qualificação necessária para o desempenho de suas tarefas (trata-se de uma empresa de telemarketing, cujo papel principal é fundamentado na comunicação com os clientes). Por outro lado, esse ambiente hostil ao jovem universitário o impede de criar qualquer expectativa quanto à realização de seus projetos futuros nas condições com as quais se depara, bem como o desanima na busca de qualquer melhoria de sua atual condição laboral. Esse tipo de trabalho passa a representar muito mais um momento necessário para o custeio de outros projetos do que um investimento mais duradouro. O saldo disso é que a empresa livra-se das “possíveis” reivindicações já enfraquecidas pelo processo de racionalização do trabalho no atual modelo de acumulação capitalista.

insatisfação no trabalho os levaria a uma relação instrumental com o seu próprio trabalho, caracterizando-se por uma espécie de "trabalho desinvestido" em contraposição a uma dimensão auto-realizadora. Esta agora é reportada à esfera privada e a uma sociabilidade escolhida. Poucos seriam os jovens que podem "conciliar" sua atividade profissional com seu projeto de auto-realização.

Para os autores, a insatisfação dos jovens em relação ao emprego não implicaria valorização positiva do desemprego. No máximo, o momento é visto como um período de prorrogação na redefinição de seus projetos. Definem três tipos de experiências de desemprego que podem ser experimentadas pelos jovens (SCHNAPPER, 1984 apud BAJOIT e FRANSSEN, 1997). O primeiro refere-se ao desemprego vivido pelo "tédio" e a "desvalorização"; nele os jovens sentem-se extremamente culpados pela sua situação. O segundo entende o desemprego como um período de moratória no qual são redefinidos seus projetos pessoais. São jovens que possuem maiores recursos financeiros, escolares e culturais. A família tem um peso importante nesse caso. O terceiro caracteriza-se pelo "desemprego postergado". Esse tipo de experiência encontra-se com maior frequência entre os jovens executivos que dispõem de um diploma negociável no mercado de trabalho e procuram fazer do período de desemprego um tempo ativo de preparação do perfil procurado pelos empregadores. Dedicam-se a um certo "fetichismo do curriculum" (BAJOIT e FRANSSEN, 1997)⁷¹.

Finalmente os autores chamam a atenção para a simultaneidade desses tipos de experiências de desemprego, o que favorece um sentimento geral de decepção e desencanto em relação ao mercado de trabalho, sobretudo após experimentarem o espaço protegido da escolaridade. Também concluem que a diversidade das experiências dos jovens no mercado de trabalho e no desemprego indica a fragmentação das diferentes dimensões do modelo tradicional do trabalho. Consideram ainda que tais experiências e representações do trabalho e do desemprego apontam às desigualdades sociais.

⁷¹ Expressão utilizada por Bajoit e Franssen (1997) ao referirem-se às orientações por parte de empresas de recolocação profissional em que os jovens são incentivados a desenvolver atitudes positivas em relação a sua situação de desemprego.

3.3.6 Início do trabalho atual

Na tabela 13 podemos observar que 35,5 % dos egressos informantes da universidade privada já tinham um emprego antes de 1997 (15,5%) ou o conseguiram no decorrer daquele ano e o mantinham (20%) quando responderam ao questionário. Para os egressos da universidade estadual, nesse mesmo período, o percentual era de 29,4%, ao passo que entre os informantes egressos da universidade federal somente 20,2% continuavam com o mesmo emprego em 2001. Ao observarmos a situação dos egressos que conseguiram seu emprego atual somente entre os anos 2000 e 2001, podemos constatar que o percentual varia de 20 a 35,3%. Isso não significa, necessariamente, que eles estariam sem trabalho no momento anterior aos anos de 2000 e 2001, mas pode indicar que houve uma mudança de emprego.

Tabela 13 - Ano de início do trabalho atual

Início do trab.	Federal %	Estadual %	Privada %
Anterior a 1997	5,1 (5)	23,5 (4)	15,5 (7)
1997	15,1 (15)	5,9 (1)	20,0 (9)
1998-1999	37,4 (37)	29,4 (5)	26,7 (12)
2000-2001	26,3 (26)	35,3 (6)	20,0 (9)
Não informou	16,1 (16)	5,9 (1)	17,8 (8)
Total	100 (99)	100 (17)	100 (45)

Poderíamos acrescentar que os profissionais de nível superior em início de carreira estariam experimentando um alongamento da fase de intermitência por razões que incluem não somente a opção pela continuidade dos estudos, mas pela própria característica do mercado de trabalho, que os obriga a aceitar ocupações aquém de suas pretensões. Assim, as entradas e saídas do mercado de trabalho após a conclusão da graduação podem ser vistas como um período de busca por parte dos jovens de experiências demandadas pelo mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que tentam construir estratégias para uma reinserção mais condizente com suas expectativas.

3.3.7 Emprego e expectativas

Ao mesmo tempo em que os jovens fazem de suas experiências anteriores uma espécie de “trampolim” para galgar oportunidades mais próximas às suas expectativas, os dados de nossa pesquisa demonstram a percepção por parte dos jovens egressos da universidade de que o diploma de graduação não necessariamente se traduziu em garantia de condições mais favoráveis de emprego, haja vista o sentimento que demonstram quando solicitados a responder se descartariam empregos que estivessem aquém de suas qualificações e pretensões salariais, conforme podemos ver na tabela 14.

Tabela 14 - Posição do jovem frente a suas qualificações e pretensões salariais

Descarta trabalho	N. de informantes %
Sim	48,9 (86)
Não	34,7 (61)
Depende	7,9 (14)
Não informou	8,5 (15)
Total geral*	100 (176)

* Referente aos egressos das três instituições de ensino superior.

De um total de 176 jovens com até 32 anos de idade, egressos das três universidades catarinenses, menos da metade descartaria empregos que estivessem abaixo de suas qualificações e pretensões salariais (48,9%). Porém, uma proporção significativa, representada por 34,7% de nossa amostra, aceitaria ocupações abaixo do que se consideram merecedores, sem fazer qualquer tipo de restrição.

Ao observarmos os dados por instituições e por curso (tabela 15), as proporções se alteram. De toda maneira, é interessante perceber que os jovens saem da universidade relativamente conscientes da realidade que vão encontrar, se tomarmos como indicativo o percentual que declarou não descartar empregos abaixo de suas expectativas. Duas questões aqui se sobressaem. A primeira é a de que devemos considerar que esses jovens conhecem o mercado de trabalho porque dele fizeram e/ou fazem parte. Em segundo, que esse grau de realismo reflete, em certa medida, suas próprias experiências anteriores de trabalho. O mercado de trabalho não é um “monstro desconhecido” para esses sujeitos. Ele

é desvendado ao longo, e mesmo antes, de sua trajetória acadêmica (como pudemos verificar nas tabelas 09 e 10).

Na tabela 15, é possível verificar as diferenças nas respostas quando consideradas por curso e instituição.

Tabela 15 - Posição do jovem frente a suas qualificações e pretensões salariais por instituição de ensino e curso

Curso	Descarta	Universidade		
		Federal %	Estadual %	Privada %
Pedagogia	Sim	30,7 (4)	20,0 (1)	28,6 (2)
	Não	38,5 (5)	60,0 (3)	57,1 (4)
História	Não inf./depende	30,8 (4)	20,0 (1)	14,3 (1)
	Sim	33,4 (1)	28,6 (2)	100 (1)
	Não	66,6 (2)	57,1 (4)	0
Administração	Não inf./depende	0	14,3 (1)	0
	Sim	73,2 (19)	37,5 (3)	14,3 (1)
	Não	19,2 (5)	50,0 (4)	71,4 (5)
Direito	Não inf./depende	7,6 (2)	12,5 (1)	14,3 (1)
	Sim	46,5 (20)	...	37,5 (6)
	Não	30,2 (13)	...	43,8 (7)
Odontologia	Não inf.	23,3 (10)	...	18,7 (3)
	Sim	69,6 (16)	...	58,8 (10)
	Não	26,1 (6)	...	17,6 (3)
Total geral	Não inf.	4,3 (1)	...	23,5 (4)
	Sim	55,6 (60)	30,0 (6)	41,7 (20)
	Não	28,7 (31)	55,0 (11)	39,6 (19)
	Não inf./depende	15,7 (17)	15,0 (3)	18,7 (9)

O maior contraste é percebido entre os informantes egressos do curso de Administração de Empresas da universidade federal e os da instituição privada. Esse dado, se relacionado com a faixa salarial, pode indicar, em certa medida, as dificuldades que os últimos sentem ao inserir-se no mercado de trabalho⁷². Ou seja, o fato de os egressos do curso de Administração de Empresas da instituição privada estarem mais propensos a aceitar propostas de trabalho fora de suas expectativas, quando comparados com os egressos do mesmo curso da universidade federal, parece adquirir certa relevância quando observamos que apenas 16,7% daqueles recebem uma renda de 10 a 20 salários mínimos

⁷² Ver tabela 16 sobre faixa salarial dos egressos.

(SM) e nenhum declarou possuir renda superior a 21 SM, enquanto que entre os egressos da universidade federal o percentual que se encontra nessas faixas salariais é de 34,6% e 11,5% respectivamente, conforme podemos verificar na tabela 16. Quando examinamos os dados referentes às instituições de ensino, percebemos que os informantes egressos da federal são os que, proporcionalmente, mais descartariam empregos fora do horizonte de suas pretensões, seguidos pelos egressos da universidade privada e por último os egressos da universidade estadual (ver Tabela 15).

Embora nossa hipótese esteja fortalecida pelo fato de que há, para os jovens, dificuldades de inserção no mercado de trabalho que são estruturais e que têm incidências importantes sobre a definição de estratégias utilizadas pelos jovens e suas famílias para “driblar” as adversidades na aquisição de uma ocupação, o fato é que a universidade federal parece concentrar os egressos “mais exigentes”. Isso é, eles estariam mais propensos, segundo dados do questionário, a descartar ofertas de empregos que julgassem insatisfatórias diante de suas pretensões salariais e profissionais.

E não podemos simplesmente atribuir tal exigência à inexperiência profissional, já que, como visto anteriormente, uma porcentagem expressiva dos egressos da universidade federal, ou seja, 83,4%, trabalhou durante o curso de graduação, de tal modo que as vivências profissionais anteriores de alguma maneira se encarregaram de demonstrar as dificuldades de inserção presentes no mercado de trabalho. Se os “mais exigentes” são também os que “mais trabalharam” durante a graduação, talvez seja razoável supor que o desempenho de atividades profissionais durante a graduação não ocorra unicamente por imperativos econômicos, mas como um mecanismo de “reconhecimento do terreno” no qual pretendem se estabelecer.

3.3.8 A renda dos egressos

Mais de 60% dos egressos que afirmaram estar trabalhando no momento da pesquisa e que disponibilizaram o valor de seus rendimentos recebem um salário de quatro a vinte salários mínimos (SM)⁷³ (ver tabela 16). Nos extremos, aqueles que ganham até três SM (7,4%) ou os que ultrapassam os 20 SM (11,8%) atingem a soma de 19,2%.

⁷³ Na tabela a categoria “depende” refere-se ao profissionais que não revelaram um valor fixo para a sua renda, cuja quantia dependeria de razões diversas. Essa categoria aparece somente entre os informantes que têm sua inserção como profissionais liberais.

Tabela 16 – Salário dos egressos em 2001

Curso	Salário	Universidade			
		Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Pedagogia	1 a 3 SM	33,4(4)	20,0(1)	14,3(1)	25,0(6)
	4 a 9 SM	58,3(7)	60,0(3)	71,4(5)	62,5(15)
	10 a 20 SM	8,3(1)	20,0(1)	0	8,3(2)
	21 ou mais SM	0	0	0	0
	Depende	0	0	0	0
	Não informou	0	0	14,3 (1)	4,2 (1)
	Total Ped.	100 (12)	100 (5)	100 (7)	100 (24)
História	1 a 3 SM	0	25,0 (1)	0	14,3 (1)
	4 a 9 SM	50,0 (1)	75,0 (3)	0	57,1 (4)
	10 a 20 SM	50,0 (1)	0	100 (1)	28,6 (2)
	21 ou mais SM	0	0	0	0
	Depende	0	0	0	0
	Não informou	0	0	0	0
	Total Hist.	100 (2)	100 (4)	100 (1)	100 (7)
Administração	1 a 3 SM	3,8 (1)	0	16,7 (1)	5,0 (2)
	4 a 9 SM	38,5 (10)	62,5 (5)	33,3 (2)	42,5 (17)
	10 a 20 SM	34,6 (9)	12,5 (1)	16,7 (1)	27,5 (11)
	21 ou mais SM	11,5 (3)	12,5 (1)	0	10,0 (4)
	Depende	7,7 (2)	12,5 (1)	33,3 (2)	12,5 (5)
	Não informou	3,8 (1)	0	0	2,5 (1)
	Total Adm.	100 (26)	100 (8)	100 (6)	100 (40)
Direito	1 a 3 SM	0	---	20,0 (3)	5,5 (3)
	4 a 9 SM	10,3 (4)	---	20,0 (3)	13,0 (7)
	10 a 20 SM	43,6(17)	---	20,0 (3)	37,0 (20)
	21 ou mais SM	20,5 (8)		6,7 (1)	16,7 (9)
	Depende	20,5 (8)	---	20,0 (3)	20,4 (11)
	Não informou	5,1 (2)	---	13,3 (2)	7,4 (4)
	Total Dir.	100 (39)		100 (15)	100 (54)

Odontologia	1 a 3 SM	0	---	0	0
	4 a 9 SM	20 (4)	---	6,2 (1)	13,9 (5)
	10 a 20 SM	45,0 (9)	---	50,0 (8)	47,2 (17)
	21 ou mais SM	20(4)		12,5(2)	16,7 (6)
	Depende	15,0 (3)	---	31,3 (5)	22,2(8)
	Não informou	0	---	0	0
	Total odont.	100 (20)	---	100 (16)	100 (36)
Total geral	1 a 3 SM	5,1(5)	11,8 (2)	11,1(5)	7,4 (12)
	4 a 9 SM	26,3 (26)	64,7 (11)	24,5 (11)	29,8 (48)
	10 a 20 SM	37,3 (37)	11,7 (2)	35,6 (13)	32,3 (52)
	21 ou mais SM	15,2 (15)	5,9 (1)	6,7 (3)	11,8 (19)
	Depende	13,1 (13)	5,9 (1)	22,2 (10)	15,0 (24)
	Não informou	3 (3)	0	6,6 (3)	3,7 (6)
	Total	100 (99)	100 (17)	100 (45)	161(161)

Entendemos, pois, que, se de um lado os dados somados indiscriminadamente, sem se considerar a instituição de ensino de origem e a carreira seguida, indicam que a maioria dos egressos situa-se entre as faixas salariais de quatro a nove e de 10 a 20 SM, por outro lado, os números adquirem configuração diferente se os dois aspectos acima são levados em conta. No primeiro caso, é entre os egressos da universidade federal que ocorre a maior concentração de jovens com os melhores salários. Embora em termos percentuais tal concentração não seja alta, ou seja, 11,8% dos egressos da federal ganham 21 ou mais SM, os que possuem os mais altos salários equivalem quase que o dobro dos que se situam na mesma faixa salarial e que são oriundos da universidade estadual e da privada, cujas taxas são de 5,9% e 6,7% respectivamente. Essas últimas, inversamente, somam cada uma, no que se refere aos egressos que ganham até três SM, 11,8% e 11,1% respectivamente, portanto mais do que o dobro dos egressos que atingem até três SM (5,1%) e que são oriundos da universidade federal.

Ao atentarmos para outros detalhes, as diferenças não param por aí. Considerando-se a faixa salarial entre quatro a nove SM, 64,7% dos egressos da estadual encontram-se

nesse patamar, enquanto que o índice dos egressos das universidades federal e privada pertencentes a essa faixa gira em torno de 25%. Na faixa salarial seguinte -10 a 20 SM - as posições se invertem, embora com diferenças menos significativas.

Com base na soma dos dados totais de cada instituição de ensino, os egressos da federal parecem encontrar-se, em termos salariais, numa posição mais vantajosa do que os egressos das demais instituições, pois mais de 50% deles ganham acima de dez SM. Em situação intermediária, estão os egressos da instituição privada, dos quais 42,3% declararam renda superior a dez SM. Já os egressos da estadual apresentam uma situação mais precarizada: apenas 17,6% possuem um salário igual ou superior a 10 SM.

No segundo caso – a carreira - é expressiva a discrepância salarial quando se observam as diferentes carreiras, independentemente da origem institucional. Ainda na tabela 16, verificamos que os egressos do curso de Pedagogia recebem os piores salários: 87,5% ganham até nove SM e, dentre eles, 25% têm uma renda de até três SM. Situação que se assemelha à dos egressos do curso de História, com índices de 71,4% e 14,3% respectivamente. Para as demais carreiras, a proporção dos que se localizam na faixa salarial de até nove SM apresenta-se mais favorável, ou seja, diminui a concentração de egressos com renda inferior ou igual a nove SM. Respectivamente, os números são os seguintes, conforme a tabela: 47,5% para os egressos do curso de Administração, 18,5% para os de Direito e 13,9% para os de Odontologia.

Grosso modo, podemos inferir que, independentemente da origem institucional, os egressos provenientes dos cursos de Pedagogia e História estão em piores condições salariais. Dentre as carreiras com o maior percentual de egressos que recebem os mais altos rendimentos, estão, em posição de empate, as carreiras de Direito e Odontologia, seguidas pela carreira de Administração. Dentre os informantes do curso de Pedagogia e História, nenhum declarou atingir esse nível salarial, o que parece indicar que, além de estarem em média mais fragilizados em termos salariais, não conseguem atingir “o topo” dos mais bem pagos, que, na pesquisa foram considerados aqueles que recebem mais de 20 SM.

Ao associarmos os dois critérios anteriores, origem institucional e carreira, ainda assim os egressos da federal apresentam-se numa posição mais vantajosa, 15,2%, quando analisamos somente os jovens que atingem um nível salarial superior a 20 SM. Exceção feita aos egressos do curso de Administração de Empresas da universidade estadual, cuja porcentagem dos que se encontram nesse patamar salarial é ligeiramente superior (12,5%) à dos egressos da universidade federal (11,5%).

3.3.9 Turno da faculdade e renda

Quando relacionamos a faixa salarial atual dos egressos com o turno freqüentado durante o período de graduação, podemos observar que pouco mais da metade de nossos informantes estudou em período diurno ou integral (ver tabela 17). Não tivemos como propósito, ao compormos o grupo de egressos que faria parte da pesquisa, controlá-lo em relação a esse critério. O equilíbrio na freqüência (diurno ou noturno) parece refletir as características de cada instituição⁷⁴ de ensino que, no somatório final, resultou numa divisão relativamente paritária. O que talvez possa ser significativo em termos de análise é o recorte que se buscou realizar entre turno freqüentado durante os estudos e faixa salarial. Podemos observar que, à medida que aumenta a categoria salarial, aumenta a concentração de egressos oriundos de cursos oferecidos em período diurno e/ou integral.

Embora não possamos fazer maiores inferências, a questão que aparentemente se coloca com maior evidência é o fato de que os egressos oriundos dos cursos noturnos tendem a localizar-se numa situação salarial inferior.

Tabela 17 Turno freqüentado e renda

Turno/ faculdade	Salário dos egressos						
	1 a 3 %	4 a 9 %	10 a 20 %	21 ou + %	Depende %	Não inf. %	Total %
Diurno	33,4 (4)	41,7 (20)	28,8 (15)	42,1 (8)	25,0 (6)	33,4 (2)	34,1 (55)
Integral	0	10,4 (5)	32,7 (17)	31,6 (6)	33,3 (8)	0	22,4 (36)
Noturno	66,6(8)	47,9 (23)	38,5 (20)	26,3 (5)	41,7 (10)	66,6 (4)	43,5 (70)
Total	100(12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)	100 (161)

Por um lado, é preciso ponderação, uma vez que nem todos os cursos que fazem parte de nossa amostra que são oferecidos no período noturno se caracterizam - como por exemplo, os egressos do curso de Administração da estadual - por uma situação salarial

⁷⁴ Há cursos que somente foram oferecidos num turno, diurno ou noturno. Outros em ambos.

ruim. Nesses casos, é prudente conhecer a história da instituição e seus cursos. Por outro lado, não podemos negar, no geral, a relação entre salário e turno, que parece ser a ponta de um *iceberg* que traz outros elementos, como cursos mais prestigiados e menos prestigiados, qualidade da clientela, uma vez que os jovens que freqüentam cursos noturnos tendem a trabalhar e ter jornadas mais extensas, enquanto que os que estudam durante o dia, mesmo quando trabalham, o fazem em jornadas mais reduzidas.

3.3.10 Renda e ocupação profissional

Entendemos que a análise isolada da ocupação parece não ser o indicador mais eficiente para demonstrar os processos de inserção profissional de nossos informantes, tendo em vista que certas ocupações declaradas figuram em praticamente todas as categorias salariais - ainda que seja expressiva a presença de professores com renda de até três SM, relativamente elevado o percentual de dentistas e advogados entre os que auferem melhores rendimentos e marcante seja a presença de funcionários públicos entre os que possuem uma renda média. O caso mais contundente é o dos “gerentes”. Há entre eles os que recebem até três SM, como existem os que ganham acima de 20 SM. A mesma observação poderia ser aplicada aos advogados. Eles podem aparecer com uma renda entre quatro e nove, 10 e 20 ou superior a 20 SM.

Na busca de melhor captar a amplitude de nossos dados, optamos, então, por fazer uma leitura que pudesse ao mesmo tempo informar a ocupação, o salário e a origem institucional e a carreira. Entendemos que a partir da associação desses quatro aspectos poderíamos esboçar um quadro comparativo que nos permitisse empreender uma análise mais significativa. Vejamos a tabela 18:

Tabela 18 - Ocupação e renda (até três SM) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Agente Adm.			20,0 (1)	8,3 (1)
Digitadora			20,0 (1)	8,3 (1)
Gerente			20,0 (1)	8,3 (1)
Prof. Educ. Esp.	20,0 (1)			8,3 (1)
Professora	40,0 (2)	50,0 (1)		25,0 (3)
Prof. Educ.inf.	20,0 (1)			8,4 (1)
Prof. Línguas			20,0 (1)	8,4 (1)
Secretária		50,0 (1)	20,0 (1)	16,7 (2)
Sócia-gerente	20,0 (1)			8,3 (1)
Total	100 (5)	100 (2)	100 (5)	100 (12)

Entre os 12 egressos que ganham até três SM, 50% são formados em Pedagogia⁷⁵, sendo professor a ocupação profissional mais representativa, especialmente entre os egressos da federal, em que se concentram 80%. A média é de 50% de profissionais atuando no magistério, considerando-se os informantes das três instituições de ensino. Convém ainda ressaltar que, apesar da precariedade em que se encontram esses professores, sua atuação profissional corresponde à sua área de formação. Levando-se em conta somente esse critério, são os egressos das universidades públicas (federal e estadual, 80% e 50% respectivamente) os que estão atuando na mesma área de formação. Já entre os informantes da privada, além do baixo salário, 80% estavam no momento da pesquisa fora de sua formação profissional.

Na faixa salarial que corresponde de quatro a nove SM, conforme a tabela 19, novamente a percentagem de professores é expressiva, 33,3%. Vale destacar que aqui se encontram, além de professores de nível fundamental e médio, tanto da rede pública quanto privada, também os que atuam em nível superior. A presença de dentistas e advogados é igualmente destacável, embora numa proporção menor, 10,4% e 8,2% respectivamente.

⁷⁵ Ver tabela 16.

Tabela 19 - Ocupação e renda (4 a 9 SM) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Administrador	3,8 (1)			2,1 (1)
Advogado	7,7 (2)		18,2 (2)	8,2 (4)
Analista judiciária	3,8 (1)			2,1 (1)
Analista MKT		9,1(1)		2,1 (1)
Asses. Jurídica	3,8 (1)			2,1 (1)
Assist. Adm		9,1(1)		2,1 (1)
Assist. MKT		9,1(1)		2,1 (1)
Aux. Adm.	3,8 (1)			2,1 (1)
Aux. Escritório			9,1(1)	2,1 (1)
Bolsista	3,8 (1)			2,1 (1)
Compradora		9,1(1)		2,1 (1)
Consultora		9,1(1)		2,1 (1)
Dentista	15,4 (4)		9,1(1)	10,4 (5)
Educadora (trânsito)		9,1(1)		2,1 (1)
Financeiro	3,8 (1)			2,1 (1)
Fiscal (órgão de classe)	3,9 (1)			2,1 (1)
Fiscalizadora contratos	3,9 (1)			2,1 (1)
Gerente	7,7 (2)		9,1(1)	6,2 (3)
Prof./ agente comercial		9,1(1)		2,1 (1)
Professor	27,0 (7)	27,2 (3)	36,3 (4)	29,2 (14)
Proprietária			18,2 (2)	4,1 (2)
Soldado		9,1(1)		2,1 (1)
Supervisora de RH	3,9 (1)			2,1 (1)
Não informado	7,7 (2)			4,1 (2)
Total	100 (26)	100 (11)	100 (11)	100 (48)

Os profissionais que recebem de 10 a 20 SM concentram-se, de acordo com a tabela 20, entre dentistas (32,8%) e advogados (11,6%). Entretanto, é significativa a presença de egressos da universidade federal que estão no serviço público exercendo a função de analista judiciário (10,8%) e assessor jurídico (10,8%).

Tabela 20 – Ocupação e renda (10 a 20 SM) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Advogado	13,5 (5)		7,7 (1)	11,6 (6)
Agente de viagem		50,0 (1)		1,9 (1)
Analista judiciário	10,8 (4)			7,7 (4)
Analista MKT	2,7 (1)			1,9 (1)
Analista sistemas	2,7 (1)			1,9 (1)
Asses. Compras	2,7 (1)			1,9 (1)
Asses. Juiz	2,7 (1)			1,9 (1)
Asses. Jurídica	10,8 (4)			7,7 (4)
Aux. Adm.	2,7 (1)			1,9 (1)
Dentista	24,4 (9)		61,5 (8)	32,8 (17)
Diretora	2,7 (1)			1,9 (1)
Diretor (empr. Virtual)			7,7 (1)	1,9 (1)
Escrivão judiciário	2,7 (1)			1,9 (1)
Financeiro	2,7 (1)			1,9 (1)
Gerente	5,4 (2)			3,9 (2)
Gerente de RH	2,7 (1)			1,9 (1)
Oficial de justiça			7,7 (1)	1,9 (1)
Policial	2,7 (1)			1,9 (1)
Produtora gráfica/mídia	2,7 (1)			1,9 (1)
Professor	2,7 (1)		7,7 (1)	3,9 (2)
Proprietário			7,7 (1)	1,9 (1)
Técnico judiciário	2,7 (1)	50,0 (1)		3,9 (2)
Total	100 (37)	100 (2)	100 (13)	100 (52)

Dentre os egressos que declararam possuir uma renda igual ou superior a 21 SM, conforme podemos ver na tabela 21, mais uma vez os dentistas se destacam (21%). Os professores aparecem, mas, nesse caso, sempre associados ao desempenho de uma outra função, como dentista ou consultor. Porém, o contraste mais evidente que caracteriza o grupo pertencente a esse nível salarial é a forte presença de egressos oriundos da universidade federal, ou seja, de um universo de 19 jovens, 15 são ex-alunos dessa instituição, o que representa um percentual de quase 80%.

Tabela 21– Ocupação e renda (21 ou mais SM) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Administrador			33,3 (1)	5,2 (1)
Prof. Univ./coord. de curso	6,6 (1)			5,2 (1)
Prof. Univ./dentista			66,6 (2)	10,5 (2)
Prof. Univ./consultor		100 (1)		5,3 (1)
Dentista	26,7 (4)			21,0 (4)
Promotor de Justiça	6,7 (1)			5,3 (1)
Procurador da Fazenda	6,7 (1)			5,3 (1)
Procurador do Trabalho	6,7 (1)			5,3 (1)
Advogado	6,7 (1)			5,3 (1)
Secretário Jurídico	6,7 (1)			5,3 (1)
Assessor Jurídico/advogado	6,6 (1)			5, (1)
Juiz de Direito	6,7 (1)			5,3 (1)
Gerente	6,6 (1)			5,3 (1)
Empresário	13,3 (2)			10,5 (2)
Total	100 (15)	100 (1)	100 (3)	100 (19)

Havia, no questionário aplicado a todos os egressos, a opção de declararem “depende” quando o valor do salário não era fixo. É interessante notar que os que mais se utilizaram dessa opção foram os profissionais liberais (ver tabela 22) e, dentre eles, os advogados e dentistas.

Tabela 22– Ocupação e renda (depende) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Advogado	53,8 (7)	100 (1)	30,0 (3)	45,8 (11)
Contato publicitário	7,7 (1)			4,2 (1)
Dentista	23,1 (3)		50,0 (5)	33,3 (8)
Mergulhador			10,0 (1)	4,2 (1)
Professor	7,7 (1)			4,2 (1)
Técnico equipamento			10,0 (1)	4,2(1)
Vendedor	7,7 (1)			4,2 (1)
Total	100 (13)	100 (1)	100 (10)	100 (24)

Na tabela 23, apresentamos os que não declararam sua renda, seja pelo fato de os egressos simplesmente não quererem divulgá-la, por entenderem tratar-se de uma informação sigilosa, ou porque realmente a renda está sujeita a variações.

Tabela 23 – Ocupação e Renda (não informada) por instituição

Ocupação	Universidade			
	Federal %	Estadual %	Privada %	Total %
Advogado			66,7(2)	33,3(2)
Gerente	33,4(1)			16,7(1)
Proprietária			33,3(1)	16,7(1)
Técnico Judiciário	33,3(1)			16,7(1)
Não informado	33,3(1)			16,6(1)
Total	100(3)	0	100(3)	100(6)

Tanto num quanto noutro caso, são os advogados os que mais se encontram nessa situação (33,3%) e, dentre eles, os egressos da universidade privada (66,7%). Não nos parece que essa categoria dos que recebem um salário que “depende” ou que seja tratado como um assunto sigiloso seja uma questão meramente individual. Aqui podemos fazer menção à própria deterioração das condições de trabalho para os profissionais liberais, situação já detectada por Prandi (1982) nos anos 1980 quanto às possibilidades de atuação desses sobre um processo crescente de precarização, fruto da implementação de tecnologias de capital externo poupadoras de força de trabalho especializada.

Atualmente essa realidade apresenta outros complicadores. Conforme Letelier (1999), as altas taxas de desemprego, características do atual modelo de exploração capitalista, combinadas com o discurso da empregabilidade (GENTILI, 2002), acabam por impor aos profissionais de nível superior condições de trabalho que no discurso se apresentam sujeitas às “intempéries do mercado”, mas que, na realidade, escondem a degradação constante a que estão submetidos.

As informações apresentadas nas tabelas precedentes não nos permitem emitir afirmações categóricas. Grosso modo, tendem a confirmar uma tendência em relação à

precariedade em que se encontram os profissionais da educação. Destacamos que, mesmo constatando uma relativa superioridade entre os egressos da federal quanto aos seus rendimentos - em outras palavras, os informantes dessa instituição possuem os mais altos salários - a federal também contribui com 40% de egressos que se situam nos níveis salariais mais baixos.

Essas posições extremas parecem, mais uma vez, não confirmar o discurso que se pretende consensual em torno da existência de universidades (públicas) para ricos e outras (privadas) para pobres. Além do mais, se tivéssemos que operar uma classificação de tal natureza, não seriam os egressos da instituição privada os mais economicamente “carentes” quando se utiliza o critério da renda. Nessa posição, estariam os informantes da estadual, que, não só representam apenas 5,2% dos que recebem os melhores salários como constituem o maior percentual de egressos com os piores rendimentos. Podemos dizer então que, levando-se em conta a renda dos egressos das três instituições de ensino e as cinco carreiras aí representadas, os dados apontam para uma certa heterogeneidade que não comporta uma classificação.

3.3.11 A pós-graduação

Ao observarmos a tabela 24, constatamos que 55,3% dos egressos que declararam estar trabalhando no momento da pesquisa realizaram uma pós-graduação.

Tabela 24 – Salário e Pós-graduação

Pós-graduação	Salário dos egressos						
	1 a 3 %	4 a 9 %	10 a 20 %	21 ou + %	Depende %	Não inf. %	Total %
Especialização	50,0 (6)	47,9 (23)	50,0 (26)	52,6 (10)	33,4 (8)	33,4 (2)	46,6 (75)
Mestrado	0	10,4 (5)	3,8 (2)	21,0 (4)	8,3 (2)	0	8,1 (13)
Doutorado	0	2,1 (1)	0	0	0	0	0,6 (1)
Não fez	50,0 (6)	39,6 (19)	46,2 (24)	26,3 (5)	58,3 (14)	66,6 (4)	44,7 (72)
Total	100 (12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)	100 (161)

Mesmo para os que recebem os salários mais baixos, metade declarou ter realizado ou estar cursando uma pós-graduação, nesse caso uma especialização. De acordo com dados da tabela, à medida que aumenta a faixa salarial, aumenta também o percentual de egressos que realizaram ou estavam realizando um curso de pós-graduação. Os números voltam a cair entre os egressos que não declararam seus salários (porque o salário é variável ou porque não o quiseram informar). Os egressos que se situam no topo da faixa salarial (21 ou mais SM), além de proporcionalmente serem os que mais realizaram ou realizam uma pós-graduação, são também os que atingem os níveis mais altos (mestrado e doutorado).

Parece haver uma associação entre salário e pós-graduação, especialmente entre os que cursaram ou cursam um mestrado. Os dados nos levam a entender a pós-graduação como um investimento para se incrementar a renda e talvez também como um diferencial para se manter ou buscar um emprego, haja vista o elevado índice de egressos empregados que realizaram ou estavam cursando algum nível de pós-graduação.

Uma leitura apressada poderia nos conduzir à conclusão simplista de que os egressos ganham mais porque investiram em seus currículos. Em certa medida essa pode ser uma afirmação correta, no entanto há que se cruzar outros aspectos que contribuem para se configurar o perfil dos egressos. Ou seja, é verdade também que os egressos que recebem os mais altos salários possuem pais com maior nível de escolaridade e rendimentos mais altos (ver tabelas 26 e 28).

3.3.12 Satisfação no trabalho

Questionados sobre o grau de satisfação em relação ao seu trabalho atual, apenas 10,5% do total de nossos informantes declararam-se “insatisfeito” ou “pouco satisfeito” em relação ao emprego atual. Os demais oscilam entre “razoavelmente satisfeito”, “satisfeito” ou “completamente satisfeito”, de acordo com os dados da tabela 25.

Tabela 25 – Salário e grau de satisfação no trabalho

Grau de satisfação no trabalho	Salário dos egressos						
	1 a 3 %	4 a 9 %	10 a 20 %	21 ou + %	Depende %	Não inf. %	Total %
Insatisfeito	8,3 (1)	0	0	0	4,2 (1)	0	1,2 (2)
Pouco satisfeito	25,0 (3)	10,4 (5)	7,7 (4)	5,3 (1)	8,3 (2)	0	9,3 (15)
Razoavelmente satisf.	33,3 (4)	33,4 (16)	19,2 (10)	0	25,0 (6)	0	22,4 (36)
Satisfeito	16,7 (2)	47,9 (23)	55,8 (29)	36,8 (7)	50,0 (12)	66,6 (4)	47,8 (77)
Completamente satisf.	16,7 (2)	8,3 (4)	17,3 (9)	57,9 (11)	12,5 (3)	16,7 (1)	18,7 (30)
Não informou	0	0	0	0	0	16,7 (1)	0,6 (1)
Total	100 (12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)	100 (161)

O recorte pelo salário demonstrou uma certa dependência entre este e o grau de satisfação no trabalho. Os informantes mais “satisfeitos” e “completamente satisfeitos” encontram-se entre os que recebem os mais altos salários. Inversamente, os profissionais que têm salários menores tendem a demonstrar maior insatisfação no seu trabalho. Os números nos levam a concluir que a variável salarial pode ter um peso importante na definição do que os jovens acreditam ser um “bom emprego”.

Sabemos dos limites postos pela própria natureza da questão assim formulada em categorias gradativas de satisfação, já que não nos parece possível captar exatamente a intensidade que cada qual atribuiu à sua resposta. Talvez essa não seja uma razão suficiente para que não se tente realizar uma certa aproximação entre aquilo que esses jovens pensam sobre o seu trabalho e as possibilidades concretas de satisfação medidas pelo salário. A correlação entre esses dois aspectos (salário e satisfação profissional) confirma que, grosso modo, não é possível, pelo menos para uma proporção significativa de jovens, garantir satisfação com uma renda tão baixa, já que a soma dos índices dos que se declararam “insatisfeitos” e “pouco satisfeitos” é de 33,3% entre os que ganham até três SM, enquanto que a média geral é de 10,5%.

A situação parece ganhar contornos mais sérios quando se leva em consideração os quatro anos já decorridos da conclusão do curso de graduação. Isso significa que a manifestação por parte dos egressos descontentes é fruto de uma certa vivência e não o

resultado de uma opinião formulada por quem sai dos bancos escolares sem noção clara das condições a serem enfrentadas no mercado de trabalho.

3.3.13 Renda dos pais e dos egressos

A partir da tabela 26, é possível fazermos uma correlação direta entre renda dos pais e renda dos filhos. Podemos observar que, quanto menor é o salário dos filhos, maior é o percentual de pais cuja renda concentra-se entre os patamares mais baixos, e quanto maior é a renda dos filhos, maior é o percentual de pais com as maiores rendas. No primeiro caso, dos 12 filhos que ganham até três SM, nenhum dos pais ocupou a categoria dos que ganham 21 ou mais SM. No segundo caso, entre os egressos com renda superior a 21 SM, significativa é a concentração de pais com rendimentos nessa mesma faixa.

Tabela 26 - Renda dos pais e dos egressos

Renda dos pais	Renda dos egressos em SM					
	1 a 3 %	4 a 9 %	10 a 20 %	21 ou mais %	Depende %	N. inf. %
Sem renda	8,3 (1)	0	0	0	0	0
1 a 3	8,3 (1)	6,2 (3)	3,8 (2)	5,3 (1)	4,2 (1)	0
4 a 9	41,7 (5)	27,1 (13)	23,2 (12)	5,3 (1)	25,0 (6)	33,3 (2)
10 a 20	41,7 (5)	37,5 (18)	30,8 (16)	10,4 (2)	45,8 (11)	16,7(1)
21 ou mais	0	25,0 (12)	34,6 (18)	68,4 (13)	20,8 (5)	0
Depende	0	4,2 (2)	3,8 (2)	5,3 (1)	0	0
Não inf.	0	0	3,8 (2)	5,3 (1)	4,2 (1)	50,0 (3)
Total	100 (12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)

À medida que a renda dos filhos vai aumentando, tende a diminuir a diferença entre a sua renda e a de seus pais. Ou seja, filhos com salários baixos tendem a estar bem mais distantes da renda de seus pais, que é superior à sua, do que os filhos que possuem maiores salários. Entre esses últimos, que recebem mais de 20 SM, 68,4% dos pais também se situam neste nível salarial, ao passo que, ao se verificar os egressos que recebem até três SM, apenas 16,6% dos pais encontram-se nesse patamar. Para os que ganham entre quatro e nove SM, o percentual de pais com o mesmo rendimento dos filhos é de 27,1% e entre os

egressos que possuem rendimento de 10 a 20 SM, 30,8% dos pais estão nessa mesma condição.

A leitura que podemos fazer desses dados aponta para a noção de que os filhos vão tendo mais dificuldades de superar a renda de seus pais na medida em que seus salários se situam num patamar mais baixo. Desse modo, a idéia de mobilidade social ascendente por meio da escolaridade, nesse caso o diploma de graduação, parece apresentar dificuldades para ser confirmada.

CAPÍTULO IV

FORMAS DE ACESSO AO EMPREGO

4.1. Redes sociais e acesso aos empregos: a contribuição de alguns estudos franceses

Não são de hoje os estudos que abordam a importância das relações pessoais na obtenção e qualidade dos empregos. Granovetter (2000)⁷⁶, desde os anos de 1970, ressalta a necessidade de se buscar uma maior correlação entre as interações microssociais e os fenômenos sociais no plano das análises sociológicas. Tal questão, segundo ele, seria fundamental para que se pudesse avançar na compreensão dos fenômenos microssociais. Desse modo, o autor vai buscar no estudo das redes interpessoais a ferramenta necessária para demonstrar como é possível fazer a leitura entre macro e micro a partir do estudo das redes interpessoais.

Parte de dois conceitos fundamentais: as redes sociais de ligação forte e as redes sociais de ligação fraca. Considera que as redes de ligações fracas servem como instrumento indispensável aos indivíduos para que eles percebam certas oportunidades que lhes são oferecidas, bem como para sua integração na comunidade. As redes de ligações fortes, pelo contrário, dizem respeito a uma fragmentação do conjunto social. A partir de Granovetter (2000) vários outros estudos se seguem tendo como fio condutor essa linha de análise.

Marry (1983), em um artigo intitulado “Origem social e redes de inserção dos jovens operários”, propõe-se a discutir a inserção profissional dos jovens tendo como base as discussões de Granovetter (1974 apud MARRY, 1983), que, apesar de tomar como objeto de investigação jovens com diplomas escolares que correspondem ao ensino médio profissionalizante no Brasil, apresenta contribuições fundamentais para a compreensão dos

⁷⁶Embora estes estudos de Granovetter datem da década de 1970, fazemos referência à sua obra que foi reeditada em francês no ano de 2000.

processos de inserção profissional dos egressos do ensino superior. A autora reforça que as análises sobre inserção realizadas pelo CEREQ e por outros centros a ele ligados têm demonstrado o quanto o nível de ensino e a carreira seguida constituem elementos classificatórios. Geralmente se observa uma certa correspondência entre os níveis de formação, as taxas de desemprego e o tipo de emprego ocupado pelo jovem.

Sua preocupação reside em discutir as condições dos jovens que estão no mesmo nível mas em carreiras diferentes (CAP e BEP)⁷⁷. Os jovens que saíram do BEP se inseriram em 1976 e 1980 em condições mais favoráveis do que os que saíram do CAP. Segundo a autora, há um certo reconhecimento da literatura sobre inserção de jovens de que a origem social condiciona amplamente as escolhas das diferentes carreiras do sistema educativo e, igualmente dos diferentes empregos. No entanto, os autores tendem a centrar suas análises quase que exclusivamente sobre a interação entre formação e emprego, reduzindo as características sociais às características escolares. Tal atitude limita a capacidade de observação das fortes disparidades de inserção entre os jovens franceses com características escolares supostamente homogêneas. Por outro lado, há trabalhos de sociólogos que têm como preocupação as desigualdades sociais de acesso à educação e a reprodução dessas desigualdades no interior da própria escola, porém não discutem as disparidades internas à categoria dos dominados: voltam-se mais para a relação dominante/dominados.

A autora resgata exatamente a heterogeneidade escolar e social presente entre os jovens operários. Sua pesquisa se apóia sobre dados de um estudo do CEREQ, de março de 1980, envolvendo 314 jovens egressos do CAP e BEP em 1979. Parte da hipótese de que a origem social desses jovens, percebida por meio da situação profissional de seu pai, ou seja, da clivagem ativo/inativo⁷⁸, parece orientar fortemente as práticas de busca de emprego e, conseqüentemente, o emprego que eles ocupam. Isso significa dizer que filhos de ativos e inativos estão em situação de desigualdade diante da inserção, justamente porque as redes de inserção capazes de mobilizar seu capital escolar e social para conseguir um emprego são diferentes. Por exemplo, a possibilidade de um pai ativo interferir na contratação de seu filho é muito maior.

⁷⁷ Certificado de Aptidão Profissional (CAP); Brevê de Estudo Profissional (BEP). Ambos equivalem a uma espécie de ensino médio profissionalizante do Brasil.

⁷⁸ A autora considera pais ativos/inativos os que fazem parte ou não da população economicamente ativa (PEA).

A autora define rede de inserção profissional ou rede de busca e de acesso ao primeiro emprego “como um conjunto de meios sociais: pessoas, instituições, grupos [...] que os jovens têm a possibilidade de mobilizar para procurar e encontrar um emprego” (MARRY, 1983, p. 4). Nessa lógica a autora busca dar conta das redes que são mobilizadas ‘por acaso’ pelos jovens e não somente aquelas com a preocupação de se buscar uma contratação. Seu interesse está voltado menos pela morfologia da rede e mais pela gênese das estratégias dos trabalhadores sujeitos. A autora pretende unir as características escolares e sociais desses trabalhadores às características de redes que eles ativam e aos empregos que eles obtêm por esse intermédio.

Marry (1983) questiona qual o tipo de rede seria ativada prioritariamente pelo jovem titular de um CAP ou BEP e qual delas seria mais eficiente na aquisição de um emprego. Procura distinguir as redes personalizadas das redes universais: a primeira dependeria do indivíduo, a segunda estaria disponível a todos. O “tipo personalizado” se constitui pela rede de relações sociais na qual o jovem se encontra inserido, um tipo de sociabilidade voluntária (amigos, vizinhos) ou involuntária (família). O “tipo universal” engloba outras modalidades de busca de emprego e se apóia sobre diversas instituições informais e formais⁷⁹.

A autora parte da hipótese de que, para os jovens operários, a rede de relações sociais e especialmente as redes paternas são utilizadas prioritariamente na busca e aquisição dos primeiros empregos e que a eficácia dessa rede se deve ao componente profissional do pai, ou seja, o pai poderia recomendar seu filho ao seu próprio empregador ou outro empregador de seu conhecimento. Aqui a autora se aproxima da tese de Granovetter (2000) segundo a qual as relações sociais mais eficazes na busca de um emprego seriam fundadas sobre contatos profissionais antes que sociais. Porém, enquanto Granovetter investiga uma população de trabalhadores qualificados, experientes, que possuem suas próprias redes profissionais, Marry (1983) analisa os jovens que buscam seu primeiro emprego e que, portanto, ainda não constituíram suas redes de relações profissionais, fato que os levaria a utilizar as redes de relações de seus pais.

A autora entende que as redes, sejam elas do tipo universal ou de relações sociais, podem apresentar-se com eficácia variada. A do tipo universal tende a ser ativada somente

⁷⁹ As redes citadas pela autora são formais - compreendendo: Agência Nacional para o Emprego (ANPE), Colégio de Ensino Profissional (LEP), concursos de administração, jornais – e informais: porta em porta e cartas.

após o esgotamento das redes de relações sociais ou pela percepção de sua inexistência. O fato é que tais redes parecem conduzir a empregos diferentes no que se refere ao grau de precariedade, qualificação exigida e especialização (mais próxima ou não da formação) e seu uso está condicionado ao nível de formação do candidato ao emprego.

Entretanto, ressalta a autora que a eficiência das redes de inserção que os jovens mobilizam depende fortemente da situação profissional do pai. Uma “boa” rede profissional dos pais pode ser decisiva para o estabelecimento das redes universais, tidas mais eficientes para a aquisição de um emprego de melhor qualidade.

Segundo Marry (1983), é possível dizer que a origem social, mediatizada pelas redes de busca e de acesso aos empregos, determina em grande medida os modos de inserção profissional dos jovens com escolarização homogênea. A autora utilizou dois critérios aplicados à situação socioprofissional dos pais que lhe pareceram mais pertinentes para se perceber a origem social dos jovens nos efeitos sobre a inserção: o critério da atividade e o da inatividade dos pais, e neste último, o setor ao qual pertencem.

Em sua pesquisa, a autora percebeu que a inatividade dos pais pareceu indicar um efeito importante sobre a inserção dos filhos. Um terço dos pais dos jovens de sua amostra foram excluídos mais ou menos de forma definitiva da vida profissional, seja pela idade ou por aposentadoria, incapacidade física, doença longa, acidente de trabalho, desemprego ou morte. Marry entende que a inatividade do pai se traduziu, em graus diversos, por um enfraquecimento das redes sociais de inserção dos filhos e que raramente é compensada por uma posição da mãe. Pressionados a ativar somente suas redes universais, os filhos dos inativos seriam destinados aos empregos precários, anônimos e ao desemprego. Ao inverso, os filhos dos ativos, munidos de uma rede profissional paternal, teriam mais chance de acesso a empregos de iniciantes (estáveis e qualificados). Metodologicamente a autora considerou como filhos de inativos os filhos de desempregados e de doentes, mesmo que eles tenham declarado a profissão anterior do pai.

No que se refere à taxa de desemprego, esta difere segundo a situação do pai: para os filhos de inativos com formação em CAP, a taxa de desemprego é mais alta do que para os filhos de ativos com a mesma titulação. Observamos o inverso quando se trata dos filhos de pais ativos mas que tenham uma formação em BEP e dos filhos dos inativos com a mesma formação. Estes têm uma mais forte “empregabilidade” do que os outros. Essa situação se explicaria da seguinte forma: os jovens que têm um BEP são mais exigentes quanto à qualificação do emprego quando comparados com os egressos (filhos de ativos ou

inativos) de um CAP. Mas, além disso, os egressos de BEP e filhos de ativos efetuam menos buscas de emprego no mercado de trabalho (não aceitam qualquer proposta), enquanto que os filhos de inativos de BEP tendem a aceitar. Também se conclui que as redes de busca e de acesso aos empregos para os egressos de um BEP são mais diversificadas do que para os egressos de um CAP.

A discriminação social em relação à inserção dos jovens egressos do Colégio de Ensino Profissional (LEP), sejam eles do CAP ou do BEP, se faz por intermédio de uma mobilização e de uma eficácia de redes diferenciadas de inserção que é menos radical e menos direta para os egressos de um BEP. Essas redes operam de forma desigual porque em certa medida estão condicionadas segundo a situação profissional dos pais (ativos ou inativos) e, conseqüentemente, também é desigual a qualidade de sua rede profissional, tida como a mais eficiente na busca pelo primeiro emprego. Porém, essa intervenção não garante o acesso a um emprego na profissão estudada, sobretudo para os egressos de um BEP. Verifica-se uma diminuição do papel da rede familiar no acesso dos filhos de ativos aos empregos mais qualificados e que são egressos de um BEP e, ao contrário, um maior proveito de redes relativamente diversas e *a priori* abertas a todos, sem distinção de origem social: ANPE, concursos, procura individual etc.

A autora constata também que certos empregos e as redes que os conduzem são reservados somente aos filhos de ativos, qualquer que seja a especialização, como por exemplo o acesso ao emprego público. Entende que isso pode ser o resultado da influência da família sobre as aspirações dos jovens e sobre os meios de as realizar. Esses meios consistiriam em uma melhor informação sobre os modos de recrutamento, os postos de trabalho livre etc. De todo modo, conclui que a degradação do contexto econômico contribui para reforçar as desigualdades sociais de inserção.

Com preocupação semelhante, Epiphane e Martinelli (1997) trazem à tona questões relativas às formas de acesso ao emprego e sua qualidade no universo dos egressos do ensino superior. Constatam que o diploma de graduação é cada vez menos suficiente para o ingresso no mercado de trabalho e que as variáveis de trajetórias de inserção profissional no começo da vida ativa não podem ser explicadas unicamente pela formação escolar, tornando-se necessário incorporar outras dimensões explicativas para melhor compreendê-las. Nesse sentido, é preciso considerar o meio social ao qual pertence o jovem bem como as formas que ele utiliza para acessar o seu emprego, notadamente as redes de relações sociais. Para os autores, esses aspectos podem servir para relativizar as correlações que

normalmente se estabelecem entre formação e emprego e, conseqüentemente, contribuir para que os jovens não sejam reduzidos às suas características escolares.

A preocupação fundamental de Epiphane e Martinelli é refletir sobre os diferentes modos de acesso ao emprego e as relações que se estabelecem entre esses e os tipos de emprego ocupados. De acordo com os seus dados, dois meios se destacam entre os diplomados no ensino superior no que concerne à busca pelo emprego, quais sejam, as candidaturas espontâneas, demonstradas pela utilização de anuários profissionais e/ou recomendação dada por um terceiro⁸⁰, e as relações pessoais, que aparecem de forma variada, como: redes familiares, de amigos, escolares e profissionais.

Apesar de ressaltar o contexto social como elemento importante na análise sobre as trajetórias de acesso ao emprego, os autores não negam a interferência do tipo de diploma obtido. Para os egressos da universidade na França, especialmente os diplomados em algumas áreas como Direito e Letras, o acesso via concurso público é mais freqüente, diferentemente dos portadores de diploma egressos do IUT e da STS⁸¹, que normalmente se utilizam de agências de intermediação ao emprego. O ingresso por meio de estágios e/ou relações profissionais escolares e profissionais anteriores é uma característica observada entre os egressos das escolas de comércio e de formação de engenheiros. O mesmo pode ser dito para os portadores de um diploma de curso de pós-graduação.

Epiphane e Martinelli (1997) salientam que a origem social do diplomado exerce um peso importante nas formas de acesso ao emprego, conforme já mencionado anteriormente, e ressaltam que entre aqueles provenientes de meios sociais menos favorecidos, filhos de operários e empregados, por exemplo, a recorrência às relações familiares e de amizades são mais raras, ao contrário do que acontece com os filhos de executivos. Isso porque seus pais não possuem uma rede de relações mais susceptíveis para ajudar seus filhos a encontrar um emprego de acordo com sua formação; usualmente eles procuram as agências responsáveis pela intermediação para o emprego, como a Agência Nacional para o Emprego (ANPE).

Seus dados revelam ainda que filhos de funcionários públicos tendem a conseguir seu emprego também por essa via, ou seja, 61% dos filhos, cujos pais, ou ao menos um dos genitores, são funcionários públicos, conseguiram seu emprego através de um concurso

⁸⁰ Os autores não deixam claro o que estão entendendo por informação dada por um terceiro e também não oferecem mais detalhes sobre os anuários profissionais.

⁸¹ Instituto Universitário de Tecnologia (IUT); Seção de Técnico Superior (STS).

público. Além disso a idade é um fator relevante na aquisição de um emprego nesse setor. A probabilidade de se entrar no serviço público na França é maior entre os jovens que se situam numa faixa etária mais alta, já que possuem maior nível de escolaridade.

Partindo de três critérios - a saber, natureza do contrato de trabalho, posição profissional e salários - os autores constatarem que existe uma hierarquia em matéria de inserção profissional quando se analisam as diferentes formações superiores. Os engenheiros, por exemplo, apresentam melhores empregos e salários do que os titulares de um DUT/BTS⁸². Se o tipo de diploma tem uma interferência na qualidade do emprego, também é verdade que essa qualidade está sujeita às formas pelas quais o emprego foi conseguido. Apoiando-se nas contribuições de Granovetter (2000), Epiphane e Martinelli (1997) concluem que a utilização da família e dos amigos (rede de ligações fortes) tende a resultar em empregos menos favoráveis em termos de qualidade, já que quando essa rede é mobilizada a pessoa solicitada se empenhará em “arranjar” uma solução, mesmo que ela não esteja em condições para isso. Nessa perspectiva, seriam, então, as redes de ligações fracas, entendidas como as relações profissionais e aquelas relações mais distantes, as mais adequadas para o acesso a um emprego mais atrativo. Porém, ponderam os autores, entre os meios sociais mais elevados, os egressos podem se beneficiar tanto das redes de ligações fracas quanto das de ligações fortes.

Degenne et al. (1991), ao abordarem a mesma temática, apresentam os resultados de três pesquisas sobre as formas de acesso ao emprego. Esse estudo abrange uma amostra com características extremas: de um lado, jovens de 16 a 26 anos pouco qualificados e, de outro, engenheiros com diploma de graduação. As análises são realizadas a partir das contribuições de Granovetter (2000) sobre a teoria de redes.

Os autores partem do princípio de que: a) as relações sociais são as vias pelas quais circulam as informações e, conseqüentemente, quanto maior for a rede de relações, maiores serão as possibilidades de informações; b) quanto maior é a rede de uma pessoa, tanto maior será a possibilidade de ela ser diversificada e o tamanho da rede tende a aumentar conforme o nível de instrução da pessoa.

As redes de relações podem ser de natureza forte ou fraca (GRANOVETTER, 2000). Desse modo, quanto mais as relações do indivíduo forem compostas por ligações fortes, maiores são as probabilidades de se tornarem fechadas. Inversamente, ligações fracas permitem maior número de contatos, pois por elas podem circular informações às

⁸² DUT: Diploma Universitário de Tecnologia; BTS: Certificado de Técnico Superior.

quais os indivíduos, mesmo pertencendo a diferentes meios, poderão ter acesso. É nesse sentido que as redes de ligações fracas são mais eficazes do que as de ligações fortes.

Os jovens investigados por Degenne et al. (1991) tinham empregos nitidamente polarizados em função do sexo: 64% dos homens eram operários e 19% empregados; para as mulheres o percentual era praticamente o inverso, 28% operárias e 64% empregadas. A proporção de técnicos e executivos era inexpressiva. A amostra foi dividida em três categorias: os jovens que haviam tido um único emprego e que permaneciam com o mesmo; os que haviam mudado de emprego e os que tinham tido pelo menos um emprego, mas que no momento estavam desempregados. Em relação às condições de trabalho, os primeiros estavam numa situação mais favorável, os segundos numa posição intermediária e os terceiros na pior situação, já que nem emprego tinham.

Os autores constataam que os percursos de inserção profissional para esses grupos apresentaram-se de forma diferenciada e que a distinção está relacionada com as características de atividade (ou inatividade) profissional do pai e com a eficácia da rede familiar e de amizade no acesso ao emprego. Os desempregados caracterizam-se por uma formação escolar frágil e apresentaram maiores dificuldades de sair da condição de desempregados. Os jovens ativos que mudaram de emprego ao longo de sua trajetória profissional possuem uma formação escolar um pouco melhor do que a dos desempregados e têm origem social e emprego um pouco inferiores aos daqueles que permaneciam com o mesmo emprego até o momento da pesquisa.

Sobre as redes de acesso ao emprego, os autores chegam a três constatações:

1) As redes de ligações fortes são importantes para o acesso ao primeiro emprego dos jovens pouco titulados (DEGENNE et al., 1991). Aqui a “família” e as “relações pessoais”, consideradas como ligações fortes, são citadas de maneira igual pelos jovens dos três grupos como o meio através do qual conseguiram seu primeiro emprego. O papel da família como intermediária do emprego vai diminuindo à medida que o jovem deixa seu primeiro emprego.

2) “As ligações fortes, particularmente a família, não garantem o acesso a um ‘bom’ emprego, diferentemente dos anúncios e da escola” (Ibid., p. 84).

3) Existe uma diferença na eficácia das redes (entendida como o acesso ao emprego, qualquer que ele seja) segundo o sexo. As mulheres tendem a procurar menos a família e mais as “relações pessoais” para acessar um emprego, qualquer que ele seja. Os autores lançam como hipótese o fato de as empresas que contratam as mulheres

concentrarem-se nos setores de comércio e serviço, um universo menos familiar à vida profissional do pai.

Para a análise relativa aos modos de acesso dos engenheiros aos empregos, a segunda fonte de dados, os autores utilizaram informações de uma pesquisa realizada em 1987 pela Federação das Associações e Sociedades Francesas dos Engenheiros Diplomados (FASFID). Os resultados tendem a demonstrar o efeito da idade e a experiência profissional como requisitos importantes; além disso, observaram, nesses dados particularmente, uma certa interferência da empresa sobre a estruturação do mercado de trabalho para os engenheiros, demonstrada pelo alto percentual de respostas dadas para a opção “contatado pelo empregador” quanto ao meio de acesso ao emprego.

Há ainda um terceiro estudo, envolvendo dois tipos de fontes, desenvolvido pelos autores e que também se refere aos engenheiros. Trata-se de uma pesquisa com cerca de 50 engenheiros egressos de 18 escolas de engenharia em 1989, cujos dados foram coletados a partir de um questionário. A outra pesquisa foi realizada com 1.382 engenheiros que responderam a um questionário por intermédio de um “Minitel”. Os profissionais que participaram da pesquisa foram classificados em quatro categorias, de acordo com a antigüidade profissional: 30 anos, 20 anos, 10 anos e cinco anos de conclusão do curso de engenharia.

Os resultados apresentam diferenças entre os engenheiros, levando-se em conta o tempo de antigüidade na profissão. Mas destacam a forte presença de uma forma de acesso ao emprego comumente utilizada por seus informantes: a resposta a um contato estabelecido pelo empregador. Os autores avaliam que parece constituir-se entre os engenheiros um capital de relações conhecido e explorado pelas empresas que os contratam.

Ao analisarem as três amostras que fizeram parte da pesquisa⁸³, os autores entendem que entre os jovens pouco qualificados parece evidente, no que concerne ao processo de inserção profissional, a importância da variável pai ativo/pai desempregado ou inativo e, nesse sentido, a eficácia das ligações fortes representadas pela família. Quanto às estratégias dos engenheiros, eles tendem a vê-las a partir de uma combinação de interesses entre empregadores e empregados.

⁸³ a) Jovens pouco qualificados, b) os engenheiros contatados pela FASFID, c) os engenheiros recrutados pelos próprios empregadores.

Fazendo coro ao que outros pesquisadores têm discutido sobre a importância do capital social como um instrumento relevante para o modo de obtenção do emprego, Forcé⁸⁴ (1997) analisa, a partir dos estudos de Granovetter (1974 apud FORCÉ, 1997), os diferentes tipos de redes sociais utilizados para o acesso ao emprego. Parte do suposto de que as diferenças estão relacionadas às categorias sociais. Seu objetivo é compreender em que medida os diferentes modos de obtenção do emprego atual estão relacionados às características sociais específicas, mais precisamente questiona sobre as características daqueles que encontraram um emprego utilizando-se de suas redes. Se o diploma é cada vez mais uma exigência para a conquista de um emprego, também é verdade que tem se tornado uma condição insuficiente, ou seja, numa situação de diplomas iguais, os melhores empregos tendem a ser destinados aos que puderem melhor se utilizar do capital social.

Para o autor o capital social se inscreve na rede de relações do indivíduo e depende da estrutura de sua rede. Todavia isso não é condição suficiente para que ele seja “aproveitado”, pois é preciso que a rede seja mobilizada, o que está condicionado ao grau de confiança estabelecido entre seus membros, ou seja, ao cumprimento das obrigações adquiridas entre os indivíduos.

Citando Granovetter (2000), o autor retoma a teoria das redes sociais para explicar as variações no resultado dos empregos obtidos a partir do uso das diferentes redes. As ligações fracas teriam mais chances de contribuir na aquisição de um emprego de qualidade do que as ligações fortes. Isso porque entre aquelas as informações circulam de tal maneira que ultrapassam os círculos fechados representados pelas ligações fortes. Nestas, as informações tendem a permanecer no circuito no qual foram geradas.

Considerando essa distinção entre as redes, Granovetter (2000) verifica que mais da metade dos indivíduos estudados teria conseguido seu emprego graças aos contatos pessoais. Dentre eles, 31% eram de origem familiar e 69% ligados às relações profissionais. As relações familiares ou de amizades levavam a empregos piores do que aqueles conseguidos pela via profissional.

Numa outra linha, mas tentando compreender os vários aspectos que envolvem a inserção dos jovens no mercado de trabalho, Giret et al. (1996) discutem a relação entre o modo de intermediação escolhido pelo empregador para a contratação de um candidato e

⁸⁴ O autor se utiliza da definição de capital social desenvolvida por Bourdieu. Trata-se de um “conjunto de relações socialmente úteis que podem ser mobilizadas pelos indivíduos ou grupos na sua trajetória profissional e social” (BONNEWITZ, 2002, p.93).

as escolhas que o próprio candidato realiza para acessar um emprego, verificando a partir daí a qualidade do contrato do trabalho medida pelo salário. As análises foram feitas a partir de dados coletados pelo CEREQ sobre o encaminhamento profissional de jovens egressos do ensino médio.

Os autores demonstram que 50% do acesso ao emprego ocorre por intermédio de relações pessoais e familiares e que essas últimas não garantem que o emprego “conquistado” seja de qualidade, tenha correspondência com a formação profissional e seja estável. O mesmo pode ser dito em relação aos empregos obtidos por intermédio de relações pessoais, embora nesse caso a possibilidade de o emprego corresponder à formação apresente relativa melhora, mas ainda aquém dos resultados que outros meios de acesso ao emprego podem possibilitar.

Muitos trabalhos têm abordado a preferência pelos empregadores por esse tipo de recrutamento por freqüentemente associarem a produtividade do indivíduo indicado a quem o indicou. De toda maneira, ressaltam que a utilização de diferentes modos de acesso ao emprego obedece a lógicas distintas e não se limita a ocupar posições idênticas sobre o mercado de trabalho e que essas formas de ingresso no mercado de trabalho não se dão ao acaso, mas, pelo contrário, vinculam-se às estratégias definidas tanto pelos empregadores quanto pelos candidatos ao emprego.

Os resultados das pesquisas empreendidas pelos autores franceses e as reflexões daí decorrentes no que se refere aos meios empregados pelos jovens na obtenção de seu emprego não representaram apenas informações pontuais sobre uma ou outra forma de se conseguir um emprego, mas suscitaram a necessidade de se colocar a questão em debate, justamente porque os padrões de inserção profissional têm sofrido mudanças significativas como decorrência do atual modelo de reestruturação capitalista. Esse modelo compreende o aumento do desemprego e a exigência de novas qualificações, que, por sua vez, supõem a necessidade de elevação das credenciais educativas (POCHMANN, 1998). Em outros termos, desemboca no mercado de trabalho um contingente de egressos do sistema de ensino cada vez mais escolarizado, cuja possibilidade de encontrar um emprego dentro de suas expectativas torna-se mais difícil.

Nessa perspectiva, parece-nos que as formas de acesso ao emprego mobilizadas pelos jovens constituem-se como um dos componentes a serem investigados no processo de inserção profissional porque podem evidenciar os diferentes mecanismos dos quais os jovens e suas famílias lançam mão no sentido de verem concretizados seus projetos, mas

ao mesmo tempo por serem indicadores das reais possibilidades a que estão submetidos como pertencentes aos diferentes meios sociais.

Há entre esses pesquisadores franceses um consenso em torno da insuficiência dos títulos escolares como atributo para a aquisição de um emprego, constatação que evidencia a necessidade de se aumentar e diversificar os investimentos educativos paralelamente ao uso de outras alternativas que são definidas de acordo com a origem social. Os meios utilizados pelos jovens para acessarem um emprego tendem a refletir essa necessidade.

Podemos extrair dos referidos autores três aspectos mais gerais que, a nosso ver, contribuem sobremaneira para a análise das formas de aquisição de um emprego entre os jovens egressos do ensino superior no Brasil. Em primeiro lugar, a própria necessidade de se dar relevância à maneira pela qual os jovens se articulam em função de seus objetivos, que devem ser vistos, quando se trata daqueles que pertencem aos segmentos populares, de acordo com Bourdieu (1979 apud NOGUEIRA, 1998, p. 47), como “a escolha do necessário”, ou “a necessidade impõe um gosto de necessidade”. Aqui “os modos de acesso ao emprego” perdem seu caráter de escolhas ou preferências individuais e ganham um sentido de classe. Essa seria a segunda contribuição que atribuiríamos às pesquisas citadas, qual seja, as formas de ingresso no mercado de trabalho devem ser apreendidas a partir da origem social. Em terceiro lugar, a visibilidade que ganham as formas particularistas de ingresso no mercado de trabalho entre os jovens, independentemente de sua origem social.

Não é de hoje que se constata o prestígio alcançado por certas profissões em detrimento de outras. O clássico “Os herdeiros: os estudantes e a cultura” de Bourdieu e Passeron, editado pela primeira vez em 1964, ainda figura como um divisor de águas no sentido de apreender a universidade como um espaço de reprodução da desigualdade social. Parece inegável - nossos dados também confirmam - que há uma divisão no perfil dos egressos que se opera sem grandes equívocos entre os que “optam” pelo curso de Direito e Odontologia e os que “optam” pelo curso de Pedagogia ou História, por exemplo. Características fartamente demonstradas pela escolaridade dos pais e seus rendimentos e pela rede de ensino freqüentada no ensino médio e fundamental.

Zago et al. (2002), num estudo sobre estudantes universitários oriundos das camadas populares, analisam as condições de acesso e permanência de uma parcela reduzida da população escolar que logra ingressar no ensino superior, mais precisamente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As autoras interrogam sobre o

significado, em termos de investimento material e simbólico, da superação das barreiras para o ingresso e manutenção no ensino superior para esses universitários que ultrapassam o capital cultural familiar.

Essas questões são investigadas com base na utilização de metodologia de caráter qualitativo e quantitativo. Os dados foram coletados a partir da análise das informações sobre os candidatos⁸⁵ ao vestibular em 2001 e de entrevistas com os universitários de diversas áreas que estivessem em fases mais adiantadas do curso. As análises presentes no trabalho das autoras são frutos dessa primeira parte da pesquisa, que contempla os questionários aplicados pela Comissão Permanente para o Vestibular da UFSC (COPERVE).

De acordo com os dados levantados, a maioria dos candidatos inscritos e aprovados no vestibular da UFSC de 2001 são solteiros e, apesar de as mulheres constituírem a maioria dos inscritos, são os candidatos do sexo masculino que proporcionalmente obtiveram a maior taxa de aprovação. Dentre os inscritos, 45% disseram estar trabalhando, dos quais 39% foram aprovados. Quanto às condições sociais representadas pela renda familiar dos candidatos, Zago et al. (2002) reafirmam uma situação por demais conhecida: quanto maior é a renda dos pais, maiores serão as chances do filho de ingressar na universidade. No entanto, ponderam que esses dados adquirem outro sentido quando lidos a partir das áreas e dos cursos para os quais os candidatos foram aprovados. Para determinados cursos, como Medicina, Odontologia, Veterinária, Fisioterapia e Comunicação Social, a rede escolar freqüentada pelo candidato aprovado é tendencialmente privada. O inverso se verifica entre aqueles que “optam” por outras carreiras menos prestigiadas (PEIXOTO; BRAGA e BOGUTCHI, 2000 apud ZAGO et al., 2002).

No que se refere aos indicadores sociais e econômicos apresentados pelos candidatos ao vestibular da UFSC de 2001, a situação é a seguinte: os candidatos inscritos e aprovados cuja renda da família é de até um salário mínimo (SM) atingem um percentual reduzido, mesmo nas áreas menos requisitadas. No patamar salarial seguinte (de mais de um a três SM), que representa 6,59% dos inscritos, o índice de aprovados foi de 4,5%. Porém esse índice, além de reduzido, é distribuído desigualmente entre os centros de conhecimento. O maior percentual de aprovação está no Centro de Ciências Físicas e

⁸⁵ Dados extraídos dos questionários socioeconômico e cultural aplicados pela COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular), que é responsável pela realização do vestibular da UFSC.

Matemática, com 11,69%; numa situação extrema, encontra-se o Centro de Ciências Jurídicas, cujo percentual de candidatos aprovados pertencentes a famílias com esse rendimento é zero.

Além da renda, um fator importante para a análise dos índices de aprovação no vestibular, as autoras entendem que outras formas de investimento acabam interferindo nesse resultado, como o capital cultural familiar, o tempo disponível para o estudo, cursos pré-vestibulares, entre outras. Os dados dos candidatos aprovados no vestibular da UFSC revelam que os maiores índices de aprovação contemplam os candidatos cujos pais possuem os mais altos níveis de escolaridade. Com relação à rede de ensino freqüentada no ensino médio, 60,05% dos aprovados são provenientes do setor privado, 74,64% realizaram o ensino médio em período diurno e 62,02% dos aprovados realizaram um curso preparatório ao vestibular. Vale ressaltar que esses valores sofrem significativa alteração quando analisados a partir das áreas e dos cursos dos aprovados no vestibular. Concluem as autoras que a expansão do ensino superior e a maior demanda da população por níveis de escolaridade cada vez mais elevados parecem em nada contribuir para diminuir as desigualdades de acesso ao ensino superior.

Esse estudo pode nos auxiliar na compreensão de que as desigualdades perceptíveis no momento de acesso ao ensino superior, quando se analisa o perfil da população ingressante, tendem, em certa medida, a delinear o processo de inserção dessa população quando sai da universidade. Aqui um aspecto ao menos pode ser considerado: as condições salariais, ou seja, o salário do egresso tende a refletir o perfil socioeconômico ao qual pertence. Nesse sentido, é inegável que as desigualdades sociais são perpetuadas, se não reforçadas, mesmo após a obtenção de um diploma de graduação, o que contraria os discursos ora vigentes de que a ampliação do acesso às universidades contribuiria para uma maior igualdade social.

Sabemos que ingressar numa universidade após ultrapassar a barreira do vestibular para certos cursos, freqüentemente os mais disputados, já aponta, em boa medida, o pertencimento social do candidato. O que não significa que se deva absolutizar essa constatação. Muitos trabalhos recentes têm procurado verificar e analisar “as razões do improvável”⁸⁶ (ZAGO, 2000; VIANA, 2000; PORTES, 2000 e ALMEIDA, 2000). São abordagens que fogem de explicações deterministas sobre fracasso e sucesso escolar, estão

⁸⁶ Título do livro de Bernard Lhaire. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. 1997.

geralmente ancoradas no fator econômico e sugerem uma leitura que coloque em evidência a construção de estratégias diante da percepção das adversidades.

Se, por um lado, nossos dados não negam a relação desigual entre as carreiras e as implicações sociais aí presentes, por outro lado, pouco se conseguiria avançar tomando-se em conta apenas esse aspecto, que por si só é relevante mas não parece ser capaz de abarcar outros elementos igualmente essenciais na compreensão do perfil dos egressos por nós investigados, especificamente no que diz respeito às formas de obtenção do emprego. Nessa perspectiva entendemos pertinente adotar como referência de análise o rendimento declarado pelo egresso.

Ao procedermos a uma análise dos egressos a partir da faixa salarial, as diferenças não desaparecem, mas ganham um novo arranjo, não mais pautado unicamente pela formação acadêmica - já que ela continua em alguma medida representada -, mas pela possibilidade de se visualizar outros aspectos que contribuem na configuração do perfil desse egresso. Esse recorte (salarial) nos permite perceber que nem todos aqueles que são egressos de cursos “mais elitizados” possuem os melhores salários e, inversamente, nem todos os que têm menor renda pertencem aos cursos pouco valorizados em termos de prestígio social. Embora, como já dissemos, essa é uma tendência que de certa maneira tende a se confirmar, a análise operada a partir da faixa salarial parece pôr em evidência justamente os diferenciais que vão constituindo os refinamentos e os pontos “fora da curva,” de tal modo que se possa visualizar um rearranjo no perfil socioeconômico do jovem investigado. A correlação simples entre carreira e salário tende a esconder diferenças que se travam inclusive no interior das próprias carreiras.

Analisar os diferentes meios de obtenção do emprego e sua qualidade, ainda que tenhamos partido por diferentes recortes, mostrou-se fundamental para a apreensão das variáveis que compõem o processo de inserção profissional dos egressos do ensino superior e, nesse sentido, as pesquisas francesas nos forneceram pistas valiosas para a análise dos dados apresentados nesta pesquisa. Uma delas refere-se ao conceito de rede de relações sociais, tratado originalmente por Granovetter e adotado como referência básica entre os autores aqui discutidos.

4.2 As redes pessoais como forma de acesso ao emprego: nuances entre família e amigos

Uma das questões integrantes do questionário aplicado aos egressos que participaram de nossa pesquisa refere-se às formas como teriam conseguido seu emprego atual. Foram apresentadas oito opções (conforme tabela 27) com a possibilidade de permitir ao informante incluir outras alternativas, caso julgasse necessário. As respostas foram agrupadas de acordo com a faixa salarial do egresso.

Diferentemente de Marry (1983) e Degenne et al. (1991), não utilizamos a clivagem pai ativo/inativo para discutir a maneira pela qual os jovens buscam seu emprego por entendermos que o número expressivo de questionários retornados sem a resposta a essa questão poderia comprometer a análise. Mesmo concordando com o fato de que as redes de relações profissionais dos pais poderiam interferir nas formas de inserção do filho, e portanto seria pertinente realizar tal correlação, entendemos que outras entradas poderiam ser adotadas sem que se configure um prejuízo para a pesquisa. Assim, buscamos relacionar as formas de acesso ao emprego declaradas pelo egresso partindo do seu salário e do salário e escolaridade dos pais.

Uma outra questão que merece destaque é a própria nomenclatura tomada pelos autores franceses ao se referirem às vias utilizadas por parte dos jovens para acessar o emprego e a maneira como procedemos a essas proposições. Independentemente de nomes utilizados, entendemos que, a partir dos resultados apresentados em nossa pesquisa, uma classificação pode ser feita a partir de duas vias, uma *pessoal*, que inclui as redes de relações familiares e de amizade, e outra *formal*, caracterizada pelos concursos públicos, anúncio em jornal, intermédio de faculdade, envio de currículo e teste seletivo. Para fins de análise, optamos pela terminologia adotada por Marry (1983), qual seja, *redes personalizadas*, formadas por amigos, vizinhos e família, e *redes universais*, compostas por relações fora do âmbito pessoal e que podem ser ainda de natureza formal ou informal.

De acordo com a tabela 27, as formas mais usuais de acesso ao emprego utilizadas pelos egressos foram, respectivamente, “intermédio de amigos”, “concurso público” e “intermédio da família”. No entanto, é preciso ressaltar que a intensidade com que elas são citadas tende a variar em função do nível salarial no qual o jovem se encontra.

Tabela 27 – Formas de acesso ao emprego e salário

Formas de acesso ao emprego	Salário dos egressos %						
	1 a 3	4 a 9	10 a 20	21 ou +	Depende	Não inf.	Não trab.
Anúncio jornal	8,3 (1)	6,2 (3)	5,8 (3)	5,3 (1)	12,5 (3)	0	6,8 (11)
Concurso público	16,7 (2)	27,1 (13)	28,8 (15)	21,0 (4)	8,3 (2)	16,6 (1)	23,0 (37)
Envio CV/agência	0	0	3,8 (2)	5,3 (1)	0	0	1,9 (3)
Iniciativa própria	8,3 (1)	0	1,9 (1)	10,5 (2)	12,5 (3)	16,7 (1)	4,9 (8)
Intermédio amigos	8,3 (1)	12,5 (6)	30,8 (16)	31,6 (6)	33,4 (8)	16,7 (1)	23,6 (38)
Faculdade/estágio	0	8,4 (4)	1,9 (1)	0	4,2 (1)	0	3,7 (6)
Intermédio família	41,7 (5)	33,4 (16)	9,7 (5)	21,0 (4)	12,5 (3)	0	20,5 (33)
Teste seletivo/ACT*	8,3 (1)	6,2 (3)	0	0	4,2 (1)	0	3,1 (5)
Outro	0	0	3,8 (2)	0	4,1 (1)	0	1,9 (3)
Não informou	8,4 (1)	6,2 (3)	13,5 (7)	5,3 (1)	8,3 (2)	50,0 (3)	10,6 (17)
Total	100 (12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)	100 (161)

*Admitido em caráter temporário.

Os que declararam ter conseguido emprego pela via “intermédio de amigos” encontram-se, em maior proporção, na faixa salarial mais alta e também entre os que informaram não ter uma renda fixa. Conforme os dados, à medida que a escala salarial do informante se eleva, aumenta o dos percentual que se “beneficiaram” dos amigos para a conquista de seu emprego. Entre os que mais se utilizaram da família para acessar a um emprego, estão os egressos com menor faixa salarial. O percentual vai decrescendo conforme se eleva a faixa salarial do egresso, porém volta a subir entre os egressos com maiores salários.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar a expressiva incidência de formas particularistas de acesso ao emprego, independentemente da faixa salarial do informante, quando comparadas às demais vias. Estamos entendendo por formas particularistas as vias informais (família e amigos) utilizadas na busca de um emprego. Essa constatação não destoa do que outros pesquisadores vêm demonstrando sobre a inserção profissional dos jovens (DEGENNE et al., 1991; GRANOVETTER, 2000; SANCHIS, 1997).

Excetuando-se o ingresso no emprego por concurso público - uma das opções mais citadas pelos egressos e que não enquadraríamos como uma maneira informal de se conseguir um emprego -, o restante das opções, parcamente referidas por nossos informantes⁸⁷, poderia se classificado como alternativas “formais” de ingresso no mercado de trabalho. Nossos dados demonstram nitidamente que essas últimas são preteridas em relação às informais. Podemos então inferir, a partir de nossos dados, que as redes personalizadas são as vias mais utilizadas pelos informantes da amostra para o acesso ao emprego atual.

Para os autores franceses (MARRY, 1983; DEGENNE et al., 1991), a recorrência à ajuda familiar é um traço marcante entre os jovens que disputam o ingresso no mercado de trabalho pela primeira vez, justamente por estarem eles ainda desprovidos de uma rede de contatos fora dos contornos familiares. Essa não parece ser uma afirmação inteiramente verdadeira para os nossos informantes no que se refere ao seu emprego atual, uma vez que o percentual dos que haviam declarado ter trabalhado durante a graduação é bastante expressivo, ou seja, 80,7%, o que pressupõe a possibilidade de contatos anteriores, ainda que incipientes em muitos casos.

O que talvez pudesse contribuir para o entendimento das dificuldades pelas vias formais de acesso ao emprego, em contraposição à grande incidência das redes personalizadas, seriam as adversidades postas pelo atual modelo de acumulação capitalista, no qual o desemprego, fruto do enxugamento dos postos de trabalho, requer novos padrões de concorrência entre trabalhadores por um espaço no mercado de trabalho. Acrescenta-se a isso a exigência crescente de certificados escolares como credencial para a aquisição de um emprego. Nessa perspectiva, não se trata, necessariamente, de uma “escolha” entre uma ou outra forma de se garantir o acesso a um emprego, mas das possibilidades concretas que cada uma dessas vias representa na atualidade.

Recorrer à família ou aos amigos parece ser mais eficiente do que se expor a uma análise de currículo em que serão submetidos a concorridas disputas, numa verdadeira lógica de “fetichização do currículo”. Nesse páreo, sabem que o diploma de graduação é apenas um requisito inicial quando estão em jogo as oportunidades de trabalho mais atrativas.

⁸⁷ As vias por nós consideradas formais são: anúncio em jornal; concurso público; envio de currículo; faculdade e/ou estágio e teste seletivo e/ou ACT.

Apesar disso, certas respostas tentam “esconder” o recurso aos meios informais para o acesso ao emprego, talvez pelo fato de os egressos julgarem perder seu *status* de portadores de competências individuais, atributo fundamental para o sucesso profissional dentro do discurso empresarial. Admitir o uso de “ajuda” poderia deixar transparecer uma idéia de demérito. Nesse sentido, quando questionados sobre a forma pela qual teriam conseguido seu último emprego, são comuns expressões do tipo: “iniciativa própria”, “percepção de oportunidades”, “força de vontade” e “[ser] empreendedor”.

O que nos parece relevante assinalar é que estamos tratando de jovens que ultrapassaram a barreira do vestibular, enfrentaram dificuldades durante o período de graduação e hoje disputam um espaço no mercado de trabalho, o que aparentemente os colocaria numa posição de igualdade de condições a partir da obtenção do diploma. No entanto essa situação está longe de ser verdadeira, ao menos para nossos informantes, uma vez que o título de graduação é apenas um requisito mínimo de nivelamento. Uma espécie de “senha” que lhes autorizaria sonhar com possibilidades de trabalho mais próximas de suas expectativas. “O antes” e “o durante” da graduação são momentos que fazem parte de um processo que não se encerra com a obtenção do diploma. Não nos parece que nossos informantes tivessem aguardado a posse do diploma para, a partir daí, acreditar que estariam capacitados e autorizados a começar uma nova etapa.

Queremos assinalar que a inserção profissional dos jovens graduados não se faz com rupturas, mas antes com continuidades e reencaminhamentos a partir de determinadas estruturas previamente construídas e em constante reconstrução. O diploma de graduação não é o “marco zero” em termos da vida profissional dos jovens. Uma evidência disso pode ser percebida pelo percentual de egressos que declararam ter tido alguma experiência profissional antes e durante o período de formação superior, conforme já demonstrado no terceiro capítulo. Se a titulação de nível superior não é o ponto de partida, entendemos que as alternativas informais de acesso ao emprego atual tendem a expressar as características de uma história profissional que já começou e que, em certa medida, “dispensa” as vias formais para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho.

Ainda que se possa falar numa tendência “particularista”, caracterizada pela interferência da família e dos amigos, como meio de acesso ao emprego, independentemente da carreira profissional e nível socioeconômico, assinalamos que diferenças significativas podem ser encontradas quando analisamos a intensidade com que ambas as formas são citadas por nossos informantes. Os dados apresentados na tabela 27

nos põem a seguinte questão: que significado podemos atribuir ao fato de que é entre os egressos com elevados salários que a opção “interferência dos amigos” apresenta-se em maior grau, ao passo que a opção “intermédio da família” tende a concentrar-se entre os jovens com salários mais baixos?

Entendemos que a leitura de nossos dados a partir do recorte salarial dos egressos serviu como porta de entrada para a percepção de características que, analisadas em conjunto, vão conformando determinados perfis que passam a distanciar-se uns dos outros, ainda que pertencentes às mesmas carreiras e/ou instituições de ensino. Uma dessas diferenciações parece localizar-se nas formas de acesso ao emprego.

É possível supor que entre os egressos com rendimentos de até três SM a influência familiar tenha se revelado como um importante canal de acesso ao emprego dos egressos, tendo em vista a própria dificuldade do jovem e de sua família de estabelecer outros contatos fora desse circuito, cuja característica, a julgar pela escolaridade dos pais e seus rendimentos⁸⁸, é também marcada pela precariedade, conforme demonstra a tabela 28.

Observando a escolaridade dos pais e associando-a com o rendimento dos filhos com até três SM, percebemos que apenas 16,7% dos pais têm nível superior e que 50% deles não chegaram ao ensino médio. Se acrescentarmos aí que 58,3% dessas famílias possuem um rendimento de no máximo nove SM⁸⁹, temos aqui fortes indícios de que os baixos salários dos filhos, apesar do diploma de graduação, tendem a refletir as características de sua própria origem social, para a qual outros meios de acesso ao emprego tornam-se mais difíceis. Assim, a ajuda familiar torna-se a alternativa mais concreta para viabilizar o ingresso desses jovens no mercado de trabalho, e a “qualidade” dessa inserção tende a expressar os limites culturais, sociais e econômicos de sua família.

⁸⁸ Ver item 3.3.13 no terceiro capítulo sobre renda dos pais e filhos.

⁸⁹ Ver item 3.3.13 no terceiro capítulo sobre renda dos pais e filhos.

Tabela 28 – Escolaridade dos pais e salário dos egressos

Escolaridade dos pais*	Salário dos egressos %						
	1 a 3	4 a 9	10 a 20	21 ou +	Depende	Não inf.	Total
Analfabeto	8,3 (1)	0	0	0	0	0	0,6 (1)
Fundamental	41,7 (5)	25,0 (12)	25,0 (13)	21,1 (4)	20,8 (5)	0	24,2 (39)
Médio	33,3 (4)	33,3 (16)	25,0 (13)	0	25,0 (6)	66,6 (4)	26,7 (43)
Superior	16,7 (2)	25,0 (12)	26,9 (14)	52,6 (10)	33,4 (8)	0	28,6 (46)
Pós-graduação	0	16,7 (8)	23,1 (12)	26,3 (5)	20,8 (5)	33,4 (2)	19,9 (32)
Não informou	0	0	0	0	0	0	0
Total	100 (12)	100 (48)	100 (52)	100 (19)	100 (24)	100 (6)	100 (161)

*Foi considerado o maior grau de escolaridade apresentado por um dos cônjuges.

Nesse caso, a “fraqueza das ligações fortes” defendida pelos autores franceses parece se confirmar quando cotejamos a escolaridade dos pais com a faixa salarial dos filhos e as formas pelas quais estes declararam ter acessado seu último emprego. Não é difícil supor que as possibilidades de um jovem, cuja escolaridade do pai ou da mãe não ultrapassa os primeiros níveis de ensino, inserir-se profissionalmente sob condições precárias sejam maiores. Sabemos que a escolaridade baixa está geralmente relacionada às condições difíceis de acesso à escola e à falta de oportunidades de prosseguir os estudos, características nitidamente associadas à origem social. De acordo com o perfil desses egressos, contar com a interferência familiar na aquisição do emprego significa utilizar-se de redes de ligações fortes marcadas igualmente pela precariedade.

A origem social acaba sendo um condicionante na definição do tipo de rede social a ser empregado na aquisição de um emprego por parte dos jovens. E em se tratando das camadas sociais com menor capital cultural e escolar, não apenas ocorre um condicionamento como também uma restrição da utilização de outras redes. A família passa a ser a alternativa mais viável e possível, ainda que limitada.

À medida que avançamos na faixa salarial dos egressos, percebemos que a escolaridade dos pais tende a aumentar (tabela 28). Para os que recebem um rendimento de quatro a nove SM, 41,7% dos pais possuem ensino superior e pós-graduação. Dentre os filhos que se situam na faixa salarial de 10 a 20 SM, 50% de seus pais atingiram um grau

de ensino entre superior e pós-graduação e 78% dos pais que possuem filhos que ganham acima de 20 SM obtiveram título entre graduação e pós-graduação.

Os números são eloqüentes, especialmente quando contrastamos o rendimento e a situação escolar dos pais cujos filhos localizam-se no topo da faixa salarial (ganham mais de 20 SM) com o rendimento e a situação escolar dos pais que têm filhos com renda de até três SM. Conforme já visto anteriormente, os salários dos filhos tendem a acompanhar o rendimento dos pais⁹⁰ e estes, por sua vez, obtêm salários que tendem a associar-se com o grau de escolaridade que possuem. Ou seja, tanto a escolaridade dos pais como o rendimento que auferem aparecem como aspectos importantes na qualidade da inserção profissional de seus filhos, qualidade essa medida pelo patamar salarial em que estes se encontram, mas que de alguma maneira também se reflete no grau de satisfação declarado por esses jovens em relação ao seu trabalho⁹¹.

Se entre os egressos com menores salários a família parece ter um peso destacado nas formas de acesso ao emprego, e tal intensidade vai diminuindo conforme aumenta a faixa salarial dos filhos, para os que ganham maiores salários é a interferência dos amigos que desponta com relativa expressividade como meio de aceder a um emprego. Conforme a tabela 27, dentre os egressos que ganham até três SM, a taxa de participação dos amigos na aquisição do emprego é de 8,3%; sobe para 12,5% entre os que ganham de quatro a nove SM; chega a 30,8% entre os que se situam na faixa salarial de 10 a 20 SM e alcança o maior nível com 31,6% entre os jovens com rendimentos superiores a 20 SM. No entanto, é necessário observar que a influência da família volta a crescer mesmo entre os que estão nesse último patamar salarial. O crescimento da interferência familiar entre os que possuem os mais altos salários pode ser explicado pela possibilidade que os egressos pertencentes aos meios sociais com maior capital econômico⁹² e cultural têm de se utilizar de várias formas de acesso ao emprego.

O que nos parece pertinente considerar na leitura desses dados são as modulações entre uma e outra forma de acesso mais ou menos vinculadas às faixas salariais dos egressos e, conseqüentemente, relacionadas à sua origem social, verificada pela escolaridade e rendimentos dos pais. Ou seja, podemos dizer que os amigos estão para os

⁹⁰ Ver item 3.3.13 no terceiro capítulo sobre renda dos pais e filhos.

⁹¹ Ver item 3.3.12 no terceiro capítulo sobre grau de satisfação do trabalho.

⁹² Bourdieu define capital econômico como um conjunto de recursos patrimoniais, como a posse de terras, imóveis e de rendimentos auferidos seja pelo exercício de uma profissão assalariada ou não, ou ainda por aplicação financeira, aluguel de imóveis e outros. Cf. BONNEWITZ, 2002.

egressos com os maiores salários quase que na mesma proporção em que a família está para os egressos com renda inferior em termos de canal de acesso ao emprego.

Somando os dados (tabela 27) referentes aos egressos localizados nas duas primeiras faixas salariais, de um a três e de quatro a nove SM, temos um percentual de 20,8% de egressos que declararam interferência dos amigos para a aquisição de seu emprego; esse percentual sobe para 75,1% quando diz respeito às influências familiares. Já entre os egressos que pertencem aos patamares salariais mais elevados, que correspondem aos que ganham de 10 a 20 e 21 ou mais SM, as posições tendem a se inverter: 62,4% destes foram ajudados pelos amigos, ao passo que 30,7% disseram ter contado com sua família na aquisição de seu emprego atual.

Que significado podemos atribuir ao fato de que mais de 60% dos egressos com salários elevados conseguiram seu emprego por intermédio dos amigos? Tendo em conta a origem social desses egressos, podemos supor que as possibilidades de relacionamento “frutífero” fora do ambiente estritamente familiar são mais evidentes. Novamente a literatura francesa nos fornece algumas luzes para melhor proceder à análise dos resultados, ainda que tenhamos que fazer certas ressalvas. As redes de relações compostas por amigos são entendidas entre os autores trabalhados como parte integrante das redes pessoais e dessa maneira consideradas também um tipo de rede de ligação forte, portanto menos eficientes, já que sujeitas às mesmas fragilidades que compõem as redes de ligação familiar. De acordo com nossos dados, as redes de ligação de amizade não parecem se caracterizar por relações precárias. Inversamente, pelo fato de serem preferencialmente mobilizadas pelos egressos que possuem os mais altos salários, tendem a se constituir como uma rede de acesso ao emprego mais eficiente quando avaliamos a partir do critério salarial.

Proporcionalmente, é entre os filhos cujos pais apresentam maior grau de escolaridade e melhores rendimentos que as redes de amizade, como uma forma de conquistar o emprego, são mais intensamente utilizadas.

Aqui duas hipóteses devem ser levantadas tendo-se em conta a natureza de nossos dados. Em primeiro lugar, as redes de ligações consideradas fortes também podem ser utilizadas pelos egressos pertencentes aos meios sociais mais favorecidos (EPIPHANE e MARTINELLI, 1997). Isso explica tanto essa maior recorrência às redes de amizade quanto o ligeiro aumento de egressos que mesmo localizados entre os que recebem os mais altos salários (ver tabela 27) contaram com a ajuda da família para acessar o seu emprego.

Em segundo lugar, talvez tenhamos que relativizar a própria idéia da rede de ligação de amizade como uma rede do tipo forte, como entendem os franceses. Isso porque não temos elementos para avaliar em que medida os jovens que compuseram nossa amostra, ao se referirem às suas relações de amizade, viam-nas apenas no sentido pessoal, sem abranger os contatos indiretos – esses sim, vistos como redes de ligações fracas - propiciados pela capacidade de abarcar uma maior diversidade de relacionamentos. Portanto, em nosso caso, tendemos a classificar as redes de amizades também como redes de ligações fracas. Estas, na definição de Granovetter, seriam as mais eficazes porque “permitem sair do meio estreito no qual ele [o jovem] se encontra e acessar informações de quem dispõe de outros meios” (FORCÉ, 1997, p.149).

A reclassificação operada por nós não invalida as contribuições de Granovetter (2000) e dos demais pesquisadores aqui referidos sobre a necessidade de se compreender como as redes de ligações sociais interferem nas formas de acesso ao emprego, mas tão somente alerta para a necessidade de se levar em conta a realidade dos sujeitos pesquisados.

A nosso ver, quando a origem social é elevada, aumentam as chances de diversificação da utilização das redes sociais. Para um jovem proveniente de uma família com maior poder aquisitivo e pais com nível escolar mais elevado, as chances de combinar os tipos de ligação fortes e fracas parecem ser mais evidentes.

Entendemos que as contribuições desse tipo de literatura para a discussão das formas como os jovens egressos do ensino superior acessam os seus empregos são de fundamental importância para a apreensão dos processos de inserção profissional desses jovens na atualidade porque, longe de excluir as determinações de classe que se fazem presentes nas análises que permeiam este estudo, pelo contrário, as confirmam, isto é, o entendimento de como os diferentes segmentos sociais se mobilizam em torno de seus interesses nos auxilia a desmontar o discurso da *empregabilidade*. Nessa perspectiva, ser empregável é dispor de “um conjunto de saberes, competências e credenciais que os habilitem [os jovens] para a competição pelos empregos disponíveis” (GENTILI, 2002, p. 54). Nesse tipo de discurso as “oportunidades” são criadas pelos mais capazes, mais eficientes e competitivos, aqueles que saberão se portar como consumidores de conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho. Contrariamente, conforme vimos, a maneira pela qual os jovens acessam o seu emprego parece revelar, em boa medida, suas condições socioeconômicas.

4.3 O concurso público: uma via mais democrática de acesso ao emprego?

Audier (1997), ao discutir o serviço público na França, afirma que ele tem um espaço importante, representando em torno de 22% da população ativa ocupada. A discussão apresentada aqui se refere às formas de recrutamento e feminização dessa população, que em 1995 chegou a 57%.

Segundo a autora, os jovens escolarizados e iniciantes na vida ativa representam um importante contingente que tem no serviço público sua principal via de acesso ao primeiro emprego, especialmente entre as mulheres. Esses jovens possuem, em geral, maior qualificação e ocupam os postos de trabalho mais elevados quando comparados aos novos contratados desse mesmo setor que já tenham iniciado sua vida profissional. Audier afirma que “esta preponderância de empregos qualificados aos quais ascendem os debutantes quando entram na função pública é ainda mais clara quando comparamos este tipo de posto que eles ocupam na função pública àqueles que lhes oferecem nas empresas” (ibid., p.14).

As exigências colocadas pelos concursos públicos em torno da titulação mínima têm aumentado na França, o que faz com que cada vez mais os diplomados ocupem os postos que são disponibilizados. Essa “elitização” torna-se mais acentuada quando se leva em consideração o aumento geral de jovens que saem do sistema escolar cada vez mais diplomados e que vão disputar esse mesmo espaço, que tem se tornado atrativo em função da revalorização salarial nos últimos anos, num momento em que se verifica o crescimento do desemprego. Assim, o serviço público tem se constituído num importante canal de ingresso no mercado de trabalho para os jovens escolarizados, especialmente entre os portadores de diplomas de nível mais elevado. Segundo Audier (1997), também se percebe atualmente um processo de feminização desse contingente que está no setor público na França.

O acesso ao emprego atual por meio de concurso público foi, em nossa pesquisa, uma das vias mais recorrentes entre os egressos, equivalendo a 23% de nossa amostra, conforme podemos verificar na tabela 27. Há um certo equilíbrio percentual nessa forma de acesso entre os jovens pertencentes às três faixas salariais: de quatro a nove, de 10 a 20 e 21 ou mais SM. Aparece numa proporção bem menor entre os que têm os piores salários, um a três SM, e um pouco mais elevada entre os que recebem 10 a 20 SM. Quanto à

origem institucional desses egressos, é expressiva a concentração de jovens provenientes da universidade federal, 69,2%, conforme a tabela 29.

Tabela 29 – Salário dos egressos funcionários públicos e origem institucional

Univ. de Origem	Salário dos egressos (funcionários públicos) %						
	1 a 3	4 a 9	10 a 20	21 ou mais	Depende	N. infor.	Total
Privada	50,0 (1)	15,4 (2)	17,6 (3)	0	50 (1)	0	20,5 (8)
Estadual	50,0 (1)	23,1 (3)	5,9 (1)	0	0	0	10,3 (4)
Federal	0	61,5 (8)	76,5 (13)	100 (4)	50 (1)	100 (1)	69,2 (27)
Total	100 (2)	100 (13)	100 (17)	100 (4)	100 (2)	100 (1)	100 (39)

A aparência democrática dessa via de acesso ao emprego - já que não é uma forma predominante ou exclusiva de uma faixa salarial, mas se faz presente em todas elas - revela seu caráter desigual quando se examinam as condições salariais dos egressos funcionários públicos e suas ocupações, ou seja, um professor recém admitido ganha bem menos do que um juiz ou fiscal da Fazenda; as possibilidades de ascender na carreira também são bastante contrastadas, conforme podemos verificar na tabela 30.

Tabela 30 - Salário e ocupação dos egressos pertencentes ao funcionalismo público

Ocupação do egresso	Salário dos egressos (funcionários públicos) %						
	1 a 3	4 a 9	10 a 20	21 ou mais	Depende	N. infor.	Total
Agente Adm.	50,0 (1)						2,6 (1)
Comprador		7,7 (1)					2,6 (1)
Assist. Adm.		7,7 (1)					2,6 (1)
Analista Jud.		7,7 (1)	23,5 (4)				12,8 (5)
Professor	50,0 (1)	69,2 (9)	5,9 (1)				28,2 (11)
Diretora			5,9 (1)				2,6 (1)
Assessor Jur.			11,7 (2)				5,0 (2)
Escrivão Jud.			5,9(1)				2,6 (1)
Técnico Jud.			11,8 (2)			100 (1)	7,6 (3)
Secretário jurídico			5,9 (1)				2,6 (1)
Promotor Justiça				25 (1)			2,6 (1)
Proc. da Fazenda				25,0 (1)			2,6 (1)
Proc. do Trabalho				25,0 (1)			2,6 (1)
Juiz Direito				25,0 (1)			2,6 (1)
Oficial Justiça			5,9 (1)				2,6 (1)
Dentista			23,5 (4)		100 (2)		15,3 (6)
n. inf.		7,7 (1)					2,5 (1)
Total	100 (2)	100 (13)	100 (17)	100 (4)	100 (2)	100 (1)	100 (39*)

*Esse número não confere com o número apresentado na tabela 26, uma vez que aqui consideramos todos os egressos que declararam pertencer ao setor público, mesmo que não tenham afirmado ter obtido seu emprego via concurso público.

Quando analisamos as atividades profissionais desempenhadas por esses egressos, percebemos que a homogeneidade tende a desaparecer, uma vez que há egressos no setor público que recebem uma renda de até três SM, enquanto outros auferem uma renda superior a 20 SM (confira tabela 30). Acessar um emprego por meio de um concurso público, uma via “aparentemente” democrática, porque em princípio disponível a todos, sem distinção de origem institucional, sexo e condição social, tende a ocultar as sutilezas da segmentação social. A concentração de jovens com cargos públicos egressos do curso de Direito é um exemplo disso, como podemos perceber na tabela 31.

Tabela 31 - Salário dos egressos funcionários públicos e curso de graduação

Curso de Origem	Salário dos egressos (funcionários públicos) %						
	1 a 3	4 a 9	10 a 20	21 ou mais	Depende	N. infor.	Total
Adm		23,1 (3)	5,9 (1)				10,3 (4)
Direito	50,0 (1)	7,7 (1)	58,8 (10)	100 (4)		100 (1)	43,6 (17)
História		23,1 (3)	5,9 (1)				10,2 (4)
Pedagogia	50,0 (1)	46,1 (6)	5,9 (1)				20,5 (8)
Odontologia*			23,5 (4)		100 (2)		15,4 (6)
Total	100 (2)	100 (13)	100 (17)	100 (4)	100 (2)	100 (1)	100 (39)

* Todos os dentistas, além de trabalharem no serviço público, declararam ser autônomos.

Os funcionários públicos que se situam na faixa salarial mais elevada, ou seja, recebem um salário igual ou superior a 20 SM, constituem um perfil extremamente homogêneo. Todos são do sexo masculino, pertencem ao curso de Direito e são egressos da universidade federal (ver tabela 29). Quando analisamos em detalhes o perfil desses egressos, percebemos que 75% deles realizaram seus estudos primário e secundário exclusivamente no setor privado, seus pais possuem renda também elevada e alto nível de escolarização. Apenas em um caso os pais possuem baixo nível de escolarização e rendimento, embora o filho tenha feito o ensino primário e médio no setor privado.

O que queremos ressaltar aqui, em primeiro lugar, é a origem social. Se tomamos em conta dois critérios, renda e escolarização dos pais, a maioria desses egressos do curso de Direito da universidade federal pertence aos segmentos sociais mais favorecidos. O depoimento de um deles, que é funcionário público, é bastante significativo nesse sentido:

Tenho consciência que o cargo que ocupo se deve ao fato de ter nascido em uma família classe média, que sempre priorizou os estudos nas melhores escolas. Não acredito que o indivíduo possa depender apenas dos seus esforços para conseguir inserir-se no mercado de trabalho, aquela idéia liberal de que “os bons sempre conseguem”. Se eu consegui foi porque tive boa escola, não precisei trabalhar para me sustentar, tive acesso aos livros, jornais e revistas, enfim, toda uma estrutura familiar propícia para poder me preparar para o mercado de trabalho [...] Considero que a universidade federal [...], apesar de alguns defeitos, possui uma estrutura de matérias curriculares muito boa e com professores qualificados que possibilitam ao aluno aprender e desenvolver não apenas uma formação técnica, mas também filosófica muito importante. [...] Porém, quem ingressa nessa universidade é justamente, na grande maioria, a elite. Há, como se vê, uma distorção

socioeconômica que cria um “ciclo vicioso” que impede que os excluídos possam fazer parte do sistema.

Sobre esse aspecto, uma questão salta aos olhos quando nos deparamos com os dados coletados em relação aos egressos do curso de Direito da universidade privada e da universidade federal, ou seja, a quantidade expressiva de estagiários no setor público por parte dos informantes dessa última instituição. Dos 93,3% egressos do curso de Direito da universidade federal que declararam ter trabalhado durante o curso de graduação, 80,9% foram estagiários e majoritariamente no setor público⁹³ (ver tabela 10). Comparando-se com os egressos da instituição privada, o percentual dos que disseram ter trabalhado é de 81,3%, independentemente do setor, índice menor do que o da universidade federal. E as experiências profissionais dos egressos de Direito da instituição de ensino privada são mais dispersas, menos homogêneas e, proporcionalmente, com raras referências ao setor público.

As atividades profissionais desempenhadas durante o período de graduação por parte dos informantes do curso de Direito da universidade federal podem nos oferecer um indicativo da importância de certas experiências para a construção de uma determinada carreira após a obtenção do diploma de graduação. Se considerarmos essa lógica, a carreira no funcionalismo público para os egressos do curso de Direito da universidade federal parece ter sido esboçada num momento anterior, quando os estágios curriculares, ainda na graduação, foram orientados para esse setor. Embora obrigatórios, esses estágios não necessariamente precisariam ocorrer no serviço público, a exemplo do que aconteceu com os informantes da instituição privada, cujos estágios obrigatórios deram-se, em sua maioria, em escritórios privados de advocacia.

⁹³ Em algumas situações o informante mantinha o estágio em conjunto com o desempenho de outra atividade profissional.

Tabela 32 - Vínculo empregatício (egressos do curso de Direito por instituição)

Tipo de vínculo	Universidade	
	Privada %	Federal %
Empregador	13,3% (2)	2,6% (1)
Autônomo	40% (6)	30,8% (12)
Funcionário público	13,3% (2)	43,6% (17)
Privado com carteira	26,7% (4)	7,7% (3)
Temporário/sem cart.	0	0
Outros	0	10,2% (4)
Não informou	6,7% (1)	5,1%(2)
Não informou	100% (15)	100% (39)

Ao seguirmos adiante com nossa hipótese, podemos verificar na tabela 32 que 43,6% dos informantes do curso de Direito egressos da instituição federal declararam ser funcionários públicos após quatro anos de conclusão do curso de graduação. Contrariamente ao que se percebe entre os informantes egressos da universidade privada, cujo índice de jovens vinculados a esse setor é reduzido, perfazendo um total de 13,3%.

CAPÍTULO V

FAMÍLIA, ENSINO SUPERIOR E INSERÇÃO PROFISSIONAL NAS CAMADAS MÉDIAS E POPULARES

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o ingresso dos jovens oriundos do ensino superior no mercado de trabalho, partindo da relação que se estabelece entre a família e as condições de escolaridade. Essa discussão torna-se pertinente uma vez que não estamos tratando de jovens com um perfil homogêneo, cuja característica comum seria visível pela simples obtenção de um diploma de graduação e a conseqüente inserção no mercado de trabalho. Vários estudos (PRANDI, 1982; SPÓSITO, 1989; ROMANELLI, 2000; ZAGO, 2000 entre outros) têm demonstrado que a composição da clientela universitária – considerando-se os tipos de instituições e as carreiras seguidas – deve ser analisada a partir de determinantes econômico-sociais. Os próprios dados que apresentamos nos capítulos precedentes também evidenciam essa necessidade.

É ampla a literatura que discute as relações entre família e sucesso ou fracasso escolar (PATTO, 1991; FORQUIN, 1995; NOGUEIRA et al., 2000). Ao abordarmos a temática da inserção profissional dos egressos do ensino superior, não podemos desvinculá-la desses aspectos, senão correremos o risco de oferecer um tratamento fragmentado a uma questão que não se explica por si mesma, caso se queira fugir das análises fartamente encontradas em revistas ditas especializadas no mundo dos negócios, cujo teor, freqüentemente, gira em torno de como se “preparar” para ingressar no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o que deve ser apreendido no âmbito das relações sociais desloca-se para a esfera do “individual”. Assim, a inserção profissional fica sujeita à maior ou menor capacidade do indivíduo de se portar diante do mercado de trabalho, que geralmente tem sido visto como um “senhor” com vontade própria.

As entrevistas que realizamos com os seis egressos de universidades públicas de cinco cursos evidenciaram que a inserção profissional dos jovens que saem da universidade não pode ser vista a partir de uma relação linear entre oferta e demanda. Nesse sentido recuperamos uma questão que nos pareceu fundamental, qual seja, a relação entre família e

escolaridade. Essa temática é recorrente em todas as entrevistas. Ela se coloca como a essência mesma da possibilidade de ingresso na universidade e, conseqüentemente, da inserção no mercado de trabalho com um título de graduação. Em função das características sociais de nossos entrevistados, dois tipos de abordagens são requeridas, uma que coloque em destaque a longevidade escolar nos meios populares (LAHIRE, 1997; ROMANELLI, 2000; VIANA, 2000; PORTES, 2000) e outra que evidencie a relação entre escola e as camadas médias da sociedade (BOURDIEU, 1998; NOGUEIRA, 2000).

Nossa amostra de entrevistados compõe-se de seis egressos oriundos de universidades públicas⁹⁴: quatro que podem ser caracterizados como pertencentes às camadas médias (Clóvis, Marcela, Rosa e Catarina) e dois que podem ser identificados como provenientes dos meios populares (Ricardo e Mônica)⁹⁵.

Por um lado, parte de nosso material empírico, constituído pelos questionários, confirma, numa análise macro, a relação estreita entre origem social e condições de acesso ao mercado de trabalho, ou seja, os jovens provenientes de famílias com maior capital econômico e cultural, medido pela renda e escolaridade dos pais, tendem a auferir maiores salários e concentrar-se em determinadas carreiras. Por outro lado, esses mesmos dados não são capazes de demonstrar, devido às limitações de sua própria natureza quantitativa, questões que dizem respeito à construção de uma trajetória de inserção profissional que não pode ser apreendida unicamente pelo valor do salário, pelo tipo de instituição de ensino freqüentada, pela profissão ou tipo de vínculo, mas justamente pela percepção que o próprio jovem constrói de sua inserção profissional, qualquer que seja sua condição social. É nessa perspectiva que discutiremos e analisaremos as entrevistas realizadas.

5.1 A longevidade escolar entre as camadas populares

Na sociedade brasileira a história de escolarização entre os segmentos sociais de menor poder aquisitivo é recente. Apoiando-se no conceito de capital cultural de Bourdieu (1998), Gomes (1997) entende que o valor atribuído pelas pessoas à educação escolar é

⁹⁴ A ausência de entrevistas com os jovens da universidade privada refere-se às dificuldades de estabelecermos contatos com esses egressos. Inúmeras tentativas foram realizadas, mas em função da distância geográfica – a grande maioria residia em outras cidades - não pudemos ter acesso a esses jovens. Os poucos que residiam em locais mais próximos não se dispuseram a conceder entrevistas.

⁹⁵ Os nomes de todos os entrevistados são fictícios.

proporcional à sua familiaridade com as coisas relacionadas à escola. No Brasil, no que se refere ao ensino para a população de menor renda, ainda está em curso o processo de incorporação dos valores da escolaridade, diferentemente do que ocorre com os segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Tais questões ajudariam a compreender o desencantamento por parte dos jovens oriundos dos meios populares em relação à escola, trariam elementos para que o próprio sistema de ensino fosse repensado, bem como ajudariam a entender por que a escola é preterida pelos jovens quando outras questões estão em jogo.

Mais recentemente, temos verificado a emergência de pesquisas que, de alguma maneira, vão buscar, na aparente ausência de interesse pela escola entre os jovens pertencentes aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, "decifrar" estratégias que indicariam a valorização da escolaridade por parte desses (NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. 2000). Muitos destes trabalhos apóiam-se nos estudos desenvolvidos por Lahire (1997).

Esse autor, a partir de uma pesquisa com 26 famílias pertencentes aos segmentos populares de determinadas regiões da França, procura apreender certas relações que se estabelecem no seio dessas famílias e que têm implicações no sucesso escolar de seus filhos. Busca compreender as diferenças "secundárias" entre essas famílias, cuja proximidade entre nível de renda e escolaridade lhes confere uma aparente homogeneidade. Como explicar o sucesso escolar daqueles que apresentam grandes probabilidades de serem fracassados? Lahire (1997) entende que essa questão deve ser pensada a partir dos fenômenos de "consonância e discordância" entre o universo escolar e as configurações familiares.

Ressalta a importância da cultura escrita para o sucesso escolar quando experimentada de forma positiva. Nos meios populares a idéia do que seja essa cultura escrita não necessariamente está associada diretamente ao ensino escolarizado. Refere-se também às formas de escrita no cotidiano, como, por exemplo, anotações em cadernetas, uso de lista de compras, pequenos recados entre os membros da família e outras maneiras em que a escrita seja utilizada para uma gestão mais racional das atividades familiares. Segundo Lahire (1997), a disposição das famílias nesse tipo de sistematização pode contribuir para a instalação de uma certa "regularidade" e previsibilidade que rompem com o sentido prático. A escrita, de acordo com o autor, em parte está ligada às condições econômicas e a uma ordem moral doméstica de cada família. Porém, embora importantes,

tais condições imediatas não determinam mecanicamente os comportamentos e disposições escolares. É preciso ter em conta que uma mesma situação econômica pressupõe diferentes formas de gestão.

De acordo com Lahire (1997), é possível observar em famílias com fraco ou nenhum capital escolar, a existência de um *lugar efetivo* ao “escolar” quando se estabelece um diálogo ou reorganização dos papéis domésticos. A simples escuta por parte dos pais, mesmo eventualmente impossibilitados de intervir, em relação às atividades escolares de seus filhos pode contribuir para a valorização do saber escolar.

Muitas vezes em famílias com um pequeno capital cultural, o processo de escolarização poderá ser mais problemático do que naquelas em que os pais são analfabetos, já que estes desenvolvem outras estratégias para ajudar seus filhos. Nesse caso, a incapacidade de ajudar os filhos por não possuírem um capital escolar é compensada por uma relação menos dolorosa com a escola e com a escrita, ao passo que em famílias nas quais exista um capital escolar razoável, porém cuja relação com este saber é de alguma maneira traduzida de forma “pesada”, traumática, o resultado poderá ser desfavorável para a criança. Segundo o autor, essa seria uma das razões pelas quais não se pode atribuir um vínculo mecânico e direto entre o grau de sucesso escolar dos filhos e o grau de escolaridade dos pais.

Para Lahire (1997) a presença objetiva de um capital cultural familiar somente é considerada se esse capital cultural estiver em condições de tornar possível sua transmissão. A verdade é que nem sempre isso é possível, pois muitas pessoas têm disposições culturais susceptíveis de contribuir com a criança, mas não têm tempo e oportunidades para produzir efeitos de socialização. No geral, não conseguem construir os dispositivos familiares que permitiriam a transmissão de alguns conhecimentos escolares rentáveis de forma mais regular e sistemática. Prova disso é o fato de que, segundo o autor, dois contextos familiares com equivalente capital cultural podem construir situações escolares muito distintas, já que o rendimento escolar desses capitais culturais está interligado com as configurações familiares de conjunto.

O autor adverte sobre as noções de “transmissão” quando o que está em jogo são as relações sociais. A expressão acima nos remete a uma ação unilateral de um emissor a um destinatário. Porém, é preciso compreender que a mensagem sempre é apreendida pelo destinatário a partir de suas experiências, que tendem a modificar o que lhes foi transmitido. Assim, questiona o autor, a noção de “transmissão” não parece contemplar o

verdadeiro sentido da *apropriação* e de *construção* executada pelo *aprendiz*. Também é ineficiente para explicar a transformação do “capital cultural” de uma geração para outra, considerando-se as diferenças entre os que “transmitem” e os que “recebem”. Finalmente não dá conta de elucidar as situações em que existe alguma “transmissão” sem no entanto haver algum tipo de intenção pedagógica.

As famílias podem ser providas de qualquer patrimônio cultural, mas ele não será incorporado pelas crianças se não houver uma disposição de intermediação por parte dos pais, de tal forma que a criança possa apropriar-se do que está sendo colocado à sua disposição. “Um capital cultural objetivado não tem efeito imediato e mágico para a criança se interações efetivas com ele não a mobilizarem” (LAHIRE, 1997, p. 343).

Quanto à ordem moral doméstica, como um elemento descritivo das configurações familiares, o autor destaca o estímulo ao “bom comportamento” e ao respeito à autoridade do professor, especialmente quando os pais de parte das famílias das classes populares não se julgam capazes de auxiliar seus filhos nas tarefas escolares. Inculcam em seus filhos a necessidade de submeterem-se à autoridade escolar de forma dócil, de tal maneira que se portem como representantes de uma “respeitabilidade” familiar. Para Lahire (1997), a propósito dos perfis familiares que investigou, “a família pode constituir um ‘lugar decente’, um tipo de santuário de ordem, de ordenação, relativamente fechado sobre si mesmo, para evitar as influências nefastas, os possíveis ‘desvios estranhos’ (rejeição do bairro, dos imigrantes ou dos outros imigrantes)” (ibid., p. 26).

Segundo o autor, uma boa escolaridade pode ser *conquistada* a partir da “moral do bom comportamento, da conformidade às regras, moral do esforço, da perseverança” (Ibid., p. 26) sem, no entanto, que tais práticas sejam pensadas consciente e intencionalmente. É por isso que o autor entende que o sucesso escolar em famílias pertencentes aos meios populares não pode ser visto como essencialmente o resultado de práticas de superescolarização. De fato pode haver em certas famílias um dispêndio de ações inteiramente voltadas para a escola. Essa situação ocorre, e pode tornar-se uma verdadeira obsessão familiar, porém o investimento familiar pode também adquirir outras feições que operam segundo modalidades mais ou menos adequadas.

Lahire (1997) entende que muitos pesquisadores tendem a universalizar os diferentes modelos de sucesso escolar a partir de um fator explicativo dominante sem levar em conta as combinações existentes entre as dimensões moral, cultural, econômica, política e religiosa, que, por sua vez, podem ocultar estilos de “sucesso” diferentes. Para

tanto, é necessário ultrapassar os modelos de análise fundados em dados estatísticos - que não permitem a visualização das especificidades - e se deter nas configurações familiares particulares com o objetivo de refletir sobre “as práticas e as formas de relações sociais que conduzem ao processo de ‘fracasso’ ou de ‘sucesso’” (ibid., p. 32).

Lahire (1997) também evidencia que a omissão parental é um mito. Tal mito, segundo o autor, é produzido pelos professores que, ao ignorar as lógicas das configurações familiares, tendem a acusar os pais de lapsos por não se importarem com os resultados escolares de seus filhos. As pesquisas desse autor revelam que, qualquer que seja a situação escolar da criança, os pais à sua maneira esperam que seus filhos *saiam-se* melhor do que eles, especialmente no que se refere ao futuro profissional.

É evidente que em determinadas situações em que a condição econômica é extremamente precária, as disposições sociais e condições familiares tornam-se muito distantes das condições necessárias para ajudar a criança a obter êxito na escola. No entanto, mesmo nessas situações, a idéia de omissão como um termo moralizador que considera uma atitude deliberada por parte dos pais em não contribuir para o sucesso das atividades escolares de seus filhos nem sempre corresponde ao verificado nas realidades de interdependência social.

As configurações familiares estudadas por Lahire (1997) estão longe de constituir uma realidade homogênea. Parte do sucesso escolar de crianças nos meios populares está relacionada à presença de elementos contraditórios que permitem que ao menos um membro da família possa servir de apoio às experiências escolares dessas crianças.

Viana (2000), em seu estudo no Brasil, busca compreender algumas condições que permitiram uma escolarização prolongada em famílias de camadas populares. Questiona em que medida se expressa a presença familiar nesses itinerários considerados atípicos e o significado que eles assumem para alunos e sua família entre outras questões. Nesse sentido apresenta cinco parâmetros que nortearam suas análises, resultantes das contribuições de outros autores, especialmente franceses⁹⁶, que se dedicam ao mesmo tema, bem como do seu próprio material empírico. São eles:

- 1) “Os significados que a escola, em geral, e o acesso ao ensino superior, em particular, assumem para os filhos-alunos – sujeitos investigados – e para os seus pais [...].”

⁹⁶ ZÉROULOU, 1988; TERRAIL, 1990; LAURENS, 1992; LAHIRE, 1994, 1995; ROCHEX, 1995 apud VIANA, 2000.

2) “As disposições e condutas em relação ao tempo que são favorecedoras de longevidade escolar (perspectiva dominante de ‘conquista’, extensão do horizonte temporal futuro, moral da perseverança).”

3) “Os processos familiares de mobilização escolar: os tipos de presença familiar no processo de construção dessas escolaridades atípicas.”

4) “Outros grupos de referências para o filho-aluno na família ampliada e /ou exterior a ela [...]”

5) “Modelos socializadores familiares ou tipos de presença educativa das famílias que são favorecedores de longevidade escolar” (VIANA, 2000, p. 49).

Viana inspira-se no modelo de análise centrado na “interdependência dos traços estruturantes” (LAHIRE, 1997). Tal abordagem pressupõe o deslocamento da análise a partir de um olhar que privilegia as variáveis isoladas para aquele que se utiliza da descrição de processos numa perspectiva relacional e de interdependência, de modo a evitar a absolutização dos fatores explicativos dos fenômenos sociais.

Os resultados de suas análises levam a uma primeira constatação: não se pode falar de um projeto de escolarização de longo prazo propriamente dito. Em outros termos, ao reconstruir a trajetória escolar dos sujeitos entrevistados e relacioná-la com seus contextos familiares, Viana entende que as práticas escolares são construídas progressivamente, sem uma dimensão de intencionalidade, ou seja, caracterizam-se, inverasamente, pela *imprevisibilidade*, fruto tanto das oportunidades provenientes dos meios fora do ambiente familiar quanto dos êxitos escolares parciais, especialmente obtidos durante a escolarização primária. No entanto, alerta para o fato de que essa *imprevisibilidade* não descarta a noção de autodeterminação. Pelo contrário, seus estudos demonstram que as trajetórias escolares prolongadas implicam uma grande dose de “querer”, especialmente por parte dos filhos. Mas tal atitude, pondera Viana (2000), não pode ser vista como uma idéia de *planificação* dos estudos a longo prazo. Aqui a noção de etapas que se cumprem, parece ser mais adequada para o entendimento da relação entre esses estudantes e suas famílias e o processo de escolarização. Assim, afirma a autora, “a autodeterminação, característica de nossos entrevistados, fora construída no processo mesmo de escolarização (ibid., p. 52).”

Um segundo aspecto levantado por ela diz respeito à idéia de práticas familiares com vistas à escolarização dos filhos, comportamento típico das camadas médias (NOGUEIRA, 2000). Dentre as quais podem ser destacados o acompanhamento rigoroso

das atividades escolares dos filhos, relação freqüente com os professores, ajuda nas tarefas escolares e outras práticas. Sua investigação não conduz à percepção de que tais práticas estejam também presentes em famílias oriundas das camadas populares, cujos filhos tenham atingido um alto nível de escolaridade, ou, em outras palavras, defende que a longevidade escolar desse perfil de aluno ocorreu na ausência dessas práticas familiares, sem investimentos específicos e intencionais capazes de serem reconhecidos. A questão que propõe é então a de se apreender como pode se traduzir a presença da família em relação ao êxito escolar dos filhos (LAACHER, 1990 apud VIANA, 2000) e nesse sentido já coloca em xeque a idéia de que o superinvestimento escolar por parte das famílias das camadas populares seria uma condição indispensável para o sucesso escolar.⁹⁷ A autora entende que, se não foram percebidas práticas familiares similares àquelas observadas entre as camadas médias, isso não deve nos remeter à conclusão de que as famílias estejam ausentes. Existem outras formas menos diretas de “investimento familiar” que a autora qualifica de “periférica ao estritamente escolar” (VIANA, 2000, p. 54).

Nessa mesma linha de preocupação e também apoiado em Lahire (1997), Portes (2000) teve como objetivo analisar o trabalho escolar realizado pelas famílias populares que conseguem fazer com que seus filhos ingressem nas universidades públicas em carreiras altamente seletivas. O autor entende trabalho escolar como

todas aquelas ações - ocasionais ou precariamente organizadas - empreendidas pela família no sentido de assegurar a entrada e a permanência do filho no interior do sistema escolar, de modo a influenciar a trajetória escolar do mesmo, possibilitando alcançar os níveis mais altos de escolaridade, como, por exemplo, ter acesso ao curso superior. (p. 63).

Vários estudos têm demonstrado a complexidade que envolve o trabalho escolar, que não pode ser visto a partir de modelos predeterminados. Há que se considerar a constituição histórica das famílias de camadas populares e a relação que estabelecem com a estrutura e o funcionamento dos sistemas escolares, quase sempre marcada pela ausência de um capital escolar.

Para a realização de sua pesquisa, Portes (2000) entrevistou seis universitários filhos de famílias pertencentes aos meios populares que obtiveram aprovação no vestibular

⁹⁷ Autores que formulam essa hipótese, dos quais Viana discorda: LAURENS, 1992; ZÉROULOU, 1988 apud VIANA, 2000, p.54.

em carreiras seletivas da Universidade Federal de Minas Gerais. No geral, esses estudantes, procedentes de famílias com baixo capital escolar, que se destacam por sua trajetória acadêmica excelente em termos de aproveitamento, constituem o que Bourdieu (1998) chama de “superselecionados” que buscam compensar as dificuldades culturais próprias de seu meio social. A exemplo do que conclui Viana (2000), a análise da atuação das famílias oriundas dos meios populares na trajetória escolar dos filhos não pode ser pensada a partir de critérios que obedeçam a uma certa regularidade presente em famílias de camadas médias.

Portes (2000) buscou resgatar das entrevistas com esses estudantes, além dos depoimentos dos pais, as unidades significativas que despontam nos discursos e que contribuem para a construção de “um conjunto de circunstâncias atuantes” (ibid., p. 65) pertencentes a cada família, mas que guardam certas relações entre si. De acordo com Lahire (1997), a precariedade no planejamento, horizonte temporal curto e dificuldades materiais da família que repercutem nas exigências escolares dos filhos são elementos que caracterizam as circunstâncias atuantes e, combinados entre si, adquirem sentido se visualizados “na rede de seus entrelaçamentos concretos” (ibid., p.72).

O autor destaca, utilizando-se do conceito de Lahire (1997) a *presença de uma ordem moral doméstica* como reguladora do conjunto de ações empreendidas pelas famílias e seus filhos, sejam elas relacionadas ao plano escolar ou não. As mães têm uma preocupação com os trabalhos escolares dos filhos que muitas vezes não pode ser descrita como uma ação racional, visando a um determinado fim. A ajuda é mais no sentido de uma formação, para que o filho siga em frente. As dificuldades pelas quais o estudante passa ao longo de sua trajetória escolar são vivenciadas a partir de um trabalho de “persuasão afetiva” que tem como objetivo evitar que problemas de qualquer ordem, seja afetiva, material ou moral, possam promover um desvio de rota que em certas situações se torna irreversível. Por parte dos jovens, esse apoio familiar pode funcionar também como uma espécie de refúgio doméstico diante das adversidades colocadas pelo “novo”, que representa diversas situações jamais experimentadas pelo estudante, como, por exemplo, residir longe da família e a privação econômica marcada pelo conflito entre o querer e o não poder, próprio de um momento no qual o apelo para o consumo é muito forte.

Não temos aqui o propósito de empreender um estudo sobre a longevidade escolar de nossos entrevistados. Não foi esse o foco de nossa pesquisa. No entanto, ao nos atermos sobre os processos de inserção profissional de jovens do ensino superior, a longevidade

escolar se apresenta como uma questão a ser considerada, uma vez que nosso estudo abrange jovens de diferentes meios sociais, cuja obtenção do diploma de graduação e inserção no mercado de trabalho significam para uns a concretização de uma realidade previsível, enquanto para outros se forja ao longo de um processo que se estrutura na medida do possível (BOURDIEU, 1998). Esse parece ser o caso de Ricardo, um de nossos entrevistados, que examinaremos a seguir.

Ricardo apresenta uma história que poderia ser compreendida a partir das reflexões apresentadas pelos autores já citados. Casado, 27 anos, graduado em História por uma universidade pública. Sempre estudou na rede pública de ensino. É o último filho de uma família de seis irmãos e o único que ingressou na universidade. Dois de seus irmãos seguiram a profissão do pai, que é pescador. Sua mãe nunca trabalhou fora de casa e assim como o esposo possui apenas o ensino fundamental incompleto. Sua irmã, que fez magistério mas nunca atuou, foi, segundo Ricardo, quem o influenciou a seguir a mesma carreira, embora também tenha creditado sua “escolha profissional” a determinadas circunstâncias da vida, como o fato de ter sido catequista e muito “cuidado” pela mãe pelo fato de ter bronquite.

Ricardo concluiu o curso de magistério no ensino médio na cidade onde morava com seus pais, que ele informa ser uma cidade de interior. Além das poucas opções existentes na cidade, julga não ter tido informações suficientes por parte da família, especialmente de sua mãe, com quem mantinha maior proximidade, sobre as possibilidades de fazer um curso numa escola técnica.

Descreve com grande ênfase as dificuldades que teve de enfrentar para “romper” com a superproteção da mãe em relação a um suposto “perigo” de sair da cidade do interior e ir estudar e trabalhar na capital, que raramente freqüentava e, quando isso ocorria, era sempre com a mãe. Seu primeiro emprego foi numa farmácia na capital - pois buscava adquirir sua independência econômica -, podendo pela primeira vez “experimentar” a saída do círculo doméstico e vislumbrar outras possibilidades. As dificuldades que Ricardo enfrentaria não eram apenas de ordem financeira. Tinha de vencer o medo do novo, de encarar um ambiente que não lhe pertencia, que não fazia parte de seu mundo. Ao ingressar na universidade, viu-se sozinho, já que seus amigos não haviam passado no vestibular naquele ano.

Concluiu o curso de História, efetivou-se como professor na rede municipal e estadual, continuou trabalhando em colégio particular, fez curso de especialização na área

de História e, à época da entrevista, recém ingressara num mestrado em educação. Arrepende-se de não ter “aproveitado melhor” seu tempo, dedicando-se mais aos estudos e menos ao trabalho e de não ter buscado uma bolsa de pesquisa. Mas ao mesmo tempo dá-se conta de que na época não sabia, não tinha as informações necessárias.

O que queremos ressaltar do relato de Ricardo, em primeiro lugar, são as condições que ele enfrentou para chegar até a universidade. Condições adversas tanto materiais quanto subjetivas. Oriundo de uma família com fraco capital escolar e recursos econômicos precários, ele buscou “com todas as forças” ultrapassar os limites postos pela sua própria origem social. Professor em nível fundamental e médio da rede pública e privada de ensino, cursa uma pós-graduação em nível de mestrado e possui uma renda mensal acima de 10 salário mínimos. Manteve residência na mesma cidade onde vivera com seus pais, apesar de ter tido oportunidade de fixar-se na cidade onde trabalha e estuda. Estamos, então, diante de um caso em que poderíamos dizer que houve um alongamento da escolaridade numa circunstância de pouca probabilidade.

Para Ricardo a continuidade dos estudos, após o nível médio, significava ao mesmo tempo a possibilidade de “ruptura” com o protecionismo da família, mais precisamente da mãe, e a sua “entrada” num “novo universo”, representado pela necessidade de freqüentar a capital para poder dar continuidade aos seus estudos. Aqui nos parece que o valor do estudo para Ricardo não se encerra essencialmente num sentido de obter uma profissão, embora essa questão vá se colocando no desenrolar de sua trajetória, mas na necessidade de saída de um universo social e cultural restrito. Em suas palavras:

O que eu te falei ... seis irmãos [...] somos em seis ... cinco irmãos, todos eles trabalhavam aqui [cidade do interior] e não tinham essa ânsia de querer estudar, de querer conhecer o centro urbano, a cidade, ir pra lá pra cidade né? ... eu não, eu já tive essa ... o meu sonho era esse ... era na verdade assim ... eu fiz de tudo pra passar nesse vestibular pra poder estudar no centro, porque pra gente ... ir no centro de [grande cidade] era um grande passeio, eram assim uma ou duas vezes no ano que a gente ia . Então assim essa idéia do centro da cidade ... a gente achava assim ... era uma coisa muito ... assim...nova pra gente assim ir pra cidade né? E eu queria ... eu achava que se eu rompesse com este estigma de que a cidade era outro mundo ... era um lugar que a gente quase não podia ir porque era perigoso, tinha assalto, tinha bandido ... eu podia progredir na vida porque também não queria ficar só no segundo grau e pronto né?

A idéia mesma da necessidade de querer dar continuidade aos estudos se coloca com mais ênfase quando Ricardo, após o término do ensino médio, vai trabalhar na capital numa farmácia, emprego que durou cerca de um mês, mas o suficiente para que ele percebesse que havia outros caminhos que ele não conhecia: “Eu percebi que nada disso era assim, né? que as coisas eram de outro jeito, e que a cidade era um lugar normal, comum onde todo mundo ia trabalhar”. Ricardo nesse momento vê com mais clareza o que antes não enxergava: a perspectiva de ingressar na universidade.

Concordamos com Viana (2000), Portes (2000) e Romanelli (2000), apoiados por Lahire (1997), quanto ao aspecto da não planificação ou intencionalidade em relação ao processo de escolarização nos meios populares. No caso de nosso entrevistado essas características são evidentes. É o imprevisível que tende a marcar a trajetória escolar de Ricardo, não porque ele se deixasse jogado “à própria sorte”, mas porque as decisões são constantemente avaliadas e reconsideradas em função de elementos novos que surgem num “universo” que não é o seu. É impossível seguir caminhos que não se apresentam como tal. Ainda assim, Ricardo busca de todas as maneiras possíveis atingir suas metas, mesmo que elas sejam provisórias por dizer respeito a um horizonte temporal que somente vai se abrindo à medida que pode vislumbrar alternativas condizentes com sua realidade.

Entrevistador: e o que tu chamas de “te dedicar, “eu me dedico muito”, o que é?

É ... levar as coisas a sério assim, não sei se é por causa da minha história, mas assim de pegar firme mesmo, de tu abraçar e isso não, é meu e não é de mais ninguém, assim, né, lógico dentro do limite né, mas eu digo assim de ... eu era auxiliar, eu fiz de tudo para ser professor.

Apesar de o relato de Ricardo estar centrado basicamente no que se refere ao seu processo de escolarização a partir da conclusão do ensino médio e o ingresso na universidade, pudemos perceber alguns elementos que talvez possam nos auxiliar na apreensão dos aspectos não estritamente escolares que puderam contribuir para a configuração de uma trajetória escolar mais longa do que a esperada para o seu meio social. Vamos recorrer a um conceito elaborado por Lahire (1997) e utilizado por outros autores já referidos anteriormente, qual seja, a presença de uma ordem moral doméstica.

Conforme revela Ricardo, seguir adiante nos estudos foi uma iniciativa que partiu de seu próprio interesse, mas como entender a obstinação pela necessidade de ultrapassar sua herança cultural? Dois aspectos podem ser considerados neste depoimento como

indicadores da presença de uma ordem moral doméstica facilitadora do processo de escolarização de nosso depoente. O primeiro diz respeito ao “cuidado” dispensado por parte da mãe ao filho caçula e doente em relação aos “perigos da vida”: seguir a profissão de pescador poderia ser um deles. Conforme revela:

Eu nunca podia ir pra pesca porque eu era o caçula né, sabe aquela coisa de último filho, né? Então assim ... eu tinha bronquite, aliás, eu tenho bronquite, então a minha mãe sempre me afastou das coisas noturnas ... das coisas que davam frio ... essas coisas todas, então eu jamais poderia ser pescador. Também eu ... não sei se foi esse cuidado intenso de minha mãe que me fez também não ter ligação com a pesca, então ... o que me restava era estudar. Aí eu fui fazer magistério porque minha irmã fez magistério no segundo grau. Mas ela nunca deu aula, fez magistério e depois foi trabalhar né, em vários empregos.

O segundo diz respeito à relação que Ricardo, desde muito cedo, estabeleceu com a religião. Ele inclusive chega a atribuir a esse contato uma das razões de sua escolha pelo magistério. Mais uma vez a presença da mãe é evocada, o que corrobora a tese de Singly (1993) sobre a grande influência materna na escolaridade dos filhos. É por meio dela que Ricardo vai assumir atividades que exigiam o conhecimento da escrita, além da própria necessidade de estabelecer uma ética moral religiosa vinculada à disciplina, muito familiar aos requerimentos escolares. Assim se expressa Ricardo em várias passagens de seu depoimento:

E eu tinha muita ligação com a igreja, eu era catequista né? ... aí eu sei que eu fui fazer magistério, fui fazer o magistério e aí quando eu me formei no final de noventa e um.

Eu fui fazer magistério por essa ligação da minha irmã ter feito magistério né? E porque eu era catequista, eu dava aula de catequese pra criança.

[...] porque eu era catequista, era organizador da ... de comentários ... liturgia da igreja, aquele que faz o comentário na missa né?

Então eu tinha muita ligação com a igreja e as pessoas que eu convivia eram pessoas assim da mãe ... porque eu ia com a mãe ... porque aquele cerco ali né? A tríade: era a escola, igreja e a mãe né? a família ali, e eu fui criado assim.

Entendemos que essa breve caracterização da trajetória de Ricardo - enfatizando alguns aspectos familiares que poderiam ter implicações em sua longevidade escolar -, além de contribuir para o fortalecimento de pesquisas na área, permite problematizar o

próprio processo de inserção profissional dos egressos do ensino superior pertencentes às camadas populares. Conforme vimos, a longevidade escolar entre os jovens desse segmento social ocorre a partir da constituição de determinadas características não estritamente escolares, constantemente marcada pela fragilidade, horizonte temporal curto, falta de informações e outros aspectos pouco favoráveis ao universo escolar. De maneira análoga, a questão da inserção profissional dos jovens pertencentes às camadas populares pode ser percebida, uma vez que o ingresso no mercado de trabalho, a constituição da carreira e outros elementos que compõem o universo profissional - nem sempre marcados pela previsibilidade, coerência, planejamento - vão exigir desses jovens que conseguem atingir a formação universitária a apropriação das estruturas objetivas (recursos materiais) e subjetivas (autoconfiança, determinação) mínimas para que vejam seus projetos realizados. O desafio está em justamente apreender a lógica desse processo.

5.1.1. As dificuldades objetivas e subjetivas para seguir adiante e a presença do outro na vida do jovem

Portes (2000) destaca em seus estudos um aspecto no trabalho escolar entre os universitários provenientes de segmentos sociais com menor poder aquisitivo: trata-se da presença do “outro” em sua vida. Esse “outro” refere-se a pessoas que de alguma maneira vão ter uma atuação na trajetória acadêmica desses jovens, especialmente como colaboradores nos assuntos de ordem escolar. Antigos ou atuais professores são figuras que mais se destacam nesse papel.

No caso de Ricardo, é em meio a uma virada importante em sua vida – vai trabalhar na cidade grande, ganha seu próprio dinheiro, vê que muito daquilo que sua mãe dizia não correspondia à realidade – que ele concretiza a idéia de fazer vestibular, como dissemos. No entanto, conforme relata, não se sentia capaz nem ao menos de preencher o formulário de inscrição. Para isso contou com a prestimosa ajuda de uma antiga professora do magistério, universitária na época, que, além de ajudá-lo nas questões burocráticas, alertou-o sobre a impossibilidade de prestar um vestibular para Medicina ou Direito, opções que por um “irrealismo” passaram-lhe pela cabeça. Amigas suas que também prestaram o vestibular naquela época haviam se decidido pelo curso de História, por entenderem ter alguma afinidade e também por não ser um curso muito disputado. Como

suas colegas, Ricardo optou por História. Dedicou-se aos estudos e passou no vestibular. Entretanto, avalia não saber como conseguiu ingressar sem fazer “cursinho” preparatório.

A questão mesmo de nem saber que existia nem como é que funcionava. Até pra comprar o formulário ... a gente comprava ... a nossa professora [antiga professora do magistério] que preencheu pra nós porque a gente não sabia preencher e não podia perguntar pra ninguém porque que ninguém fazia faculdade aqui em [nome da cidade onde vive] na universidade ... Então assim, a única que me ajudava era essa professora que na época fazia faculdade. Ela fazia Pedagogia na UFSC ... Então assim, ela que nos ajudou ... “não vocês compram tá”. Eu lembro que o vestibular era caro, era super caro a inscrição e a mãe não tinha dinheiro pra dar ... eu sei que eu ... olha eu não lembro exato o que eu fiz ... mas não foi fácil ter conseguido o dinheiro da inscrição.

Ricardo sempre soube da impossibilidade de contar com sua família para esse tipo de assunto. Recorrer a uma antiga professora foi talvez a única saída encontrada. E nesse caso, não há por parte da família um engajamento em transferir para este “outro” ações que julgasse incapaz de resolver, mas é o próprio Ricardo que vai buscar no “outro” o auxílio para tais ações. Esse depoimento nos leva a entender que a “desatenção” da família - com fraco capital escolar e econômico - em relação ao interesse de Ricardo em prestar vestibular é menos fruto de um não querer e mais uma impossibilidade de realmente se colocar como interlocutora e/ou provedora do atendimento das necessidades materiais e subjetivas demandadas por Ricardo. Como ele mesmo atesta:

E aí o colégio tinha ... é ... magistério e tinha contabilidade, na época era o curso técnico que todo mundo fazia né, ninguém nem pensava em vestibular né, eu nem sabia que existia escola técnica. Até hoje eu não me conformo, que eu cobro da mãe porque que a mãe não me disse que existia escola técnica que eu tinha feito um curso da escola técnica, eu tinha feito daqui né? Mas é aquela coisa né? os pais não estudaram, os irmãos eram ... só uma irmã minha fez segundo grau magistério mas também não deu continuidade.

O fato de poder contar com o “outro” não alivia as dificuldades que Ricardo teve de enfrentar ao longo de sua trajetória escolar e profissional. Viana (2000) destaca de seus estudos o difícil processo a que estão submetidos os sujeitos pertencentes às camadas populares que conseguem um alongamento da escolaridade e, conseqüentemente,

vivenciam o *distanciamento das origens*. Apoiando-se em alguns autores⁹⁸ que ressaltam os conflitos a que estão submetidos os sujeitos que experimentam grupos sociais distintos, a autora resgata de suas entrevistas dois tipos de dificuldades expressas pelos alunos-filhos: uma de caráter mais escolar que diz respeito aos sentimentos de “ambigüidade” e “desadaptação”, e outra que se refere às relações entre seus familiares. Aqui é utilizada a noção de “tríplice autorização” (ROCHEAX, 1995 apud VIANA, 2000, p. 56) entendida como

Um tipo de relação intergeracional, cuja lógica fundamental orientadora é a da emancipação da herança familiar, não a de sua reprodução. O primeiro elemento desse fenômeno - o da ‘tríplice autorização’- está no fato de que o aluno-filho se “autoriza a deixar” a família, a se distanciar cultural e socialmente dos pais. Em segundo lugar, os pais autorizam o filho a se emancipar. Finalmente, um reconhecimento recíproco, entre pais e filhos, de que “a história do outro é legítima, sem ser a sua”.

Não foi sem dificuldades que Ricardo deixou a casa dos pais⁹⁹ e passou a freqüentar novos ambientes, assumindo desafios até então desconhecidos. O ingresso na universidade, a necessidade de conseguir um trabalho para manter-se parecem representar para Ricardo um custo subjetivo e material alto que ele teve de enfrentar sozinho. Subjetivo porque tinha noção de que tais experiências, sobretudo na universidade, implicavam uma *ruptura* com o *seu mundo*, material porque as chances de concretizar essas experiências dependiam de recursos materiais com os quais a família não poderia arcar. Ricardo sabia que não tinha outra saída senão enfrentá-los sozinho. Não via nenhuma perspectiva pessoal e profissional no município de origem. Assim se expressa:

Não, eu não via nada assim ... não tinha perspectiva nenhuma de ficar aqui, então assim, eu só vinha pra dormir [...] na época da minha graduação né?, tudo era na cidade, tudo era no centro né, tudo era lá, a oportunidade tava lá.

então aí eu comecei a romper com isso e comecei ... e tanto é que tudo que eu fui fazer era na cidade, eu fiz faculdade na cidade, fui trabalhar na cidade, fui ... os cursos que depois eu fui fazer eram todos lá ... eu abandonei [nome do município de origem] ... [que] passou a ser uma cidade dormitório pra mim ... e assim as pessoas comentavam também assim... eu lembro que a mãe dizia “... ninguém mais te vê tu ...” final de

⁹⁸ NICOLACI-DA-COSTA, 1995, 1987; ROCHEAX, 1995; TERRAIL 1990 e BOURDIEU 1993 apud VIANA, 2000, p. 55.

⁹⁹ Ricardo vai trabalhar e estudar num outro município cuja distância não ultrapassa 20Km de onde residia com seus pais.

semana eu só ficava dentro de casa, cansado né? morto né? estourado, né? as pessoas comentavam que eu vivia só na cidade ... as pessoas até passavam a ter outra idéia de ti né? ... que era meio revoltado, que ... “oh! cuidado com as drogas, cuidado com isso, com aquilo ... porque o teu filho né? que tu cuidava tanto agora tá lá assim”... as amigas da mãe falavam.

Entendemos que a *tríplice autorização* na qual se apóia Viana (2000) parece também encontrar aqui algum fundamento. É Ricardo que se vê na necessidade de proceder a uma ruptura simbólica e até mesmo física com os seus familiares, primeiro aspecto da autorização; a família por sua vez, representada pela figura materna, embora tenha demonstrado resistências às suas opções, numa atitude ao mesmo tempo de medo de perdê-lo e de necessidade de atender aos desejos do filho, permite a este seguir adiante: segundo aspecto da autorização. Um exemplo candente desse apoio pode ser percebido quando Ricardo, ainda no ensino médio, ganha num sorteio a possibilidade de fazer um curso de computação na capital: é sua mãe quem o acompanha todos os dias na viagem. Finalmente, terceiro aspecto, Ricardo se coloca como “respeitador” dos limites por parte de sua família em relação às suas escolhas pessoais e profissionais. Não por acaso, Ricardo efetivamente nunca deixou de residir no município onde nascera, mesmo tendo que se deslocar diariamente para a capital, onde trabalha e atualmente cursa uma pós-graduação. Ali construiu sua casa, casou-se, tem uma filha que também estuda na capital.

Quanto às dificuldades estritamente escolares, Ricardo recorda-se da fase inicial de adaptação ao meio universitário, tanto no que diz respeito ao domínio do espaço físico quanto do sentimento de solidão por ter sido o único de sua turma a ingressar na universidade. Ricardo lamenta a ausência de seus pares num universo que, pelo menos em princípio, pareceu-lhe hostil. Esse sentimento, próprio de quem precisa estar em dois mundos distintos, gerou em Ricardo a insegurança.

Sozinho ... mesmo a trajetória, sozinho, né, porque eu não tinha amigos e essa coisa de ..essas meninas não terem passado no vestibular, eu fiquei sozinho também e assim, eu fui pra universidade sem amigos também, né? porque ninguém foi da minha escola, do meu grupo, né? Então eu tinha que ir sozinho

Tanto é que eu não sabia onde ficava a universidade, eu não sabia nada, mas aí quando eu comecei a trabalhar realmente, foi na [farmácia] que eu te falei, aí que eu comecei a ir pro centro todo dia, aí aquilo ficou pra mim muito familiar ... [...] então aí eu queria ... rompi com aquela idéia de ir pra [capital] era uma coisa de outro mundo ... era assim sabe ... tu não imaginas, só quem vive mesmo essa idéia.

Eu já tinha isso em mim, né? Esse medo que eu carreguei por um bom tempo, de me envolver, tanto é que eu fui usar a biblioteca na Universidade, a central ... eu nunca ia na biblioteca Central eu tinha medo de ir lá ... (risos). Eu tinha, assim, receio, não era medo, era receio né? Eu nunca ia assim ... eu tinha que fazer os trabalhos sempre pegava na setorial.

Eu lembro que no primeiro dia a aula começava às 7:30 horas e eu cheguei lá às 6:00 horas da manhã (risos) e isso que já tinha ido umas quatro vezes antes pra saber a sala, o prédio, o centro.

Segundo Romanelli (2000), do ponto de vista escolar, essa tríplice autorização apresenta um impacto interessante, pois permite que o filho vá além da escolaridade do pai, buscando um estilo de vida próprio, sem que isso represente a desqualificação de seus genitores. Desse modo, é possível conjugar mudança e permanência, condição para que as famílias possam efetuar a reprodução social sob novas bases ao reunirem novas alternativas para a organização de seus projetos de escolaridade e mobilidade social.

5.1.2 Ingresso na universidade e escolha do curso: limites e possibilidades

Ricardo trabalha desde a conclusão do ensino médio. Seu primeiro emprego foi numa farmácia na capital, onde permaneceu cerca de um mês. O trabalho era cansativo e a jornada era longa, fatos que o levaram a pedir demissão para poder dedicar-se ao exame do vestibular que ocorreria no mês seguinte. Tendo ingressado na universidade, Ricardo começa uma nova etapa em sua vida. Precisava conseguir um emprego de meio período para poder conciliar com o curso, que era diurno, e justifica: “ talvez eu não sabia preencher aquele formulário direito, sem entender muito né?”.

A inserção de Ricardo no mercado de trabalho é anterior à graduação; seu significado caracteriza-se, em princípio, como uma necessidade e condição para continuar os estudos, mas apresenta outros sentidos que devem ser resgatados. Oriundo de uma família com poucos recursos financeiros, sua alternativa diante do impasse entre dar continuidade àquilo que “o destino reserva aos seus irmãos”, e que previsivelmente seria também para ele, e ter a coragem de romper sem saber ao certo o que haveria de encontrar “do outro lado”, Ricardo preferiu esta última. Assim se refere:

Porque eram poucas pessoas que iam mesmo ... os guris, as meninas que se formavam no segundo grau elas acabavam ficando aqui ou casando ou trabalhando aqui mesmo, alguns iam mais tarde né? eram obrigados a ir trabalhar, mas essa coisa de querer estudar, de não se conformar com aquilo que tinha eram poucos, pouquíssimos os que ... tu vê que da minha turma de segundo grau foram três que fizeram o vestibular¹⁰⁰.

Para Ricardo, a possibilidade de realizar o vestibular e a opção por determinado curso não foi algo que se pôs com evidência em todos os momentos de sua vida. Em outros termos, não se apresentou como um caminho natural de quem conclui o ensino médio e vai buscar o ingresso na universidade. Sua trajetória foi permeada de obstáculos que, uma vez ultrapassados, permitiu a visualização de novos horizontes mas também de outros obstáculos a serem superados. Suas escolhas ocorrem na medida do possível. Ricardo finaliza o ensino médio e sente que precisa ir além; a necessidade de romper com a superproteção da família e suas limitações, concomitantemente à busca da independência econômica, fez com que Ricardo estabelecesse como meta a busca pelo emprego, e assim o fez. No entanto, ali percebe que outras alternativas são possíveis. O trabalho que antes era o fim imediato passa a ser preterido, mesmo que num curto espaço de tempo, e a idéia de prestar um vestibular ganha destaque. Conforme relata:

Então aí eu fiz o vestibular ... eu trabalhei o mês de dezembro ... aquela ânsia de antes de trabalhar, de ter se formado no segundo grau e trabalhar até para ter uma independência econômica porque financeiramente meus pais não tinham grana, e também porque eu queria começar a minha vida, assim ... eu comecei a perceber as coisas boas que o mundo Tinha ... a Escola Técnica, O Instituto Estadual de Educação ... e aí eu fui me integrando a isso tudo né? Então aí eu trabalhei o mês de dezembro aí eu disse ... não, se eu trabalhar eu não vou ter como estudar porque a [nome da farmácia] a gente trabalhava o dia inteiro né, [...] então eu não vou ter como estudar [...] trabalhei um mês, abandonei o emprego assim sabe ... pedi demissão e ... e abandonei mesmo e aí comecei a estudar pro vestibular, eu lembro que estudei um monte, um monte, estudei bastante em casa e consegui passar, não sei como, mas consegui, sem cursinho né?

A gente queria um curso baixo assim ... de ... eu lembro que eu queria Medicina, eu lembro assim ou era Medicina ou Direito, porque todo mundo queria isso né? ... então quando eu comecei a conversar com a professora e entender o que é um curso de Medicina ... o que tinha que ter pra entrar num curso de medicina ... eu disse ... ah! não! Eu quero entrar ... aí eu quebrei a idéia de querer medicina para alimentar a idéia de ..não eu quero entrar na faculdade professora, então eu quero qualquer

¹⁰⁰ Apenas Ricardo foi aprovado no vestibular naquele ano.

curso ... ela assim [a professora] “então vocês podem fazer História, Geografia”.

Ferretti (1988) ao analisar a inserção individual de trabalhadores pertencentes às classes subalternas da PEA na Grande São Paulo, afirma que é preciso que se estabeleça uma “distinção entre expectativa ou a intenção de uma opção e a opção mesma” (p.141). No plano das expectativas, as escolhas se apresentam como possibilidades ilimitadas, porém quando se trata de realizações efetivas sofrem determinações e, nessa perspectiva, são limitadas. O que se tem, na verdade, são graus de liberdade para que se possa tomar decisões. Para o autor, o grau de liberdade é constituído de múltiplas determinações, como por exemplo as de sexo, informação, idade e outras. Porém, são mais amplas e decisivas “as determinações decorrentes da condição de classe e das normas e costumes vigentes no contexto onde se situa o indivíduo para quem se coloca a necessidade de realizar opções” (ibid., p.142).

Na trajetória de Ricardo, são perceptíveis as limitações com as quais ele se depara no momento da fazer suas escolhas. Em primeiro lugar, ao dar-se conta de que a possibilidade de vivenciar as experiências fora das redes de relações familiares e ultrapassar as restrições aí presentes somente se viabilizaria ao conseguir um trabalho. Em segundo lugar, ao vislumbrar a idéia de ingressar na universidade, quando então abre mão do trabalho - ainda que este tivesse uma conotação provisória, naquele momento era a condição para garantir minimamente sua independência econômica – e vai dedicar-se somente aos estudos num período curto e muito provisório, já que não poderia dar-se ao luxo de ficar sem trabalhar por longo tempo. Como decorrência disso, e em terceiro lugar, a escolha do curso dá-se menos por uma opção próxima às suas aspirações pessoais e profissionais e mais em função de uma probabilidade realista de obter sucesso no vestibular, especialmente para alguém que se dispôs a um investimento muito alto quando se considera sua origem social. Tudo o que Ricardo poderia investir em termos de preparação para o vestibular era parar de trabalhar durante um mês.

Já na universidade, sente a urgência de encontrar um emprego, situação que se agrava pelas dificuldades de conseguir algo ligado ao magistério - sua formação no ensino médio -, especialmente na educação infantil, por ser do sexo masculino num universo predominantemente feminino.

Então aí eu fiz o curso de História, aí eu passei e eu tinha que arrumar um emprego, e aí tinha vários colégios, mas assim ó ... as portas se fechavam por eu ser homem pra trabalhar com criança, né? Assim, ficava bem claro que o ... não entrar era por ser homem mesmo né? Ser do sexo masculino, então ... então aí eu não consegui emprego, eu fiquei desesperado, como é que eu ia estudar lá na ... [bairro onde se situa a universidade] morando na cidade [nome da cidade]? Os meus pais não podiam pagar nem o ônibus, eu tinha que trabalhar mesmo pra me virar.

Entendemos que não se pode apreender as escolhas de Ricardo sem que sejam consideradas as determinações econômicas em que ele se encontra. Conforme Ferretti (1988, p. 146),

as expectativas ocupacionais, ou de outra natureza, não são entidades naturais e perenes. Ao contrário, elas constituem-se na prática e modificam-se a partir dela. Portanto, são históricas e expressam o desejo de encontrar respostas para anseios e necessidades postos pela prática social num contexto determinado.

O que não significa defender, por um lado, a existência de um determinismo de classe, cujas condições econômicas, culturais e sociais sejam imutáveis. Prova disso pode ser verificada nas “conquistas”, “sempre modestas”, é verdade, que Ricardo pôde experimentar ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. Por outro lado, não podemos cair na tentação de explicar as escolhas e opções de nosso informante como resultado puro e simples de sua perspicácia individual. Os limites e possibilidades vão sendo construídos pela mediação entre suas aspirações pessoais e condições concretas de realizá-las.

É nessa perspectiva que devemos situar as contribuições de Naville (1975 apud TARTUCE, 2002) sobre a noção de aptidão e qualificação profissional. Esse autor ao dedicar-se aos estudos de psicologia vai se colocar contra o pensamento dominante nos anos de 1940, qual seja, as diferenças de aptidões entre os indivíduos seriam responsáveis por uma distribuição mais justa das repartições profissionais. Tal pensamento era defendido por uma corrente da psicologia chamada “diferencial”. Segundo Tartuce (2002) Naville vai colocar-se contrário a essa naturalização das aptidões ao entender que

Não é possível separar o indivíduo das tarefas que ele realiza e extrair suas aptidões – no sentido da disposição nata – *a priori*, anteriores ao ato mesmo que as determina e as cria. Para PN [Pierre Naville], há uma “aptidão geral para o trabalho”, que sob o efeito da divisão do trabalho, é

transformada em aptidão particular. Isso significa que as aptidões são construídas e moldadas pelas necessidades de uma sociedade e pela sua maneira de satisfazer essas necessidades. Mesmo admitindo que os indivíduos sejam aptos a esta ou aquela atividade, resta explicar como estas tendências são compatíveis com as necessidades sociais em matéria de exercício de profissões, isto é, em última instância, com a estrutura econômica da sociedade. (TARTUCE, 2002, p. 130 – grifos no original).

Da mesma maneira para Naville a qualificação profissional deve ser compreendida como uma construção social, não como derivada simplesmente do conteúdo do trabalho. Trata-se de uma *relação* social na qual está em jogo a qualificação do trabalhador e do trabalho, cujo valor somente pode ser medido a partir do tempo médio social, não individual, necessário à formação adequada para uma dada atividade. Essa maneira de apreender a noção de qualificação é denominada de “relativista”. Isto significa dizer que a qualificação profissional não é resultado unicamente da escolarização e da formação profissional, porém como expressão de um processo de socialização que está intimamente ligado à própria condição social do sujeito (TARTUCE, 2002).

5.2 As camadas médias e o ensino superior

Neste item o enfoque será dado às camadas médias e sua relação com a escolarização. Dentre os quatro entrevistados de nossa amostra pertencentes a essas camadas, três (Clóvis, Marcela e Rosa) se manifestaram a respeito de suas escolhas profissionais e escolares anteriores à sua graduação, enquanto que uma (Catarina) restringiu-se às suas experiências posteriores ao diploma. Sendo assim, não utilizaremos os seus relatos aqui pela escassez de informações relativas a este tópico.

Os informantes que estamos considerando apresentam três características comuns: todos são filhos de profissionais que desempenham atividades não manuais, com formação em nível superior¹⁰¹, e auferem uma renda mensal de mais de 10 salários mínimos.

Conforme discutimos no item anterior, as camadas populares e sua relação com a escola têm sido objeto de investigação recente, embora ainda insuficiente, fato que vem permitindo uma apreensão mais aprofundada sobre o significado escolar entre esses segmentos sociais. Um dos aspectos ressaltados pelos pesquisadores que se debruçam sobre a temática é a noção de imprevisibilidade (camadas populares) versus planificação

¹⁰¹ Há apenas um caso em que o pai possui o ensino superior incompleto.

(camadas médias) quando estão em jogo as estratégias de utilização do capital escolar por parte dos estudantes e suas famílias.

Discutindo mais especificamente a relação entre ensino superior e famílias, Romanelli (2000) em seu trabalho busca examinar como se dá a mobilização das famílias de camadas médias para a obtenção de um diploma de nível superior por parte de seus filhos. O autor entende que a demanda por educação está relacionada à ampliação do sistema de ensino, mas é também fruto da diversificação do sistema produtivo. O que significa dizer que, concomitantemente às exigências por maior nível de escolarização, percebe-se uma redução da quantidade de empregos, o que torna o mercado de trabalho extremamente competitivo. Nesse contexto, o acesso aos vários níveis de ensino também está condicionado à origem social dos estudantes.

Pesquisas demonstram que as famílias de camadas médias apresentam grande interesse em que seus filhos adquiram um diploma de nível superior. Mas é preciso atentar para o fato de que não existe uma homogeneidade entre essas famílias e que, portanto, é necessário que se analise a questão de um ponto de vista macro-estrutural.

Romanelli (2000) entende que, para se compreender o pensamento das famílias das camadas médias e a escolarização de seus filhos, é necessário que se perceba a relação família/escola. A família se constitui como unidade de reprodução social que tem por objetivo o processo de transformação da herança familiar para os filhos. Para isso utiliza-se de diversos tipos de capital: simbólico, econômico, cultural, social, escolar.

Atualmente o capital escolar, representado pelos saberes escolares, é o dominante (BOURDIEU, 1998). Tal importância deve-se ao fato de que esse capital prepara para o mercado de trabalho. Porém, o que se verifica é uma crescente obsolescência do capital escolar, que precisa ser constantemente renovado devido às intensas modificações do saber laboral.

A família, como unidade de reprodução, além de ser responsável pelos diferentes tipos de capitais, vai construir estratégias de reprodução que não podem ser entendidas como simples ato inconsciente ou como um cálculo racional. A estratégia deve ser percebida como “invenção permanente, indispensável para se adaptar a situações indefinidamente variáveis, jamais perfeitamente idênticas” (BOURDIEU, 1987 apud ROMANELLI, 2000, p.105).

Dentre as estratégias de reprodução situam-se as escolares, que dizem respeito ao investimento por parte dos pais para encaminhar seus filhos para a escola e orientá-los para

cursos mais adequados às necessidades de manutenção da posição social da família (SINGLY, 1993 apud ROMANELLI, 2000). No entanto, nem sempre essas estratégias apresentam um efeito imediato e positivo, já que dependem das condições de transmissão do capital cultural e escolar da unidade doméstica. Neste sentido, é possível compreender porque, conforme Lahire (1997), dois contextos familiares com capital escolar e cultural semelhantes podem resultar em situações escolares diferentes. O autor ainda acrescenta que não se pode explicar o sucesso ou fracasso escolar a partir de causas isoladas ou em razão de um determinado tipo de investimento familiar, mas sim no fato de que “ as explicações possíveis são encontradas no modo como, no seio de uma configuração social específica, os indivíduos vivem em relação de interdependência e adquirem diversos tipos de capitais” (p. 105).

Nogueira (1995) revela a imensa lacuna na literatura científica de estudos sobre as classes médias, o que implica o desconhecimento e, por extensão, a dificuldade de se estabelecer relações entre as estratégias e as trajetórias escolares das diferentes classes sociais. A importância de se apreender essas relações reside justamente na possibilidade de melhor dimensionar os comportamentos e práticas dos grupos sociais frente ao mercado escolar. Outro aspecto ressaltado pela autora refere-se à necessidade de se refletir sobre a conduta das classes médias em atribuir à escola um papel central na execução de seus projetos futuros, caracterizados por um horizonte temporal mais longo quando comparado aos projetos das camadas populares.

A autora observa que muito se discutiu sobre as relações entre o meio sócio-familiar e a escola. Sempre fundamentadas por pesquisas quantitativas, as análises, sobretudo entre os anos de 1950 e 1960, acabavam por transformar a família “numa mera correia de transmissão da estrutura social, dissolvida na variável *categoria sócio-econômica*” (ibid., p. 15 - grifos no original). A questão é que esse tipo de abordagem não permitia uma aproximação mais “fina” dos processos de construção e manutenção das desigualdades sociais. Em outros termos, as práticas familiares e seus significados não chegavam a ser consideradas. Somente nas décadas de 1980 e de 1990 essa discussão ganha destaque, configurando o que Nogueira chama de um “deslocamento do olhar sociológico”, que vai valorizar o estudo das práticas pedagógicas do cotidiano em detrimento das macro-estruturas. É então sob esse prisma que a autora busca compreender o processo de escolarização entre as camadas médias.

Uma primeira constatação que Nogueira ressalta é o quanto as classes médias aderem aos valores escolares, fazendo da escolaridade dos seus filhos o “elemento central de seus projetos” (NOGUEIRA, 1995, p. 17). Apoiando-se em Bourdieu, a autora afirma que esse comportamento, caracterizado pelo alto investimento familiar em relação à escola, deve-se à possibilidade desta de permitir mobilidade e êxito social, tão caros a esses grupos. Esses investimentos podem ser percebidos pelo acompanhamento diuturno das atividades escolares de seus filhos, tarefa facilitada pela gama de informações que normalmente dispõem, desde o funcionamento do sistema de ensino até os tipos de estabelecimentos escolares mais adequados aos seus filhos (NOGUEIRA, 1998).

Mais recentemente Nogueira (2000) busca retratar as formas de atuação do capital cultural familiar sobre a vida escolar dos filhos de famílias altamente intelectualizadas da sociedade mineira, cuja atividade profissional principal do casal ou de um dos cônjuges é o magistério superior exercido na Universidade Federal de Minas Gerais. A autora parte da hipótese de que a situação de potencialização do capital cultural facilitaria a visualização de seus efeitos, especialmente em sua forma escolar. Por essa razão, o critério para a definição da amostra investigada foi o de ser composta por filhos de pais professores com titulação máxima e que estivessem matriculados em um dos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ou que fossem recém-formados.

O objetivo foi conhecer o itinerário escolar desses jovens e as estratégias que eles e suas famílias colocam em prática a fim de alcançar seus objetivos. Embora a autora não tenha como preocupação discutir a noção de estratégia, utiliza-se da concepção de Bourdieu que a entende nem como o produto individual, o cálculo custo-benefício, nem como o simples resultado do acaso, pois se algumas estratégias são a expressão de decisões explícitas, outras decorrem da interiorização das regras do jogo social revelando a intuição prática. Ambas não são excludentes.

A linearidade e a continuidade são as características marcantes desses jovens em relação à sua trajetória acadêmica. Chegam à universidade entre 17 e 18 anos de idade. A frase de Berthelot (1993 apud NOGUEIRA, 2000, p. 129) ilustra bem a situação: “a precisão e a rapidez de uma flecha”.

O “circuito virtuoso”, expressão cunhada por Souza (1990, 1991 apud ROMANELLI, 2000), que se define pela freqüência no ensino fundamental e médio privado e ensino superior público, prevalece em contraposição ao “circuito vicioso” em que o ensino superior é realizado em estabelecimento privado e o ensino fundamental e

médio no sistema público. Mas, alerta a autora, em alguns momentos, o setor público pode ser utilizado para a realização de níveis menores de ensino mesmo se tratando dos pertencentes ao “circuito virtuoso”. Isso se explica pelas características consideradas de qualidade de algumas escolas públicas. Mas a tendência é a de que seu uso seja menos freqüente à medida que se avança na carreira escolar. Entendemos que fica evidente aqui a preocupação com o vestibular que se aproxima.

Cerca de 75% da amostra pesquisada por Nogueira (2000) freqüentou a pré-escola, apenas 3% em estabelecimentos públicos. 90% dos que ingressam no ensino fundamental já seriam alfabetizados e, dos estabelecimentos citados para esse grau de ensino, apenas três são públicos e, entre eles, situa-se o Colégio de Aplicação. Já no ensino médio, 12 escolas citadas pertencem à rede privada de ensino e apenas uma ao ensino público e, nesse caso, federal. A autora destaca a importância do colégio de aplicação como fonte de aquisição de instrumentos para o saber na universidade.

Entre os nossos três entrevistados, embora eles não apresentem um perfil de capital cultural potencializado a exemplo dos sujeitos de Nogueira, não podemos deixar de reconhecer uma grande proximidade. Todos realizaram o ensino médio na rede privada de ensino. Quanto ao ensino fundamental, apenas um utilizou a rede privada e também a rede pública de ensino. Suas idades variavam entre 25 e 26 anos no momento da pesquisa¹⁰². Considerando-se que haviam concluído o curso de graduação em 1997, temos aqui representantes de uma trajetória escolar linear, sem interrupções. Todos realizaram um curso de pós-graduação e estudaram ao menos uma língua estrangeira. Esses egressos são provenientes da universidade estadual e da federal, dos cursos de Administração de Empresas e de Direito.

O ingresso na universidade representa, para a maioria desses informantes, não mais do que dar seqüência ao “curso natural” de suas trajetórias escolares. Ao contrário do que observamos em Ricardo, cuja possibilidade de prestar o vestibular foi sendo construída à medida que conseguia visualizar outros caminhos até então desconhecidos, Clóvis, Rosa e Marcela tinham disponíveis as informações que julgavam necessárias para realizar suas opções, o que não significava a ausência de dúvidas. Porém, estas estavam circunscritas muito mais à escolha do próprio curso do que ao funcionamento do ensino superior.

¹⁰² Esses dados foram levantados entre setembro e dezembro de 2001.

Assim se expressam:

Então de certo modo a própria escolha das opções de graduação foram assim vamos dizer ... não conturbadas, mas foram ... no momento decisivo da escolha, aquele que você tem que prestar o ... colocar o xizinho no formulário [...] ele foi de certo modo assim é ... trouxe dúvidas, trouxe bastante dúvidas, eu me lembro que à época do segundo grau e segundo ano, eu me voltava muito para a área biológica [...] e aí tinha notas excelentes, eu tive boas notas em quase todas as disciplinas, português [...] aliás, foi uma coisa que eu sempre fui muito chato e que daí vem um pouco da própria origem da vocação para o Direito porque eu trabalhava muito com a palavra, com o escrever, com o falar, com o argumentar, então [...] (Clóvis, 25 anos, graduado em Direito e Administração de Empresas).

É na verdade eu ... a minha intenção seria fazer a faculdade de turismo, mas na época a minha família estava em dificuldade financeira, as faculdades de turismo que tinham na ocasião eram todas particulares, né, não tinha disponibilidade para cursar um curso desse nível e aí eu assisti uma palestra com o coordenador do curso de Administração lá da federal, na época, né, e ele falou [...] eu ainda estava estudando em colégio e tal [...] e ele falou da possibilidade de se fazer administração voltada à área de turismo, né, alguma coisa nesse aspecto assim. E foi o que fiz, né, passei no primeiro vestibular, na primeira tentativa que eu fiz pra administração ... (Rosa, 26 anos, formada em Administração de Empresas).

Meu perfil [sobre a escolha do curso] sabe? Só me via fazendo duas coisas ... ou quer dizer uma né, mas aí acabei direcionando, né? que era ... eu gostava muito de propaganda, dessa parte de comunicação mesmo, mas não tinha curso de publicidade aqui em [cidade onde mora], e tinha na [nome da instituição em outra cidade], que não tinha nenhuma turma formada ainda, então não tinha como ter referência do curso, se o curso era bom, se não era, se tinha opção no mercado, daí eu acabei fazendo ... prestando vestibular pra Administração de Empresas, mas já com a cabeça na área de marketing, assim. Porque eu sempre fui direcionada assim, claro que tem outras áreas da Administração que eu gosto, mas sempre cavei, puxando mais pra esse lado. (Marcela, 26 anos, formada em Administração de Empresas).

Não é de se estranhar, nos depoimentos acima, a familiaridade com que nossos informantes referem-se às questões relativas à universidade. Dois aspectos aqui podem ser resgatados: primeiro, a noção incorporada de que realizar um curso de nível superior é algo que simplesmente está posto; segundo, mesmo antes do ingresso na universidade já dispõem de um conjunto de conhecimentos que lhes permitem potencializar, no sentido de fazer render, suas ações futuras. De acordo com Bourdieu e Passeron (1985), a parte do

capital cultural que é mais rentável na vida escolar é aquela constituída por informações sobre o mundo universitário, experiências extra-curriculares e outras facilidades.

A saída do ensino médio para o ingresso na universidade, muito mais do que uma decisão, trata-se de uma “evidência”, ressalta Nogueira (2000) ao referir-se aos filhos de professores universitários, sujeitos de sua pesquisa. Mais uma vez recorre a Bourdieu em sua tese da “casualidade do provável” para explicar essa realidade: “Na medida em que estabelece que a propensão ao provável, que orienta as aspirações e as condutas dos sujeitos, resulta da interiorização das condições objetivas de existência [...]” (NOGUEIRA, 2000, p. 133). Ou nas palavras de Bourdieu (1998, p. 111): “As práticas são o resultado desse encontro entre um agente pré-disposto e prevenido, e um mundo presumido, isto é, pressentido e prejudgado, o único que lhe é dado a conhecer”.

Enquanto Ricardo vai “descobrir” e “construir” as possibilidades de seguir um “caminho” que não sabe ao certo onde vai dar, Clóvis, Marcela e Rosa conhecem o “caminho” previamente e podem optar por “atalhos”, não disponíveis para todos.

Sobre a escolha do curso, Clóvis não considera que seus pais o tenham pressionado para fazer este ou aquele curso, porém admite que em algumas situações ouvia certas insinuações do tipo:

Ah! vai ser “médico” pra cuidar da vó ... vai ser médico pra cuidar do filho de não sei quem e ... vai ser médico porque tem competência ... enfim, né? da mesma maneira não só medicina ... mas também a diplomacia ... nossa ... você fala todas essas línguas tal ... você se dedicou a estudar isso tal.

Como era de “praxe” no seu meio, todos prestam mais de um vestibular, preferencialmente na universidade estadual e na federal. Clóvis foi aprovado em Direito e Administração de Empresas e resolveu frequentar os dois cursos paralelamente até a 4ª fase, quando prioriza o Direito. Durante este curso sua maior preocupação não era com os estágios extra-acadêmicos, mas sim com a realização de cursos de línguas, visando a seguir a carreira de diplomacia. Porém, em contato com um amigo que estava em Brasília cursando a Escola do Instituto Rio Branco, soube que dificilmente poderia conciliar a carreira na diplomacia com sua permanência na mesma cidade. O afastamento das origens era inevitável, assim essa idéia aos poucos vai sendo abandonada por exigir certas

condições das quais Clóvis não gostaria de abrir mão, como o afastamento da cidade e, conseqüentemente, da família e dos amigos, conforme declara:

Então neste último ano eu comecei a pensar: será realmente que é diplomacia que eu quero, porque essa opção ela iria me trazer outras conseqüências como qualquer opção na vida da gente traz conseqüência [...] ... Então eu comecei ... inclusive eu conversava muito com a mãe desse amigo e ela contava das experiências ... das poucas oportunidades que ele tinha para estar, vamos dizer assim, naquilo que eu chamei de raiz. Eu era muito ligado à parte cidade, à parte de família, à parte de amigos e de todos esses.

O relato de Marcela guarda alguma proximidade com o de Clóvis. Ela também não acredita que seus pais a tenham pressionado para que optasse por um determinado curso, mas não nega que alguma influência tenha recebido. Declara:

Não, de eles terem opinado muito na hora que eu escolhi, não é claro que ... se eu for afirmar isso racionalmente não vou parar pra encontrar dados pra isso, mas é claro que eu sei que o fato de o meu pai ser administrador deve ter pesado em algum momento na minha escolha né? porque eu fui olhar com mais carinho pra isso, me identificar mais com isso do que com outras coisas. [...] eu nunca me senti, graças a Deus, aquela sensação de ... vou prestar pra medicina.

Apesar de ter também realizado o vestibular para Administração de Empresas na universidade federal e ter obtido êxito, optou por matricular-se na universidade estadual por acreditar ter mais qualidade. Durante o curso procurou orientar-se para a área de *marketing*, interesse anterior ao seu ingresso na faculdade.

O caso de Rosa, que, como os outros, já havia definido sua área de interesse antes do ingresso na faculdade, parece seguir a mesma lógica, talvez com uma diferença. Enquanto os informantes anteriores buscavam um investimento exclusivo no próprio curso, Rosa, assim que ingressou na universidade, realizou um concurso público para o nível técnico para o qual foi aprovada, tendo então de conciliar o trabalho com os estudos. Isso, porém, não a impediu de fazer uma pós-graduação e investir numa carreira paralela ao serviço público, vínculo que ainda hoje mantém.

Por que nessa época, eu estava estudando e por ser um trabalho de meio período [refere-se ao setor público onde trabalha] na época, que era de seis horas, né? e na época a remuneração, pra quem estava estudando como eu, era acima dos estágios que eram oferecidos na faculdade, então eu resolvi tentar.

Rosa não entende que tenha sido pressionada para optar por um determinado curso. A escolha por Administração de Empresas, segundo relata, foi revelada somente após terminadas as provas do vestibular, para surpresa de sua mãe. Entretanto, procurou direcionar o curso para a área de turismo, um antigo desejo, como já referido em sua fala.

Avalia que na época em que fez o concurso público pensou que seria interessante pelo fato de tratar-se de um trabalho de meio período, conciliável com os estudos, e também por receber um salário acima dos que eram pagos nos estágios. No decorrer do tempo, foi assumindo outras funções mais altas na hierarquia do serviço público, outras responsabilidades que acabam por contribuir para sua permanência até hoje.

As situações de escolha de Clóvis, Marcela e Rosa nos remetem aos estudos de Nogueira (2000). Nestes, a opção dos jovens de camadas médias pela universidade federal surge como que uma decisão “óbvia”, afirma a autora. As razões dessa preferência aparecem fortemente ligadas à sua qualidade de ensino e a uma certa cultura universitária. No entanto, um outro elemento explicativo seria de ordem mais emocional e que nos remete ao plano das relações afetivas familiares. O filho consegue, segundo a autora, captar os anseios paternos (estudar na federal) e, ao realizá-los, reforça sua inserção afetiva na família.

Essa questão insere-se dentro de uma discussão maior sobre o comportamento das famílias brasileiras¹⁰³ nas últimas quatro décadas e seu movimento de passagem de uma

¹⁰³ Romanelli (1986), num estudo sobre famílias, coloca em discussão as alterações nos padrões de sociabilidade doméstica em decorrência do desenvolvimento econômico e da modernização cultural. Seu objetivo foi investigar as relações internas de famílias de dois segmentos pertencentes às camadas médias urbanas num contexto de transformação social e modernização cultural. De acordo com o pesquisador, a trajetória das famílias, classificadas como grupo A ou Grupo B, de acordo com o estabelecimento de ensino escolhido para seus filhos, apresenta diferenças significativas, mas, ao mesmo tempo, traz elementos comuns entre elas. Entre as semelhanças está o projeto de aspiração de mobilidade social percebido pelo processo migratório dos genitores de ambos os grupos. Segundo o autor, essas famílias de origem devem ser compreendidas dentro de um determinado contexto econômico e cultural. Nesta época, década de 1960 e 1970, as concepções desenvolvimentistas estavam em voga e, nesse sentido, a relação com o saber adquiria um outro valor, a idéia de que o progresso e o avanço tecnológico estavam de certa maneira associados ao investimento educacional. É assim que o saber, fruto de uma escolarização prolongada, inexistente na formação dos pais, adquire o status de categoria mediadora para a promoção da ascensão social dos filhos. A compreensão da representação que os filhos vão ter de sua família de origem exige que se considere e se defina qual o modelo hegemônico de família próprio de famílias em processo de mobilidade social. Romanelli entende que esse modelo, também legitimador das relações de poder na sociedade, se caracteriza pela defesa da coesão do núcleo doméstico e dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais, cujos papéis são previamente definidos, cabendo ao homem prover o sustento da família e à mulher a reprodução biológica e a socialização. É esse entendimento de organização familiar que vai configurar as ações em prol de um determinado projeto de vida para seus filhos. Esses filhos que constituíram suas famílias vão buscar para seus descendentes um tipo de educação que representará em certa medida ruptura com o que experimentaram, ao se esmerarem em construir os valores familiares sobre novas bases, ou ao contrário, vão se orientar pela continuidade de um padrão de família do qual são herdeiros.

“família hierárquica” para uma “família igualitária”, em que são favorecidas as opções individuais de cada membro da família. Também esse apego poderia ser compreendido a partir da possibilidade que esse jovem tem de revelar e construir suas identidades que são respaldadas pela família contemporânea. Sobre essa questão, François de Singly (1993) defende a tese de que há um deslocamento das funções da família, antes centrada na reprodução biológica e social, para o “espaço privilegiado de reconhecimento e valorização das identidades pessoais latentes, de revelação e de desenvolvimento do ‘eu’, tanto adulto quanto infantil” (p. 139). Assim, as relações pessoais e afetivas entre os membros da família acabam por permitir que cada um possa descobrir suas identidades mais íntimas, fundamentais para a garantia do sentimento de autenticidade.

5.3. Carreira e inserção profissional: “insegurança” para além das diferenças sociais

Neste item procuramos apresentar e discutir os principais aspectos que caracterizam o processo de inserção profissional de todos os egressos entrevistados, independentemente de sua origem social, partindo de uma perspectiva que o considere como resultado de múltiplas determinações. Em capítulos anteriores apresentamos dados que demonstram uma certa correspondência entre renda e escolaridade dos pais e filhos, ou seja, os filhos cujos pais possuem maior escolaridade e renda tendem a manter-se no mesmo patamar dos pais no que se refere aos rendimentos. Já os filhos pertencentes às famílias com baixa renda e nível de escolaridade tendem a seguir o mesmo padrão de renda de seus genitores. Sem dúvida essa é uma questão que deve ser lida a partir de uma perspectiva socioeconômica. No entanto, temos o propósito de seguir adiante nesta análise, partindo da relação que os jovens estabelecem com o seu próprio trabalho sem desprezar a condição social da qual são sujeitos.

Trottier et al. (1997) buscam refletir, por meio de entrevistas com os egressos de universidades francesas após oito anos de sua saída, sobre as representações que estes possuem a respeito de sua própria inserção profissional.

Os autores partem do princípio de que há vários indicadores para descrever a inserção profissional dos jovens com diploma universitário, entretanto, difícil é estabelecer um consenso sobre os limites de tais indicadores. Os autores sustentam a idéia de que um

dos elementos a ser considerado na inserção profissional é a utilização do tempo, ou seja, quando a pessoa dedica mais tempo à procura de emprego do que para outras atividades. Um outro aspecto relevante refere-se à aquisição de um comportamento racional na procura por um emprego que tenha relação com seu projeto de vida. Nessa perspectiva, a inserção começaria quando o indivíduo cessasse de dividir seu tempo entre lazer e estudo para se dedicar à procura de um trabalho remunerado e terminaria quando: a) o jovem não mais consagrasse seu tempo na busca de um emprego ou finalizasse seus estudos ao considerar que conseguiu um emprego; b) o indivíduo tivesse um emprego estável e não pretendesse deixá-lo num futuro próximo; c) avaliasse que o emprego guarda relações com seus projetos iniciais, ao mesmo tempo em que levasse em conta as informações adquiridas no decorrer de outras experiências profissionais ou na busca pelo emprego, além da percepção que constrói sobre o mercado de trabalho.

Se utilizarmos esses critérios elencados por Trottier et al. (1997) no que diz respeito ao processo de inserção profissional, poderíamos afirmar que nossos entrevistados estão inseridos profissionalmente após quatro anos de conclusão do curso superior, ainda que em um ou outro caso tais critérios não possam ser aplicados na íntegra. Porém, nossa preocupação maior é resgatar, a partir do momento em que esses jovens se encontram inseridos no mercado de trabalho, quais os aspectos que configuram essa inserção na ótica do próprio jovem.

As análises das entrevistas com os egressos do ensino superior conduziram Trottier et al. (1997) a refletir sobre diversos temas. O primeiro diz respeito à estabilidade no emprego. Para os diplomados que evocaram esse tema, estar inserido profissionalmente significa possuir um emprego com contrato de duração indeterminada (CDI) mesmo que não apresente uma relação direta com sua formação. Para um outro grupo de diplomados, a empregabilidade individual se destaca. Entendem que a estabilidade não pode ser medida unicamente pela aquisição de um emprego CDI. O mais importante é poder manter-se no mercado de trabalho em razão de suas capacidades amplamente reconhecidas pelos empregadores.

Para certos diplomados, participantes da mesma pesquisa, não existe a necessidade de ter um emprego estável para sentirem-se inseridos. Ter qualquer ocupação é o suficiente. É interessante assinalar que as opiniões foram expressas por mulheres que, após sete anos de conclusão de curso universitário, estavam desempregadas ou trabalhavam

apenas em tempo parcial. Para elas, o mais importante era serem reconhecidas naquilo que faziam.

No que se refere à correspondência entre formação e emprego, dentre os entrevistados pelos autores, alguns acreditam que o fundamental é o desenvolvimento de atividades que estejam relacionadas com sua área de formação; para eles, é preferível adiar o emprego ou continuar seus estudos para melhor se especializar e, conseqüentemente, aumentar suas chances de encontrar algo que julguem corresponder à sua formação. Com certa freqüência criticam a formação recebida por estar afastada da realidade do mercado de trabalho. Já outros entendem que a própria evolução na carreira pode apontar um certo distanciamento de sua formação. Há ainda os que consideram mais importante, do que a correspondência formação/emprego, ter uma atividade remunerada que permita cumprir suas obrigações familiares, por exemplo.

Finalmente, dois temas são extraídos das entrevistas pelos pesquisadores franceses: o engajamento no trabalho para uns, e a integração social no trabalho defendida por outros, ambos tidos como aspectos importantes na composição da noção de inserção. No primeiro caso, trata-se da aquisição de um sentimento de responsabilidade no desempenho da atividade profissional; no segundo, o que mais interessa a esses jovens seria a participação em uma rede profissional que validasse suas competências, sua credibilidade e sua estabilidade no mercado de trabalho. Em outros termos, o reconhecimento por seus pares.

Trottier et al. (1997) destacam que a discussão sobre a correspondência formação/emprego constitui um dos elementos relevantes na representação que os diplomados apresentam sobre sua inserção, porém constatam que é preciso considerar outros aspectos como o tipo de formação recebida, a percepção sobre o mercado de trabalho e a conjuntura econômica, as dimensões profissionais e projetos de vida, as etapas da carreira e a evolução ou mudança de orientação profissional.

A partir das representações que os jovens têm sobre sua inserção profissional, os autores salientam a construção de uma identidade profissional e, conseqüentemente, a inserção como um processo de socialização. De acordo com Dubar (1998), a construção da identidade profissional resulta da articulação de dois processos identitários heterogêneos: um que é interno e relativo à incorporação de uma identidade pelo indivíduo por meio de suas experiências escolares e profissionais, a partir das quais chega a uma definição de si mesmo. E outro que se refere a uma articulação externa entre o indivíduo e as instituições com as quais interage: trata-se de uma identidade para o outro. É justamente no momento

de confrontação com o mercado de trabalho que ocorre o reconhecimento de suas competências e que sua identidade profissional é confirmada pelo julgamento do outro. Nessa perspectiva, o engajamento no trabalho poderia remeter à idéia de uma passagem do estatuto de estudante para o de profissional.

Sobre a integração social dos jovens diplomados, Trottier et al. (1997) destacam a participação em redes profissionais que assegurariam o reconhecimento de suas competências, seria o reconhecimento de sua identidade pelo “outro” (DUBAR, 1998). No entanto, há diplomados que, apesar dos anos de obtenção de seu diploma, não apresentam uma identidade consolidada e existem casos em que, mesmo não tendo um emprego estável ou tendo um sem relação com sua formação, acreditam terem construído uma identidade profissional.

Trottier et al. (1997) concluem que, a partir da análise das representações que os diplomados têm da inserção, faz-se necessário rever a concepção de inserção como um momento de estabilização no mercado de trabalho, e que a correspondência formação/emprego deve ser alargada no sentido de incorporar outros elementos, como a própria noção de identidade profissional. Também sustentam que as representações por parte dos jovens em relação ao seu próprio processo de inserção são sempre percebidas *a posteriori* à diplomação, durante o processo mesmo de inserção profissional, talvez em conseqüência de uma certa racionalização de um trabalho cognitivo de adaptação a uma situação.

Nessa perspectiva, entendemos que a representação que os jovens possuem sobre sua inserção profissional parece não ser elaborada unicamente em função das pressões do mercado de trabalho, que muitas vezes entram em contradição com seus projetos de vida, mas também em função da busca de uma identidade profissional.

Ao associarmos as discussões apresentadas por Trottier et al. (1997) com alguns depoimentos por nós coletados, muitas correspondências podem ser realizadas. Em primeiro lugar apontaríamos a idéia da *estabilidade* como um elemento importante no discurso de nossos seis entrevistados.

Se, por um lado, suas escolhas parecem refletir a “casualidade do provável”, conforme define Bourdieu, ao menos para quatro de nossos seis entrevistados, por outro lado, nem sempre esses momentos são vivenciados de maneira serena. Atender aos seus anseios pessoais, responder às pressões familiares, num universo em que as restrições econômicas não constituem uma limitação na escolha, podem trazer outro tipo de

obstáculo. Segundo Ferretti (1988), os indivíduos pertencentes à burguesia estão sujeitos a uma outra ordem de restrições, qual seja, aquela de natureza ideológica. Para clarificar sua posição o autor utiliza o conceito de *carecimentos humanos*, defendido por Agnes Heller (HELLER, 1982 apud FERRETTI, 1988, p.143) segundo o qual as sociedades apresentam carecimentos que são constituídos historicamente, especialmente na sociedade capitalista. O exercício profissional comporia uma dessas necessidades que fazem com que o indivíduo crie expectativas em torno de suas escolhas e submeta-se a pressões de naturezas diversas. Isso significa que as pessoas, independentemente de sua classe social, estão sempre sujeitas a uma *autonomia relativa*, porque não dispõem de liberdade absoluta de escolha.

Começaremos por Ricardo e Mônica. Os dois apresentam um perfil socioeconômico bastante semelhante. Ambos realizaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas e cursaram uma pós-graduação em nível de especialização. Seus pais possuem o ensino fundamental incompleto e vivem com uma renda de até seis salários mínimos.

Ricardo, ao ingressar na universidade, estabeleceu como prioridade, conforme já apontado, conseguir um emprego que pudesse ser conciliado com os estudos. Precisava garantir ao menos o dinheiro da condução para deslocar-se diariamente de sua cidade até a universidade, cuja distância é em torno de 40 quilômetros. Ricardo consegue um emprego numa creche filantrópica que atende crianças carentes. Assim revela:

Não sei se era porque era entidade filantrópica ... ser monitor ... que elas queriam romper com essa idéia só de mulher, ela disse que nunca tinha aparecido um homem pra dar aula, acho que foi mais curiosidade delas que fez com que elas me contratasse, e eu como estava precisando urgente né, até pela questão do vale transporte né, pra ir pro centro ... aí eu entrei.

Foi um grande desafio, pois, apesar de se interessar em trabalhar com crianças, sua pouca experiência durante o curso de magistério havia sido com crianças numa faixa etária um pouco mais elevada. Além do mais, Ricardo ainda estava numa fase em que sair do seu município para trabalhar e estudar na capital era uma experiência angustiante. Assim se expressa:

Foi muito louco minhas primeiras fases, mas eu fui me ajustando, fui conhecendo, fui me adaptando e fui me interagindo assim com as pessoas naquele mundo ali de faculdade, de trabalho, coisa que a gente não tinha né?, não tinha contato né?

Trabalhava à tarde, fazia o curso de História pela manhã, e logo sentiu necessidade de fazer outras coisas, como ele mesmo afirma: “Eu queria preencher o meu tempo, não sei o que me levava a pensar isso porque tempo pra estudar eu não tinha; ... tinha tempo pra ficar na rua ou freqüentar os cursos”. Na época começou a fazer um curso específico na área de educação infantil no período noturno, vaga conseguida com muita dificuldade. Além disso estudava espanhol também à noite, duas vezes por semana.

Aos poucos a idéia de trabalhar com a educação infantil foi amadurecendo melhor e Ricardo pensou em mudar de curso, interessou-se em fazer Pedagogia. Tentou transferência mas não obteve êxito. No mesmo período já começava a pensar em trabalhar num colégio particular que “pagasse bem, pois precisava ganhar dinheiro”. Durante uma greve na universidade conseguiu, por indicação de uma amiga, fazer sua inscrição e freqüentar um curso preparatório de professores para o ingresso num dos colégios particulares mais tradicionais da capital. Ricardo foi contratado, abandonou a idéia de fazer pedagogia e transferiu o curso de História para o período noturno. Segundo ele, nunca ganhou tanto dinheiro, era um salário muito bom. Mas Ricardo ainda “precisava ocupar melhor o seu tempo”, trabalhava pela manhã no colégio particular, à tarde como professor substituto numa creche da prefeitura e à noite fazia o curso de História. Logo em seguida é aprovado num concurso público municipal para trabalhar na educação infantil.

Após a conclusão do curso de graduação, com um ano de atraso em relação à sua turma, até o momento da entrevista, havia ingressado num curso de pós-graduação em nível de especialização em História numa universidade pública. Efetivou-se também como professor de História na rede estadual de ensino. Mais tarde, já tendo concluído o curso de especialização, tenta ingressar num curso de mestrado em educação numa universidade pública, é reprovado, mas não desiste. Por intermédio de um professor é aceito num outro programa de pós-graduação, que também acaba não concluindo por entender que o curso não traria os benefícios esperados. Seu objetivo maior era ingressar num mestrado em Educação.

Durante um longo período Ricardo ocupou todo o tempo disponível, sempre fazendo cursos e trabalhando em mais de um lugar. No momento da entrevista lamentou,

com um certo arrependimento, não ter se dedicado mais ao curso e não ter aproveitado melhor a universidade onde estudava, como por exemplo ter buscado uma bolsa de pesquisa e extensão. Mas pondera que a falta de informação “não te dá subsídios pra tu demarcar uma trajetória mais assim, não sei, melhor assim, pra tua formação mesmo, né?” E conclui que, não sabe explicar muito bem, oscilava entre o medo do novo e o desejo de trabalhar. Conforme explica: “eu queria trabalhar, né? Pra adquirir ... pra ganhar dinheiro, questão de ter o dinheiro, né? ”.

Finalmente revela que toda a experiência pela qual passou não foi nada fácil. Atualmente mantém-se como professor de educação infantil no colégio particular, onde pretende continuar - apesar de não ser sua única fonte de renda já que atua também como professor no serviço público -, pois o salário é bom e acredita que conquistou seu espaço lá, mesmo sendo exceção num ambiente predominantemente feminino, e muitas vezes “destemido” em relação às ordens que recebe. Tal atitude, ressalta, deve-se ao fato do reconhecimento por parte do colégio em relação ao seu trabalho. É essa a explicação que encontra para justificar sua permanência nesse colégio por tanto tempo, já que muitos colegas seus, inclusive com maior tempo de casa, foram demitidos. De toda maneira tem o “seu porto seguro”. A importância da estabilidade como referência de inserção profissional é manifesta:

Eu não tive medo de perder o emprego porque eu já sou efetivo na prefeitura ... no estado, com a pós-graduação e assim, 10 anos de trabalho, então assim eu abro, eu assim ... se for pra eles me demitirem eu não tenho mais aquela preocupação de início que tinha que fazer tudo igual.

Como podemos notar, Ricardo vai se orientando para a carreira da educação infantil sem abrir mão do seu vínculo com o serviço público como ocupante do cargo de professor de História. Mesmo estando seguro de que é a área de educação infantil que deseja profissionalmente, e acreditando que conquistou no colégio privado o respeito que merece como profissional, sente-se receoso em abandonar de vez esse seu vínculo com o magistério público. A citação anterior é reveladora de uma incerteza que não diz respeito unicamente às características mais subjetivas de alguém que é proveniente das camadas sociais menos favorecidas, mas parece ser também indicativa de um sentimento que atinge

aqueles cuja possibilidade de sucesso profissional, pelo menos no que se refere ao provimento das necessidades materiais, são garantidas.

Vejamos agora o caso de Mônica. Ela não trabalhou antes da graduação e durante o curso trabalhou num órgão público ligado ao departamento de trânsito municipal. A experiência foi importante para que Mônica mais tarde, após a conclusão do curso, viesse a se interessar por essa área, como ela mesma afirmou: “Eu acho que ficou ali uma semente para que eu continuasse de alguma forma este trabalho ...” Mas, assim que obteve o diploma de graduação, ficou oito meses doente. Após esse período trabalhou em duas paróquias por alguns meses. Sua vinculação com a igreja é muito forte, o pai é diácono¹⁰⁴ e ela foi catequista durante oito anos.

Em seguida recebeu uma proposta para trabalhar numa empresa de engenharia, onde permaneceu durante um ano e um mês. Ali o tipo de trabalho era bastante burocrático, não se sentia realizada na sua função. Foi então fazer um curso relacionado à área de alfabetização num colégio privado da cidade. Gostou tanto do curso que pediu demissão da empresa onde trabalhava.

Nesse período, já às vésperas de seu casamento, Mônica, por intermédio de um amigo, enviou seu currículo para trabalhar num projeto de uma organização não-governamental sobre educação no trânsito. Participou da seleção e foi aprovada. Entende que sua aprovação deve-se à especificidade de seu currículo: pedagoga com especialização em educação no trânsito. Ficou muito feliz com a idéia de desenvolver um trabalho nessa área além de o salário ser muito bom. Seu pai é quem a acompanha na entrevista ainda na fase de seleção. Assim se expressa:

Meu pai havia me levado [à entrevista], a entrevista era no [...] e eu não tenho carro, meu pai me levou e ficou lá me esperando no carro algumas horas e estava chovendo muito, né? e ele disse: não, deixa que eu vou te esperar ... e nesse dia ele falou pra mim que eu ... tinha certeza que eu ia ser selecionada.

Mônica se envolveu muito com o trabalho. Descreve em pormenores as atividades que realiza junto às escolas, que, faz questão de frisar, trata-se de uma experiência inovadora. Não sabe de onde vem todo esse seu interesse pelo trânsito, mas suspeita do fato de ter morado perto de uma rodovia até os dez anos de idade. Sua grande angústia no

¹⁰⁴ É uma espécie de padre, porém hierarquicamente inferior.

momento é que o projeto está finalizando e ela não sabe se terá continuidade. Teme não só pelo seu futuro, mas também pelo futuro das escolas envolvidas. Desabafa

Inclusive durante todo o projeto, o contrato, ele não era pra esse tempo todo, né? Era assim ... de seis meses, depois de dois meses, que ... como era um organismo internacional não se pode fazer um contrato muito extenso, né? Então ... agora está incerto! Eu realmente não sei aonde que eu vou parar ... Se eu continuar na área da educação, se é na área de trânsito ... é difícil, é angustiante.

Mônica fala do seu trabalho com muita empolgação. De sua dedicação àquilo que faz e das relações que estabelece no ambiente de trabalho, algo muito importante para ela. Lamenta alguns problemas que teve com um colega de trabalho. Profissionalmente ainda não se sente realizada, acha que falta alguma coisa e revela: “Sei lá (longa pausa) eu me senti mais especial no trabalho, mais solicitada para ele, mais importante, né? no trabalho”. Não se sentia suficientemente importante por trabalhar com uma pessoa com qualificações muito acima da sua, estudada e requisitada. Mônica se vê muito “pequena do lado dele”, ambos tendo o mesmo cargo. Admite que precisa aprender muito mais, ser incentivada e acreditar na sua capacidade. Fazer um mestrado, embora já tenha tentado uma vez sem obter sucesso, poderia ser uma saída e declara:

Tem dia que a gente acorda bem e tem dia que a gente não acorda bem. Apesar de que quando eu vou pro ... [local de trabalho] agora no ambiente como está muito bom, eu me divirto e tal. Mas eu quero ter um motivo ... olha! eu estou aqui porque sou necessária, porque precisam de mim, não estou aqui só para cumprir a hora do projeto que está acabando. Eu tenho que me sentir importante, também especial.

É perceptível a preocupação de Mônica em relação ao seu futuro, tanto pelas dificuldades materiais - conforme revela: “sabe que depois não vai continuar da mesma forma, ou seja, os meus gastos, né? Não vai ser da mesma forma e tal.” - quanto pelas questões de ordem mais subjetiva ligadas a problemas emocionais que enfrentou, e mesmo às insatisfações de não se desenvolver alguma atividade. Assim se expressa: “Porque eu quero aprender, eu quero tá aberta pra obter novos conhecimentos”. Estava aguardando que fosse oferecida alguma atividade profissional na sua área. Se não desse certo, ainda não sabia bem o que faria porque não tinha clareza de seu futuro, tudo era muito imprevisível, e declara:

Apesar de ter uma certeza grande, tem momentos que a gente se questiona. Acho que tudo na vida, nada ... Será que é isso mesmo? Então a minha vontade é continuar na área da educação de trânsito, mas existem algumas dificuldades, muitos obstáculos, como toda área tem, só que a gente fica se questionando se é, se não é, se continua, se não continua. Aí estou pensando em fazer uma outra especialização em Psicopedagogia ... não sei ainda se faço, não sei se tento mestrado ... então fica umas dúvidas.

Ao examinarmos a trajetória ocupacional de Ricardo e, em certa medida a de Mônica, observamos as limitações de quem, em função das determinações de classe, pôde fazer escolhas sempre relativas, cujo critério pautava-se pela garantia das condições materiais de existência. Mesmo submetido a essas restrições, não apenas de ordem financeira, mas pela falta de informações e apoio afetivo, Ricardo procurava a todo instante superar os limites aos quais reconhecia estar submetido: impossibilidade de vivenciar o “novo”, ou exercer uma profissão aquém de suas aspirações.

Partindo dessas considerações, percebemos que a necessidade de assegurar as condições materiais acaba por tomar uma dimensão de grande importância na trajetória de Ricardo, seja porque fundada em aspectos reais – era preciso prover o atendimento às necessidades básicas de sobrevivência –, seja pela insegurança de quem não poderia “vacilar jamais”, pois seus desejos de crescimento profissional e pessoal sempre estiveram fortemente atrelados à sua capacidade de garantir as condições materiais mínimas de existência. Qualquer descuido poderia significar ameaça a um projeto sempre em construção. Em outras palavras: a linha que separa os “dois mundos”, aquele de sua origem e este onde procura manter-se, sempre foi muito tênue. Cabe ainda reconhecer, em relação à trajetória ocupacional de Ricardo, o mesmo princípio que parece orientar sua longevidade escolar, já referido anteriormente: trata-se do mecanismo da *autodeterminação*, caracterizado por seu papel ativo na construção de sua carreira profissional.

Duas questões podem ser ressaltadas em relação aos relatos de Ricardo e Mônica. Em primeiro lugar, a representação do trabalho como o resultado do reconhecimento de suas capacidades pessoais. Poderíamos utilizar aqui o que Trottier et al. (1997) define *como um engajamento social no trabalho*. Mas, ao mesmo tempo, o trabalho representa para nossos informantes uma necessidade de demonstrar a si e também aos outros que são

importantes e esperam ser reconhecidos por aquilo que fazem. Ou seja, aquilo que o mesmo autor chama de *a necessidade da integração social no trabalho*.

Todo o empenho e dedicação não podem ser vistos única e exclusivamente numa perspectiva de ganhos materiais. Cada qual à sua maneira expressa um sentimento de insegurança. Em segundo lugar, embora estivessem em condições de trabalho diferentes - Ricardo sente-se realizado e tem um vínculo estável, Mônica sente-se frustrada por não poder dar continuidade ao seu trabalho e está temerosa em relação ao desemprego -, ambos parecem compartilhar de um sentimento comum: a insegurança quanto ao futuro profissional.

Vejam os a seguir as situações de Clóvis, Marcela, Rosa e Catarina. Todos com um perfil socioeconômico bastante próximo, apresentam características comuns em relação ao processo de inserção profissional quando analisamos a trajetória de cada um. No entanto, a percepção que cada qual constrói de seu processo de inserção profissional tende a variar em função das condições concretas em que se encontravam no momento da entrevista. Primeiramente examinaremos os casos de Clóvis e Marcela por apresentarem mais explicitamente uma adesão ao discurso da *empregabilidade*. Em seguida trataremos dos casos de Rosa e Catarina por apontarem a inserção no serviço público como um paliativo às incertezas do mercado de trabalho.

Durante o curso de graduação Clóvis trabalhou no colégio onde havia estudado, exercendo o cargo de professor de atividades extra-curriculares, um trabalho que ele sempre considerou como temporário, uma vez que não era da sua área de formação, mas que foi importante para sua formação porque ali ele aprendeu noções de interdisciplinariedade, um conceito caro para sua atuação profissional, conforme ele mesmo avalia.

Desde que ingressou no curso de Direito, Clóvis, embora em alguns momentos tenha oscilado entre uma ou outra carreira nessa área, teve certeza de que ingressara no curso certo. Para ele, a vocação não pode ser pensada unicamente sob o prisma profissional, é preciso levar em conta outros elementos como o afetivo, o social e o espiritual. Avaliou que se tomasse a decisão de seguir a carreira diplomática poderia comprometer “outras dimensões da vocação”. Então desistiu da idéia e esperou que o tempo lhe apontasse uma outra oportunidade. E de fato a espera foi proveitosa. Logo depois de formado, recebeu um convite para abrir um escritório de advocacia com uma pessoa da família. Num “misto de acaso e busca”, como classifica sua escolha para a

carreira do Direito Tributário - “acaso”, porque recebeu o convite, e “busca”, porque soube ver a oportunidade que se abriu -, visualizou uma nova perspectiva profissional, inclusive com a vantagem de aproveitar sua formação em Administração de Empresas. Assim se refere à sua decisão:

Então eu percebi ali, não só uma possibilidade de casar vários interesses como o de manter em [cidade onde mora] e ... me mantendo com os laços anteriores que eu sempre cultivei e numa área que me poderia ser afim, me parecia no início ser afim, que é uma área do Direito Público, no caso, o Tributário, e com uma possibilidade real, concreta e imediata de estar no mercado, que seria a partir de uma iniciativa comum de busca, como eu disse, pessoal e de mais outro sócio né? que já também tinha uma experiência de mercado, isso facilitaria.

No momento da entrevista possuía, junto com seu sócio, um escritório de advocacia já havia cinco anos e durante esse período teve um crescimento, embora ainda não o considerasse o ideal. Entende que na atividade de advocacia o sucesso financeiro depende do grau de competência e empreendedorismo de cada um. É preciso prestar bons serviços para ser aceito no mercado e isso não é fácil porque o mercado do Direito está saturado. Uma saída, segundo Clóvis, é buscar constantemente o aprimoramento profissional e usar da criatividade para lidar com a concorrência. Mas ao mesmo tempo acredita que o fato de ter conseguido ingressar numa universidade considerada de qualidade tem um peso especial na sua carreira.

Considera-se satisfeito no plano pessoal e profissional, mas espera ir mais além porque “onde há uma vontade sempre há um caminho”. E ainda afirma:

A estabilidade é importante, mas daí você também tendo a mínima competência no exercício da tua atividade como advogado você consegue uma estabilidade muito grande né, por certas formas como eu disse, assessorias, ... as causas que aparecem elas te permitem, vamos dizer assim, um plus profissional quanto financeiro. Você sempre tem que tá buscando um ... uma meta mínima ... é isso que faz com que a carreira seja um pouco maior, mas compensadora quando você vê que o resultado surge, não só no aspecto financeiro ... mas também no profissional, reconhecimento profissional da atividade...

Pretendia fazer futuramente um concurso público para seguir a carreira de Magistratura, pois entende que tem muito a contribuir com a justiça brasileira. O que o

atraía era a possibilidade de ter poder para tomar certas decisões. Fora essa questão específica, afirma que o serviço público não lhe interessa, contrariamente ao que percebe entre seus colegas de graduação, pois parte deles seguiu esse caminho.

Clóvis explica que essa é uma trajetória “natural” para quem vem do Direito porque muitas perspectivas se abrem, mas é preciso aceitar os limites impostos pelo serviço público, como a impossibilidade de se galgar patamares mais altos. Informa que esse não é o seu perfil. Distingue dois tipos de profissionais em relação à carreira de Direito: aqueles “que estão numa condição contingencial e aqueles que são advogados de fato”. E explica:

Sim ... é comum você paliativamente estar advogando, você temporariamente advogando mas com os olhos voltados a um concurso público nessas áreas que eu comentei, Magistratura, Ministério Público, né? Promotoria ou Procuradoria de determinadas instituições. Mas aqueles que advogam de fato né? com a intenção de continuar advogando são poucos.

Clóvis parece representar aquele perfil caracterizado por Trottier et al. (1997) que vê a inserção profissional não condicionada à aquisição de um emprego estável no sentido de garantias institucionais, mas como consequência de um engajamento pessoal que possibilita ao profissional conquistar o seu espaço no mercado de trabalho. Este entendimento perpassa todo o seu relato. Em outros termos, para Clóvis, a estabilidade profissional como um dos aspectos da inserção profissional deve ser vista como o resultado da competência de cada um em saber enfrentar com criatividade as adversidades impostas pelo mercado de trabalho. Trata-se, a nosso ver, da adesão ao discurso da empregabilidade já referida neste trabalho.

Quando analisamos o relato de Marcela, ainda que sua situação socioeconômica seja bastante próxima da situação de Clóvis, percebemos que as dificuldades que encontra para inserir-se profissionalmente fazem com que ela coloque em questão o discurso da competência como atributo único para o sucesso profissional, sem entretanto negá-lo.

Marcela trabalhou como estagiária durante a graduação em Administração de Empresas. A idéia de direcionar-se para o *marketing*, como relatou, nunca foi abandonada. Após a conclusão do curso de graduação, ficou desempregada durante seis meses. Assim se expressa sobre o seu desemprego inicial:

Foi tempo demais, e eu sou uma pessoa que me cobro muito e eu não consegui entender porque eu sendo uma das melhores alunas da minha turma é ... sabendo que eu tinha competência, falaram que quando a gente sai da universidade a gente é totalmente crua, né? apesar de já ter feito estágio durante praticamente todos esses cinco anos [de graduação], mesmo assim é claro que é tudo novidade, mas eu não consegui entender ... a gente acaba sempre trazendo ... Ah! a culpa é minha, deve ser alguma coisa comigo.

Critica a universidade por não preparar melhor o aluno para enfrentar o mercado de trabalho e em certa medida tenta justificar sua situação de “desemprego inicial”. Seu primeiro emprego após a saída da universidade foi conseguido por intermédio de seu namorado, que trabalhava numa agência de propaganda. Passou por um pequeno processo de seleção. Assumiu a área de *marketing* da empresa - onde ficaria durante três anos -, mas ainda sentindo-se um pouco despreparada. Nessa época iniciou um curso de especialização na mesma área em que atuava, considerando-o, apesar de para ela ter sido um tanto repetitivo em relação ao conteúdo da graduação, muito importante para adquirir experiência com seus colegas, muitos deles mais velhos.

Atualmente trabalha numa empresa de telecomunicações, emprego conseguido por meio de um anúncio da empresa em jornal oferecendo uma vaga na área de *Marketing*. Depois de passar por um processo seletivo bastante rigoroso, foi contratada. Não está satisfeita com o salário, nem com as condições de trabalho, mas admite que ter no currículo uma passagem por essa empresa é algo positivo, conforme suas palavras:

Aqui dentro eu vejo isso, a política é bem clara, precisa estar disposta a receber ... R\$ 500,00 por mês, tem fila de gente na porta querendo ...eu tenho que reconhecer que trabalhar na [nome da empresa], pro currículo é ótimo, isso aqui é uma vitrine, é excelente ter a [nome da empresa] no currículo, né? mas ... ha! e trabalhar assim de crescer profissionalmente aqui não tem nenhuma política de crescimento clara, não tem ... até ha! Eu tô aqui hoje, daqui a cinco anos, daqui a três anos onde é que eu posso estar? Porque simplesmente eu não tenho para onde crescer.

Essa situação é ainda agravada em sua avaliação pela política atual de ampliação do acesso ao ensino superior via universidades privadas. Marcela faz severas críticas às formas pelas quais as universidades vêm crescendo. Não tolera ter de concorrer no mercado de trabalho com profissionais que julga não estarem bem preparados porque oriundos de

instituições de ensino supostamente sem qualidade, mas que se sujeitam a receber salários abaixo daquilo que deveriam exigir. Assim se expressa:

Antes mesmo assim quando ... dos primeiros processos de seleção que eu fiz que tinha uma pessoa que não era formada ... tá eu vou mencionar nomes porque ... por exemplo uma pessoa que era formada na [nome da universidade privada] a gente já sentia uma diferença gritante assim nas conversas que a gente tinha entre a gente, sabe? Não sei se era a nossa turma em si que era um pessoal realmente muito inteligente de um nível mais alto ou se foi a faculdade ou se uma coisa puxou a outra, mas a nossa turma realmente era muito boa e aí quando colocava do lado essas pessoas assim ... sabe o nível de conversa assim, o grau de conhecimento era infinitamente superior assim, sabe? Dava pra perceber.

Além de mencionar questões relativas à formação, Marcela também tece comentários sobre a própria situação do mercado de trabalho na cidade. Entende que há poucas ofertas e muita demanda de empregos. Cita como exemplo seus colegas de graduação que, em grande parte, tiveram de deixar a cidade à procura de novas oportunidades ou que viajaram para o exterior. Marcela também estava se organizando para ir para o exterior. Embora já dominasse o inglês, pretendia naquele ano (2002) matricular-se num curso da língua. Seu objetivo era realizar um mestrado fora do país.

Sua maior angústia é não ter tido antes a iniciativa de ir para o exterior, especialmente no momento da saída da universidade, quando ficou seis meses desempregada. Acredita que uma estada no exterior lhe proporcionaria “experiência de vida” como pessoa. No âmbito profissional não tem muita certeza de realização porque as experiências profissionais que as pessoas que conhece têm no exterior são de garçonne, babá e outras. Essas são situações que avalia não acrescentarem muito no plano profissional. Mas acreditava que fugir da condição em que se encontrava não era tão simples, a menos que conseguisse uma bolsa de estudos, que era exatamente o que pretendia conquistar juntamente com seu noivo, que naquele momento encontrava-se fora do país estudando inglês e fazendo “bico” para “juntar” dinheiro e viajar pela Europa.

Seu namorado deveria retornar ao país brevemente e, então, juntos pretendiam ir para o exterior e fazer uma pós-graduação. O irmão de Marcela, que também é formado em Administração, naquele mesmo ano estava indo para o exterior. A dúvida de Marcela era saber se iria adaptar-se à condição de garçonne ou de ter de “lavar panelas”, uma vez que, avalia, aqui no Brasil já havia passado por duas empresas, sabia do seu valor profissional, e

sua tolerância a esse tipo de vida era bem menor do que talvez quando mais jovem, recém-formada. De todo modo conclui: “Eu acho que vai ser difícil ... eu acho ... mas é uma coisa pela qual eu quero passar, até porque também não me sinto tão bem aqui como poderia estar ...”

Sobre o seu futuro, Marcela admite:

Aí eu já não penso nada, eu tô bloqueada, não, não é que eu não sei porque eu não penso sobre isso, porque eu penso bastante, mas é porque ... é como eu disse: eu tô numa situação hoje, que eu simplesmente eu não ... um emprego ... não sei ... até acho que vou ter de criar alguma coisa para eu fazer, entende? Tomara que a gente já tenha dinheiro suficiente para voltar e conseguir abrir um negócio próprio ou entrar em sociedade com alguém em alguma coisa.

Em seu relato, Marcela não vê grandes perspectivas se ficar na cidade. Avalia que as condições não vão melhorar. Tem notícias de colegas que estão passando por essa mesma situação. Começa a perceber que aquilo que a universidade prega não encontra correspondente no seu cotidiano. E ressalta:

Sabe aquela imagem que a gente tem ... que isso eu também falo que quando a universidade não te prepara, que a gente acha que se tu for bom naquilo que tu faz né? se tu for competente, se tu vestir a camisa, se tu tiver ... tu vai ter dinheiro para ter tua casa, ter teu carro, né? poder fazer ... ter o mesmo padrão que tu tens na tua casa enquanto tu moras com os teus pais, e não dá.

Conforme podemos observar em seus relatos, Marcela parece decepcionada e demonstra o mesmo sentimento de insegurança em relação ao seu futuro profissional, considerando até a possibilidade de mudar de país como alternativa perante as dificuldades e frustrações que vivencia como portadora de um diploma de graduação e pós-graduação em nível de especialização numa instituição de reconhecida qualidade no cenário nacional.

Os relatos de Clóvis e Marcela, ambos pertencentes a um meio social e cultural mais favorecido - a julgar pela elevada renda e alta escolaridade dos pais, rede de ensino freqüentada nos níveis fundamental e médio (privada), cursos de línguas e outros aspectos que denunciam um certo pertencimento social - apresentam conotações diferentes a respeito da percepção que cada um tem sobre o mercado de trabalho e sua situação profissional. Enquanto o primeiro acredita que o seu desempenho atual advém de sua

capacidade de enfrentar as dificuldades postas pelo mercado de trabalho, a segunda admite que não basta estar disposta e preparada para ultrapassar as adversidades, pois o crescimento de universidades sem uma devida fiscalização acaba por contribuir para a formação de profissionais em número superior à demanda, além de não possuírem a qualidade desejada, o que significa uma concorrência “desleal” num mercado de trabalho já saturado.

Tanto num caso quanto no outro, a idéia da inserção profissional em condições que entendam satisfatórias aos seus anseios pessoais e profissionais passa pela possibilidade individual de enfrentamento do mercado de trabalho. Se para Clóvis o seu sucesso depende da sua capacidade pessoal de conquistá-lo, e ele acredita estar no caminho certo, Marcela tampouco nega esse discurso, daí o seu “espanto e decepção” quando se defronta com uma situação profissional que julga não fazer jus à sua capacidade profissional. O problema, na sua concepção, parece estar na impossibilidade de se conter o número excessivo de profissionais mal preparados que se sujeitam a qualquer salário e condições de trabalho, dificultando o “correto equilíbrio” entre competência e oportunidade de trabalho.

Passemos agora a examinar o caso de Rosa. Também graduada em Administração de Empresas, trabalha no serviço público desde quando ingressou na universidade. Fez o concurso por entender que na época o salário era bom quando comparado com o salário pago aos estagiários. Profissionalmente não se sente realizada porque seu objetivo sempre foi trabalhar com o turismo, projeto que busca realizar conciliando o seu trabalho na Secretaria da Saúde com a carreira no magistério superior em uma universidade privada. Conforme relata:

O que eu almejo é conseguir uma ocupação que me garanta uma remuneração melhor, porque a que eu ganho aqui é ... insatisfatória e ... também o que gostaria de fazer é lecionar mesmo ... é o que eu sinto que me dá prazer, então ainda essa de unir o bom e o útil não aconteceu não, definitivamente ainda não, ainda estou correndo atrás.

Embora a todo momento diga que a estabilidade não foi um motivo que a fez permanecer no emprego público, que esse não seria um fator atrativo, admite que ter uma renda garantida é bom. Conforme suas palavras:

Não, uma coisa que pra mim aqui é secundária, assim, não é questão de ter estabilidade, só talvez em relação à remuneração, pelo menos a gente

sabe que pode contar com aquele ... com aquela renda, né? Com esse valor pelo menos, né? Que é pouco mas pelo menos é uma coisa que a gente sabe que é mais ou menos certa, né? Mas não é o fato de ter estabilidade, se aposentar no mesmo emprego, que me faz permanecer aqui. Ainda me prendo um pouquinho só por essa questão da remuneração, porque hoje em dia a gente não pode, infelizmente, viver sem salário ... né? De uma fonte pelo menos.

Também no caso de Rosa parece evidenciar-se a preocupação com a instabilidade em relação ao seu futuro profissional e ela admite a importância da certeza do recebimento de um salário ao final de cada mês, ainda que considere que isso não tenha nada a ver com a estabilidade no serviço público, vínculo do qual não “abre mão”.

Finalmente observemos a situação de Catarina. Graduada em Odontologia, na entrevista se restringe a falar da sua situação após a saída da universidade. Sua fala refere-se quase que exclusivamente às dificuldades encontradas para se estabelecer na profissão, suas decepções e expectativas. Quando concluiu o curso de graduação foi trabalhar numa cooperativa de dentistas onde trabalhava sua irmã, que por motivo de gravidez precisou afastar-se. Catarina assumiu o seu lugar e não teve muitas escolhas de horários. Mas ressalta que apesar disso ainda valia a pena porque na cooperativa poderia ir conquistando uma clientela. Também trabalhou, logo que recém-formada, numa clínica odontológica de uns amigos na área de ortodontia.

No momento da entrevista possuía consultório próprio e continuava na cooperativa. Porque assim conseguiria ampliar sua clientela, uma das maiores dificuldades dos dentistas, especialmente em sua cidade, onde a concorrência é uma das mais altas do país, segundo seu relato. Ainda assim, julgava valer a pena manter-se na cidade por questões familiares e de qualidade de vida.

Acreditava ser interessante atuar no serviço público, apesar de não considerar o salário bom. Chegou a prestar um concurso público, mas não obteve êxito. Considerava que nesse setor os dentistas “vão se protegendo” com o aval do sindicato para compensar a política salarial e explica:

Não sei bem como é que é, que funciona, mas eu já vi assim, que às vezes o concurso é pra 40 horas e depois eles ... por exemplo, a prefeitura.. quem é funcionário da prefeitura não trabalha 40 horas, trabalha menos. Eles fazem acordo com o sindicato por causa do salário que não é muito bom ... Não é uma maravilha, mas ... é, tinha estabilidade, tinha salário integral, agora também já não está tão atrativo, né?

Entende que a situação dos profissionais liberais não é tranqüila porque não existe a garantia de um salário fixo no final do mês, não há férias nem 13^o salário. Mas suas despesas são sempre certas, inevitáveis. Tem de pagar secretária, aluguel, água e luz e outros gastos. O que faz com que um dentista, como ela, tenha de trabalhar cada vez mais para dar conta de seus compromissos financeiros, como por exemplo a contribuição previdenciária privada que paga para fins de aposentadoria.

Sobre sua insatisfação profissional, assim se expressa:

É o tempo que é mais precioso. Porque daí se tu iria cobrar sei lá, cem para fazer em uma hora, não pode cobrar cem tem que cobrar trinta. Tu em uma hora vai ter que atender mais gente ... tem que produzir mais para manter o nível razoável de sobrevivência. Então isso é ruim! ... No início tudo é muito bonito, né? Cobra bem pouquinho, se esforça ao máximo, faz do bom e do melhor, só que com o tempo tu vê que tu está precisando ganhar mais, tem que pagar escola, não sei o quê ... Aí, automaticamente reduz o tempo primeiro.

Catarina revela que as condições de trabalho do dentista não estão nada fáceis. Apesar de achar que ainda está numa situação melhor do que muitos de seus colegas, sente medo do futuro, de não ter trabalho ou pacientes e ter de cobrar muito pouco. Sente o amanhã de forma bastante insegura e relata:

Às vezes eu fico sem dormir, pensando, assim, a cabeça fica funcionando pra pensar o que eu posso fazer pra diferenciar, porque a competição está muito grande. Então, é ... não é? Você que vai ... porque na verdade tu não tens nenhum emprego, não tem nenhuma estabilidade.

Afirma ainda que gostaria de futuramente fazer um mestrado porque gosta de dar aula, além disso seria uma forma de estar se atualizando sem pagar nada [refere-se ao mestrado em uma universidade pública] e de tornar-se reconhecida na profissão. Mas acreditava que o ingresso [como professora] numa universidade pública seria muito difícil, e nas instituições privadas o salário não seria bom.

Rosa e Catarina, apesar de atuarem em áreas diferentes apresentam pelo menos uma preocupação semelhante em relação a sua situação profissional atual e futura, qual seja, a incerteza. A primeira tenta conciliar sua atuação no serviço público com um vínculo

precário numa instituição de ensino privada, pois sua atividade como docente lhe é mais prazerosa e o salário mais compensador, ainda que incerto, já que depende do número de horas-aulas que ministra a cada semestre. O problema é que não se sente suficientemente segura para abrir mão do seu vínculo no setor público, apesar do baixo salário, e dedicar-se integralmente ao magistério superior. Ou seja, a estabilidade representada pela garantia de um salário fixo e a incerteza do setor privado a fazem viver esse dilema. A segunda, que atua como profissional liberal, ressalta as dificuldades de arcar com uma série de despesas mensais sem a certeza de um retorno financeiro que seja equivalente ao seu investimento. Aspira a um ingresso no serviço público, apesar de uma avaliação negativa sobre suas condições salariais e de trabalho, porque poderia encontrar a garantia de uma renda fixa e possibilidades de ampliar sua clientela, especialmente se o vínculo for com uma universidade.

Os relatos de Ricardo, Mônica, Marcela, Rosa e Catarina, conforme procuramos mostrar, apresentam em comum, ainda que pesem as diferenças entre as carreiras e as condições socioeconômicas e culturais, o fato de deixarem transparecer uma certa preocupação com as perspectivas futuras em relação a sua atuação profissional. Insegurança parece a expressão mais apropriada para descrever esse sentimento. Enquanto para uns (Ricardo, Rosa e Catarina) o vínculo com o serviço público cumpriria ou cumpre em parte o papel de “provedor” em relação a essa necessidade de sentirem-se “amparados” diante das incertezas das condições de trabalho do futuro e mesmo do presente, para outros (Mônica e Marcela) essa “solução” não se explicita. No entanto, sabem que o “amanhã” não está assegurado.

O serviço público, nos parece, é visto por nossos entrevistados, não como uma opção, mas como uma alternativa diante das dificuldades de se lidar com a instabilidade do mercado de trabalho. Entendemos que esse sentimento de insegurança por eles compartilhado não pode ser apreendido como uma “coincidência” ou como um “acaso” que aproximaria nossos informantes. Gostaríamos de situar essa questão num outro plano, qual seja, o da necessidade de se compreender a insegurança como uma expressão das novas formas de organização do trabalho, tanto de base física quanto organizacional, impostas pelo novo modelo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve sua origem na tentativa de se apreender os processos de inserção profissional dos jovens portadores de um diploma de graduação cujas experiências têm sido vivenciadas num momento marcado por profundas modificações no padrão de acumulação capitalista, dentre as quais a necessidade do capital de dispensar parte da mercadoria força de trabalho. Nesse contexto ganha destaque o discurso da *empregabilidade* como “antídoto” contra o desemprego.

Temos, de um lado, a crescente demanda para o acesso a um curso universitário e, por outro lado, as dificuldades do mercado de trabalho em absorver um contingente de trabalhadores cada vez mais escolarizado, ainda que em condições bastante heterogêneas quando levamos em conta a diversidade de instituições de ensino, sejam elas do setor público ou do privado.

Tal situação nos levou a questionar como tem se caracterizado o processo de inserção profissional para essa parcela da população que obteve sua titulação num contexto de privatização do ensino superior, diminuição de verbas para o atendimento do setor público e estreitamento das oportunidades ocupacionais. Como ocorre essa inserção e em que medida se podem estabelecer relações entre o tipo de instituição de ensino, o segmento social ao qual pertence o jovem e sua inserção no mercado de trabalho atual?

A partir da investigação da situação profissional dos egressos de três universidades localizadas no estado de Santa Catarina, oriundos de cinco carreiras (Administração, Direito, História, Odontologia e Pedagogia), percebemos que a inserção no mercado de trabalho para os jovens que possuem uma titulação de nível superior não ocorre de maneira alheia às suas condições materiais de existência, isto é, ainda que esses jovens sejam “igualados” pela condição de possuidores de um diploma de graduação, sua origem social tende, em certa medida, a caracterizar e, portanto, diferenciar seus processos de inserção profissional. Essa constatação vem de encontro à idéia amplamente disseminada de que a capacidade individual dos sujeitos em saber se portar diante das exigências colocadas pelo mercado de trabalho, ou seja, em tornar-se “empregáveis”, resulta meramente de seus próprios esforços.

Embora mais de 90% dos egressos contatados estivessem empregados no momento da pesquisa, a situação profissional em que se encontravam era extremamente diversificada, sobretudo em termos salariais. Os dados informam que, quanto maior é a escolaridade e renda dos pais, mais alto tende a ser o salário dos egressos. Os que ganham mais são também os que estão mais satisfeitos no trabalho.

Entretanto um aspecto deve ser ressaltado na interpretação dessas informações, qual seja, a carreira. Os egressos que auferem maiores salários são oriundos dos cursos de Direito e Odontologia, seguidos pelos egressos do curso de Administração de Empresas. Já os jovens diplomados em Pedagogia e História são os que recebem em média os menores salários.

A origem institucional tem também sua importância na definição da composição salarial de nossa amostra. Ou seja, houve uma concentração de egressos com os melhores salários oriundos da universidade federal. Porém, essa não pode ser uma informação que nos conduza à uma interpretação precipitada, segundo a qual os ricos estariam no setor público e apenas os pobres no setor privado, uma vez que são igualmente provenientes daquela instituição 31,4% dos que recebem uma renda igual ou inferior a nove salários mínimos. Índice ligeiramente inferior ao percentual dos egressos da universidade privada que se encontram na mesma faixa salarial.

Os dados da nossa amostra apresentam ainda um outro aspecto a ser considerado em relação ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho: trata-se da forma como acessaram o seu último emprego. Dentre os que apresentam os piores salários, predominam os que conseguiram seus empregos por intermédio da família, enquanto que aqueles que concentram os melhores salários se utilizaram das relações de amizade, embora não descartassem o meio familiar. Entendemos que a percepção dessa diferenciação se mostrou relevante para que pudéssemos melhor visualizar a composição dos processos de inserção profissional entre os jovens. Esses processos parecem guardar certa relação com o perfil socioeconômico do egresso.

Assim, a utilização de uma ou outra via de acesso ao emprego pode indicar as facilidades ou dificuldades por parte do egresso e seus familiares de manter uma rede de relações sociais relativamente “produtiva”, com maior poder de alcance. De toda maneira, contrariando o discurso neoliberal da *empregabilidade*, do “saber-ser”, da “competência” como qualidades construídas individualmente, e portanto meritocráticas, os empregos “conquistados” parecem depender menos dessas formas ditas “universais e democráticas”,

e associar-se mais às formas particularistas, nas quais outros recursos são utilizados. Em última análise essas diferenciações tornam mais evidente a idéia de que a inserção profissional entre os egressos do ensino superior não pode ser apreendida unicamente a partir de um denominador comum, qual seja, a simples obtenção de um título de graduação.

Mesmo entre aqueles que acessaram seus empregos por meio de um concurso público, uma via em princípio aberta a todos – o que pressuporia a igualdade de condições –, os dados mostram que dentre eles é possível detectar segmentações que nos reportam à carreira e à origem social do candidato. Em outros termos, existem discrepâncias salariais em relação aos egressos que “optaram” pela carreira no setor público. Os que recebem melhores salários são egressos do curso de Direito, especialmente da universidade federal. Seus pais possuem, na média, maior nível de escolarização e renda, contrariamente ao que se verifica entre os egressos do curso de História e Pedagogia, cujos salários são mais baixos e cujos pais apresentam, na média, grau de escolarização e renda menores. Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à possibilidade de ascensão na carreira. Enquanto para os primeiros isso se coloca como um “motivador” para que sigam adiante, realizando novos concursos para ascender de nível, para os segundos, a “alternativa” mais evidente é permanecer no magistério público e sujeitar-se às condições salariais crescentemente aviltantes.

O recorte salarial serviu para indicar uma certa “qualidade de inserção”, que está relacionada com a carreira e esta, por sua vez, com a origem social do candidato. Mas nossos dados são também reveladores de que as dificuldades atualmente verificadas em torno das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho têm suscitado certas modificações no que se entende pela passagem da fase da juventude para a idade adulta. Foi-se o tempo em que o fim de um ciclo implicava necessariamente o começo de outro, dentro de determinadas características e cronologia relativamente previsíveis. Estamos nos referindo especificamente ao término dos estudos, ao ingresso no mercado de trabalho e à constituição de uma nova família.

Entre os nossos informantes é expressivo o percentual que afirmou ter trabalhado durante o período de graduação, mesmo entre aqueles provenientes de famílias com maior capital escolar e econômico, contrariando nossa hipótese inicial de que a continuidade dos estudos tende a expressar uma estratégia de adiamento do confronto com o mercado de trabalho. Assim como é significativo o número de jovens que, mesmo após quatro anos de conclusão do curso, permanecem solteiros. O que nos faz acreditar que conciliar estudo e

trabalho e adiar a constituição de uma nova família podem ser estratégias para melhor enfrentar o mercado de trabalho.

No primeiro caso, o trabalho pode ter um valor para além da satisfação das necessidades financeiras e referir-se a uma espécie de “preparação” para o futuro. Nessa perspectiva, trata-se não de *adiamento*, já que esses jovens se encontram no mercado de trabalho num período em que poderiam dedicar-se exclusivamente aos estudos – no caso daqueles que efetivamente poderiam fazer essa opção –, mas de *antecipação* a determinadas ações como forma de garantir um espaço nesse mercado, seja por razões de ordem econômica ou não. No segundo caso, o investimento na carreira exige disponibilidade de tempo e dinheiro, que, associada à insegurança em relação ao “mundo do trabalho”, pode tornar incompatível, pelo menos por algum tempo, o projeto de formação de uma nova família.

Sobre essa última questão, ressaltamos que a carreira apresenta um peso importante na composição do estado civil do egresso, segundo nossa amostra. O que nos faz concluir que, dependendo da carreira do jovem, a necessidade de se adiar a formação de uma nova unidade familiar se apresenta com maior ou menor ênfase. Os contrastes podem ser percebidos entre os egressos do curso de Pedagogia e História, de um lado, e Odontologia, do outro. Entre os primeiros, a constituição de uma nova família parece não ser visto como um complicador na carreira, sendo a mais provável a do magistério. O contrário é observado entre os provenientes do curso de Odontologia, que, em sua grande maioria, tornam-se profissionais liberais e tendem a permanecer solteiros após quatro anos de obtenção do diploma. Ser um profissional liberal significa ter de passar por um período crítico de grandes investimentos financeiros sem um retorno imediato e seguro; o mesmo não pode ser dito em relação ao magistério, cujas condições, tendencialmente precárias, já são dadas *a priori*.

As entrevistas com os egressos apontam que o processo de inserção profissional vai se construindo de maneira diferenciada quando se considera a origem social. Tal diferenciação é perceptível quando se analisam os caminhos que cada um percorre. Para aqueles cuja família apresenta maior escolaridade e renda a entrada no mercado de trabalho tende a expressar uma racionalidade equivalente ao seu próprio processo de escolarização, ou seja, o planejamento, o direcionamento. Tendem a ver o resultado disso como uma consequência natural de seus esforços pessoais, embora não neguem a influência de suas origens sociais. Para aquele proveniente de uma família com poucos recursos financeiros e

baixo nível de escolaridade, o ingresso no mercado de trabalho tende a se pautar por encaminhamentos que se seguem a partir de uma lógica do “possível”, o que não significa excluir sua capacidade de autodeterminação em torno de seus objetivos.

Entretanto, para além das diferenças sociais, um aspecto parece ser comum à maioria dos egressos entrevistados: o sentimento de fragilidade e provisoriedade diante das incertezas sobre o seu futuro profissional. A configuração de um novo modelo de acumulação capitalista - a reestruturação produtiva -, que tem em sua lógica o enxugamento dos postos de trabalho, atinge, ainda que não de maneira uniforme, a todos os segmentos sociais, gerando nesses jovens um sentimento de grande insegurança e incerteza quanto ao seu futuro profissional e pessoal. Esses sentimentos em relação ao futuro laboral parecem evidenciar quão falacioso é o discurso da *empregabilidade*, que tem na precarização das relações de trabalho uma de suas faces mais perversas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. Ultrapassando o pai – Herança cultural restrita e competência escolar. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 81-98.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARLIAUD, Michel e ECKERT, Henri. *Quand les jeunes entrent dans l'emploi*. Paris: La Dispute, 2002.

AUDIER, Florence. La Fonction publique: un débouché majeur pour les plus diplômés. *Économie et Statistique*, Paris, n. 304/305, p. 137-148, 1997.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O Trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 76-95, maio/dez. 1997.

BALTAR, P. E. de A. et al. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B. de; MATTOSO, J. E. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 87-108.

_____; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C.A.B. de; MATTOSO, J. E. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 109-148.

BIANCHETTI, Lucídio. *Da chave de fenda ao laptop. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação*. Petrópolis/Florianópolis: Vozes; Unitrabalho; Editora da UFSC, 2001.

BONNEWITZ, Patrice. *Pierre Bourdieu: vie, ouvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2002.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 39-64.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71-80.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 81-126.

BOURDIEU, P. et PASSERON, J.C. *La Reproduction*. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Éd. de Minuit, 1970.

_____.; PASSERON, J.C. *Les Héritiers*: les étudiants et la culture. Paris, Éd. de minuit, 1985.

_____.; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 217-228.

CARDOSO, R. C. Leite; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação (Anpocs), ano 9, n. 26, p. 30-49, 1994.

CASTRO, M. H. M.; PAUL, J. J. As atividades profissionais dos ex-alunos da USP. *NUPES*, São Paulo, 1992.

CHARLOT, Alain; POTTIER, François. Dix ans d'insertion des diplômés universitaires. *Formation Emploi*, Paris, n. 25, p. 3-18, 1989.

CHARLOT, Bernard e GLASMAN, Dominique (coord.). *Les jeunes, L'insertion, L'emploi*. 2^a ed. Paris: PUF, 1999.

CHIESI, A.; MARTINELLI, A. O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 110-125, maio/dez. 1997.

CORROCHANO, M. C.; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPÓSITO, M. *Estado do conhecimento: juventude*. São Paulo, 2000. 294p. Disponível

em:<http://www.Inep.gov.br/comped/estudos/juventude_educacao.htm>. Acesso em: 15 abril 2001.

DEDECCA, Cláudio S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. (Orgs.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 55-86.

DEGENNE, Alain; FOURNIER, Irène; MARRY, Catherine; MOUNIER, Lise. Les relations sociales au coeur du marché du travail. *Sociétés contemporaines*, Paris, n. 5, p.75-9, mars.1991.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan, 1997.

DOSSOU, F.S. Un bilan des mécanismes et modes d'insertion professionnelle des jeunes à 20, 22 ans. In: BALAZS, G. et al. *Jeunes et premiers emplois*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. p. 195-225 (Cahiers du Centre d'études de l'emploi, 20).

DRANCOURT- NICOLE, Chantal; BERGER- ROULLEAU, Laurence. *Les jeunes et le travail: 1950-2000*. Paris: PUF, 2001.

DUBAR, Claude. *La socialisation*. 3^a ed. Paris: Armand Colin, 1998.

_____. Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion. In: CHARLOT, Bernard; GLASMAN, Dominique (coord.). *Les jeunes, L'insertion, L'emploi*. 2^a ed. Paris: PUF, 1999. p. 29-37.

_____. *La crise des identités*. 2^a ed. Paris: PUF, 2001.

DUPREZ, Jean-Marie; GRELON, André; MARRY, Catherine. Les ingénieurs des années 1990 : mutations professionnelles et identité sociale. *Sociétés contemporaines*, Paris, n. 6, juin. 1991.

EPIPHANE, Dominique; MARTINELLI, Daniel. Famille, petites annonces, ANPE ... : L'accès à l'emploi des diplômés de l'enseignement supérieur. *Formation Emploi*, Paris, n. 58, p. 79-87, avril/juin.1997.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Ensino Superior na virada do século: as posições do Banco Mundial e da UNESCO. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 6, p. 75-84, jan./jun. 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERRETTI, C. *Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____ et al. (Orgs.). *Novas Tecnologias, trabalho e educação*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FIDALGO, Fernando. *A formação profissional negociada: Brasil e França, anos 90*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.

FORCÉ, Michel. Capital social et emploi. *L'Année Sociologique*, Paris, n. 1, v. 47, p. 143-181, 1997.

FORACCHI, Maria Alice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FORQUIN, J. C. *Sociologia da educação: dez anos de pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____ et al. (Orgs.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1998.

GALLAND, Olivier. Un nouvel âge de la vie. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. XXXI, n. 4, p. 529-551, 1990.

_____. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1991.

_____. L'entrée dans la vie adulte en France: bilan et perspectives sociologiques. *Sociologie et Sociétés*, Paris, v. XXVIII, n. 1, p. 37-49, 1996.

FREIRE, Z. D. R. e PAUL, J.J. O mercado de trabalho para os egressos do ensino superior de Fortaleza. *NUPEES*, São Paulo, 1997.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI et al. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

GIRET, Jean-François; KARAA, Adel; PLASSARD, Jean-Michel. Modes d'accès à l'emploi des jeunes et salariés. *Formation Emploi*, Paris, n. 54, p. 15-34, 1996.

GOIS, Antonio. Sobram vagas em universidades privadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 2001. Cotidiano, C5.

GOMES, Jerusa V. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 53-62, maio/dez. 1997.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Escolaridade e emprego. In: _____ *Democratização do ensino e oportunidades de emprego*. São Paulo: Loyola, 1981.

GRATUIDADE nas federais ainda provoca debate. *Folhaonline*. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u13326.shtml>. Acesso em: 03/08/2003.

GRANOVETTER, Mark. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. et al. *Novas Tecnologias, trabalho e educação*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 128-142.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LETELIER, Maria Eugênia. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. *Caderno de pesquisa*, n.107, p.133-148, jul. 1999.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 3, p. 15-31, jan./dez. 1998.

MADEIRA, F. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

_____. A “onda jovem” e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 8, dez. 1992.

_____. Demografia da violência - a "onda jovem". *O Estado de São Paulo*, 16 jan. 1997.

MARRY, Catherine. Origine sociale et réseaux d’insertion des jeunes ouvriers. *Formation Emploi*, Paris, n. 4, p. 3-15, oct./déc. 1983.

MARTINELLI, Daniel; SIGOT, Jean-Claude; VERGNIES, Jean-Frédéric. Diplômés de l’enseignement supérieur: l’insertion professionnelle se stabilise mais les écarts s’accentuent. *CEREQ, BREF*, n.134, p. 1-4, sept. 1997.

MARTINELLI, Daniel; ZARGA, Georgie Simon et WERQUIN, Patrick. “Génération 92”: profil, parcours et emplois en 1997. *BREF, CEREQ*, n.149, p.1-4, janv. 1997a.

MARTINELLI, Daniel; VERGNIES, Jean-Frédéric. L’insertion professionnelle des diplômés de l’enseignement supérieur se dégrade. *CÉREQ, BREF*, n.107, p. 1-4, mars. 1995.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAUGER, Gérard. Les politiques d'insertion: une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 136/137, p.5-14, mars. 2001.

MEC/INEP. Disponível em [http// www.edudatabrasil.inep.gov.br](http://www.edudatabrasil.inep.gov.br) > Acesso em: 08 de fev. de 2004.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 4^a ed. São Paulo: Pólis, 1985.

MONCEL, Nathalie; ROSE, José. Spécificités et déterminants de l'emploi des jeunes de 18 à 25 ans et de 26 à 29 ans: vers la fin de la transition professionnelle? *Économie et Statistique*, Paris, n. 283-284, p. 53-66, 1995.

NOGUEIRA, M. A. Trajetórias escolares e estratégias familiares de estudantes universitários provenientes das classes médias. B. Horizonte, CNPQ/FAE-UFMG, mai. 1995 (mimeo).

_____. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. *Revista brasileira de Educação*, n. 7, p. 42/56, Jan./abr. 1998.

_____. A construção da excelência escolar: Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 125-154.

NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.) *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. 40^a ed. São Paulo: Globo, 1994.

PAIS, José M. *Culturas juvenis*. [S.l.]: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998. (Coleção ABET - Mercado de trabalho, v.6).

PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 61-80.

POTTIER, François. L'insertion professionnelle des diplômés de l'enseignement supérieur. *CEREQ, BREF*, n. 82, p. 1-4, déc. 1992.

PRANDI, Reginaldo. *Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje*. São Paulo: Loyola, 1982.

PROGRAMA Primeiro Emprego. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/Temas/Primeiro Emprego](http://www.mte.gov.br/Temas/Primeiro_Emprego)>. Acesso em: 04 fev.2004.

QUADROS, J. W. de. A reestruturação das empresas e o emprego das classes médias. In: OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. (Orgs). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 171-187.

QUEM é o mercado. *Carta capital*, São Paulo, n. 253, ago. 2003.

RAMA, Germán W. As tendências da mudança social e educativa na América Latina. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 39, p. 46-66, nov. 1986.

REVISTA do provão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002. ISSN 1413 – 7720.

ROMANELLI, Geraldo. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

_____. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola:*

trajetória de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 99 – 124.

RUSSO, Renato. Tempo perdido. Intérprete: Renato Russo. In: *DOIS*. [s.l]: Emi-Odeon, p1986. 1CD. Faixa 3.

SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997 (coleção A escola e as outras vozes).

SCHULTZ, Theodore. *O capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SHIROMA, Eneida Oto. *Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: a educação da força de trabalho no modelo japonês*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993.

SILVA, Mariléia Maria da. *Programa de trainee: formação e identificação com a empresa diante do mercado globalizado*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 1998.

SINGLY, François de. *Sociologie de la famille contemporaine*. 2^a ed. Paris: Nathan, 1993 (coleção Sociologie, n. 128).

SOUSA, Janice Tirelli Pontes. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SPÓSITO, Marília Pontes. *O trabalhador-estudante: um perfil do aluno do curso superior noturno*. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. (Coord.). *Estado do conhecimento: juventude*, São Paulo, 2000. 294p. Disponível em: <http://www.Inep.gov.br/comped/estudos/juventude_educacao.htm>. Acesso em: 15 abril 2001.

TANGUY Lucie. Formação: Uma atividade em vias de definição? *Veritas*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 387-410, 1997.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. *O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”*. Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e

Pierre Naville. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

TROTTIER, C. Emergência e constituição do campo de pesquisa sobre a inserção profissional. In: DESAULNIERS, J. B. (Org.). *Formação & trabalho & Competência*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 133-178.

_____; LAFORCE, Loise; CLOUTIER, Renée. Les représentations de l'insertion professionnelle chez les diplômés de l'université. *Formation Emploi*, n. 58, p. 61-77, avril-juin, 1997.

TUMOLO, P. *A política nacional de formação sindical da Central Única do Trabalhadores diante do novo padrão de acumulação de capital*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 1999.

_____. *Da contestação à conformação*. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

UNIVERSIDADE particular concentra estudantes mais ricos. *Folha online*. São Paulo, 08 set. 2003. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br>>. Acesso em: 08 set. 2003.

VENCO, Selma Maria B. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

VIANA, Maria José Braga. Longevidade escolar em famílias de camadas populares: Algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 45-60.

VERNIÈRES, M. (Coord.). *L'insertion professionnelle: Analyses et Débats*. Paris: Economica, 1997.

WERQUIN, Patrick. 1986-1996: dix ans d'intervention publique sur le marché du travail des jeunes. *Économie et Statistique*, Paris, n. 304-305, p. 121-136, 1997.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família &*

Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 17-44.

_____ et al. Seletividade e acesso ao ensino superior público. In: *Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul - IV Anped Sul*. Na contracorrente da universidade operacional, UFSC, Florianópolis, 2002. 1 CD-ROM.

ANEXOS

Anexo I. Carta de apresentação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Florianópolis, 06 de dezembro de 2001

Prezado(a)

Sou professora e Orientadora Educacional e atualmente desenvolvo pesquisa de doutorado na área de Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estou estudando a inserção dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho na presente década. Essa primeira etapa objetiva conhecer o perfil dos **formandos do ano de 1997** e suas estratégias de ingresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram selecionados seis cursos de graduação (**Administração, Direito, História, Odontologia, Pedagogia**) de três instituições de ensino superior da região da grande Florianópolis.

Nesse sentido, venho solicitar sua colaboração no preenchimento do **questionário em anexo** que poderá ser devolvido pelo correio ou por e-mail. Sua contribuição será de grande valia para que se possa apreender as condições atuais de incorporação dos diplomados com nível superior no mercado de trabalho, sua relação com a educação e identificar possibilidades de atuação das instituições educacionais para facilitar este processo.

Tratando-se de um trabalho científico, asseguro que o nome dos informantes não será revelado.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Mariléia Maria da Silva

Mariléia Maria da Silva
Rua Jornalista Jaime de Arruda Ramos, 210
Ponta das Canas Florianópolis SC
CEP. 88056-750 tel. (48) 2232391 ou 2841389
Email marileiamaria@hotmail.com

Anexo II: Questionário enviado aos egressos das universidades

1. Dados pessoais

Idade: () sexo: masculino () feminino ()

Estado civil: ()solteiro ()casado ()divorciado ()Outro. Qual?: _____

2. Em que tipo de instituição estudou?

Ensino fundamental (1^a a 8^a série) ()Público ()Privado ()Outros

Ensino Médio (2^o grau) ()Público ()Privado ()Outros

Fez curso pré-vestibular? ()sim ()não

Graduação

Curso(s): _____ Instituição: _____

2.1 Qual a razão da escolha deste(s) curso(s) de graduação (ordene, sendo 1 o mais importante para você). ()satisfação pessoal ()influência da família ()influência dos amigos ()índice candidatos/vagas ()maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho ()valor da mensalidade ()gratuidade de ensino ()outro. Qual?: () _____

2.2 Em sua avaliação, o que faltou nesse (s) curso (s) (ordene, sendo 1 o mais importante para você) () mais teoria () mais prática () mais voltado para o mercado () ser mais abrangente () ser mais aprofundado () outros. Qual(is)?: () _____

Pós-Graduação

() especialização () completo () incompleto Instituição: () Pública
() Privada () outra. Qual?: _____ Curso:

() mestrado () completo () incompleto Instituição: () Pública
() Privada () outra. Qual?: _____ Curso:

() doutorado () completo () incompleto Instituição: () Pública
() Privada () outra. Qual?: _____ Curso:

2.3 Qual(is) a(s) razão (es) que o (a) levaram a fazer pós-graduação ((ordene, sendo 1 o mais importante para você). () exigência profissional () satisfação pessoal () maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. () Outros. Qual(is)?: () _____

3. Indique se fez cursos extracurriculares:

() Línguas Qual(is)?: _____ Onde?: _____

() computação. Onde?: _____

() Outros. Qual (is)?: _____ Onde?: _____

Outros cursos que você tenha feito e que considera mais relevantes para sua carreira profissional:

Curso	Instituição/agência promotora	Início (mês/ano)	Término (mês/ano)

4. Experiência Profissional

4.1 Trabalhou **antes** de cursar a graduação: sim não. Em caso afirmativo, em quê?

estágio cargo: empresa: _____ meses

bolsista cargo: empresa: _____ meses

outros cargo(s): empresa(s): _____ meses

4.2 Trabalhou **durante** o curso de graduação? sim não. Em caso afirmativo em quê?

estágio cargo: empresa: _____ meses

bolsista cargo: empresa: _____ meses

outros cargo(s): empresa(s): _____ meses

4.3 Trabalhou **imediatamente após** a conclusão do curso de graduação? sim não. Em caso afirmativo em quê?

estágio cargo: empresa: _____ meses

bolsista cargo: empresa: _____ meses

outros cargo(s): empresa(s): _____ meses

4.4 Procurou emprego **imediatamente após** a conclusão do curso de graduação? sim não

4.5 Após a **conclusão** do curso de graduação ficou desempregado? sim não.

Em caso afirmativo, por quanto tempo? _____ meses.

4.6 Trabalha atualmente?

não. (**Em caso negativo, passe diretamente para a questão 4.15**)

sim Em que área? _____

Local: ocupação: _____ início(mês/ano):

Recebe remuneração? sim não

4.7 Está procurando outro emprego atualmente? sim não

Responda somente se você estiver empregado atualmente

4.8 Setor de atividade indústria de transformação construção civil serviços comércio agricultura outro. Qual?: _____

4.9 Natureza: funcionário público, privado: com carteira sem carteira, contrato temporário, autônomo, empregador, doméstico, outra. Qual?: _____

4.10 Seu salário situa-se entre: um a três salários mínimos quatro a nove salários mínimos 10 a 20 salários mínimos 21 ou mais salários mínimos. depende . Do quê?: _____

4.11 A função que desempenha está de acordo com sua formação profissional? sim não. Em caso negativo, está procurando outro emprego? sim não

4.12 Grau de satisfação com seu trabalho. insatisfeito pouco satisfeito razoavelmente satisfeito satisfeito completamente satisfeito. Porque? _____

4.13 A que atribui o fato de estar trabalhando (ordene , sendo 1 o mais importante para você) competência escolarização suficiente formação acadêmica adequada às exigências do mercado conjuntura econômica favorável interferência familiar sorte outros. Qual(is): _____

4.14 Como conseguiu seu emprego atual? anúncio em jornal por intermédio de amigos por intermédio da faculdade por intermédio da família Internet agências de recrutamento outros Qual(is): _____

Responda somente se você estiver desempregado:

4.15 Procura trabalho: diariamente semanalmente quinzenalmente não procura trabalho.

4.16 A que atribui sua situação de desemprego (assinale mais de uma opção, se necessário). escolarização insuficiente formação acadêmica inadequada às exigências do mercado conjuntura econômica desfavorável falta de sorte outros. Qual(is)?: _____

Responda estando empregado ou desempregado:

4.17 Você descarta/descartou empregos que estejam muito aquém de sua qualificação e de suas pretensões salariais? sim não depende. Do que? _____

4.18 O que considera mais importante no trabalho (ordene , sendo 1 o mais importante para você) salário boas relações profissionais/pessoais possibilidade de carreira e crescimento profissional desempenhar função que esteja de acordo com sua formação relevância social Prestígio social outros. Qual(is)?: _____

4.19 Você se sente preparado para enfrentar o mercado de trabalho? sim não. Em caso positivo, o que fez para se preparar? (assinale mais de uma opção, se necessário). estudar mais fez novos cursos costuma entregar currículo nas empresas busca informações nos meios de comunicação em geral busca informações pela Internet não faz nada Outros. Qual(is)? _____

5. Situação familiar e origem socio-econômica

5.1 Você mora: com seus pais sozinho com seu cônjuge com parentes com amigos. Outros.

5.2 Grau de escolaridade do pai analfabeto fundamental incompleto fundamental completo médio incompleto médio completo superior incompleto superior completo especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado
Situação ocupacional do pai aposentado desempregado ativo outro. Qual?:
Profissão de seu pai? _____

5.3 Grau de escolaridade da mãe analfabeto fundamental incompleto fundamental completo médio incompleto médio completo superior incompleto superior completo Pós-graduação especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado
Situação ocupacional da mãe aposentado desempregado ativo outro. Qual?:
Profissão de sua mãe? _____

5.4 Renda dos pais um a três salários mínimos quatro a nove salários mínimos 10 a 20 salários mínimos 21 ou mais salários mínimos. depende. Do quê? _____

5.5 Utilize este espaço(se necessário, também o verso) para tecer quaisquer comentários que julgar pertinente sobre as questões acima.

Muito obrigada pela sua colaboração. Caso você tenha disponibilidade para participar de uma segunda etapa desta pesquisa que será realizada por meio de uma entrevista, favor deixar um telefone ou e-mail para contato.

Fone: () _____

e-mail: _____

Seu primeiro nome: _____